



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FONTE: CPT Nacional, 2015
<https://www.epnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2645-cpt-40-anos-caminhando-com-o-povo-da-terra>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ:
Uma geostória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo

Danielle Rodrigues da Silva

FORTALEZA

2016

DANIELLE RODRIGUES DA SILVA

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ: UMA GEOISTÓRIA TECIDA PELOS
GRITOS DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial, com duas linhas de pesquisa: Estudos Socioambientais e Estudos Socioterritoriais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S579c Silva, Danielle Rodrigues da.
Comissão pastoral da terra Ceará : uma geistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo /
Danielle Rodrigues da Silva. – 2016.
206 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.
1. Comissão pastoral da terra. 2. Espacialização. 3. Luta pela terra. 4. Camponeses. I. Título.
CDD 910
-

DANIELLE RODRIGUES DA SILVA

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ: UMA GEOISTÓRIA TECIDA PELOS
GRITOS DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial, com duas linhas de pesquisa: Estudos Socioambientais e Estudos Socioterritoriais.

Aprovada em: 9 / 11 / 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Dr^ª. Anna Érika Ferreira Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Prof^ª. Dr^ª. Bernadete de L. Ramos Beserra
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco José Pinheiro
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará

À minha mãe, Fátima.
Ao meu pai, Djany (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Nesse transcurso de mais de quatro anos, muitos foram os percalços superados para a conclusão desta travessia. Se isso pôde se concretizar, muitas foram as pessoas que contribuíram, direta e indiretamente, para a finalização desta etapa. Deixo aqui meu agradecimento a todos e a todas que me apoiaram nessa caminhada.

Aos meus familiares. Minha mãe (Fátima), irmãos (Joana e André Felipe), Maria (tia) e ao noivo (Carlos), presenças importantes nesta jornada. Agradeço também ao meu pai (Djany, *in memoriam*) por ter me incentivado a não desistir do Doutorado “acontecesse o que acontecesse”. O amor e o cuidado de vocês foram imprescindíveis para me sustentar nas inúmeras horas de fraqueza.

Aos agentes da Comissão Pastoral da Terra do Ceará, pela presteza, solidariedade, disponibilidade e receptividade ao me receber em suas reuniões e encontros, pela partilha generosa de imagens, pela liberdade a mim concedida na pesquisa no escritório. Tantos foram os amigos, companheiros de luta que não poderia deixar de apontá-los tendo em vista o papel marcante de cada um. Assim, agradeço à Maria Alves Lima (Lia), Senhorinha Soares, aos padres Maurício, Vileci, Antônio e Ermano Allegri, à irmã Ailce, às secretárias Ilza e Célida (quantos cafés compartilhados), Thiago Valentim, Claudiano, Luízinha, Flávio e aos conselheiros da CPT.

Ao professor Francisco Amaro Gomes de Alencar, meu orientador e amigo, que com calma, maturidade, apoio e segurança colaborou no processo de realização desde o início até o final.

À banca, constituída pelos professores José Levi Furtado Sampaio, Bernadete Beserra, José Pinheiro e Anna Érika, pela inestimável participação.

Aos professores César Barreira, Leonilde Medeiros e Mitidiero Junior, pelas importantes contribuições no exame de qualificação.

Aos amigos que nestes quatro anos e meio foram solidários e fraternos, compreendendo meu distanciamento, compartilhando minhas angústias. Assim, deixo

meu agradecimento aos amigos da pós-graduação e em particular à Anna Érika Lima e Sergiano Araújo pela presteza, pela escuta qualificada das agonias e anseios, pelas ideias compartilhadas, e também pelos momentos de alegria e diversão.

Às amigas Ana Michele, Andressa, Djany, Tarnyelly, pelas parcerias divertidas, pelo companheirismo, sobretudo na estada em Cedro.

Às amigas Kátia Savioli, Márcia Ribeiro, Lucília Maria (Lady), Sandra Moreno, Raissa, Camila, Neise Gomes, Edileuza, França de Assis, à geógrafa Maria do Céu e ao Sullivan.

À Geyzi Lima de Castro, pela ajuda na confecção dos mapas e companhia frequente na minha recente chegada ao *campus* de Quixadá.

À aluna e amiga socióloga Daniele Freire, pela presteza no levantamento e sistematização dos dados dos arquivos da CPT.

À professora Djany de Carvalho (IFCE - Baturité), pela versão do resumo para o espanhol, e ao professor Ailton Pinheiro (IFCE – Cedro), pela versão para o inglês.

À jornalista Maria do Céu, pela cuidadosa revisão e correção ortográfica.

Aos meus alunos do IFCE dos *campi* de Cedro e de Quixadá, pelo carinho demonstrado e pelas homenagens recebidas. Aos alunos da Pós-Graduação em Gestão Ambiental da Faculdade Ateneu (FATE), pelo incentivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento à pesquisa nos seis primeiros meses de Doutorado.

E, por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Sociologia da UFC e aos seus professores, por me oportunizar esse crescimento profissional e pessoal.

FAZ ESCURO MAS EU CANTO

Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.
Vem ver comigo, companheiro,
a cor do mundo mudar.
Vale a pena não dormir para esperar
a cor do mundo mudar.
Já é madrugada,
vem o sol, quero alegria,
que é para esquecer o que eu sofria.
Quem sofre fica acordado
defendendo o coração.
Vamos juntos, multidão,
trabalhar pela alegria,
amanhã é um novo dia.

(Thiago de Melo. Faz escuro mas eu canto, 1966)

RESUMO

Em meio à transformação de parte da Igreja Católica e de alguns bispos e clérigos que assumiram a Teologia da Libertação e, por consequência, um compromisso com a causa dos povos oprimidos do campo, surge na Amazônia, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra, a qual, a partir de então, passa a se especializar em todos os estados brasileiros. No Ceará, a CPT inicia suas ações em 1976, tendo como principais motivações o alto índice de concentração e cobrança da renda da terra; a exploração dos moradores de condição; e os conflitos entre posseiros e grileiros nas áreas de litígio entre o Ceará e o Piauí que afetavam as famílias rurais camponesas. Assim, esse trabalho teve como objetivo geral analisar a espacialização da Comissão Pastoral da Terra – Ceará, de 1976 a 2016. Procurou-se fazer uma leitura geográfica da sua história através da espacialização das suas ações no Ceará. Realizou-se uma abordagem predominantemente qualitativa, utilizando-se da história oral para tentar responder às inquietações da pesquisa. Como técnicas de coleta dos dados, trabalhou-se com a entrevista semiestruturada, a observação participante e o levantamento de dados nos arquivos da CPT Regional do Ceará. A espacialização da CPT no Ceará, se por um lado mostra sua força de mobilização e articulação dos agentes pastorais com os camponeses, por outro, mostra seus limites em face das suas ações, a maioria localizadas, em consequência da falta de apoio do clero local e dos bispos, das limitações financeiras e do número restrito de agentes disponíveis para desenvolvimento das atividades. Contraditoriamente, esses limites também fortalecem o que vem a ser sua maior força, isto é, a certeza de continuidade das ações por meio desses agentes pastorais que resistem às adversidades e continuam a implementar a missão que é sua opção preferencial pelos pobres, levando-se a reafirmar: “Faz escuro mas eles cantam!”

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra. Espacialização. Luta pela Terra. Camponeses.

ABSTRACT

Amid the transformation of part of the Catholic Church and some bishops and clerics, who took over the theology of liberation, and therefore a commitment to the cause of the oppressed peoples of the field, the Pastoral Land Commission appears in the Amazon in 1975. From that moment on, it starts to spatialize in all Brazilian states. In Ceará, the Pastoral Land Commission (CPT – Portuguese translation) began its actions in 1976 keeping its focus on the high level of concentration and collection of land income, the exploitation of resident-partners and condition, and the conflicts between squatters and land grabbers in the areas of dispute between Ceará and Piauí affecting peasant rural families. Thus, this study aimed to analyze the spatial distribution of the Pastoral Land Commission - Ceará from 1976 to 2016. We endeavored to make a geographical reading of its history through the spatial distribution of its actions in Ceará. We conducted a qualitative approach, using the method of oral history to try to answer the concerns of the research. We applied semi-structured interviews in order to collect technical data. Moreover, we applied the participant observation and data collection from the archives of CPT in Ceará. If on one side, CPT's spatialization in Ceará shows its mobilization strength and coordination of pastoral workers with the peasants, on the other, it shows its limitations due to their actions, most of them located in specific places. This is a consequence of the lack of the local clergy and bishops' support, financial constraints, and the limited number of available agents for the development of these activities. Contradictorily, these limits also strengthen what is to be its greatest force which is the assurance to continue actions through these pastoral workers who resist the adversities and continue to develop this mission which is their "preferential option for the poor", leading us to reaffirm: "It's dark, even so they sing!".

Keywords – Pastoral Land Commission; Spatialization; Fight for lands; Peasants.

RESUMEN

Delante la transformación de parte de la Iglesia Católica y de algunos obispos y clérigos que asumieron la Teología de la Liberación, y por consecuencia, un compromiso con la causa de los pueblos oprimidos del campo, surge en Amazonia, en 1975, la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), y desde entonces, pasa a hacerse presente en todos los estados brasileños. En Ceará, la CPT inicia sus acciones en 1976, y tiene como principales motivaciones el alto índice de concentración de tierra por los hacendados que cobran altos ingresos por la renta de la tierra; la explotación de los habitantes-aparceros y de los colonos; y los conflictos entre poseeros y grilleros en las áreas de litigio entre Ceará y Piauí que afectaban las familias rurales campesinas. De esta manera, ese trabajo tuvo como objetivo general analizar la territorialidad de la Comisión Pastoral de la Tierra – Ceará, de 1976 a 2016. Se buscó hacer una lectura geográfica de su historia a través de la territorialidad de sus acciones en Ceará. Se realizó un abordaje cualitativo, utilizándose del método de historia oral para buscar contestar las inquietudes de la pesquisa. Se utilizó como técnicas de coleta de datos la entrevista semiestructurada, la observación participante y el levantamiento de datos en los archivos de la CPT Regional de Ceará. La territorialidad de la CPT en Ceará, tiene dos puntos: por un lado, muestra su fuerza de movilización y articulación de los agentes pastorales para con los campesinos; por otro, muestra sus límites en función de sus acciones, la mayoría localizadas, como consecuencia de la falta de apoyo del clérigo local y de los obispos, de las limitaciones financieras y del bajo número de agentes disponibles para el desarrollo de las actividades. En contrapartida, esos límites también fortalecen aquello que se torna su mayor fuerza: la certidumbre de la continuidad de las acciones por medio de esos agentes pastorales que resisten a las adversidad y continúan a desarrollar su misión que es la opción preferencial por los pobres, llevándonos a reafirmar: “¡Está oscuro, pero ellos cantan!”.

Palabras clave: Comisión Pastoral de la Tierra; Espacialización; Lucha por la tierra; Campesinos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 -	IV Congresso Nacional da CPT, 2015.....	23
Figura 2 -	Estrutura Organizativa da CPT Nacional, 2016.....	28
Figura 3 -	Localização da CPT-CE.....	29
Figura 4 -	Princípios dos Teólogos da Libertação.....	47
Figura 5 -	Missa de posse de Dom Fragoso em Crateús.....	95
Figura 6 -	Cartilha das Semanas Catequéticas, 1965.....	98
Figura 7 -	Visita pastoral de Dom Fragoso e sua equipe, Diocese de Crateús, década de 1964-1974.....	99
Figura 8 -	Batizado realizado pela irmã Ailce, Parambu, Diocese de Crateús, década de 1964-1974.....	100
Figura 9 -	Assembleia Geral das CEBs em 1982, Diocese de Crateús....	104
Figura 10 -	Urna com restos mortais de Dom Fragoso – 9/8/2014.....	105
Figura 11 -	Celebração do Jubileu de Ouro da Diocese de Crateús.....	105
Figura 12 -	Enchente em Crateús, 1974.....	112
Figura 13 -	Colégio Regina Pacis, Crateús, 1974.....	113
Figura 14 -	Destruição da vazante do senhor Firmo, Tauá, 1985.....	116
Figura 15 -	Posseiros de Lagoinhas – Parambu-CE, 1985.....	117
Figura 16 -	Comemoração dos 15 anos de conquista da terra.....	117
Figura 17 -	Saques à CONAB em tempos de seca.....	124
Figura 18 -	Estrutura organizativa da CPT-CE, 2016.....	136
Figura 19 -	Assembleia anual da CPT-CE, novembro de 2014.....	137
Figura 20 -	Assembleia anual eletiva da CPT-CE, dezembro de 2015.....	137
Figura 21 -	Reunião da equipe organizadora da 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas, Viçosa do Ceará, 2015.....	139
Figura 22 -	Altar montado no XXX Encontro das Áreas de Assentamentos Rurais, Tauá, 2015.....	139
Figura 23 -	Utensílios usados pela equipe de animação nos encontros da CPT-CE.....	140
Figura 24 -	Reunião equipe local CPT Quixadá, 2015.....	150
Figura 25 -	Fórum pela Vida no Semiárido, outubro de 2004, Limoeiro do Norte.....	166

Figura 26 - Romaria das Águas, 24 de outubro de 2004.....	166
Figura 27 - Construção de cisterna de placas com recursos da CPT-CE em Independência - CE, 2006.....	168
Figura 28 - Festa da Colheita, PJR, 15 de maio de 2016.....	172
Figura 29 - Caminhada na Festa da Colheita.....	172
Figura 30 - Celebração na Festa da Colheita.....	172
Figura 31 - Oferta de alimentos na santa missa.....	173
Figura 32 - Organizadores Festa da Colheita 2015 - Padres Francisco Alberto e Vileci Basílio (CPT) e Maria do Socorro dos Santos (Presidenta do STR de Nova Olinda)	173
Figura 33 - Cartaz da 1ª Romaria da Terra Ceará.....	179
Figura 34 - Cruz com o nome dos mártires da terra, 15ª Romaria da Terra, 2011.....	185
Figura 35 - Cartaz da 15ª Romaria da Terra, 2011.....	186
Figura 36 - Acolhida dos romeiros e romeiras na 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011.....	187
Figura 37 - Caminhada da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 1.	188
Figura 38 - Caminhada da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 2.....	188
Figura 39 - Celebração da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 1.....	188
Figura 40 - Celebração da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 2.....	188
Figura 41 - Pronunciamento dos grupos da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011.	189
Figura 42 - Cartaz da 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas, CPT-CE, Viçosa do Ceará, 2015.....	190

QUADROS

Quadro 1 - Conflitos acompanhados pela CPT-CE, 1975-2015.....	90
Quadro 2 - Participação das dioceses na CPT-CE e na Coordenação Regional (1976 – 2016)	144
Quadro 3 - Linhas de ação da CPT-CE (1996-2016)	156
Quadro 4 - Síntese das ações, temáticas e bandeiras de luta da CPT-CE (1976 – 2016)	159

MAPAS

Mapa 1 -	Conflitos acompanhados pela CPT – CE (1975 - 2016)	92
Mapa 2 -	Assassinatos no campo, Ceará 1982 - 2010.....	120
Mapa 3 -	Atuação da CPT-CE (2016)	143
Mapa 4 -	Espacialização das Romarias da Terra e das Águas no Ceará (1984 - 2015)	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ACO	Ação Católica Operária
ASA	Articulação do Semiárido
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPAC	Centro Padre Alves Correia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CETRA	Centro de Estudos e Assessoria do Trabalhador
CIMI	Conselho Indigenista Brasileiro
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNBB	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
COETRAE	Conselho Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPDH	Coordenadora Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos
CPP	Comissão Pastoral do Pescador
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EFA	Escola Família Agrícola
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ESPLAR	Centro de Assessoria e Pesquisa
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FATE	Faculdade Ateneu
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica

JUC	Juventude Universitária Católica
LEAT	Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PMA	Planejamento, Monitoramento e Avaliação
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Reforma Agrária
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TL	Teologia da Libertação
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: UMA GEOISTÓRIA TECIDA PELO GRITO DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO	41
2.1	A EMERGÊNCIA DE UMA IGREJA DOS POBRES	41
2.2	IMPASSES NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: o recrudescimento da violência e o apoio da Igreja nos conflitos no campo.....	53
2.3	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO BRASIL: estrutura e espacialização.....	64
3	CLAMORES NAS TERRAS DO CEARÁ E A EMERGÊNCIA DE UMA IGREJA SERVA E POBRE.....	76
3.1	IMPASSES NO ESPAÇO AGRÁRIO CEARENSE: germe da CPT no Ceará	76
3.2	HISTÓRIA DA IGREJA POPULAR NO CEARÁ: o caso de Crateús....	94
4	MEMÓRIAS REVELADAS DOS QUARENTA ANOS DE CAMINHADA	107
4.1	HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA CPT NO CEARÁ.....	107
4.2	ESPACIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CPT NO CEARÁ.....	134
5	QUARENTA ANOS DE CPT NO CEARÁ, 1976-2016: Permanências e Transformações.....	155
5.1	ROMARIAS DA TERRA E DAS ÁGUAS.....	174
6	LAMPEJOS FINAIS	192
	REFERÊNCIAS.....	196
	APÊNDICES	
	A Encontro das áreas de assentamentos em Crateús e Sertão dos Inhamuns (1986–2016)	
	B Demonstrativo do histórico da espacialidade das Romarias da Terra Ceará (1984-2016)	
	C Conflitos acompanhados pela CPT Ceará (1975-2015)	

1 INTRODUÇÃO

[...] O conhecimento é assim
Ri de si mesmo
E de suas certezas
É meta da forma
Metamorfose
Movimento
Fluir do tempo
Que tanto cria como arrasa
A nos mostrar que para o vôo
É preciso tanto casulo como asa.
(Aula de Voo, poema de Mauro Iasi)

O produto de uma pesquisa, muitas vezes, não revela o processo que o envolve. A cada escolha, seleção de textos, definição da ordem de apresentação, formatação e toda a acuidade necessária a esse momento da formação fica cada vez mais claro que os leitores não têm a dimensão do processo de construção das reflexões e debates aqui apresentados. E mais, cada palavra escrita não será capaz de traduzir a riqueza, complexidade e a profundidade do aprendizado adquirido no transcorrer dessa pesquisa. Afinal, “o texto final esconde a história do texto”. (PERROTA, 2004, p.92).

Na história desse texto, rabiscado a uma só mão, solitária na maioria das vezes, mas construído coletivamente, com base nos diálogos e reflexões estabelecidas ao longo desses quatro anos, procurou-se estudar e apreender o processo de espacialização da Comissão Pastoral da Terra Ceará (CPT-CE) e seu papel no apoio e fortalecimento das lutas travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo no Ceará, o qual está relacionado ao processo geohistórico de apropriação, monopólio e uso da terra, da água e usurpação dos direitos e da dignidade humana.

A geohistória surgiu como campo analítico no início do século XX com a obra “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II”, de Fernand Braudel. Referida obra foi escrita em um campo de concentração alemão, durante a Segunda Guerra Mundial, e posteriormente defendida na Sorbonne como tese de doutoramento em 1947 (GURIÊVITCH, 2003). Coaduna-se com essa perspectiva

analítica pela valorização conferida à pesquisa e ao diálogo com outras disciplinas. Além disso, de acordo com Pires (2008), essa perspectiva concebe o processo histórico sob vários ângulos e temporalidades imbricadas, dividindo-as em tempo de curta, média e longa duração. Para o autor,

A investigação Geohistórica permite constatar que cada época histórica particular prefigura um jogo peculiar de possibilidades humanas e de determinações naturais, transformando, em certa medida, o espaço em sujeito dos processos históricos da sociedade (PIRES, 2008, p.14)

Nessa pesquisa, o termo geoistória, localizado no título do trabalho, está grafado sem o “h”, de acordo com Houaiss (2004) diferentemente do recorrente na literatura que trata dessa abordagem metodológica. Optou-se pelo uso da grafia correta da palavra. Ademais, a geoistória nesse texto é relevante por configurar-se como “um ramo da Geografia Humana, resultante da combinação de métodos de investigação e metodologias das duas ciências: Geografia e História”. (PIRES, 2008, p.10).

Nessa perspectiva analítica, busca-se apreender um dos temas ou questão política, econômica e social de mais larga permanência histórica: o problema do “monopólio da terra”. (BANNWART, 2008). Esse problema, embora antigo, é também atual e revela a injustiça, que como afirmava Dom Pedro Casaldáliga nos anos 1960, nesta terra tem um nome: o latifúndio!

O problema da distribuição de terras no Brasil, com origem ainda em seu processo de colonização, e o conseqüente debate sobre a questão agrária, só vai se tornar uma demanda amplamente discutida no final da década de 1950 e início de 1960. Até então, o debate sobre a questão fundiária se limitava a estreitos círculos intelectuais e políticos (MEDEIROS, 2003). Embora existissem, os conflitos fundiários eram atomizados e localizados. “Posseiros, arrendatários, foreiros, em diversos pontos do país, resistiam isoladamente a ação dos proprietários de terras, visando alterar regras de contratos já consagradas pelo costume e/ou expulsá-los da terra”. (MEDEIROS, 2003, p.15).

Como afirmava Martins (1991), “as grandes inquietações do campo, os conflitos cada vez mais numerosos, são determinados pelo processo de expropriação da terra.” (p. 14). Ainda conforme o autor, expropriação e exploração caminham juntas. No entanto, o processo de expropriação, no campo, antecipa o processo de exploração. Inicialmente o homem do campo é expropriado de suas terras e depois,

sem alternativa, se subjugam a trabalhos assalariados, quando o são, sendo explorados em seu trabalho.

O contexto de expropriação traduz um dos problemas mais marcantes do campo brasileiro: a concentração fundiária. Tal situação vem sendo alimentada pelo sistema capitalista de produção, baseado nas grandes propriedades, nas políticas de créditos voltadas para as oligarquias, no incremento dos insumos agrícolas e na tecnificação do campo, considerados os principais ingredientes da questão agrária no país.

No Brasil, um elemento que marcou as décadas de 1950 e 1960 foi a questão do “desenvolvimento” como solução de conflitos e desigualdades sociais. No entanto, se o desenvolvimento é concebido como busca de bem-estar para todos, não foi o que se presenciou no país com esse processo modernizante.

Naquele momento, a concepção de desenvolvimento adotado no Brasil já era questionável, pois o desenvolvimento brasileiro esteve (e está) associado à concepção de crescimento econômico e modernização, que só aprofundaram e aprofundam a desigualdade social.

Foi na década de 1970 que o processo de expulsão, já vivenciado em várias partes do país, chega à Região Amazônica. A Amazônia foi palco de inúmeros conflitos ocorridos com o aprofundamento desse sistema, que se tornou latente mediante a implantação da política de incentivos fiscais do governo militar concedida a empresas para que lá se instalassem e se desenvolvessem com vistas à expansão do capital. Mencionado processo serviu para intensificar a tendência concentradora da propriedade da terra, expulsando índios e posseiros.

Essa massa de trabalhadores explorados do campo, trabalhadores e trabalhadoras da terra, das águas e das florestas enfrentaram dias de penúria ao se depararem com um sistema econômico e político opressor, excludente, concentrador de renda e riquezas no espaço.

Tal insatisfação generalizada por todo o país (mesmo antes de 1960) mobilizou grupos de trabalhadores e trabalhadoras comprometidos com a questão agrária a formarem grupos, movimentos e organizações sociais e sindicais para se

articularem em torno da causa dos povos oprimidos do campo, assim como parte da Igreja Católica na defesa desses povos.

A Igreja e a religião sempre desempenharam papel importante – embora ambíguo – no pensamento e nas ações dos camponeses brasileiros. Ao mesmo tempo em que esta alimentou a cultura do silêncio, alimentou seu descontentamento quando parte da Igreja passa a comungar e envolver-se nos conflitos agrários. “É um instrumento de controle social, mas também um meio de mobilização”, como já apontava Shepard Forman (1975) apud Sauer (1993, p.18).

Assim, a Igreja preserva a cultura do silêncio, mas também assume o papel de defensora dos pobres, como se observa a partir do Concílio do Vaticano II (1962) e do Concílio de Medellín (1968), “quando um grupo de padres conciliares assumiu uma opção preferencial pelos pobres ao compreender a relação da Igreja com os pobres deste mundo, em um movimento que ficou conhecido como ‘Igreja dos Pobres’”. (AQUINO JÚNIOR, 2012, p.8).

Até o Concílio de Medellín em 1968, a Igreja da América Latina não possuía uma identidade própria, pois fazia adaptações do que era decidido no centro da catolicidade. Reproduzia e refletia o modelo de Igreja europeia. Porém, em um continente de maioria pobre, formado por índios, negros e camponeses, a opção preferencial pelos pobres tornou-se a alternativa mais viável para se aproximar da realidade e da conjuntura política, econômica e social da América Latina.

Ora, a Igreja sempre se relacionou com os mais pobres mediante as obras de misericórdia. Aqui, porém, ocorreu uma profunda virada. Pobre não é mais entendido como objeto de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história (BALDUINO, 2001, p.12).

A partir dos anos 1960 a Igreja Católica da América Latina adquiriu um caráter renovador que figurou ao lado das alas conservadoras no seio da Igreja. Essa nova tendência do catolicismo denominada Teologia da Libertação se caracterizava pela opção pelos pobres. Uma Igreja pensada para os mais necessitados e atuante junto aos movimentos sociais e sindicais.

No Brasil, principal expoente da "igreja dos pobres" na América Latina, vários foram os leigos, religiosos, padres, bispos e teólogos que assimilaram novo discurso católico e aderiram a esse projeto, seja na organização de séries pelos confins do mundo do país, seja na articulação de sindicatos e movimentos sociais, ou mesmo na produção de uma vasta literatura militante sobre a Teologia da Libertação (COSTA, 2010, p.37).

Muitos clérigos tomaram contato com a Teologia da Libertação, o que levou a uma mudança de perspectiva da sua missão. Em contato com a realidade da expropriação e exploração vivida pelos índios e camponeses da Região Amazônica, esses religiosos incorporaram em sua eclesiologia elementos da Teologia da Libertação, passando de uma ótica conservadora para uma transformadora, centrados no ideal de transformação social e territorial. “Foi essa ida ao campo, daqueles padres e agentes pastorais, e não a alta hierarquia conservadora da Igreja, que fez um segmento do clero tomar contato com a situação social do homem do campo”. (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p.103).

Segundo Medeiros (1989), no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, inspirados nessa nova concepção de prática eclesial firmada após os encontros de Medellín e Puebla, surgiram outros organismos, com linhas de ação diferenciadas, pautadas pelo apoio à luta dos trabalhadores, propondo ser sua voz. Completa a autora:

Agrupando setores específicos, portadores de uma concepção sobre a relação fé e vida que não era necessariamente compartilhada pela Igreja como um todo, alguns desses organismos ganharam influência no cotidiano dos conflitos. Deles, o que teve maior destaque pela dimensão que assumiu foi a Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal (MEDEIROS, 1989, p.111).

Essa mudança do agir não foi encarada com naturalidade, e mesmo dentro da Igreja, aqueles que passaram a se identificar com a causa dos pobres tiveram sua imagem associada a causas subversivas, como observa Mitidiero Junior (2010):

O segmento da igreja que fez opção preferencial pelos pobres era tido pela própria Igreja, pelo Estado, pela mídia conservadora e por parte da sociedade civil igualmente conservadora como uma facção subversiva. Na verdade os setores dominantes (Elites, Estado, e Igreja) produziram um discurso descaracterizante e difamatório da igreja progressista e libertadora (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p.100).

Nascida na década de 1960, a Teologia da Libertação começou a negar a pretensa passividade pregada pela Igreja Católica hierárquica diante dos problemas decorrentes da exploração e acumulação capitalista (MITIDIERO JUNIOR, 2008). Para Lowy (2000), a Teologia da Libertação tem na práxis seu principal vetor de transformação social.

Inspirada na Teologia da Libertação, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) atua em defesa dos povos do campo. Essa teologia sustenta e motiva a sua ação,

consolidando a ideia segundo a qual a sociedade só será transformada quando os próprios povos se fizerem sujeitos da sua história (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

O surgimento dessa Pastoral se deu em 1975, no período do regime civil e militar iniciado com o golpe de 1964, onde também se tinha como características do período a crescente mecanização do campo, a expulsão de centenas de trabalhadores para as cidades, o aumento do número de latifúndios e as grandes turbulências e mortes no espaço vivenciadas em todo o Brasil.

Essa Pastoral, baseada nos preceitos de Medellín (1968) a respeito da pobreza da América Latina, surge em Goiânia, e tem como premissa básica a reforma agrária, tornando-se a voz do trabalhador rural espoliado pelo sistema capitalista (TONETTO, 2007). A Igreja passa então a vivenciar uma nova fase, com uma visão política de transformação e busca pela justiça social.

Ao longo do anos a CPT atuou em conjunto com alguns movimentos e organizações sociais. Destes, mencionam-se: sindicatos, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Cáritas, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com esses, conjugou esforços para resolução de problemas pertinentes ao campo; algumas vezes, tomava iniciativa, outras, era apoio e fortalecia a luta.

Ao contrário de movimentos sociais existentes na luta camponesa, a CPT não é movimento. Não procura criar a própria organização de trabalhadores. Ela se reconhece e apoia os trabalhadores para que se organizem em seus sindicatos, partidos, associações, grupos e movimentos populares. Não é direção e, sim, serviço aos trabalhadores em nome da Igreja motivada pela fé em Cristo Libertador (CPT, 1989). Sobre seu papel, as observações de Leonilde Medeiros (1989) são esclarecedoras:

Assumindo inicialmente o compromisso de “empenhar-se no processo global de reforma agrária do nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra”, a comissão teria por finalidade “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais”. (MEDEIROS, 1989, p.111).

A Comissão Pastoral da Terra, uma das pastorais sociais da Comissão Nacional do Bispos do Brasil (CNBB), tentou desenvolver sua pastoralidade por meio do apoio aos trabalhadores e trabalhadoras rurais expropriados e explorados nessa conjuntura.

Em 2015, a CPT Nacional completou 40 anos, comemorados no IV Congresso da CPT Nacional (FIGURA 1), realizado de 12 a 17 de julho em Porto Velho, Rondônia. O congresso buscou rememorar que há 40 anos a CPT nascia em tempo de escuridão e milagre, em plena ditadura militar, civil e empresarial, para atender aos apelos dos povos do campo, submetidos a toda forma de violência.

Se, por um lado, é uma história de violência e conflitos, por outro, é uma história de rebeldia e fidelidade ao Deus dos pobres e à terra de Deus e aos pobres da terra, como afirma a Carta do Congresso citado. Esses elementos traduzem a atuação da CPT-CE nesse período, cuja história, também é carregada de memória, rebeldia e esperança a serem publicizadas e acessadas por todos aqueles e aquelas que ainda mantêm viva a chama da esperança em dias de luz, e que, por isso, continuam cantando suas glórias e derrotas.



Figura 1 – IV Congresso Nacional da CPT, 2015
Fonte: Arquivo CPT Nacional.

Diante disso, nesta pesquisa interessa a trajetória dessa Pastoral, em seus quarenta anos de atuação, mediante a produção social e coletiva daqueles e daquelas que foram protagonistas da CPT no Ceará e concretizaram suas ações no território cearense. Interessa compreender o papel e modos de participação social com base no envolvimento fraterno, solidário, político e social, marcado pela fé e pela crença numa sociedade justa no contexto das continuidades e discontinuidades desde o ano de 1976 até 2016.

A opção pelo desenvolvimento da pesquisa intitulada “Comissão Pastoral da Terra Ceará: uma geoistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo” levou em consideração quatro critérios, a saber:

1. Importância da CPT- CE no fortalecimento e apoio das lutas camponesas no Estado do Ceará;
2. Relação de apoio e parceria entre o Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT/UFC) e a CPT do Ceará;
3. Conhecimento das pessoas que participam e militam na CPT - CE;
4. Alinhamento teórico da CPT-CE às abordagens realizadas na presente pesquisa.

Por não ser sociólogos, tampouco historiadores, a presunção de, como geógrafos, contar a história da CPT-CE por meio do seu processo de espacialização, reflete o desejo de ser também portador de uma geoistória dos colonizados. Como a CPT é uma pastoral profética que presta um serviço, esse mergulho acadêmico busca resgatar memórias e levantar sonhos de uma Comissão que no Ceará se dedicou nesses quarenta anos aos trabalhadores rurais camponeses, e que se esforçou por gestar grupos considerados fundamentais na luta camponesa.

Dentre os elementos impulsionadores no desenvolvimento dessa pesquisa, estão a experiência como estagiária da CPT-CE no período de 2004 a 2006 a qual possibilitou a aproximação com a realidade vivida pelos povos camponeses e seus conflitos por terra, água e a luta pela vida.

Essas vivências favoreceram a produção da pesquisa pois os sujeitos pesquisados integrantes da CPT-CE são conhecidos, tais como: coordenadores, secretários, agentes locais, leigos¹, funcionários, assessores, religiosos e religiosas. Conhecer as pessoas, se por um lado facilita o trabalho nas buscas dos materiais, documentos, relatórios, na realização das entrevistas, levantamento de dados e informações, por outro, dificulta em virtude da afetividade presentes na relação com os pesquisados. Nesse caso, no entanto, a pesquisa reporta-se a Novaes (1987), que na sua pesquisa de doutoramento evidenciou a tentativa de olhar com certo distanciamento o objeto, a partir de uma perspectiva menos imediatista e mais

¹ Leigo: Refere-se aos agentes pastorais não religiosos.

geoistórica. A autora ainda aponta a dificuldade de garantir a neutralidade em face das divisões político-sociais existentes, mas as diferenças entre o trabalho acadêmico (com suas regras de argumentação e demonstração) e o documento político (onde valem a denúncia e o senso comum *savant* do próprio campo) são aqui muito bem-vindas.

O fato de receber apoio e incentivo da coordenação da CPT no Ceará, seja nos contatos nas dioceses ou na disposição para ceder as informações necessárias à compreensão da dinâmica da Pastoral no Ceará, possibilitou e facilitou a interação nos municípios, distritos e comunidades rurais para a aproximação dos objetivos da pesquisa.

Outro elemento mobilizador para o desenvolvimento da pesquisa refere-se ao processo de exclusão, expropriação e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sob a égide do capitalismo, o qual exige reflexões sobre a conjuntura que permeia a vida destes, em face das demandas econômicas nacionais inerentes às políticas estruturantes do país.

Assiste-se, hoje, à chamada economia do agronegócio, “que leva a concentrar a produção, a renda e a riqueza no espaço rural, seguindo uma norma de propriedade, posse e uso da terra que é fortemente excludente para várias categorias de agricultores não integrados a esse sistema”. (CNBB, 2014, p. 4). Nessas categorias estão os povos da terra, das águas e das florestas, categorias que têm se multiplicado no campo e que encontram na CPT um apoio à sua luta diante dos desmandos do capital.

Desde 1964, a política agrária brasileira dos governos federal e estaduais propiciou as condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura, acirrando o acesso privado ao solo agrícola (ELIAS, 2003). Assim, conforme se vê, ela tem fortalecido o capital em detrimento dos povos do campo. Perceber que essa atuação histórica tem se repetido desde tempos pretéritos impulsiona a refletir sobre a necessidade de compreensão das estratégias de fortalecimento das lutas pela terra e água promovidas pelos movimentos sociais e sindicais do campo e por setores da Igreja Católica.

Como observado, o relatório da CNBB, publicado em 2014, aponta para o recrudescimento das tendências excludentes da modernização agropecuária (CNBB,

2014). Assim, o processo de exclusão, expropriação e exploração, que se colocava como latente nas décadas de 1950 e 1960, vem sendo fortalecido com o desenvolvimento tecnológico, engessando uma possível transformação desse processo. O oligarquismo brasileiro sempre teve uma cara moderna como fachada necessária para preservar o atraso econômico do latifúndio e das relações sociais e de trabalho nelas fundamentadas.

Essa conjuntura de apropriação, exploração e exclusão do trabalhador e trabalhadora rural cearense e a consequente atuação da CPT em favor dos pobres do campo nesses quarenta anos de atuação são as bases sobre as quais se justificou a opção por essa pesquisa.

É com o propósito de abordar diversas faces e contradições do espaço agrário cearense e seus reflexos na vida dos trabalhadores rurais do campo que este trabalho pretende contribuir nas reflexões sobre a atuação da CPT do Ceará no apoio a estes sujeitos da terra em sua luta cotidiana contra a expansão capitalista. Ao mesmo tempo, pretende-se gerar um quadro diagnóstico que poderá servir de subsídio para orientar ações estratégicas dessa instituição no planejamento de suas atividades.

Compreender a mediação da CPT no Ceará, assim como seus processos espaciais nos conflitos ocorridos no campo até hoje, é mergulhar numa geostória carregada de simbolismos, significados, sujeitos, memórias, permanências e avanços na luta camponesa. Tudo isto evidencia o relevante papel por ela desempenhado com os trabalhadores e trabalhadoras rurais ante o processo de apropriação dos recursos naturais, modernização no campo, luta pelo reconhecimento dos territórios e no desenvolvimento de estratégias de convivência com o semiárido.

Com uma história de quase meio século, um processo de transformação em curso e uma vocação para a luta dos trabalhadores rurais camponeses contra toda forma de exploração e violência, iniciou-se o trabalho mediante algumas questões, como:

- a) De que forma a CPT se constituiu e se especializou no Estado do Ceará?
- b) Qual a sua contribuição nas lutas camponesas no Estado do Ceará?
- c) Quais mudanças e permanências nas suas estratégias de ação têm se desenhado entre 1976 e 2016?

d) Que fatores favorecem e/ou dificultam sua atuação nas dioceses?

Em face do exposto, tem-se como objetivo geral analisar a espacialização da Comissão Pastoral da Terra Ceará, de 1976 a 2016.

Como objetivos específicos: investigar o processo de constituição histórica da CPT no Ceará; revelar o lugar da CPT nas lutas camponesas; levantar as principais estratégias de ações realizadas pela CPT-CE no período de 1976 a 2016; e relacionar as lutas da CPT do Ceará com os movimentos sociais e sindicais no campo.

A CPT atua em todo o território nacional. Gestada em 1975, tem sua espacialização forjada a partir da divisão administrativa estabelecida pela CNBB, onde se efetiva por meio da luta como afirma Fernandes (1996):

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. (p.136).

Na mesma direção, Pedon (2013), afirma que a espacialização constitui um movimento concreto de ação e reprodução de relações sociais no campo e na cidade e combina as múltiplas dimensões da vida social. Ainda segundo o autor, a transformação do espaço é ao mesmo tempo transformação da realidade, e como tal, não é apenas de caráter material, mas abrange mudanças nas ordens dos valores, práticas e culturas nos/dos lugares. Nessa perspectiva, a CPT-CE promoveu um processo de espacialização nas dioceses, apoiando e incentivando os trabalhadores rurais camponeses a lutarem por seus direitos e resistirem na luta pela terra, num primeiro momento, e, a desenvolverem práticas de convivência com o semiárido por meio da produção orgânica, num segundo.

A CPT-CE encontra-se espacializada em Dioceses, de forma regional, onde desenvolvem ações que favorecem o fortalecimento dos camponeses enquanto sujeitos sociais através de assessorias advindas de professores, técnicos, juristas, padres, freiras e camponeses que ao passo que se envolveram com as causas da terra, estabeleceram vínculos com a Pastoral. Em 2016, a CNBB possuía dezoito regionais (FIGURA 2).

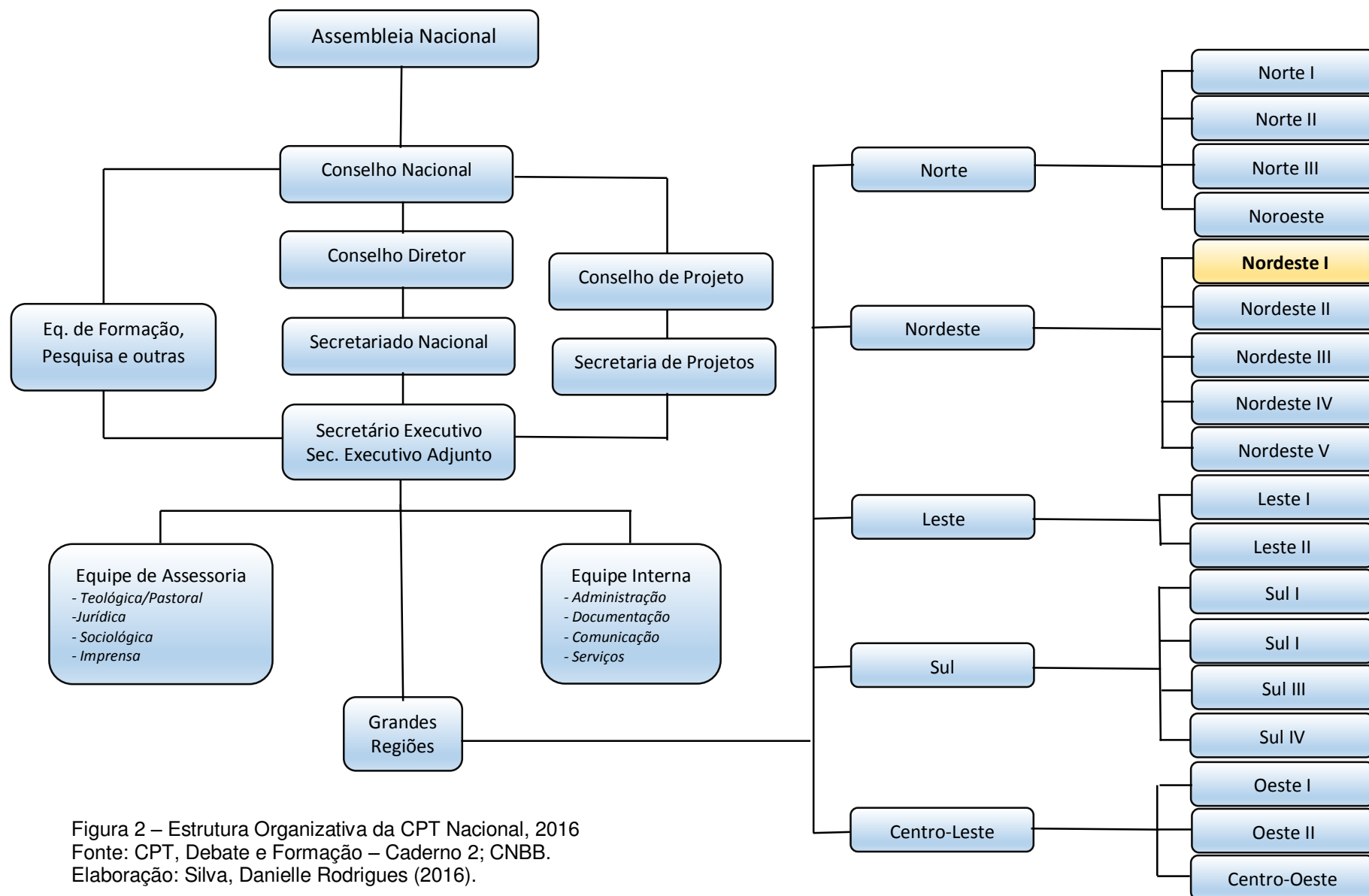


Figura 2 – Estrutura Organizativa da CPT Nacional, 2016
 Fonte: CPT, Debate e Formação – Caderno 2; CNBB.
 Elaboração: Silva, Danielle Rodrigues (2016).

Em todo o Brasil nove regionais, também chamadas de circunscrições eclesiais da CNBB, coincidem seus limites com os limites estaduais. No Sudeste, as regionais Este 1 e Sul 1 correspondem respectivamente aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Na região Sul, as regionais Sul 2, Sul 3 e Sul 4 correspondem aos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. E no Nordeste, as regionais Nordeste 1, Nordeste 4 e Nordeste 5 correspondem aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, respectivamente.

Para a elaboração da pesquisa definiu-se como recorte espacial a CPT da Regional Nordeste I (FIGURA 3). Nessa espacialização, a CPT abrange o Estado do Ceará, coincidindo seus limites de atuação com os limites estaduais.



Figura 3 – Localização da CPT-CE
 Elaboração: Geiziane Castro, 2016.

A regionalização posta na Figura 3, é definida pela CNBB e utiliza critérios administrativos da Igreja Católica. Na prática, são divisões de grandes extensões territoriais marcadas por forte diversidade ambiental e sociocultural, que se colocam como desafio às equipes da CPT-CE.

Quanto à Regional Nordeste I, CPT-CE, objeto da pesquisa, é constituída por 184 municípios e subdivide-se em nove dioceses, que é o espaço de concretização das ações da CPT-CE e sua consequente espacialização.

No caso do Ceará, mais de 92% de seu território localiza-se no semiárido. Esse fator tem influência sobre o modo de viver das famílias camponesas e, associado aos aspectos religiosos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, produz peculiaridades que norteiam as estratégias de ação da CPT-CE. Por isso optou-se como recorte espacial pela Regional Nordeste I, doravante CPT-CE. Para o recorte temporal definiu-se a partir da sua criação em 1976 até o ano de 2016. Nesse cenário estuda-se a CPT-CE pelo período de quarenta anos.

O desenvolvimento da pesquisa tomou como orientação metodológica o uso de uma abordagem qualitativa, a qual possui como característica ser um exercício de cooperação onde se trabalha a descoberta uns dos outros. Pesquisadores e pesquisados vivem então uma relação dialética, conhecendo-se reciprocamente.

Para a materialização desse processo, o trabalho amparou-se na pesquisa participante, onde é possível estabelecer uma relação de construção coletiva do ritmo de conhecimento. Ademais, procedeu-se à aplicação de entrevistas semiestruturadas, para delinear o objeto de estudo.

A escolha da pesquisa participante se dá pelo fato dela envolver um procedimento de investigação e de educação. Significa a participação conjunta de pesquisador e pesquisados, bem como é uma proposta político-pedagógica em favor dos oprimidos.

Essa perspectiva se coaduna com a missão profética da CPT-CE, pois, segundo Brandão (1999), “quando se fala de pesquisa participante, está se falando de classes populares”. (p. 15-16). Ou seja, converge com a identificação da CPT na luta e resistência às grandes disparidades e injustiças sociais, além do comprometimento com a superação dessas desigualdades.

Nesse desafio, as narrativas foram utilizadas para tentar responder às inquietações iniciais. Para enfrentar a tarefa de entendimento das entrevistas coletadas, valeu-se principalmente de Ecléa Bosi (1994, 2003), que ajudou a compreender o papel da memória na construção metodológica. Por isso, assentou-se na interpretação de Bosi (2003) sobre a importância da memória na construção da historiografia e, nesse caso, dessa geostória.

A história oral ainda se preocupa e tem compromisso social marcado pela voz dos excluídos, e possui como fundamento reconhecer a cidadania de grupos oprimidos instrumentalizando-os para as lutas por direitos humanos na democracia. Assim, o emprego dos preceitos da história oral, neste projeto, visa tratar de uma pastoral que se preocupou em visibilizar os anseios de quantos por anos não puderam expressar-se, reconhecendo os trabalhadores rurais camponeses como sujeitos da sua própria história e não como objetos de estudo.

Segundo Michael Pollak (1989),

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe a “Memória Oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p.4)

Por meio da convergência dessas histórias subterrâneas dos agentes da CPT-CE, traçou-se o percurso da instituição no Ceará, em íntima relação com a história da luta camponesa no Estado, buscando apontar, além dos seus avanços e recuos, sua prática social e religiosa ao longo desse período, profundamente associada à conjuntura do campo.

Assim, buscou-se desenvolver uma pesquisa que também pudesse recuperar as principais lutas camponesas do Estado do Ceará, a partir de 1950, tendo em vista a necessidade de se compreender a pré-história da CPT-CE. Dessa forma, por meio da pesquisa memorial entrevistaram-se 25 pessoas envolvidas em algum momento da história com a CPT-CE, sejam religiosos e religiosas, seminaristas, leigos, sindicalistas, agentes de pastoral, coordenadores regionais, coordenadores nacionais e secretários, que relataram, com base em suas memórias, suas experiências e participação nas ações da CPT-CE.

Segundo Humberto Eco (2014), a memória tem duas funções: “Uma, e é nela que todos pensam, é a de reter na lembrança os dados de nossa experiência

precedente; mas a outra é também a de filtrá-los, de destacar alguns e conservar outros.” (p.10-11). Nesse sentido, todo relato é um projeto de libertação, pois o modo de narrar a própria história participa da estruturação dos sentimentos que cada um experimenta acerca do vivido (CYRULNIK, 2009).

Por compreender esse processo de seleção inerente ao ser humano, o qual, conforme as circunstâncias, faz emergir certas lembranças, onde é dada ênfase a um ou outro aspecto (POLLAK, 1989), reflexo, também, do seu modo peculiar de analisar e selecionar essas temporalidades, as entrevistas foram conduzidas de modo a encontrar nessas memórias os pontos de confluência nas várias temporalidades e espacialidades revisitadas, aptas a contribuir na sistematização da geoistória da CPT – CE.

Ao refletir a respeito da problemática, a história de vida foi o caminho mais adequado para analisar as lutas, entraves, potencialidades, mudanças e permanências da Pastoral, porquanto a história individual, em muitos momentos, se confunde com a história da instituição. Recontar é sempre um ato de criação (BOSI, 2003). O sujeito entrevistado tece uma leitura pessoal do fato abordado. Essa leitura obedece a uma lógica afetiva a qual deve ser considerada. Foi na confluência das diferentes histórias individuais que as informações tomaram veracidade para a pesquisa pretendida.

Conduziu-se a pesquisa de modo a recolher, registrar e entender a perspectiva e o ponto de vista daqueles que são (e que foram) engajados com a causa dos trabalhadores e trabalhadoras atingidos pelo processo de expansão capitalista e apropriação da terra e das águas no Estado Ceará.

Como técnicas de coleta dos dados optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada e da observação participante. Os procedimentos técnico-operacionais se organizaram em torno de quatro eixos, concomitantes e complementares entre si, a saber: 1) revisão da literatura; 2) pesquisa documental e levantamento de dados secundários; 3) pesquisa de campo; e 4) transcrição, sistematização e análise das entrevistas e documentos.

O primeiro eixo, revisão da literatura mediante o levantamento bibliográfico, considerou as publicações acadêmicas como teses e dissertações, artigos, livros, textos, livretos e cartilhas que abordam a CPT e suas peculiaridades. Segundo

Gondim (2012), essa é uma fase voltada a identificar, localizar e consultar obras de forma a possibilitar seu uso na revisão da literatura, na elaboração do quadro referencial teórico e na definição da metodologia de pesquisa.

Além da geografia, a pesquisa estabeleceu um diálogo com outras áreas como sociologia, história, antropologia, teologia e áreas afins, porquanto esse processo de reflexão teórica exige essa interdisciplinaridade.

O segundo eixo, a pesquisa documental e levantamento de dados secundários, ocorre concomitantemente ao primeiro. Selecionou-se, dentre os documentos arquivados na secretaria regional da CPT-CE, em Fortaleza, aqueles aptos a orientar o percurso teórico-metodológico. Neles, optou-se por levantar, por meio das atas de reuniões de Coordenação, de reuniões de Conselho e de Assembleias, dados e informações sobre temáticas abordadas, conflitos acompanhados, problemas no campo, eixos temáticos trabalhados de 1983 a 2016. Documentos anteriores a esse período não foram encontrados nos arquivos.

De posse desse material, elaborou-se um quadro-síntese onde consta um panorama das ações da CPT. Para sua composição (em virtude da falta de arquivos anteriores a 1983), contou-se com informações retiradas das entrevistas, de cartilhas ou de relatórios de avaliação. Foi possível, ainda, extrair os dados necessários ao levantamento do período de participação de cada diocese da Regional Nordeste I na CPT-CE e construir o panorama do contexto histórico da CPT. Esses documentos possibilitaram compreender as temporalidades das ações, debates e temáticas trabalhados pela CPT nesses quarenta anos de atuação. Tais levantamentos nortearam o planejamento e execução dos trabalhos de campo, que necessitavam de um conhecimento prévio da atuação da CPT nas dioceses do Ceará para melhor e maior aproximação com a realidade concreta.

Outra fonte de pesquisa relevante foi a publicação anual da CPT Nacional, “Conflitos no campo Brasil” (1984 a 2015). O levantamento de dados a partir de 1985, quando se iniciou a publicação, associado aos dados encontrados na tese de doutoramento de Aldiva Diniz (2009), que sistematizou os conflitos acompanhados pela CPT de 1975 a 1985, propiciou mapear os conflitos acompanhados pela CPT ao longo dos quarenta anos, indicando as dioceses mais conflitantes no cenário agrário cearense.

O terceiro eixo, pesquisa de campo, dividiu-se em duas fases distintas. A primeira consistiu em realizar 25 entrevistas semiestruturadas com diversos representantes da Comissão Pastoral da Terra no Ceará. A segunda consistiu na participação nas ações promovidas pela CPT-CE, tais como: encontros, reuniões de conselheiros, cursos de formação, Romarias da Terra, congressos, campanhas, celebrações, pesquisas e lançamentos de livros e obras diversas.

Iniciado em 2012, o trabalho de campo estendeu-se até 2016, de forma descontínua. Mas a participação nessas atividades, no entanto, ocorre desde 2003 quando do estágio no secretariado regional da CPT-CE de 2003 até 2006, e posteriormente, ao acompanhar e colaborar com as atividades da CPT. Tanto a sistematização desses encontros como a utilização dos cadernos de campo se deram mediante a definição de estudar a CPT-CE como objeto de investigação a partir de 2013.

Conforme se considera, na realização de um trabalho de campo, “os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo”. (CRUZ NETO, 1998, p. 55). Como afirma o autor, a realização dos trabalhos de campo “[...] visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido”. (p. 53). Segundo Beaud e Weber (2007), é o campo que permitirá transformar a questão vaga e genérica do início em objeto empírico. E continua, “não há bom objeto, sem ‘bom campo’ nem bom campo sem ‘bom objeto’.” (p.37).

Foi nos trabalhos de campo onde os diálogos com os militantes da CPT se concretizaram. Nesses encontros, tanto nos eventos promovidos pela instituição como em reuniões agendadas individualmente com os sujeitos da pesquisa, se efetuaram as entrevistas.

Centrada na memória como recurso metodológico, associada também à utilização de dados de arquivos e publicações da instituição, a pesquisa usou duas das três memórias propostas por Humberto Eco: memória orgânica e memória vegetal.

Para o autor:

Os velhos, que articulavam a linguagem para consignar a cada um as experiências dos que os tinham precedido, representavam ainda, em seu

nível mais evoluído, **a memória orgânica**, aquela registrada e administrada pelo nosso cérebro. Mas com a invenção da escrita assistimos ao nascimento da memória mineral. Digo mineral porque os primeiros signos foram grafados em tabuinhas de argila ou esculpidos sobre pedra (ECO, 2014, p.14).
Destaques da autora

Quanto à memória vegetal, esta apresenta-se largamente quando do uso de publicações e referências de diversos autores que trataram do tema. Consoante a leitura de Humberto Eco (2014), hoje, esses livros, parte da memória vegetal, são os nossos velhos. Sobre isso relata,

Hoje os livros são os nossos velhos. Embora saibamos que erram com frequência, em todo caso, nós os levamos a sério. Pedimos a eles que nos deem mais memória do que aquela que a brevidade da nossa vida nos permite acumular (ECO, 2014, p.16).

Portanto, trata-se de uma pesquisa construída com base nos diálogos, seja com os sujeitos integrantes da CPT em algum dos seus momentos históricos, seja com a literatura pertinente à pesquisa. Sobre esta segunda, reforça Eco (2014): “A leitura torna-se um diálogo, mas um diálogo – e este é o paradoxo do livro – com alguém que não está diante de nós, que desapareceu talvez há século, e/ou está presente só como escrita”. (ECO, 2014, p.16)

As entrevistas contaram com sujeitos que vivenciaram a história da CPT em seus primórdios. Alguns acalorados tendem a evidenciar os aspectos positivos da ação da instituição sem revelar os limites desta para desenvolvê-la.

Outros sujeitos recusaram-se a participar da entrevista. Diante do incômodo em relação às entrevistas gravadas, e/ou a dificuldade de encontro para efetivá-las, decidiu-se pela entrevista escrita, viabilizada pelos e-mails.

Para acessar essas memórias, optou-se pelo emprego das entrevistas semiestruturadas. Buscou-se, então, agrupá-las, reunindo-as em torno de temas comuns. Os entrevistados foram divididos em quatro grupos com vistas a atender aos objetivos propostos na pesquisa. São eles: os coordenadores regionais; os secretários executivos; os recordadores e os conselheiros e agentes pastorais (locais). Partiu-se do princípio segundo o qual os entrevistados não são sujeitos passivos, determinados por questões sociais e políticas agindo sobre eles, mas donos de historicidade e de experiência que muito têm a dizer sobre o objeto estudado.

O primeiro grupo foi o dos coordenadores regionais. Estes fazem parte da pesquisa por serem os sujeitos que por estarem em plena gestão da instituição,

compreendem seu funcionamento, dificuldades e desafios superados e a serem superados no encaminhamento das ações propostas.

O segundo grupo foi formado pelos secretários executivos. Esses foram selecionados por passarem muito tempo na sede da Pastoral, tendo suas atividades relacionadas aos processos administrativos, mas também de formação. Consegue-se ter uma visão ampla das mudanças e transformações pelas quais a instituição passou. Na história dos quarenta anos de existência, a CPT - Ceará contou com seis secretários executivos. Essas entrevistas subsidiaram a construção da história da CPT por possibilitar a periodização das ações por ela trabalhadas.

O terceiro grupo, aqui denominado de recordadores, termo emprestado da obra de Ecléa Bosi (1994), é constituído por religiosos e religiosas (padres e freiras) que estiveram na instituição desde sua concepção, acompanhando também seu desenvolvimento, as lutas, vitórias e derrotas ao longo do seu processo histórico.

Quanto aos recordadores da história, foram entrevistados, principalmente, antigos colaboradores da CPT-CE, que participaram das suas ações nos primeiros anos de existência e que conviveram e trabalharam com Dom Frágoso. Essas entrevistas objetivavam resgatar, registrar e reconstruir a história da CPT-CE com base na memória do caminho percorrido, contada por aqueles que o percorreram.

O quarto grupo intitula-se de agentes locais, os quais foram selecionados em virtude da sua participação ativa nas dioceses. Sua atuação, compromisso com a CPT e suas ações locais conferem-lhes importância significativa para a presente pesquisa, uma vez que apresentam um panorama da atualidade da ação da CPT nas respectivas dioceses.

Com os grupos ora mencionados efetuaram-se entrevistas diferenciadas que levaram em consideração as experiências vivenciadas por cada grupo. As entrevistas foram gravadas e tiveram a autorização dos entrevistados por meio dos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Das entrevistas, três foram escritas, devido a ajustamentos de tempo e espaço.

Para Bosi (2003), a melhor entrevista é aquela que proporciona laços de amizade. Esses laços segundo a autora não devem ser efêmeros e, da qualidade do vínculo, depende a qualidade da entrevista, pois “se não fosse assim, a entrevista

teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro”. (BOSI, 2003, p. 61). A liberdade do depoimento deve ser respeitada a qualquer preço.

Nesse sentido, na realização das entrevistas, buscou-se resgatar a memória dos entrevistados, não só pelo que expressam verbalmente, mas também mediante observações voltadas a captar as nuances das entonações, momentos de mais tensão, dificuldades relatadas, desestímulo, descrença em alguns momentos, esperanças, etc. Nessa busca, considerou-se a afirmação de Humberto Eco sobre memória.

Para manter a perspectiva de um estudo qualitativo buscou-se, além de uma abordagem metodológica, uma técnica de pesquisa que não só admitisse complementar os dados e informações levantadas nas entrevistas, mas também possibilitasse a complementação de informações com vistas a mergulhar na história e trajetória recente.

Terminado o registro das histórias de vida e dos depoimentos pessoais, a fase seguinte da pesquisa foi a transposição das entrevistas.

Mediante o confronto desse material com os dados secundários, tais como relatórios anuais da CPT, atas das assembleias, regimento interno, notícias de jornais e outros documentos internos, pôde-se estabelecer conexões entre as informações colhidas e os critérios interpretativos escolhidos.

Além das entrevistas obtidas, efetivaram-se observações participantes nas atividades promovidas por essa Pastoral, tais como nas mobilizações, campanhas, reuniões, cursos de formação, oficinas, seminários, romarias e no acompanhamento dos processos jurídicos. Com a participação nesses eventos foi possível “captar uma variedade de situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmite o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”. (CRUZ NETO, 1998, p. 60).

Essa etapa aconteceu por meio da colaboração e envolvimento nas ações da CPT no Ceará, tais como: a Romaria da Terra (2015), lançamento do “Caderno de conflitos no campo Brasil” (2004-2015), participação em pesquisas sobre atividades análogas ao trabalho escravo (2006-2012), em encontros das áreas de

assentamentos (2013 a 2015), no IV Congresso Nacional da CPT (2015) e, ainda, em reuniões de Conselho, assembleias, seminários, encontro de equipes e comemorações (2012-2016). Logo, esta etapa se desenvolveu via observação e interação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). No primeiro caso, segundo o autor, colaborou-se participando naturalmente do público atingido ou negociando e justificando a presença da pesquisadora nas atividades e ações. No segundo caso, o essencial residiu na decisão de anotar, isto é, na decisão de que se trata de um evento importante.

As observações aconteceram nos eventos, encontros e reuniões organizados e executados pela CPT-CE. Essa participação já ocorre desde 2004, mas a sistematização desses eventos só se deu após definir a CPT-CE como objeto de pesquisa em 2013. Desde então, a presença em eventos como o lançamento do “Cadernos de conflitos no campo Brasil” de 2012, 2013 e 2014 foi recorrente. Trata-se de uma publicação anual da CPT Nacional, que sistematiza os conflitos no campo por terra, água e direitos em curso desde 1985. No Ceará, o lançamento da publicação conta com a participação de estudiosos, movimentos sociais, pesquisadores, padres, freiras e agentes pastorais. A apresentação da obra é precedida de uma explanação dos conflitos verificados no Estado por pessoas convidadas da instituição, as quais fazem uma explanação por eixo das ocorrências estaduais.

Nesses eventos, trabalhou-se com registros fotográficos, anotações no caderno de campo e gravações de entrevistas por meio da história oral. Muito mais do que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito requer esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas (BOSI, 2003).

No quarto eixo, procedeu-se à transcrição, sistematização e análise das entrevistas e documentos. Fez-se a classificação com base nas informações coletadas nas entrevistas e nos documentos, a qual foi dividida em históricas, administrativas e organizacionais/estratégicas. Esse momento constituiu-se da tabulação das informações e dados coletados, análises das entrevistas e dos cadernos de campo, organização do acervo fotográfico (pessoal, da Pastoral e das dioceses de Crateús e Limoeiro do Norte), elaboração de mapas temáticos e de quadros-síntese das atividades e encontros sistemáticos promovidos pela CPT-CE e, por fim, análise crítica do material coletado. A classificação dos dados se deu mediante transcrição do material.

Metodologicamente, as condições adequadas para a aplicação das entrevistas, conforme prescrito academicamente, escaparam muitas vezes. Nem sempre foi possível realizá-las em espaço fechado sem interferência de terceiros. Muitos foram os concorrentes para tal: pessoas ora conversando nos cômodos ao lado, ora circulando nos eventos onde se promoviam os encontros, latido dos cachorros, barulho dos ventiladores, telefonemas, enfim. Esses fatores trouxeram dificuldades na transcrição do material. Diante destas, decidiu-se partilhar essa tarefa com outros profissionais, no caso, uma socióloga.

Ainda no aspecto metodológico, o trabalho estrutura-se em seis capítulos, assim especificados:

No capítulo 1, Introdução, apresenta-se um panorama dos objetivos traçados para a pesquisa, assim como os aspectos metodológicos que lhe deram sustentação. Nele, são elencados acertos e equívocos no trajeto da pesquisa que levaram a refazer alguns caminhos metodológicos.

No capítulo 2, Comissão Pastoral da Terra: Uma geostória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo, expõe-se a conjuntura da América Latina no limiar do século XX, que fez emergir uma nova postura de parte da Igreja Católica diante das mazelas sociais que atingiam os povos do campo, das águas e das florestas.

No capítulo 3, Clamores nas terras do Ceará e a emergência de uma Igreja serva e pobre, tece-se um panorama dos conflitos dominantes no campo cearense entre trabalhadores e proprietários de terra nas fazendas e áreas apossadas. Tais conflitos se agudizavam no Ceará, levando ao desenvolvimento do papel exercido por parte da Igreja Católica, pelos Sindicatos e pelo Estado ante esses conflitos, porquanto essas ações são precursoras do trabalho implementado pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra posteriormente. Nesse contexto histórico, apresenta-se o (re)nascimento da Igreja de Crateús em 1964, a qual, por sua opção preferencial pelos pobres, vai servir de base para as ações trabalhadas pela Comissão Pastoral da Terra a partir de 1976.

No capítulo 4, Memórias reveladas dos quarenta anos de caminhada, num esforço de síntese busca-se, por meio das entrevistas e dos documentos pesquisados, evidenciar um panorama da história da CPT no Ceará ao longo dos

quarenta anos, elencando a conjuntura e os posicionamentos adotados diante destas. Além disso, com suporte também nas entrevistas e nos documentos orientadores da CPT como o Regimento Interno da CPT-CE e Estatuto Social da CPT, apresenta-se sua forma de organização e espacialização no Estado do Ceará.

No capítulo 5, Quarenta anos de CPT no Ceará, 1976-2016: permanências e transformações, de forma resumida, tenta-se sistematizar as ações, atividades e temáticas trabalhadas pela CPT ao longo dos quarenta anos, ressaltando principalmente o debate da CPT ao selecionar essas temáticas.

Ao final, no capítulo 6, intitulado Lampejos finais, traçam-se as reflexões sobre a CPT-CE. Esta, em síntese, com avanços e permanências, continua a inspirar e a impulsionar a construção de uma sociedade justa, democrática e fraterna.

2 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: UMA GEOISTÓRIA TECIDA PELOS GRITOS DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO

2.1 A EMERGÊNCIA DE UMA IGREJA DOS POBRES

A ciência e a técnica, que nos países metropolitanos libertam, aqui são os grandes instrumentos de dependência e de criação de desigualdades (BOFF, 1992, p. 12).

Esta afirmação, de autoria do teólogo Leonardo Boff (1992), traduz os acontecimentos da América Latina ante o processo de desenvolvimento desencadeado nesse continente ao longo do século XX, cujo crescimento econômico não garantiu aos seus povos acesso aos meios de produção, mas, ao contrário, desvelou para a sociedade o fosso crescente entre ricos e pobres.

A crueza das contradições da sociedade capitalista desenhou no espaço geográfico latino-americano cenários de crises e conflitos os quais aprofundam ainda mais as diferenças entre as classes sociais². “O espaço geográfico é também espaço social”. (SANTOS, 1978, p.120), e como tal, reflete as contradições da sociedade, desnudando as desigualdades socioespaciais.

Como mencionado, o projeto de modernidade europeia, implantado no Brasil, hoje mundializado, caracteriza-se pela vontade de poder. “O poder é para dominar. E dominar para lucrar”. (BOFF, 1992, p.12). Esse lucro se faz pela exploração de uma classe social sobre outra.

Índios, negros e camponeses foram as maiores vítimas desse processo de exploração e expropriação dos territórios da América Latina. Boff (1992), em sua obra “América Latina: da conquista à nova evangelização”, apresenta o cenário da América

² “Seja qual for a definição de classe que se toma - se em termos marxistas, relacionado com a posse dos meios de produção e a dinâmica potencial de mudança inerente à dialética entre classes opostas, ou, nos termos weberianos, referindo-se às diferenças de oportunidades na vida para os membros de diversos estratos sociais, resultante do poder econômico no mercado - classe social é um conceito crucial em todas as sociedades estratificadas e o Brasil dificilmente pode ser considerado sem classe” (KADT, 2007, p.30-31).

Latina ante a conquista europeia com base nas vozes das vítimas desse processo, porquanto a história foi contada sob a perspectiva dos vencedores.

Segundo o autor, são três as principais reivindicações dessas vítimas. Em primeiro lugar, denunciam a injustiça histórico-social do processo de colonização e de cristianização. Aqui cabe lembrar o maior genocídio da história humana decorrente desse processo. Em segundo lugar, as vítimas reclamam reconhecimento. Índios e negros foram tratados praticamente como animais e nunca foram reconhecidos como outros, diferentes e igualmente dignos em sua cultura e religião. E em terceiro lugar, questionam o projeto da modernidade europeia e o tipo de missão que as Igrejas praticaram e ainda praticam (BOFF, 1992).

A entrada dos povos europeus no território da América Latina gerou exploração e violência e submeteu seus povos a escravidão, aculturação, genocídio, ecocídio, além de ter estabelecido um sistema de colonização baseado num modelo de exploração. Com a presença desses elementos ampliou-se a consciência da situação de opressão e a urgência pela libertação. Vale destacar que a “categoria *libertação* implica uma recusa global do sistema desenvolvimentista e uma denúncia de sua estrutura subjugadora. Urge romper com as redes de dependências.” (BOFF, 1980, p.17).

Ainda, as práticas desenvolvimentistas alargaram a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Pautados na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que para Trotsky (1978) significa a aproximação de diversas etapas, combinando fases diferenciadas, amálgama das forças arcaicas com as mais modernas, percebeu-se, enfim, que o subdesenvolvimento não era uma fase superável. Desse modo, rompe-se com as ideias evolucionistas e com o caráter linear desse processo. Era, antes, uma situação político-econômica vigente na América Latina e no mundo ocidental.

A compreensão dos mecanismos que mantinham a América Latina no subdesenvolvimento - dependência e dominação, foi fundamental para se dar o primeiro passo rumo à superação desse binômio. Emerge uma nova consciência histórica, criando um foco a partir do qual se podem trazer à luz novos fenômenos e dimensões da realidade antes ocultos.

Enquanto os países desenvolvidos nas décadas de 1960-70 aumentaram em 50% suas riquezas, o mundo em desenvolvimento, formado por dois terços da população mundial, continuava a se debater na miséria e na frustração, apresentando sua verdadeira face: subproduto histórico do desenvolvimento de outros países (BOFF, 1980).

Vítima de um processo de sucessivas pilhagens por parte dos projetos imperialistas, a América Latina ganhou novamente a função de produtora e reprodutora do capital por meio da divisão internacional do trabalho, remodelada após a formação das empresas multinacionais (décadas de 1960 e 1970), com base na exploração da mão-de-obra e das riquezas naturais (MITIDIERO JUNIOR, 2010).

Explorados, pobres e oprimidos, os povos latino-americanos constituíam um continente marcado pela perversa desigualdade social e pela violência da miséria. Essa paisagem cruel, muito bem caracterizada por Eduardo Galeano em sua obra “As veias abertas da América Latina” (2002), foi um elemento essencial nos questionamentos sobre o real papel da Igreja no mundo contemporâneo em face desses acontecimentos e no incentivo ao surgimento de uma teologia que, além de dar respostas a essa situação, tentava trilhar os caminhos da mudança (MITIDIERO JUNIOR, 2010).

Assim, esses problemas sociais, recrudescidos pelo avanço do capitalismo e do liberalismo econômico na primeira metade do século XX, nortearam as reflexões e mudanças na postura secular da Igreja ante os povos sofridos. Outro elemento a acelerar a tomada de consciência por parte da Igreja para a questão social foi o socialismo científico (idealizado por Karl Marx e Friedrich Engels), sobretudo ao encontrar terreno fértil às suas ideologias nessas áreas de maior vulnerabilidade, por se colocar contra as diferenças sociais. Para a Igreja, as ideias socialistas (e o comunismo) configuravam-se uma ameaça à perda de fiéis simpatizantes das doutrinas revolucionárias.

Esses acontecimentos e reflexões postos à Igreja Católica, paulatinamente levaram a uma mudança na postura de parte do apostolado latino-americano, o qual passou a compreender o cristão como sujeito do processo histórico, que tem um compromisso com o outro, de amor e caridade. “Essa seria a perspectiva de uma nova

compreensão da fé, a Teologia da Libertação, que repensa a conduta dos homens, as questões sociais e a Igreja dentro da realidade temporal”. (TONETO, 2007, p. 13).

Nesse processo de transformação ocorrido na Igreja Católica, o Concílio do Vaticano II (1962), os encontros do episcopado latino-americano do Concílio de Medellín (1968) e o Concílio de Puebla (1979) foram marcos importantes de mudança da Igreja diante dos problemas sociais.

No Concílio do Vaticano II, os ideais do episcopado latino-americano, acordados e movidos pela realidade subjacente dos seus povos, tiveram intensa repercussão nos encaminhamentos tomados. O teólogo Oscar Beozzo em sua obra “O Vaticano II e a Igreja latino-americana” (1985) indica elementos que explicam o fato dos bispos brasileiros apresentarem as condições necessárias para o debate. Segundo o autor, [...] “o Brasil carregava no seu episcopado a experiência sofrida de um nutrido grupo de bispos nordestinos, cujo pão cotidiano era a seca, a fome, o drama dos retirantes dos lavradores sem-terra, da injustiça secular”. (BEOZZO, 1985, p.9). Essas experiências refletiram-se em suas falas durante o Concílio e fizeram florescer debates sobre os ideais de transformação e descolonização da América-Latina.

Nesse prisma, esses bispos idealizavam sair do mero assistencialismo para soluções mais corajosas e estruturais. Para tal, se exigiam profundas mudanças. Esse amadurecimento de discussão foi possível porque os bispos do Brasil viveram uma experiência única durante o Concílio, pois a despeito de poder se alojar nas casas de suas congregações, optaram por alojar-se no mesmo lugar, o que favoreceu o aprofundamento do debate entre eles.

Segundo Beozzo (1985):

O morar juntos durante longos meses, por quatro anos seguidos, forjou no episcopado brasileiro uma unidade, uma confiança mútua, uma capacidade de trabalhar em conjunto, de discutir e superar divergências que foi talvez o maior dom concedido à Igreja do Brasil no pós-concílio (p.10).

A 2ª Conferência do Episcopado Latino-Americano, conhecida como Conferência de Medellín, organizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), é outro marco histórico na Igreja Católica. “Foi convocada no final de 1967 pelo papa Paulo VI e ocorreu entre os dias 20 de agosto e 6 de setembro de 1968,

diante dos conflitos sociais que convulsionavam o mundo naquele período.” (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p. 62).

Essa Conferência significou a transposição da perspectiva do Concílio e de suas intuições ao contexto do continente latino-americano. Medellín não apenas recolheu e desenvolveu a riqueza e as potencialidades do Concílio, mas acabou pondo em marcha um movimento teológico-ecclesial que revelou os limites do próprio Concílio; além disso, marcou de modo decisivo e radical a caminhada e o rosto da Igreja latino-americana (AQUINO JUNIOR, 2012).

Ao incorporar as reflexões advindas desses eventos, a Igreja latino-americana passa, então, a apresentar sinais de grandes mudanças ao se aproximar da realidade das classes populares, como afirma Betto (1981):

[...] a renovação da Igreja, iniciada com o Vaticano II e levada a efeito na América Latina a partir da reunião de Medellín, em 1968, fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre mais das classes populares, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado (BETTO, 1981, p. 23).

Inspirada no Concílio do Vaticano II e na Conferência de Medellín, a partir da década de 1970, desenvolve-se na América Latina uma Igreja de Libertação ou Igreja Popular, uma linha mais progressista com suporte nas Comunidades Eclesiais de Base. Na Igreja Popular, religião e prática política relacionam-se tão intimamente que geram “um novo modo de ser Igreja”. Desenvolve-se, então, um trabalho propriamente religioso, o qual produz e reproduz significados sagrados que deem sentido à vida social. Inaugura-se uma nova espiritualidade, um novo modo de ler a Bíblia, bem como uma nova liturgia, sendo importante o papel da Teologia da Libertação (TL) na veiculação de suas ideias, fundamentação teórica de práticas pastorais e projetos de ação e, também, na transmissão de suas experiências.

Onze anos depois, em 1998, ocorreu a 3ª Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla – México, a qual atrasou em razão da morte do Papa Paulo VI. Nesta Conferência foram fortes os embates entre as alas conservadora e progressista da Igreja Católica. Até esse encontro, a Teologia da Libertação não tinha se especializado nem repercutido como se esperava após Medellín.

A ala libertadora sabia que o êxito e a continuidade das transformações na Igreja e da missão pastoral dependiam dos avanços e do clima de solidariedade

obtidos em Medellín. Graças ao discurso de João Paulo II, de cunho social, os setores ligados à Teologia da Libertação potencializaram suas palavras e as transformaram em elementos efetivadores do discurso libertador (MITIDIÉRO JUNIOR, 2010). Esse encontro de Puebla fortaleceu a tendência de Medellín, que dentre outros encaminhamentos propunha,

[...] reconhecer a importância das CEBs, a necessidade de contato com organizações populares, a busca pela “libertação integral do ser humano”; a “opção preferencial pelos pobres”, a crítica contundente ao capitalismo e à exploração de *classe*; o respeito pelas diferenças culturais e a construção de uma sociedade justa; a defesa dos pobres, portadores privilegiados do Evangelho; e a ênfase na “práxis libertadora” como “fermento do mundo”. (PEREIRA, 2008, p.47).

Então a vertente radical e progressista da Igreja adotou um posicionamento eclesial ligado à Teologia da Libertação, o qual segundo Gustavo Gutierrez (1974) é antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual.

Ao tratar da Teologia da Libertação, o pastor Milton Schwantes assim se expressava:

[...] Na teologia da Libertação aprendemos a correlacionar, conscientemente, texto e contexto, fé e vida, teologia e prática [...] nessa metodologia houve avanços significativos, tanto na atuação pastoral quanto no discernimento teológico [...] A luta pela terra é parte de um fenômeno maior, pelo qual os setores populares reivindicam acesso aos meios de produção e aos bens produzidos (POLETTI, 1985b, p. 11 e 14).

Conforme assevera Lowy (1996), a Teologia da Libertação adota plenamente os valores modernos da Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade, democracia e a separação entre a Igreja e o Estado.

Segundo Soares (2000):

Do ponto de vista eclesial, a proposta da Teologia da Libertação é singular, pois não se trata de um grupo de leigos ligados à Igreja Católica que passou a desenvolver uma prática política sob a inspiração católica cristã, mas sim, de um grupo de intelectuais organizadamente ligados a essa instituição, propondo uma reforma em sua estrutura e na forma de viver a fé. Do ponto de vista político social, das disputas entre os vários grupos e correntes de pensamento que propunham a transformação social, a Teologia da Libertação é uma proposta a mais nesse mosaico, defendendo a alteração da ordem capitalista com base nos princípios religiosos. Nesse sentido, a sua intenção é evitar a superação da concepção religiosa de mundo entre as classes populares em um possível processo de transição para uma sociedade alternativa (SOARES, 2000, p.16).

Nesse prisma, a Teologia da Libertação apresentava-se como uma eclesiologia avançada e progressista em comparação às teologias que até então se estabeleciam na Igreja Católica. Apesar de não substituir outras teologias ou

conseguir a visibilidade almejada pelos bispos progressistas, a TL se coloca como uma forma de interpretar o evangelho e as mazelas sociais que mais possibilita uma transformação da realidade de dor e sofrimento dominante na América Latina. Por isso, foi na América Latina, e no Brasil, especificamente, que a TL ganhou maiores contornos ao congregar adeptos como bispos, padres e leigos conscientes do seu papel na construção de uma sociedade mais justa, como afirmam Costa, Zangelmi e Shiavo (2010).

Foi no Brasil onde a Teologia da Libertação e seus seguidores pastorais conseguiram exercer grande influência (LOWY, 2000). Embora a produção dos teólogos da libertação tenha promovido algumas diferenças, existe uma série de princípios que constituem inovações radicais. Destes, os mais importantes estão expostos a seguir (FIGURA 4).

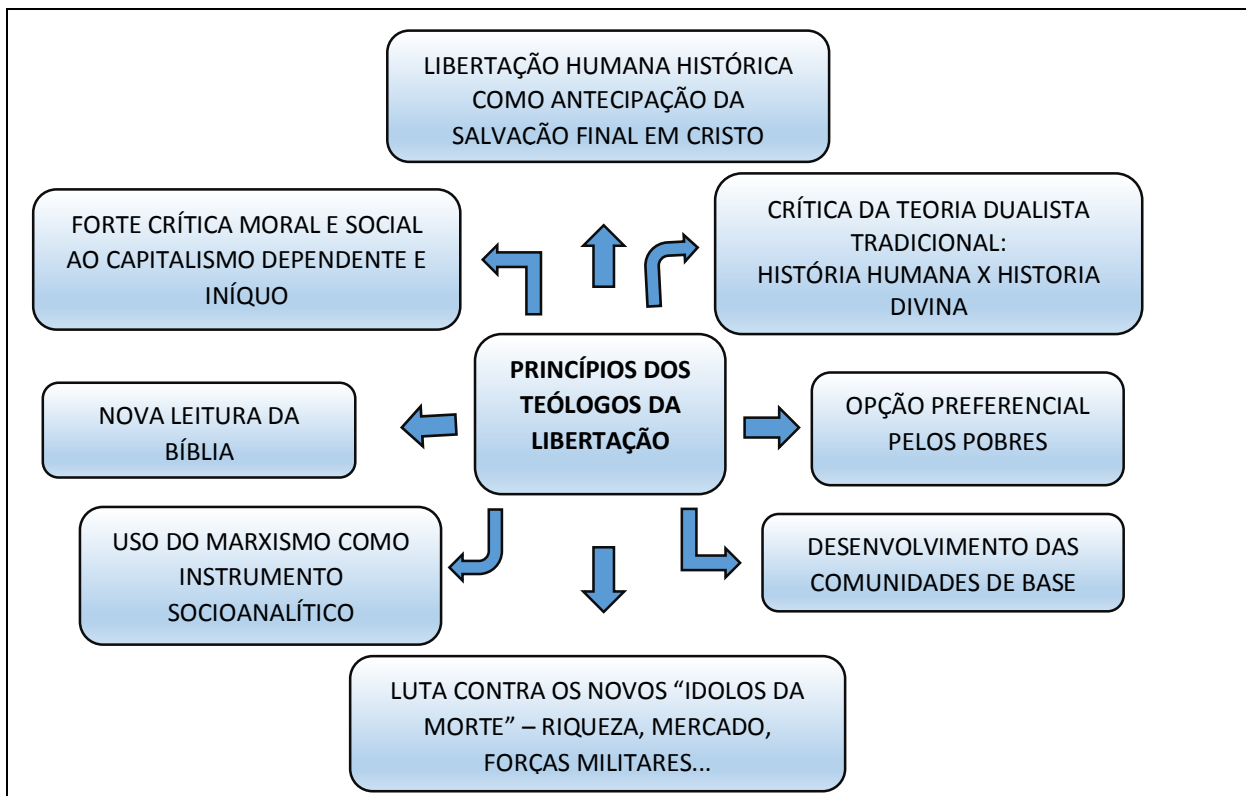


Figura 4 - Princípios dos Teólogos da Libertação

Fonte: Adaptado, Lowy (2000).

Organização: Silva, Danielle Rodrigues (2016).

Nas palavras de Aquino Junior (2012, p.7), “o movimento ‘Igreja dos Pobres’, fundamentado na Teologia da Libertação e assumido pela ala progressista e libertadora da Igreja, se baseou nas “mensagens enviadas por D. João XXIII no dia

11 de setembro de 1962, um mês antes do Concílio”. (AQUINO JUNIOR, 2012, p.7). Entre os temas propostos pelo papa ao Concílio estavam: abertura ao mundo moderno, unidade dos cristãos e Igreja dos Pobres (GUTIÉRREZ, 1985). Enquanto os dois primeiros temas encontraram muita acolhida entre os pares conciliares do Primeiro Mundo, a Igreja dos Pobres foi um tema marginalizado, mas que desafiava profética e missionariamente a Igreja.

A expressão opção preferencial pelos pobres foi consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla (1979). Ela foi definida pela Igreja Católica no dia 16 de novembro de 1965, quando cerca de quarenta padres conciliares, em uma celebração eucarística nas catacumbas de Santa Domitila, em Roma, assumiram o compromisso de uma Igreja pobre e servidora dos pobres, assinando o chamado “Pacto das Catacumbas”. (KOPPENBURG, 1966).

O grupo do qual faziam parte D. Hélder Câmara, D. Fragoso e outros bispos brasileiros firmou o pacto da Igreja servidora e pobre, ao final da 4ª e última sessão do Concílio, prometendo levar uma vida em tudo igual à dos pobres, renunciando aos sinais exteriores de riqueza e comprometendo-se a dedicar especial atenção apostólica e pastoral aos mais pobres e esquecidos (BEOZZO, 1985, p. 10).

A Igreja Popular (na qual os pobres se sentem em casa) exige um tempo longo e paciente de educação da fé, de experiência nas comunidades, nas paróquias e na diocese, de leitura popular da bíblia, de escuta dos pequenos e de sua sabedoria (FRAGOSO, 2005). Além disso, “o trabalho da ‘igreja popular’, inspirado na Teologia da Libertação, pode ser definido com uma combinação de evangelização e participação para a construção de uma nova sociedade”. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 66).

Ora, a Igreja sempre se relacionou com os mais pobres mediante as obras de misericórdia. Aqui, porém, ocorreu uma profunda virada. “Pobre não é mais entendido como objeto de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história”. (BALDUINO, 2001, p.12).

Nesse âmbito, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela perspectiva de uma Igreja como símbolo das transformações sociais, perspectiva alargada nas décadas seguintes via amplo movimento por meio de suas pastorais e

comunidades de base. É lugar-comum dizer-se que diversas experiências na Igreja do século XX anteciparam e de certo modo prepararam o advento do Concílio e de suas reformas (BEOZZO, 1985).

No Brasil, o golpe de Estado de 1964 foi decisivo na orientação das pastorais de cunho libertador. Com o processo ditatorial instalado no país em 1964, verificou-se a emergência dos segmentos mais radicais dentro da instituição, ao provocar ruptura desta com os segmentos dominantes - as elites agrárias, já que de acordo com Martins (1994), acreditavam ser possível resolver os conflitos no campo mediante uso dos aparelhos repressivos do Estado.

Foi nesse período que se conheceu uma Igreja mais combativa e agressiva em termos de defesa dos interesses da classe trabalhadora rural, colocando-se como intermediária de suas reivindicações. No entanto, não se pode afirmar que todos os setores da Igreja e todas as suas instâncias partilhassem dessa mesma orientação. Segundo Albuquerque (2012), alguns segmentos se preocupavam com a construção de um modelo de sociedade baseado na igualdade.

Apesar das diferentes perspectivas dos vários segmentos integrantes da Igreja Católica, somente a partir da década de 1960, as Igrejas criaram as condições pedagógicas e teológicas para assumirem o projeto político popular, que é de uma democracia popular, participativa e aberta à integralidade das manifestações humanas, especialmente da experiência religiosa. Em face das opressões religiosas, criou-se uma consciência de libertação (BOFF, 1992).

Tanto o conceito de libertação como o de conscientização estão fundamentados na pedagogia de Paulo Freire. Libertação e consciência são precisos em seu significado de libertação das amarras do capitalismo, do trabalho forçado pela necessidade, da superação da opressão a que o capital submetia o trabalho, da alienação e conscientização com sentido de percepção da realidade e da ação simultânea pela superação dessa realidade alienante (ALBUQUERQUE, 2012).

Dessa forma, as Comunidades Eclesiais de Base vão se configurar na melhor expressão dessa nova pastoral, ao lado de outras pastorais, pois se realizavam em pontos individualmente menos perceptíveis e que, portanto, “fugiam” do controle do regime militar e civil empresarial (LIBANIO, 1982). Além disso, no vocabulário das CEBs a palavra libertação é uma constante e se destaca. “Ela está

presente nos cânticos, na meditação do Evangelho, no plano de ação, e ajuda a comunidade a passar de uma consciência social reformista para a consciência da modificação do modo de produção capitalista”. (PINHEIRO, 2009, p.6).

É interessante observar: o surgimento das CEBs no Brasil se deve à preocupação evangelizadora-comunitária explicitada por meio dos catequistas populares de Barra do Piraí (RJ), do movimento de educação comunitária de base com a catequese radiofônica (Natal, RN) e às experiências de apostolado leigo, aos esforços de renovação paroquial, em um movimento de renovação nacional codificado nos planos nacionais de Pastoral de Conjunto (1962-1965). (BOFF, 2008).

Como observado, o termo Comunidades Eclesiais de Base guarda significações que são bem exploradas por Frei Betto (1985). Segundo o autor,

[...] são comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja, essas pessoas vivem uma comum união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. De base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) (BETTO, 1985, p.16- 17).

Os grupos pertencentes às CEBs ressignificaram o espaço da Igreja, sobretudo ao incorporar novas dimensões, tornando-o espaço de reflexão, organização e, conseqüentemente, de luta. [...] “Em meio à luta pela terra aflora o sentido do martírio”. (CPT, 1985, p. 14).

Migrantes e oprimidos, os membros das comunidades, se outrora buscavam na religião um sedativo para os sofrimentos, encontram agora um espaço de discernimento crítico frente a ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir a opressão (BETTO, 1985, p.21).

No Brasil, ao contrário da América Central, as CEBs foram quase em sua maioria criação de sacerdotes ou freiras (MAINWARING, 1989).

Nas CEBs o leigo assume a tarefa de levar avante o Evangelho e manter viva a fé. Depois de séculos de silêncio, o Povo de Deus toma a palavra. Ele já não é mais só um freguês de sua paróquia, mas portador de valores eclesiológicos. Esse processo é favorecido porque as CEBs orientavam suas reflexões nas comunidades pelo método ver-julgar-agir, “onde o sujeito aprendia a observar a realidade ao entorno, depois em grupo, analisava essa realidade, comparando-a com a realidade global e os ensinamentos bíblicos, para só, então, delinear estratégias de ação coletiva”. (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p.100).

O método ver-julgar-agir tem sua origem na Ação Católica Brasileira (ACB). No Brasil, a Ação Católica nasceu com o seguinte espírito: uma associação de católicos que, a partir do seu próprio ambiente, participam ativamente na missão apostólica da Igreja. A Ação Católica teve dois momentos distintos: um primeiro com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950) e um segundo, com a Ação Católica especializada (de 1950 a 1960). (SOUZA, 2006).

Posteriormente, o método da Ação Católica foi incorporado por diversos movimentos. Destes, menciona-se o Movimento de Educação Básica (MEB). Fundado em 21 de março de 1961, pelo Decreto n.º 50.370, o MEB foi empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país (MEB, 2016). Referido movimento foi precursor, no Brasil, da educação a distância, por meio das escolas radiofônicas, destinadas especialmente aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, comunidades quilombolas e comunidades indígenas, e implantou cursos de capacitação voltados às comunidades do campo tais como cooperativismo e associativismo. Tinha um compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares urbanas e rurais, assim como o fato de orientar sua ação educativa para uma ação política (FÁVERO, 2006, apud MEB, 2016).

Frei Betto (1981) mostra como os três elementos da metodologia ver-julgar-agir se articulam no jeito de fazer das comunidades. Segundo ele:

Na primeira parte, ver, uma ou outra questão se coloca como mais importante. Essas questões são colocadas de forma diferente e variam muito em função da forma como as reuniões e encontros são encaminhadas. Após essa fase, passa-se ao julgar. Nessa parte são delineados caminhos alternativos de resolução dos problemas à luz da bíblia parte do método sempre ligada ao evangelho segundo Betto. A terceira parte, o agir, refere-se à etapa do planejamento, da forma concreta de se enfrentar os problemas elencados (BETTO, 1981, p.31).

É importante compreender que esse método funciona na prática de forma dialética, pois as etapas não ocorrem de forma linear. Cada momento se interrelaciona com os demais. Ao contrário, “é sempre a continuidade da ação, retomada sob a consciência crítica de suas falhas e erros e de suas implicações pastorais”. (BETTO, 1981, p.31). Como assevera Fragoso (2005), a articulação desses passos possibilita a prática transformadora.

Pinheiro (2009) aponta ainda os elementos da religiosidade católica no uso desse método. Conforme o autor, o método é definido da seguinte forma:

[...] ver, percebe-se que uma ou duas questões se impõem como mais importantes; julgar, como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho; e agir, o planejamento, a busca pela forma concreta de enfrentar o problema (um mutirão, o abaixo-assinado, etc.). (PINHEIRO, 2009, p.7).

Segundo Souza (2006), os primeiros anos da Ação Católica Brasileira “foram marcados por uma ação formativa muito acentuada: uma verdadeira catequese especializada”. (p.49). Além disso, teve o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos, estimulando a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã.

Foram os Movimentos da Ação Católica, Ação Católica Operária (ACO); Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) que, na década de 1960, construíram e ajudaram a consolidar junto com outros grupos as Comunidades Eclesiais de Base, procurando a inserção da comunidade nos problemas da vida cotidiana e na luta pela justiça, desde a mensagem do Evangelho (SOUZA, 2006).

Fundamentadas nesse método, as Comunidades Eclesiais de Base “representam uma nova forma de organização pastoral”. (BETTO, 1981, p.17). São orientações para o novo jeito de fazer/ser Igreja, constituindo fundamentalmente um movimento de leigos. O respeito ao saber do povo, mediante uma relação de igualdade nas celebrações que podem ser conduzidas pela própria comunidade ou pelo agente pastoral, dentre outras obrigações

[...] deve viver vinculado ao povo, comungando a sua vida, para, no espaço eclesial, entender melhor a sua palavra. Caso contrário, o agente correrá o risco de cair na atitude de quem quer ensinar à comunidade popular sem antes aprender com ela e refazer suas categorias e valores elitistas, academicistas, populista ou vanguardistas (BETTO, 1981, p.18-19).

Os camponeses tornaram-se os principais receptores desse novo jeito de ser Igreja e a questão agrária “o tema angular dos debates travados em torno dos projetos da transformação social”. (PEREIRA, 2008, p.48).

É nesse contexto de lutas políticas e sociais que nasce a Comissão Pastoral da Terra e sua efetivação como uma das principais mediadoras dos conflitos de terra nos anos 1970 pelo Brasil.

2.2 IMPASSES NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: o recrudescimento da violência e o apoio da Igreja nos conflitos no campo

A história de colonização do Brasil apresenta uma face obscura, marcada pela exploração. Como a potencialidade nacional (recursos naturais e humanos) foi largamente utilizada em favor dos países colonizadores, relegou aos povos nativos um quadro de abandono, pobreza e degradação.

Sobre isso, Leonardo Boff (1992) faz uma síntese das perdas da América Latina. Relata o autor:

Começamos a ser expropriados dos produtos naturais (pau-brasil, algodão, tabaco, açúcar). Depois tivemos de entregar nossas riquezas das minas de ouro, prata e outros materiais preciosos. Em seguida, no processo de industrialização exportadora, fomos obrigados a exportar produtos semimanufaturados. Logo após, passamos a enviar os produtos de nossas indústrias, mais baratos no mercado mundial, porque a mão-de-obra aqui é aviltada por salários de miséria. Por fim, tivemos de exportar diretamente capital, em moedas fortes, como pagamentos dos juros das dívidas que contraímos (BOFF, 1992, p. 62).

Paralelamente a esses processos de exploração e expropriação em curso desde a colonização no século XVI, ocorreram inúmeras transformações socioespaciais no campo brasileiro, sobretudo em meados do século XX, desde transformações de natureza técnica, científica até transformações nas relações sociais de trabalho e com a terra. Vimos no Brasil o capital se apropriar da terra, transformá-la em mercadoria. Esse processo de apropriação foi paulatinamente profundando laços de dependência, desigualdade social e injustiça e, assim, subjugou cada vez mais os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Esse quadro que se estabeleceu no Brasil, associado aos eventos já anunciados, levou teólogos e clérigos identificados com a Teologia da Libertação a exigir mudanças na postura e ação da Igreja, pois consideravam a injustiça perpetrada uma afronta aos projetos de Deus. Conclamavam por outra missão, mais próxima dos povos oprimidos, para que estes pudessem se reerguer diante das opressões.

No Brasil, dois teólogos vinculados à Teologia da Libertação tiveram expressão internacional e atuaram como porta-vozes do discurso transformador da teologia crítica, envolvidos com muitas das lutas sociais. Eram eles o catalão Dom Pedro Casaldáliga, Bispo da prelazia de São Félix do Araguaia (MT), mais tarde um

dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra, e o Bispo de Olinda (PE), Dom Hélder Câmara. Enquanto o primeiro ficou conhecido pela produção de textos, entre estes, poemas onde denunciava a situação de opressão e versava sobre as injustiças no campo, o segundo foi indicado quatro vezes ao prêmio Nobel da Paz. Seu reconhecimento mostrou-se tão relevante que na década de 1970 era o segundo brasileiro mais conhecido na Europa depois de Pelé (MITIDIÉRO JUNIOR, 2010).

Dom Pedro Casaldáliga já estava envolvido com as questões de terra na Amazônia, muito antes da CPT institucionalizar-se. Segundo Iokoi (1996), entre 1971 e 1973, Casaldáliga enfrentou um período muito difícil em sua prelazia, pois ele e sua equipe foram perseguidos, torturados e presos. Isso ocorria também com trabalhadores rurais que chegavam a ser assassinados e/ou desapareciam. Diante dessa violência e em face das condições na prelazia, o trabalho pastoral por ele implementado dedicava-se a oferecer apoio, denunciar as arbitrariedades e animar os fiéis, incentivando-os a resistirem às condições e provações vividas com os projetos de desenvolvimento agropecuário e plano de colonização ligados à ideologia de integração nacional que se agudizava, mas que aumentou a concentração de terra e promoveu a expulsão dos posseiros. Ante o isolamento da região, passou a escrever cartas circulares as quais eram copiadas por seus apoiadores e distribuídas em grande quantidade. Muitas vezes o fez quando sua casa estava sob vigilância (IOKOI, 1996).

Como Dom Pedro, outros bispos assumiram essa postura de defesa dos mais humildes. Isso, no entanto, não configurou a totalidade do bispado brasileiro, pois, se por um lado determinados clérigos apoiavam as ideias progressistas da Igreja, amparados na Teologia da Libertação, por outro, um segmento expressivo até mesmo dos mais altos estratos da hierarquia eclesial não se envolviam com a situação política do Brasil, ou apoiava os militares. Explicitava-se, assim, nítida cisão na postura clerical brasileira. Essa cisão persiste até hoje.

Notadamente, tal ruptura interna colocava-se como uma dificuldade a mais para a espacialização das ideias progressistas no país e para que a Igreja assumisse definitivamente a causa social como sua verdadeira missão. No entanto, o quadro que assolava os povos e comunidades foi o fermento necessário à expansão dos movimentos sociais que lutavam por justiça social no campo e na cidade, eclodindo

nas organizações de trabalhadores, sindicatos e de uma ala da Igreja Católica mobilizada pelo sofrimento dominante que se abatia no território brasileiro.

Dentre os bens mais cobiçados na história do país, desde seu processo de colonização, estão a terra e todos os elementos a ela associados. Tanto como produto quanto como reserva de valor, a terra sempre foi sinônimo de poder. Ter terra é ter poder.

No Brasil a distribuição da terra, ou seja, sua estrutura fundiária, é concentrada e possui um desenvolvimento capitalista gerador de imenso conjunto de miseráveis. Essa realidade que traduz o mundo agrário hoje possui suas raízes históricas no modo como a terra foi apropriada, distribuída e utilizada, sobretudo ao favorecer o aumento do número de conflitos no espaço agrário brasileiro, revelando um cenário de contradições próprias do capital, de uso indevido dos recursos naturais e de beneficiamento de uma classe social em detrimento de outra.

A história da terra no Brasil e das formas como estas foram apropriadas tem origem no período entre 1530 a 1822 com as sesmarias, isto é, grandes lotes de terra doadas em caráter vitalício e hereditário a cidadãos da pequena nobreza portuguesa, os donatários. Posteriormente, de 1822 a 1850, se extinguiu completamente a viabilidade da posse liberada da terra. E, em 1850, com a Lei de Terras, a qual estabelecia no país o acesso à terra por meio da compra, instituindo o cativeiro da terra, ou seja, aqui, as terras não são livres mas cativas (MARTINS, 1991). Por meio da Lei de Terras de 1850 garantiram-se mecanismos que possibilitaram a manutenção e a concentração fundiária e da disponibilidade de mão-de-obra (MEDEIROS, 2003).

Após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil e no mundo, colocava-se na ordem do dia a necessidade de promover o desenvolvimento, por meio da industrialização. Na ótica da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) era preciso modernizar o setor da agricultura, estimular a produção para o mercado interno e elevar os padrões de vida das populações rurais para que também se constituíssem em mercado consumidor (MEDEIROS, 2002).

No entanto, o que se viu foi o encontro de perspectivas distintas e projetos diferenciados. De um lado a meta era intensificar a industrialização para alcançar o desenvolvimento; de outro, propunha-se o incentivo à modernização da agricultura

sem alterar a estrutura fundiária, abrindo o mercado de máquinas e equipamentos pesados, insumos químicos, etc. (MEDEIROS, 2003).

O período da década de 1950 é, portanto, relevante para compreender transformações da sociedade a partir da corrida no país pelo *status* de desenvolvimento, nos moldes do modelo europeu. Essa busca desenfreada se fez sobre os modos de vida, a cultura e os hábitos dos povos nativos e tudo que se apresentasse como empecilho ao desenvolvimento. Desta feita, o cenário de conflitos no campo passou a figurar mais como uma regra do que como uma exceção.

Além disso, de um país com maior parte da população vivendo no mundo agrário, em 1950, passa-se a um país com maior parte da população vivendo nas áreas urbanas. Segundo dados do IBGE (2010), na década de 1970 a maior parte da população cearense era rural, um total de 2.680.388 habitantes, enquanto nas áreas urbanas havia 1.811.202 habitantes. Já no censo de 1980 ocorre a reversão da população rural-urbana no Ceará e a urbana supera a rural. Ainda segundo o censo de 2010, a população rural perfazia 2.502.877 habitantes e a urbana 2.877.555 habitantes. Essa tendência de aumento da população urbana seguiu e em 2010 já se contabilizavam 6.346.557 habitantes nas áreas urbanas e 2.105.824 nas rurais.

Se por um lado esse processo se reflete na explosão de inúmeros problemas do mundo urbano como desemprego, aumento da pobreza, favelização, ocupação de áreas de risco, por outro, é reflexo de um processo de pauperização já em curso no campo, o qual levava à migração de numerosos trabalhadores rurais na busca da sobrevivência por meio do trabalho. Na medida em que afluem para as grandes cidades, começam a impressionar pelo número e pela miséria, chamando atenção para os problemas não somente do meio urbano, mas também do campo.

Segundo Medeiros (2002), a reforma agrária revela-se então como um dos principais temas de debate sobre a necessidade de reformas estruturais e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista na década de 1960. E nesse contexto, as resistências a ameaças de expulsão da terra aumentaram quantitativamente o número de conflitos no campo. Dessa vez, os mediadores eram as concepções de direitos e das leis, levando-os a fortalecerem seu enfrentamento.

Contudo, as contradições desse modelo de desenvolvimento não demoraram a mostrar sua face. Não se refletiu em melhorias das condições de vida

da população no meio rural, tampouco garantiu o acesso aos bens produzidos aos camponeses do Brasil. Além disso, situados na periferia do sistema capitalista, os trabalhadores viram as riquezas produzidas por seu trabalho fluírem para essas regiões centrais e, assim, assumiam formas de extrema exploração.

Sobre isso, Libanio (1982) é taxativo:

O célere e fulgurante desempenho do capitalismo dos países avançados derramava algumas benesses para nossas camadas privilegiadas, gerando então em nossos países certo euforismo desenvolvimentista. Enquanto isso, as nossas maiorias populares de pouco ou nada se beneficiavam. Eram por demais silenciosas para impedir o ruído alegre das classes favorecidas (LIBANIO, 1982, p.87).

Como evidenciado, a profundidade e a velocidade do desenvolvimento capitalista desde a década de 1950 foram muito maiores no Brasil do que em outros países latino-americanos. A intensidade da urbanização e da industrialização e o processo de expansão capitalista nas áreas rurais provocaram um agravamento das condições sociais – como a crescente desigualdade, a expulsão da população rural da terra, a concentração de moradores pobres nas periferias urbanas – que contribuíram para a expansão do cristianismo da libertação como uma reposta radical à “modernização” desse modelo de capitalismo (LOWY, 2000). Assim, um quadro geral de insatisfação se desenhava no território nacional, mobilizando forças no campo e na cidade.

Diante dessa situação, a Igreja Católica, em setembro de 1950, publica seu primeiro documento sobre a questão da terra “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. Elaborado por Dom Inocêncio Engelke - Bispo de Campanha – Minas Gerais, este documento trata da questão da terra no Brasil. Conforme Balduino (2001), o documento afirmava que a Igreja já havia perdido os operários e não poderia perder os camponeses. Este documento descreve a situação de pobreza à qual os camponeses estavam submetidos e incita a Igreja a liderar um grande movimento para melhorar a vida destes trabalhadores, pois, do contrário, estas pessoas poderiam ser “vítimas de revolucionários”.

Os revolucionários a quem o documento se referia, além dos partidários do Partido Comunista (PC), eram também trabalhadores (as), clérigos rebeldes, padres e leigos detentores de postura mais radical e progressista, buscando uma Igreja transformadora. Nesse prisma a Igreja Católica atuava no campo para conter um

possível levante comunista nos moldes da Revolução Russa. Apoiava a criação dos sindicatos para fazer frente aos avanços das Ligas Camponesas no Nordeste e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio de um sindicalismo cristão cujos princípios eram a negação da luta de classes e a defesa da harmonia social, como afirmara Colleti (1998).

Ainda nessa direção, como menciona Albuquerque (2012) a preocupação da Igreja Católica com o campesinato se deu mais especificamente a partir dos anos 1950, em face da expansão do Partido Comunista Brasileiro, o qual, por meio de sindicatos e associações, se tornava mais presente no campo brasileiro. Contudo, sua ação era conservadora pois temia uma revolução social de base marxista. Assim, até os anos 1960 os encontros promovidos pela Igreja revelavam a mesma preocupação: evitar a entrada dos comunistas no campo.

No entanto, de forma contraditória, a Igreja contribuiu na conscientização e organização das massas populares. Segundo Mitidiero Junior (2010), três fontes são essenciais na compreensão da participação da Igreja na organização das lutas e movimentos contestatórios.

A primeira, relacionava-se à evangelização ligada à conscientização. Essa metodologia usada na luta contra o comunismo acabava por atender para a autopromoção dos sujeitos participantes, e desse modo os obrigava a refletir sobre as condições sociais e políticas nas quais viviam, introduzindo na mente dos sujeitos oprimidos ideais de justiça social, cidadania e ética comunitária.

A segunda, dizia respeito à formação de lideranças políticas e militantes combativos. Nesse processo, chamado de “formação de quadros” pela política brasileira, as experiências de incentivo à autopromoção acabaram por formar uma quantidade expressiva de quadros.

A terceira, relacionava-se ao incentivo à organização de base. Ajudou, mesmo fragilmente, os oprimidos a se reconhecerem como produtores de sua própria história.

Mas no seio da hierarquia da Igreja Católica havia o medo do comunismo. Tal medo levou diversos setores conservadores desta Igreja, inclusive através de documento oficial da CNBB, a apoiar o golpe militar e civil-empresarial de 1964.

Nesse contexto de censura, as Igrejas configuraram-se como espaço de organização dos trabalhadores e oprimidos. Afirma Boff (1992):

Nos momentos sombrios das ditaduras militares na América Latina, apoiadas pelos governos do Norte dominador, as Igrejas foram, não raro, as únicas vozes da liberdade e dos direitos humanos compreendidos a partir dos direitos sociais dos pobres (BOFF, 1992, p.57).

Nas palavras de Mitidiero Junior (2010), “os centros comunitários geridos por militantes católicos e as paróquias das Igrejas tornaram-se um espaço relativamente liberto da repressão militar.” (p.101).

Com o cerceamento das liberdades políticas a Igreja passará a ser “o grande canal da organização política, talvez substituindo os partidos extintos e postos na ilegalidade”. (ALBUQUERQUE, 2012, p.17).

Nessa direção, Martins (1994) apresenta os elementos indutores da ruptura de parte da Igreja Católica com a elite agrária, o que favoreceu a emergência dos grupos mais radicais.

Após 1964, o próprio processo ditatorial instalado no País acaba por provocar entre a igreja e os segmentos dominantes uma ruptura que permite a emergência dos mais radicais dentro dessa instituição. O modelo reformista, reformar para não entregar, proposto pelos conservadores, no interior da igreja, cai, na medida em que as elites agrárias percebem a possibilidade de acabar com os conflitos, no campo, através dos aparelhos repressivos do Estado. A própria igreja passou a ser vista como instrumento dessa instabilidade (MARTINS, 1994, p. 104).

No final dos anos 1960, a realidade brasileira revela sua face mais marcante: o da expropriação. O estímulo à ocupação das fronteiras e a modernização do campo encabeçada pelo regime militar e civil empresarial com base nas grandes unidades produtivas engendraram a formação de uma massa de trabalhadores migrantes despossuídos.

Segundo Medeiros, o processo de modernização no campo

[...] acabou por acelerar a saída dos trabalhadores do interior das propriedades, transformando-os em assalariados temporários, com emprego precário tanto no campo como na cidade. Foi esse mesmo padrão de modernização que fez que muitos pequenos produtores abandonassem suas terras, tangidos por dívidas e pela dificuldade de competir com uma produção altamente tecnicizada (MEDEIROS, 2003, p.93).

Embora uma parcela dos bispos brasileiros tivesse dado seu apoio ao golpe de 1964, a presença de uma corrente radical importante gerou as condições para a mudança em 1970 (LOWY, 2000). Para evitar o isolamento e a marginalização,

optaram por trabalhar pacientemente no interior da instituição na tentativa de não se distanciar dos bispos, e até conquistaram alguns desses para a Teologia da Libertação. Seus esforços se concentraram no desenvolvimento das organizações, das comunidades de bases e das pastorais populares.

Na década de 1970, num contexto de forte repressão, o debate sobre reforma agrária foi abafado. A maior parte das reivindicações eram censuradas. Nesse período, “as lutas por terra tiveram como personagem mais característico, embora não exclusivo, o posseiro, acuado pelos grandes projetos que recebiam incentivos fiscais, sobretudo na Amazônia”. (MEDEIROS, 2003, p.26). Na definição de Martins (1983):

No Brasil, o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum (MARTINS, 1983, p.103).

A figura do posseiro se popularizou nos anos 1970 e ganhou notoriedade por um segmento da Igreja preocupado com a situação a que estava submetido em detrimento do avanço do capitalismo no campo por meio dos incentivos fiscais. Nessa ótica, o posseiro desempenhou duas funções na organização espacial. De um lado, ocupava as terras da Amazônia, semeava-as, e depois perdia-as para as empresas capitalistas. De outro lado, avançava sobre o território indígena e, assim, vivenciava conflitos de ambos os lados.

Na fala de Martins (1991) aponta-se a situação dos posseiros na Amazônia neste período:

Tradicionalmente o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre a terra deles, desalojando o índio, porque desalojado pelo capital (p.67).

Nesse contexto, o posseiro configurava-se como empecilho para extrair renda da terra. Dessa forma, na visão desenvolvimentista não contribuía para o desenvolvimento econômico do país. Sua propriedade não é a propriedade capitalista, mas sim a posse. E a posse é a negação da propriedade.

O caráter rentista do capitalismo no Brasil, concepção desenvolvida por José de Souza Martins tomada como referência, em suas obras “*O Cativo da Terra*” e o “*Poder do Atraso*” e, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz

principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra (OLIVEIRA, 2007, p.131).

Com o financiamento por parte dos governos militar e civil-empresarial do projeto de modernização na Amazônia, a situação do posseiro e do índio no Brasil se agravou. A modernização efetivada no campo brasileiro propagava a ocupação dos espaços vazios. Na contramão dessa afirmação, segundo Martins (1983), tratava-se da “doutrina de esvaziamento dos espaços ocupados, porque é uma doutrina de expulsão do homem para colocação do boi, ou seja, é preciso ocupar dessa forma e não de outra, para defender.” (MARTINS, 1983, p. 136).

De acordo com José de Souza Martins (2011) em sua obra “A política do Brasil: lúpen e místico”, os índios e camponeses do país não vivem em mera situação de pobreza, no sentido generalizado dessa palavra. Segundo o autor, na realidade, eles

[...] vivem um doloroso e singular processo de exclusão social, que se materializa principalmente na privação territorial e nos efeitos sociais dramáticos na sua identidade, na sua cultura, no seu modo de ser, na sua sobrevivência como povos e nações (MARTINS, 2011, p.140).

Em quase todas as unidades da Federação, sob formas distintas surgem conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro, posseiros e índios (TONUCCI, 1981).

A insatisfação dos setores que apoiavam esses expropriados era ainda maior ao perceberem que a maioria dos investimentos na implantação dessas empresas na Amazônia era oriunda do governo militar. A política de incentivos fiscais desvia dinheiro de todos para uso de uma minoria, portanto, não atende às exigências do bem comum, e ainda favorece a exploração de outros.

A política de incentivos fiscais concedidos as empresas para que se estabelecessem na Amazônia ou para que desenvolvessem projetos de florestamento (ou reflorestamento) serviu para intensificar até brutalmente a tendência concentracionista da propriedade da terra, levando não só a ocupação rápida e em grande escala das novas áreas, mas também a expulsão de índios e posseiros (MARTINS, 1992, p.72).

Ainda segundo Tonucci (1981), a política de incentivos na Amazônia não aumentou a produtividade das grandes fazendas de gado, as quais apresentam uma taxa de utilização da terra inferior à dos pequenos produtores. Conforme se conclui,

por hora, os grandes grupos econômicos apenas visam beneficiar-se dos incentivos fiscais.

Nesse sentido, consoante se verifica, trata-se de uma ocupação capitalista subvencionada e forçada. Índios e posseiros estão sendo alcançados por processos econômicos e políticos que não são diferentes um do outro. Tanto a terra do índio como a terra do posseiro entram abertamente nos cálculos dos grandes grupos econômico e do Estado, que os estimula e ampara no avanço acelerado sobre esses territórios (MARTINS, 1983).

A injustiça perpetrada sobre os posseiros, os índios e muitos trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, de um delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de justiça, de um cartório e seu escrivão; é, antes, a concretização localizada da injustiça institucionalizada de que fala o documento de Puebla (TONUCCI, 1981).

Apresentados os fatos, corroboram-se as observações de Martins (2011) ao dizer que aqui, no Brasil, a força modernizadora e transformadora do capital se compôs com a força conservadora e rentista da propriedade da terra. Ainda segundo o autor, nenhum pacto político foi feito neste país, desde a Independência, em 1822, até a recente Constituição, de 1988, que não fosse ampla concessão aos interesses dos grandes proprietários de terra.

Nesse ínterim, a Igreja tradicional, ao se aproximar do homem do campo para evitar um possível levante comunista, acabou favorecendo o contato de padres e agentes pastorais com a situação social à qual estavam submetidos.

Com o ***pé no campo***, muitos desses clérigos tomaram contato com o discurso da Teologia da Libertação, o que os levou a uma mudança de ótica da sua missão, a partir de então não mais pautada pelas estratégias da Igreja conservadora, mas pelo ideal de transformação social e territorial (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p.133).

Em 1973, alguns documentos elaborados por diferentes bispos do país lançaram duas proclamações sobre a tragédia no campo. “Os do Nordeste editaram o documento ‘Eu ouvi os clamores do meu povo’. Os do Centro-Oeste, isto é, na parte mais atingida pelos projetos desenvolvimentistas na Amazônia, lançaram ‘Marginalização de um povo – grito das Igrejas.’” (MARTINS, 1994, p.137). Esses documentos repercutiram na reorientação dos trabalhos pastorais, que já vinham sendo postos em prática desde 1968, pelo menos. Foi, no entanto, na criação de duas

agências, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, ambas vinculadas à ação missionária da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, que os referidos documentos ganharam corpo.

Medeiros (2003) reafirma a importância da entrada da Igreja e da CPT na luta dos trabalhadores:

[...] foi a entrada da Igreja, de forma ostensiva, na luta em defesa dos índios e posseiros, e a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, que deram uma nova dinâmica política aos conflitos, trazendo-os para a esfera pública por meio de sucessivas denúncias, organizando a resistência, fornecendo espaço e infraestrutura para reuniões, combatendo sindicalistas considerados pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores (MEDEIROS, 2003, p.28).

Parte dos trabalhadores que resistiram à sua proletarização, ao permanecerem em trabalhos degradantes ou mesmo sem trabalho no campo, formam o contingente que desde a década de 1980 alimenta a luta por terra, traduzindo seus anseios de uma vida digna na bandeira reforma agrária. (MEDEIROS, 2003).

Segundo a CNBB e, conforme se verifica, muitos dos problemas que afetavam os trabalhadores rurais nas décadas de 1960 e 1970 ainda hoje perduram como reflexo do processo produtivo atual que está intimamente relacionado ao agronegócio. Como aponta em seu relato:

[...] O avanço da predatória, excludente e desmobilizadora dominação do agronegócio tem feito aumentar a violência contra o meio ambiente, a natureza, o patrimônio público e as pessoas. Consegue combinar relações de trabalho modernas e as mais atrasadas, como a exploração da mão-de-obra escrava. E é responsável por uma constante onda de migrações que deixa os migrantes cada vez mais vulneráveis à exploração de seu trabalho (CNBB, 2006, p.33).

Essas constatações indicam a urgência da continuidade do trabalho das pastorais sociais na luta pela (e na) terra. A dimensão sobre o como fazer a luta, dar continuidade foi se modificando ao longo do tempo e a concepção de reforma agrária “[...] vem ganhando novos significados ao longo do tempo, incorporando novos valores e novos temas, não sendo mais apenas uma demanda por terra. Esta é tão-somente sua dimensão mais visível”. (MEDEIROS, 2003, p.94).

Em síntese, a crise desenvolvimentista na América Latina e no Brasil, a Teologia da Libertação, os eventos do Concílio do Vaticano II, Medellín e Puebla, a Ação Católica, o MEB, as CEBs e a conjuntura agrária dominante no campo brasileiro,

estão, pois, no cerne da Comissão Pastoral da Terra. Esta, como produto das contradições do capital no campo, institucionalizou-se em 1975.

2.3 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO BRASIL: estrutura e espacialização

[...] quando dou pão aos pobres,
 chamam-me de santo, quando
 pergunto pelas causas da pobreza,
 me chamam de comunista [...]
 (Dom Hélder Câmara - "O DOM da Paz"
 Recife, 22 de julho de 2004)

A afirmação de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Recife e Olinda, no período de 12 de março de 1964 a 2 de abril de 1985, resume o sentimento desenvolvido no período em que a Comissão Pastoral da Terra surge no Brasil em 1975. Clérigos, bispos e padres mais radicais em sua atuação, críticos da situação exploratória e desumanizante posta aos trabalhadores do campo e aos povos da floresta eram definidos como comunistas e, como tal, deveriam ser combatidos. No entanto, esse cenário desfavorável em curso desde os idos de 1950 fez emergir um segmento progressista e libertador que protestava contra os desmandos sociais resultantes do avanço do capitalismo no campo, alimentados de meados da década de 1960 até meados da década de 1980 pela ditadura do governo militar e civil-empresarial que aprofundou as injustiças sociais e revelou uma paisagem marcada pela violência.

Um sentido negativo era difundido a respeito de quantos questionavam a situação vigente, pois, uma vez pautados nos ideais marxistas, de acordo com o comunismo, a Revolução se faria pelos operários e, dessa forma, poderia transformar radicalmente o sistema. Já a CPT, cujo cerne reside nas ideias liberais e progressistas, na Igreja Popular Libertadora, na Igreja dos Pobres nascida no Concílio do Vaticano II e na Teologia da Libertação emergente do contexto sul-americano, se diferencia desses princípios porquanto, apesar do diálogo com os marxistas,

[...] opõe-se a pressupostos da esquerda quando propõe o potencial revolucionário dos camponeses, contra a ideia de que a transformação social deveria vir dos proletários das cidades, divergindo da concepção de que a religião simplesmente colabora com a manutenção do *status quo*, revertendo

a análise marxista ortodoxa da religião como “ópio do povo”. (FERREIRA, 2004, p.145).

De forma contraditória, a repressão dentro da Igreja mediante perseguição pelo Estado e pelo exército, e o processo de repressão, associados ainda às contradições ocorridas dentro da Igreja, na sua relação com as classes dominantes e com os que exercem o poder na sociedade, foram propulsoras da organização do trabalho pastoral.

[...] em vez de provocar um pavor, um fechamento e uma busca de defesa apenas dos atingidos, provocou maior criatividade, busca de novos caminhos para avançar. Perceberam, naquela época, os que estavam envolvidos, que se os trabalhos, as pessoas e Igrejas ficassem como estavam, isolados, não haveria condições de levá-los adiante (POLETTTO, 1985a, p.132).

Foi isso que motivou um grupo de pessoas a percorrerem o país procurando alguns bispos sensíveis, com práticas mais coerentes com o nível popular. Como os bispos eram praticamente os únicos imunes à prisão e à violência direta, podiam, portanto, se posicionar criticamente em relação à forma como o poder estava sendo exercido no país e assumir claramente o apoio e comprometimento com os oprimidos.

Desses desafios, frutos de várias tentativas, aconteceu em Goiânia, em junho de 1975, um encontro de pastoral da Amazônia Legal, onde surgiu a ideia de se ter uma comissão, um pequeno organismo que promovesse, em caráter permanente, um serviço de articulação e de assessoria. Nascia então a CPT. Esse encontro foi permeado de grande repressão, antes durante e depois da sua realização.

Como evidenciado, a linha geral de atuação da CPT destacada pela maioria dos participantes desse encontro pastoral foi a ideia de serviço e não de coordenação. Já nos documentos iniciais, a CPT coloca-se “a serviço de uma causa que não é dos participantes, nem exclusiva dos camponeses cristãos, mas uma causa dos trabalhadores rurais. A CPT surge como um organismo pastoral a serviço da causa dos camponeses”. (POLETTTO, 1985a, p. 133).

A CPT não tem um objetivo em si, é antes um serviço, alcança seu alvo, na medida em que o campesinato assume, em plenitude, sua história, sua organização, seu projeto social. Fomos criados para “cuidar” e “guardar” (Gen 2,15) esta terra. A Pastoral da Terra é um serviço eclesial para que a luta pela justiça agrária se torne cada vez mais leiga (CPT, 1985, p. 15).

Antes da fundação da CPT, em 1975, determinadas vozes, dentro da Igreja Católica no Brasil, já se colocavam contra o latifúndio e acreditavam que a reforma

agrária resolveria os conflitos no campo. É o caso de Dom Pedro Casaldáliga que, em 1971, escreveu uma carta pastoral na qual mostrava como a Igreja (no caso a Prelazia de São Félix do Araguaia, MT), ao se deparar com a realidade dos camponeses, passou a assumir uma atitude contrária ao latifúndio (CORSO, 2012). Essa carta pastoral, intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, foi o primeiro grito de socorro dos clérigos libertadores para a salvação e libertação do homem do campo e da floresta, ou seja, os indígenas (MITIDIERO JUNIOR, 2010).

José de Souza Martins (1997) citado por Mitidiero Junior (2010) reconhece o papel da carta pastoral vinda da Prelazia de São Félix do Araguaia ao dizer o seguinte:

Pela primeira vez na história do Brasil, em um documento público se afirmar, se dá visão de conjunto, de totalidade, do lado perverso do funcionamento do capital. Este documento é um marco não só na história da Igreja, mas é um marco na história social e política do país. Não por acaso, ele atraiu sobre a Igreja de São Félix do Araguaia todas as iras possíveis dos representantes dessa extrema e tremenda devastação (MARTINS, 1997 apud MITIDIERO JUNIOR, 2010, p.126).

Esse documento obteve profunda repercussão na Igreja e em outras instituições sociais e sindicais e impulsionou muitos clérigos a abandonarem definitivamente a ideia de que o modo capitalista de produção e o desenvolvimento das forças produtivas levariam à melhoria das condições de vida da classe trabalhadora (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Na afirmação de Balduino (2001), a CPT nasceu, portanto, no momento do avanço do grande capital em direção à Amazônia à custa do genocídio dos povos indígenas e do massacre dos camponeses, com total impunidade para militares e pistoleiros. Antes da CPT, existiram no Brasil várias iniciativas com o objetivo de conseguir a articulação da Pastoral em meio popular. Segundo Poletto (1985a), com a repressão, vários documentos referentes a esses trabalhos populares realizados por um longo período desapareceram.

Conforme evidenciado, o surgimento dessa Pastoral tem como cenário a crescente mecanização do campo, a expulsão de centenas de trabalhadores para as cidades, o aumento do número de latifúndios e as mortes no meio rural nesse período.

Como um organismo autônomo em sua organização e administração, a CPT é vinculada à Igreja Católica, relacionada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Logo, pode se vincular também a outras igrejas em seus diversos níveis e tem, por natureza, ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra para estimular e reforçar seu protagonismo em nível nacional, regional e local (CPT, 2011). Na sua base, estão as CEBs, formadas por pequenos grupos de trabalhadores organizados em torno de uma capela.

Esses grupos eram animados por “agentes pastorais”, leigos ou religiosos, que conduziam as reflexões sobre as condições de vida, organização de mutirões, de manifestações, etc. Tentando ligá-las às mensagens bíblicas, elas se constituíram no eixo de organização dos trabalhadores e expandiram-se rapidamente na zona rural (MEDEIROS, 1989, p.112).

São atributos fundamentais para sua compreensão a mística dominante sobre as ações, feitos e agentes da CPT e o ecumenismo. O que caracteriza a mística da CPT é a “terra”. (CPT, 1995, p.32). Todas as ações implementadas, os debates travados, as denúncias efetivadas, as formações realizadas, em última (ou primeira) instância, têm a “terra” como elemento fundante. Isso fica claro quando das suas primeiras ações, ainda na década de 1970, mas, também, configuram as ações atualmente quando se verifica, por exemplo, que a diversificação das suas abordagens ainda carrega o elemento “terra” em suas linhas de ação, definidas no conjunto da Assembleia Nacional, como aponta o trecho do documento a seguir:

Nas linhas, encontramos a mística popular do sertanejo, do ribeirinho, do catingueiro, do migrante, do sem-terra, do negro remanescente de quilombola, dos povos da floresta, que não só vivem “na” terra ou “da” terra, mas sobretudo vivem “a” terra (CPT, 1995, p.32).

A mística da CPT é também a reafirmação do compromisso histórico e solidário e de uma paixão comum que anima todos os seus participantes. Essa mística se concretiza na busca de alternativas para diminuir as crises, conflitos e injustiças sofridas pelo homem do campo. Assim reafirma o documento:

Mística, é também, a busca de práticas realmente alternativas, populares, democráticas, ecumênicas e ecológicas, capazes de superar toda forma de exclusão, inclusive dentro da própria CPT. Mística é o rumo e a meta da Pastoral da Terra: o Reino de Deus. Mística é a ânsia e a pressa de vê-lo realizado na Terra (CPT, 1995, p.32).

Outra característica importante na sua compreensão é seu ecumenismo, pois, consoante entende, “as bandeiras de luta são comuns a todas as pessoas que

tem a mesmas necessidades, os mesmos interesses, sejam elas cristãs ou não”. (POLETTTO, 1985a, p.135).

Essa postura de abertura às outras religiões é uma marca da CPT em suas atividades, sejam elas reuniões, encontros, cursos, celebrações, romarias, assessorias, etc. É o que retrata Ivo Polleto (1985a):

Conscientes de que se prestava um serviço pastoral buscamos as assessorias de que a luta dos trabalhadores necessitava, fossem de características pastoral, ou assessoria jurídica, sociológica, econômica ou política. As assessorias podem ser dadas, com toda competência, por pessoas especializadas nesse campos de conhecimento, independentemente de sua fé (POLETTTO, 1985a, p.135).

Dentre os temas mais relevantes em que centrou esforços, a reforma agrária tem acompanhado sua trajetória, porquanto sua efetivação no país poderia resultar na resolução do problema secular de distribuição da terra e, como consequência, aniquilar as práticas de exploração que são marcas do campo brasileiro. Configurou-se em uma organização que incentiva a luta pela reforma agrária, justiça social no campo apoiando e, muitas vezes, sustentando os movimentos sociais e sindicatos rurais. Persegue a concepção segundo a qual “[...] a reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho”. (SILVA, 2001, p.95).

Como mencionado, a CPT foi instituída após a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e seus fundadores, praticamente, são as mesmas pessoas que participaram da sua criação. Destas, Dom Pedro Casaldáliga é um grande expoente. Embora o objetivo do CIMI fosse tratar as questões indígenas, conforme se percebeu, havia a realidade dos camponeses, e esta não seria idêntica à questão indígena. Por isso, tornou-se necessária uma Pastoral da Terra para tratar exclusivamente da realidade do camponês (ADRIANCE, 1996).

Segundo Martins (2011), o envolvimento dos bispos, sacerdotes, religiosas e dos agentes de pastoral nas difíceis situações dos camponeses e dos índios da Amazônia não pode ser explicado unicamente por sua conversão. Para essa lógica, a explicação reside na mudança de um bispo conservador para um bispo progressista, que põe em prática uma pastoral social e popular. No entanto, mesmo bispos conservadores podem atuar, em algumas circunstâncias, de maneira progressista, e

vice-versa. É o que se observa quando na votação do documento “Igreja e problemas de terra”, redigido pela CNBB em 1980, 96% dos bispos votam em favor do documento que buscava denunciar a concentração do capital e do poder em torno da posse da terra.

No contexto do governo militar, um trabalho de promoção da justiça entre índios e camponeses “implica, necessariamente, opor-se aos interesses dos que os expulsam de suas terras ou que tentam, sempre por meios violentos, confiná-los em espaços insuficientes a sua sobrevivência cultural e identitária”. (MARTINS, 2011, p.140). Com essas condições históricas, a CPT carrega até hoje, como uma das suas marcas, ser uma Pastoral profética e missionária que luta pelos pobres, com os pobres e para os pobres do campo.

Frequentemente, os idealizadores da CPT discutiam o projeto agrário do governo militar e articulavam proposta alternativa. Segundo afirmavam, o projeto privilegiava as grandes propriedades e os grandes investidores, sobretudo ao integrar agricultura, pecuária, mineração, exploração de florestas, reflorestamento e construção de hidroelétricas. Conforme previam, se o plano dos militares fosse aplicado, os assalariados rurais, os boias-frias, os posseiros e os pequenos agricultores migrariam para as cidades ou permaneceriam no campo, tornando-se assalariados das empresas rurais. Em ambos os casos, a pequena propriedade estaria fadada ao desaparecimento.

Apoiada nos preceitos de Medellín (1968) a respeito da pobreza da América Latina, e tendo como premissa básica a reforma agrária, a CPT torna-se a voz do trabalhador rural espoliado pelo sistema capitalista, justamente quando a Igreja passa a vivenciar uma nova fase, com uma visão política de transformação e busca pela justiça social (TONETTO, 2007).

De acordo com Poletto (1985a), o primeiro documento é em si contraditório, porquanto se definiu a luta pela reforma agrária e conseqüentemente a aplicação do Estatuto da Terra como orientação. “É interessante observar que se luta pela reforma agrária no sentido de aplicar a letra e o espírito do Estatuto da Terra”. Ao se comparar com as posições mais recentes e com a prática da CPT, constata-se uma contradição (POLETTO, 1985^a, p.134).

Muitos dos participantes sabiam ser contraditório assumir isso em um documento, porém o fizeram por uma questão de método. Como acreditavam, com a prática desenvolvida na Pastoral, se perceberia “melhor a contradição entre as aspirações e a luta dos sem-terra e o projeto agrário de Estado, do qual faz parte o instrumento legal do Estatuto da Terra”. (POLETTTO, 1985a, p.134).

Também conforme esta fonte, a Comissão Pastoral da Terra nasceu, cresceu e continua vivendo sob o signo da contradição. “Contradição em relação à sociedade como um todo, ao poder exercido nela. Contradição que se dá também internamente, dentro das Igrejas, a Católica e as outras que participam da CPT.” (p.129).

Essa dupla dimensão da contradição da CPT é que explica sua atuação, pois de um lado seus avanços se dão pelo enfrentamento dentro da própria Igreja no esforço de desenvolver a prática pastoral, e, de outro, no enfrentamento do poder dominante, uma vez que a CPT se identifica com as aspirações das classes oprimidas.

Assim, quando surge uma efetiva ligação da Igreja, no Brasil, com a causa do trabalhador rural, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, enxergamos claramente essa nova visão da Igreja quanto ao seu papel e verificamos nesse elo as premissas da Teologia da Libertação (TONETTO, 2007, p.14).

Ao iniciar suas atividades, a CPT tinha suas ações centradas na figura do posseiro e do índio, devido à proximidade geográfica dos bispos envolvidos com a causa e aos reflexos do processo de modernização em curso no país. No entanto, com o fim da ditadura militar e civil-empresarial e a ascensão do Movimento dos Trabalhadores sem-Terra ocorreu uma inversão de prioridades na fala e na ação dessa Pastoral (MARTINS, 1992).

Ainda segundo o autor, a luta dos posseiros guardava um forte apelo moral; assim, o governo e a imprensa tinham interesse na mudança de centralidade da Pastoral, com vistas a fragilizar a luta encampada por eles.

A luta do MST faz emergir outra figura social na luta pela terra até então inexistente - os pequenos agricultores. Para Martins e Perani (1992), essas mudanças eram de interesse dos membros do próprio governo e da imprensa que objetivava deslocar o centro da questão fundiária do posseiro para o sem-terra, porquanto a luta dos primeiros estava respaldada por forte apelo moral.

Tais mudanças dão indícios de que a CPT tem continuamente se adaptado, buscando ser presença profética e solidária junto aos povos do campo. O fato de ser uma pastoral social e, portanto, não ser parte dos conflitos, faz da CPT um dos principais instrumentos de mediação entre os trabalhadores e o Estado (MELO, 2006).

Consoante Mitidiero Junior (2008), “a luta é presença constante na atuação da CPT. É ela que define sua atuação, ou melhor, atuar em termos de CPT é estar em meio a lutas de diferentes grupos sociais que compõe o campo brasileiro”. (p.158). Nas palavras de Medeiros (2002), a CPT constituiu-se como entidade de apoio às lutas do campo, em especial as lutas por terras, definidas como serviço, articulação e assessoria.

Os organismos da Igreja que atuam na esfera dos trabalhadores rurais se autodefinem como serviço, um serviço à conscientização e organização dos trabalhadores (GRZYBOWSKI, 1987).

Para Mitidiero Junior (2010), a CPT tem quatro características importantes, quais sejam: 1) Pastoral de Conflito; 2) Pastoral de Fronteira; 3) Pastoral Eclesial; e 4) Pastoral Itinerante.

Como uma Pastoral de Conflito caracteriza-se por deter a luta como uma presença constante na sua atuação. É ela que define sua atuação, ou seja, que é estar em meio à luta de diferentes grupos sociais componentes do campo brasileiro. De acordo com o autor, a CPT se coloca como uma Pastoral de Conflito porque desde sua gênese esteve relacionada aos homens e mulheres sofridos do campo nas suas mais variadas formas, atingidos por um processo de expropriação, pauperização e violência.

Como uma Pastoral de Fronteira, se coloca à margem não só por sua opção pelos pobres do campo, mas também das Igrejas, pela dedicação àqueles que não são necessariamente católicos, luteranos, mas de qualquer outra denominação cristã ou não cristã. Sua característica de Pastoral de Fronteira é ressaltada quando se observa que suas ações estão vinculadas à opção preferencial pelos pobres marginalizados, esquecidos da sociedade.

Como uma Pastoral Eclesial, a CPT é ecumênica. Seu ecumenismo é evidenciado à medida que transpõe os limites da religião, ao congregar pessoas de

outras crenças, permitindo e conclamando para se agregarem à causa do trabalhador, tendo em vista que entende Deus como o Deus da justiça.

Como uma Pastoral Itinerante tem na mobilidade constante o objetivo de estar presente onde os conflitos estão acontecendo. Sua itinerância possibilita estar mais próxima dos conflitos onde eles ocorrem. A itinerância da CPT, associada à estrutura e organização da Igreja, contribuirá no processo de espacialização desta, mas como bem lembra Mitidiero Junior (2010), esses elementos não são suficientes, pois nem todas as Igrejas assumiram a CPT como serviço e missão profética. Há ainda uma estrutura de Igreja marcada pelo tradicionalismo, e a existência de padres e bispos mais conservadores não permitiu (nem permite) que a CPT se estabeleça. Ademais, a direção da CNBB, instituição à qual está vinculada, nem sempre se coadunou com a perspectiva libertadora da CPT. Por isso, existem nuances em relação ao apoio recebido ao longo da sua atuação histórica no território nacional.

De 1971 a 1995 os bispos identificados com a Teologia da Libertação presidiram a CNBB. Foram eles: Dom Aloísio Cardeal Lorscheider (1971-1979), Dom José Ivo Lorscheider (1979-1987) e Dom Luciano Mendes de Almeida (1987-1995). Entretanto, a partir de 1995 isso se rompeu com a eleição de uma figura conservadora, Dom Lucas Moreira Neves - Arcebispo de Salvador no cargo até 1998. “Fortemente contrário à teologia da libertação, Dom Lucas trabalhou durante treze anos na Cúria Romana, e suas prioridades não são a pobreza e a exclusão social e sim a moral sexual: a luta contra preservativos, o aborto e o divórcio.” (LOWY, 2000, p.154).

Em seu lugar assume Dom Jayme Henrique Chemello (1998 - 2003). Embora colocado como progressista, prefere se intitular como um bispo moderado. Assim como ele, também tiveram perfil mais conciliador Dom Geraldo Mayella Cardeal Agnelo (2003 - 2007), Dom Geraldo Lyrio Rocha (2007 - 2011), Dom Raymundo Cardeal Damasceno (2011 - 2015), esse mais conservador que moderador, e Dom Sérgio Rocha, que assumiu a presidência da CNBB em abril de 2015.

Em face da diversidade dos conflitos dominantes no campo, os diversos sujeitos que o compõem e os limites de atuação da CPT, seu raio de ação restringe-se a alguns aspectos do campo, pois não seria possível abarcar a complexidade das relações e produção socioespacial do campo no Brasil. Nesse prisma, vê-se uma atuação articulada nacionalmente, mas restrita a algumas áreas, dividindo essa

missão com outros agentes mediadores do campo. Destes, citam-se o MST, o MAB, o Estado, entre outros. Grzybowski (1987) ajuda nessa compreensão ao afirmar:

[...] É possível relativizar o papel da Igreja como instância mediadora entre movimentos sociais no campo, o Estado e o conjunto da sociedade civil. Apesar do peso político da CNBB e seus bispos, apesar do esforço heroico de seus padres, freiras e agentes leigos evangelizados (ou não), a Igreja é uma representação parcial e filtrada da diversidade de movimentos e reivindicações dos trabalhadores rurais (GRZYBOWSKI, 1987, p. 70).

Nesse processo de espacialização, em um primeiro momento, ela foi instaurada na Região Amazônica e, posteriormente, em todas as regionais da CNBB. Assim, pode-se dizer, tomando emprestado o termo de Mitidiero Junior, que a Amazônia foi o ponto nevrálgico da CPT.

A instância que define as prioridades da CPT é a Assembleia Anual, cujas linhas de ação são: Terra, Água e Direitos (BALDUINO, 2001). A partir dessas linhas de ação, cada regional define seus eixos internos, porém em consonância com o definido no Estatuto Social da CPT Nacional.

Apesar das linhas de ação serem as mesmas há bastante tempo, as peculiaridades inerentes às áreas acompanhadas pelas equipes, assim como as transformações socioespaciais vividas no campo brasileiro implicaram mudanças ao longo dos seus quarenta anos de existência, seja na sua forma de atuar, seja nos debates que incorporou. Nesse processo, muitas parcerias foram estabelecidas com outras organizações e movimentos sociais, e essas articulações, às vezes, são fundamentais para o êxito das ações. Dentre as ações desenvolvidas constam as seguintes, resumidas por Medeiros (1989):

[...] a CPT valeu-se de diversos recursos, assessorando juridicamente os trabalhadores, abrindo espaço para a reflexão sobre a situação em que viviam e suas causas, denunciando a violência, realizando encontros que permitiam a troca de experiências. Com isso, impulsionou sua organização, mas também lhe passou uma visão do mundo, calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase na participação das bases (MEDEIROS, 1989, p.112).

Ao analisar essas mudanças, a pesquisa da historiadora Silvana Maria Ferreira (2004) divide a história de atuação da CPT em duas fases.

A primeira vai de 1975 a 1980. Nesse período observa-se uma influência da ideologia socialista com experiência de coletivização e produção, no uso dos instrumentos e no trabalho com a terra. Constrói sua identidade opondo-se ao Estado expropriador e às classes sociais por ele favorecidas. Há um questionamento da

dominação das camadas populares pela Igreja, pelos governos e pelo capital internacional.

A segunda fase vai de 1980 até 2015. Nesse período concilia a Doutrina Social da Igreja com o projeto de agroecologia. A CPT denuncia a contribuição dos países desenvolvidos no processo de exploração predatória dos bens da natureza e da pauperização dos países do Terceiro Mundo.

Essa segunda fase explica por que a tônica atual é a que, revestida do ideal ecológico e de sustentabilidade, objetiva manter-se em oposição ao capital estrangeiro e nacional, às suas agroindústrias, às indústrias de sementes, inseticidas e insumos químicos (FERREIRA, 2004).

Como se percebe na ação da CPT, algumas mudanças foram se dando em função do contexto histórico, da incorporação de novos elementos na definição de reforma agrária e na emergência de novos sujeitos sociais atingidos pelos projetos desenvolvimentistas em curso desde 1975.

A partir da década de 1990, a CPT assume novo enfoque sobre a reforma agrária, com maior complexidade. Já não era possível compreendê-la e discuti-la somente pelo viés da democratização do acesso à terra. Assim, nessa nova concepção de reforma agrária, a CPT

[...] valoriza mais a pessoa humana - as pessoas marginalizadas e suas necessidades. Ampliou a concepção de conflitos, que deveria dar conta da problemática social da década de 90: o conflito era o que opunha as grandes massas sem possibilidade de vida ao pequeno número de beneficiados que cercavam a terra (MEDEIROS, 2002, p. 54-55).

Apesar das observações sobre sua origem, organização, espacialização e mudanças no decorrer da história, cuja centralidade reside no pobre do campo, há críticas à CPT. O sociólogo José de Souza Martins, em textos posteriores a 2000, tece uma série de críticas à atuação histórica da CPT, e em muitos momentos sua argumentação parece desconsiderar qualquer contribuição dessa Pastoral às lutas sociais no campo (MITIDIERO JUNIOR, 2010).

Martins (2011) caracteriza a CPT e o MST como grupos de mediação permeados pela ideologia das classes médias. A crítica de Martins volta-se ao conhecimento mediador da ação desses agentes, que se cristaliza nos conceitos-chave de reforma agrária, exclusão, trabalho escravo, migrações e socialismo. Esses

conceitos, segundo o autor, ao mesmo tempo que animam a prática dos agentes, a limitam e desfiguram. Quando a igreja diz ter feito opção preferencial pelos pobres, é sociologicamente necessário qualificar esses pobres (MARTINS, 2011).

Ainda segundo o autor, a forma de atuar da CPT e do MST coloca-se como um entrave à reforma agrária. Isso acontece, precisamente, porque os mediadores (sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais, militantes e ativistas políticos) das lutas pela reforma agrária pertencem às classes médias urbanas, portadoras de “visões de mundo estranhas aos protagonistas do drama agrário”. (MARTINS, 2000, p. 40).

O dilema atual é o desencontro da consciência social dos trabalhadores que lutam pela terra e a consciência social dos mediadores das classes médias, os quais interpretam as demandas dos movimentos populares com base na sua própria visão de classe. Por ser essa consciência da classe média que define os projetos sociais e políticos dos partidos de esquerda e da própria Igreja, não consegue garantir o protagonismo dos trabalhadores do campo na sua fidedignidade.

A despeito de todas as contradições postas, e partindo da defesa do acesso à “terra para quem nela trabalha”, agentes de pastoral organizaram as CPTs Regionais em quase todo o país. Desse modo, tornaram ativas a presença e a mediação em todas as regiões e locais de conflitos agrários.

No Ceará, a organização da CPT, iniciada em 1976, teve influência do Bispo Dom Fragoso, de religiosos, agentes de pastoral e muitos trabalhadores que se uniram para lutar contra as injustiças e conflitos desencadeados no campo cearense. Apresentou elementos comuns à CPT Nacional, mas, por suas especificidades socio-territoriais, proporcionou diferentes formas de atuação, as quais mostram a diversidade dessa Pastoral no seu “fazer e agir no campo”. São esses elementos que se discutirá a seguir.

3 CLAMORES NAS TERRAS DO CEARÁ E A EMERGÊNCIA DE UMA IGREJA SERVA E POBRE

Virá o dia em que todos,
Ao levantar a vista
Veremos nesta terra, reinar a liberdade.
(Caminhando e cantando – Diocese de Crateús)

3.1 IMPASSES NO ESPAÇO AGRÁRIO CEARENSE: germe da CPT no Ceará

Pensar o espaço agrário cearense é refletir sobre os conflitos que nele se estabelecem. É assumir sua diversidade de paisagens, contextos e processos de ocupação territorial. No caso do Estado do Ceará, caracterizado por litorais, serras e sertões, os conflitos e impasses presentes nesses espaços têm tido motivações das mais diversas.

Contar a geoistória da Comissão Pastoral da Terra no Ceará remete à compreensão dos conflitos dominantes nos sertões cearenses, nas décadas de 1970 e 1980, principalmente no Sertão Central, embora tenha ocorrido também em outras áreas no Sertão dos Inhamuns, nas áreas de serra no litígio com o Estado do Piauí e na zona costeira. É nas áreas dos sertões que se pode espacializar as primeiras ações da CPT no Ceará, dos seus agentes, antes mesmo da CPT se constituir como Regional no Estado.

A compreensão dos conflitos nos sertões cearenses perpassa por sua história de ocupação. Nessa ótica, bebeu-se da fonte de César Barreira (1992), Francisco Pinheiro (2008), Bernadete Bezerra(2015) e Aldiva Diniz (2009), para verificar que a história dos sertões cearense tem seu ato inaugural com a instauração das fazendas (DINIZ, 2009), que por sua vez, têm sua origem mais pregressa no processo de ocupação do Ceará, a partir do avanço da pecuária e a consequente agudização da violência na capitania ainda no século XVII.

Como afirma Neves (2015, p.77), a ocupação do território cearense se efetivou “especialmente com base na pecuária que permitia certa mobilidade da ‘produção’ durante as secas”. Entender, portanto, a história de implementação da Comissão Pastoral da Terra no Ceará requer reconhecer que está intimamente

relacionada à situação de vulnerabilidade e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras nas fazendas de gado e ao papel exercido pela Igreja Católica com as Comunidades Eclesiais de Base, pelos Sindicatos e pelo Estado mediante as querelas desencadeadas nesses territórios, sendo esses seus precursores.

De acordo com Pinheiro (2008), o processo de ocupação do Ceará, teve sua origem na relação entre os portugueses (os brancos) e as populações indígenas. Essa constituição do espaço cearense, sob o domínio português, foi marcada pela violência nos conflitos na disputa pelo território da capitania. De um lado, os colonos agregando terra e território por meio das sesmarias que lhe eram disponibilizadas pelo governo português que buscavam garantir o avanço da pecuária na nova fronteira, por outro, os indígenas aldeados, escravizados e expulsos de seus territórios buscavam garantir sua sobrevivência e reprodução social nas terras historicamente ocupadas.

Nesse processo, a violência perpetrada contra os indígenas “não ficaram restritas a usurpação das terras, mas contra o próprio modo de vida desses povos, furtando suas mulheres, desagregando os grupos tribais e submetendo ao trabalho forçado”. (PINHEIRO, 2008, p.29).

Inúmeras denúncias sobre as arbitrariedades cometidas contra os indígenas foram efetivadas por alguns missionários ao rei de Portugal. A partir das denúncias efetuadas nas primeiras décadas do século XVIII, foram adotadas diversas medidas para combater, principalmente a escravidão, considerada a época ilegal, por ser efetuada a partir de guerras injustas (PINHEIRO, 2008). No entanto, não foram suficientes para evitar o genocídio e etnocídio ocorrido no Estado. Além disso, representantes do poder metropolitano também efetivavam ações arbitrárias contra os indígenas.

As regras ditadas pela Igreja, como àquelas as quais buscava proteger os indígenas por meio das determinações da inquisição, eram costumeiramente desrespeitadas pelos colonos, que ficavam impunes. Segundo relata Pinheiro (2008), para estes o importante era fazer a terra produtiva, não importando o destino das populações nativas. A dificuldade de escravizar os índios, pela resistência e recusa de sair de suas terras e pelos violentos embates travados pelo território foi o argumento utilizado como justificativa no “combate aos invasores, aos povos

bárbaros” e na solicitação de mais sesmarias, tendo em vista os prejuízos que os colonos “tinham” nessas lutas e por ter “limpado a terra”, ou seja afugentado os índios, afirma Pinheiro (2008).

Ainda segundo o autor supracitado, em uma sociedade marcadamente agrária, em que o trabalho escravo era pouco significativo, o monopólio da propriedade fundiária foi um dos mecanismos importantes para subordinar a população pobre e livre. Assim, a agricultura se torna uma atividade exercida principalmente pela população pobre-livre. Segundo Pinheiro (2008):

No final do século XVIII com a incorporação da capitania como produtora de algodão, era fundamental a incorporação de mais força de trabalho e como não havia um plantel de escravos para responder a nova demanda, foi necessário recorrer a outras fontes de trabalho. A população livre-pobre foi a solução para a "escassez" de força de trabalho (p.68)

A impossibilidade de acessar a terra pelos pobres-livres sem-terra favoreceu a submissão dessa parcela da população aos grandes proprietários. Por meio da relação com o proprietário, trabalhadores rurais se inseriam nessas áreas através de modalidades como: moradores meeiros, rendeiros e pequenos proprietários que alugavam parcela de terra dos grandes proprietários para a agricultura (PINHEIRO, 2008).

Conforme Diniz (2009), as relações de trabalho que passaram a predominar nos sertões do Ceará foram a de camponês/morador de condição e a de proprietário de terra. Esses trabalhadores estabeleciam uma relação com os proprietários de terra, onde se definiam as condições da sua permanência nela. Além das categorias já citadas, a agricultura cearense produzia também os posseiros.

Não há nesse período a configuração de trabalhadores rurais assalariados na agricultura cearense, a não ser em casos excepcionais, como afirma Beserra (2015):

[...] trabalhadores rurais que eventualmente se assalariavam eram, também e principalmente, meeiros, posseiros e pequenos proprietários pobres. E os moradores-parceiros quando trabalhavam mediante pagamento em dinheiro o faziam exclusivamente para os seus patrões e para fazer jus à morada, ou seja, como contrapartida dela se submetiam uma obrigação de oferecer dois ou três dias de trabalho semanais ao patrão sob remuneração ínfima e, embora isto pudesse parecer uma relação de assalariamento, muito distante estava de sê-lo (BESERRA, 2015, p. 29)

Tem-se, portanto, como característica das relações entre trabalhador rural e proprietários de terras, os moradores de condição, rendeiros, meeiros e posseiros.

Logo, a ocupação do território cearense foi permeada por relações de dominação no campo, uma vez que o camponês se sentia agradecido ao dono da terra por poder permanecer nela, instaurando e engessando, assim, a submissão no campo. “O ‘dar a terra’ para ser trabalhada ou o direito de ‘decidir a quem dar a terra’ cria uma ideologia sobre o patrão como o ‘homem bom que dá a terra para ser trabalhada’.” (BARREIRA, 1992, p.23).

Sobre isso, relata Diniz (2009):

A expansão da atividade agrícola, no sertão cearense, trouxe a instauração da submissão, uma vez que se generalizou a cobrança de pagamento de renda pelo uso da terra que, na sua maioria, era feita através do trabalho obrigatório de parte do produto, geralmente a meia (p.43).

Confirmando as observações da autora sobre a problemática de pagar a meia no campo cearense na década de 1970, relata o ex-sindicalista e um dos percussores da CPT no Ceará, o senhor José Mendes: “Você plantava, até um jerimum que dava numa fazenda você tinha que, a metade, dar ao patrão. Isso era muito cruel! O algodão, o milho, o feijão, era tudo a meia com o patrão!” (Senhor José Mendes, Encontro CPT Diocese de Quixadá, 20 de janeiro de 2014).

Tal afirmação remete a um processo de exploração rotineira no campo, ao subordinar esses trabalhadores às condições impostas pelos patrões. Para Barreira (1992), o pouco espaço de contestação camponesa no sertão é delimitado pelo grau de dependência e pelo medo. Este é geralmente relacionado à situação de "dependência, miséria e falta de direitos" comuns aos camponeses.

Além da exploração da renda havia outras formas, como acrescenta Diniz (2009):

Outra forma de subordinação encontrada era dar alguns dias de trabalho na Fazenda do Patrão. [...] moradores e sua família, inclusive filhos menores, deviam trabalhar alguns dias por semana para o dono da terra, ganhando uma diária menor em relação ao que, normalmente, se pagava outros trabalhadores e, em alguns casos, o morador não recebia nenhuma diária, porque representava o pagamento em trabalho pelo uso da terra. Este é o regime dos camponeses chamam de "sujeição" ou "condição". (DINIZ, 2009, p. 49)

É na cultura do algodão que mais se desenvolvem essas relações tradicionais de trabalho. Não se identifica, segundo Beserra (2015), um processo de expropriação camponesa de 1949 a 1950, porquanto a cultura algodoeira mantém relativa permanência de produtividade sem grandes transformações. Identifica, no

entanto, casos de expulsão de moradores por questões pessoais com os patrões e relações de trabalho baseadas na moradia e parceria.

Esse quadro, no entanto, vai se modificando à medida que o algodão passa a ter relativo valor no mercado.

[...] No início, o proprietário exigia como pagamento somente os restos das culturas, para alimentar seu gado nos períodos mais secos, mas na medida em que o algodão foi adquirindo maior valor comercial, os proprietários começaram a exigir pelo pagamento da terra, também uma parte do produto (DINIZ, 2009, p.43).

Nesse momento entra em cena a problemática da renda da terra, assim, o campo cearense apresenta-se como espaço privilegiado da dominação, exploração e, também, da reprodução do capital.

Sobre a renda da terra, numa primeira compreensão sobre o conceito, Adam Smith definiu como “o preço pago pelo uso da terra ao seu proprietário”. (SMITH, 1996, p. 187). A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade (OLIVEIRA, 2007, p.45). Essa forma de pagamento é melhor entendida se nos atentarmos a Marx que define a renda da terra em renda capitalista e pré-capitalista. Esta segunda, se dividiria em três possibilidades: renda em trabalho, renda em produto, renda em dinheiro. Sobre essa questão, esclarece Martins (1995):

A natureza da troca envolvida e embutida na concepção de favor, evoluirá com desenvolvimento econômico brasileiro para se definir mais concretamente como relação de arrendamento: terra em troca de renda em trabalho (como é o caso do cambão no Nordeste), em espécie (como é o caso da parceria em todas as regiões do país) e em dinheiro (como é o caso particularmente do arrendamento de terras no Sul e no Sudeste) (p. 36).

O pagamento da renda pelo uso da terra, entendido como uma forma de exploração, está entre as primeiras grandes motivações de organização e apoio da Comissão Pastoral da Terra - CE às lutas dos trabalhadores rurais cearenses. Além da renda, outra problemática existente no cerne do trabalho da CPT foi a questão dos posseiros. Portanto, um dos grandes problemas do campo na década de 1970 era a questão da posse e da renda da terra.

Além das questões conflituosas com o morador, como já apontado pelos autores ora mencionados, outro sujeito a caracterizar os conflitos por terra no Estado do Ceará foi o posseiro.

Rendeiro e posseiro estão sendo tomados como referência nessa pesquisa para possibilitar a compreensão da gestão da CPT-CE, por situarem a condição de trabalho que mobilizou as primeiras ações desta Pastoral no Estado.

O Ceará, que iniciara um processo de desenvolvimento enquanto afloram as primeiras experiências de organização camponesa no Estado, possuía em suas fazendas características de relações de trabalho ainda pré-capitalistas.

Sobre isso, relata Diniz (2009):

[...] o fazendeiro, além de receber a renda em produto, recebe renda em trabalho, ou seja, fica com alimento para o gado, sem precisar gastar dinheiro com a mão de obra e não precisava pagar um morador para formar o pasto do gado. Com isto, ele também está acumulando dinheiro que pode ser convertido em capital (DINIZ, 2009, p. 46).

Em corroboração às reflexões de Barreira (1992), para o qual o marco da dominação tradicional é a submissão e o da dominação moderna é a contestação, verifica-se que no processo de ocupação do sertão do Ceará, há uma ruptura na relação entre proprietário e trabalhador camponês, surgida como consequência indireta da expansão capitalista no campo, como mostra a citação:

A desestruturação das relações tradicionais de trabalho, estabelecidas a partir da morada e da sujeição, é uma das primeiras consequências da expansão capitalista no período considerado. Três fatores fundamentalmente se conjugaram para precipitar essas mudanças no estado do Ceará: a valorização das terras, as repercussões do movimento nacional dos trabalhadores rurais e as políticas estatais (BESERRA, 2015, p.18).

Os fatores apontados pela autora, somados à mediação de alguns sujeitos sociais dos quais destacam-se no Ceará os Sindicatos, a Igreja Católica e o Estado, favorecerem a ampliação do movimento camponês no Ceará. No entanto, com o golpe militar em 1964, a atuação desse movimento sofre repressão. Sobre isso relata Beserra (2015):

[...] a prisão e perseguição sistemática de lideranças, o movimento entra numa longa fase de recesso da qual só sairá mais de uma década depois, nos fins da década de 1970, quando a Igreja segue incentivando a formação de sindicatos (BESERRA, 2015, p. 49).

Conforme evidenciado, a formação de sindicatos teve importante atuação da Igreja Católica. Sua atuação começou ainda na década de 1950 quando se contrapunha ao PCB, o qual tentava organizar os trabalhadores do campo no Ceará. Mais tarde, a Igreja alinhou-se ao Estado também contra o PCB. Praticamente incólume ao golpe de 1964, organizará, em geral, o processo de sindicalização, mas

não o fará com exclusividade até o movimento mais amplo se rearticular nos fins dos anos 1970.

Engajou-se, também, a Igreja no processo de sindicalização rural na década de 60, para afastar o “perigo do comunismo”, desempenhando esse papel através da Fundação Padre Ibiapina, no Cariri. No pós-64 a Diocese de Crateús estimulou a sindicalização, no sentido de defender o direito de seus associados servindo de modelo para sindicatos de outras regiões do Estado (BARREIRA, 1986, p.14).

A sindicalização no Ceará foi um processo multifacetado. Nele estiveram envolvidos a Igreja Católica, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (FETRAECE), e até mesmo os próprios patrões interessados em garantir a manutenção de seu poder e dominação por meio dos sindicatos (BESERRA, 2015).

Consoante se vê nesse processo, a sindicalização mostrou limitações na garantia dos direitos dos trabalhadores rurais. No entanto, fossem eles combativos ou não, representavam a relativização do poder, antes, exclusivo dos patrões. Nesse cenário os sindicatos são também uma representação de poder; eles podem regular as relações de trabalho, antes ditada exclusivamente pelos proprietários.

Além da repressão violenta ao movimento camponês, o Governo Militar procura absorver as tensões sociais existentes no campo por meio da criação do Estatuto da Terra. Promulgado no imediato pós-golpe, ele é a expressão do reconhecimento governamental das tensões no campo e da necessidade da regulamentação das relações de trabalho a partir da definição de uma política de desenvolvimento agrícola (BESERRA, 2015, p.53).

Constituía objetivo do Estatuto da Terra (1964) frear e conter o avanço dos movimentos sociais e sindicais no campo. Exatamente por esse aspecto, era criticado por se tratar de estratégia militar para combater o avanço da organização camponesa. Todavia, contraditoriamente, acabou ajudando os trabalhadores rurais, na medida em que servia de aparato legal para ajustar o pagamento da renda e possibilitar a desapropriação das áreas que não cumprem a função social da terra. Sobre esse aspecto rege o Artigo 2º do Estatuto da Terra:

Foi estabelecida então a Constituição de 1964, que introduziu o princípio da função social da propriedade no Brasil, a partir da Emenda Constitucional n.º 10, de novembro de 1964. A consequência dessa inovação promovida por essa Emenda Constitucional foi o advento do Estatuto da Terra, que em seu artigo 2º preceituou que seria “assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei”. (BRASIL, 1964, p.14).

Como ressalta Barreira (1992), a evocação do Estatuto é importante porque a existência de um regulamento para os contratos rurais sempre foi negada, na

prática, pela predominância no sertão da "lei do patrão", o código do poder e da força (p.54).

Lembre-se, porém: a maior expulsão dos trabalhadores das grandes fazendas ocorrerá em virtude da conquista dos trabalhadores ao direito da regulamentação do trabalho rural, portanto, uma mudança na relação de trabalho, bem como por causa da valorização da terra em consequência de fatores modernizantes no Estado. Assim, tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto, posteriormente, as disposições do Estatuto da Terra, na condição de formas de regulamentação do trabalho no campo, contribuíram para o prejuízo dos trabalhadores rurais nas fazendas dos proprietários (GARCIA JUNIOR, 1983).

Na CPT-CE, o Estatuto da Terra foi um recurso muito utilizado como um primeiro passo no empoderamento dos trabalhadores rurais. Para lutarem por seus direitos, se organizarem, precisavam primeiro conhecer esses direitos e, nesse sentido, os agentes da CPT elaboravam livretos e cartilhas explicando o Estatuto para os trabalhadores. Uma das religiosas entrevistadas mostra como se dava esse processo junto às comunidades:

[...] Pois é! Começamos com o livrinho. A gente sempre ia para o interior com o livrinho, aí visitava as famílias tudinho. Em cada casa que a gente passava, perguntava: quanto é que vocês pagam aqui a renda? A renda aqui é de meia, meu filho? É, aqui é de meia meu filho! Tudo que a gente faz tem que ser metade para a gente metade para o patrão. O algodão, também de meia. [...] Ô minha filha! Pois, não vamos fazer isso não! Olha o que diz aqui a lei? Criada pelo Castelo Branco que assinou, acho que ainda foi do tempo de Castelo Branco[...] Pagar de meia se ele lhe dá todas as condições, se dá semente, se dá terra aradada, se lhe dá uma casa boa para você morar (Irmã Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015).

Esses aspectos da renda da terra eram usualmente utilizados pelos agentes da Pastoral que se baseavam no artigo específico sobre a renda da terra, onde o que estava posto não era exatamente o que ocorria no campo como mencionado. Conforme reza o Estatuto da Terra (1964), Lei nº4.504, no Capítulo IV, Seção 3, Artigo 96 que determina e regula a parceria,

"[...] IV - na participação dos frutos da parceria: a conta do proprietário não poderá superar a:

- a) 10% quando concorrer com a terra nua;
- b) 20% caso concorra com a terra preparada e moradia;
- c) 30% caso concorra com um conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para o gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;
- d) 50%, caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea "c" se e mais o fornecimento de máquinas

e implementos agrícolas, para atender aos extratos, no caso da parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% do número de cabeças objeto da parceria[...]."

Cada vez mais esclarecidos dos seus direitos, cansados de viver um processo exploratório e sentindo-se apoiados pela Igreja, os trabalhadores rurais passaram a exigir dos proprietários os seus direitos. Isso aprofundou os conflitos entre estes, onde muitas vezes pistoleiros e aparato policial foram dispositivos de violência de força básica recorrentemente empregados pelos patrões para intimidar os camponeses (BARREIRA, 1992).

Todas essas formas de violência praticadas no campo cearense foram definidoras para o estabelecimento de inúmeros conflitos que acabaram por marcar um certo rompimento destes com a relação de dependência e sujeição à qual eram submetidos.

Contudo, nem todos os trabalhadores assumiam essa postura diante da sujeição imposta pelos proprietários. Assim, vê-se uma luta de alguns grupos isolados, até dentro da mesma propriedade, que com o tempo foi tomando proporção cada vez maior. Essas diferenças de posicionamentos se refletem ainda hoje na organização dos assentamentos rurais, como se verá adiante.

Mencionado processo de empoderamento e organização dos trabalhadores para resistirem na terra e exigirem seus direitos se deu, paulatinamente, por meio da formação de muitos grupos organizados no campo como aqueles ligados à Igreja Católica - Ação Católica, Juventude Operária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica, Comunidades Eclesiais de Base, Movimento de Educação de Base, e também pela atuação de alguns Sindicatos, do Partido Comunista Brasileiro, e a partir de meados da década de 1970, a Comissão Pastoral da Terra.

A partir da década de 60 ocorreram alguns conflitos que assinalam profundas fissuras na dominação tradicional do Sertão. Esses conflitos desenrolaram-se de uma forma isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos - no interior de cada fazenda - e guardam como características comuns o confronto direto entre os Camponeses e o proprietário Rural (BARREIRA, 1992, p. 47-48).

"Cada conflito é um conflito", como afirma José de Souza Martins (1991), em sua obra "A militarização da questão agrária". Conforme a socióloga Mônica Dias Martins (1994) em seu livro "Os desafios da cooperação nos assentamentos de

reforma agrária do Ceará” (1994), três conflitos por terra marcaram a história agrária cearense. Foram eles: o da Fazenda Japuara (1968-1971) no município de Canindé; o da Fazenda de Lagoa da Capivara (1974) em Aracoiaba e o de Monte Castelo (1978) em Quixadá.

Mesmo sem pretender mensurar a importância de um conflito em detrimento de outro, pois parte-se da compreensão segundo a qual independente da magnitude e do número de famílias por ele atingidas, todos têm relevância significativa no fazer histórico e camponês, optou-se por discorrer sobre dois destes conflitos. Justifica-se esta opção por seu significado no processo de estruturação e início das ações da CPT no Ceará e também por sua importância no cenário político, porquanto se configuraram em passos decisivos na luta pela terra no Estado do Ceará. São eles: conflitos das Fazendas Japuara e do Monte Castelo.

Em 1968, mesmo antes do advento da CPT no Ceará, ocorreu em Canindé, na Fazenda Japuara, o primeiro grande conflito de terras no Ceará, representando a primeira experiência de resistência camponesa. O conflito se deu por causa da venda da fazenda em 1968 e a não adaptação às novas regras impostas pelos novos donos aos moradores. O novo proprietário solicitou imissão de posse, ganhou-a, e em 1969 foi expedido o respectivo mandato contra os moradores parceiros (BARREIRA, 1992).

Como exposto, o conflito colocava moradores de um lado e proprietários de outro. Segundo Barreira (1992), interessado no despejo dos moradores o proprietário contratou pessoas para arrombarem o açude e destelharem as casas. Num primeiro momento isso gerou reação, confronto e a morte de um dos agressores, o carreteiro que estava em cima de uma das casas. Num segundo momento o conflito se deu entre os moradores e a polícia local, onde morreram um trabalhador rural, um pistoleiro, um soldado da polícia e um agente da Delegacia de Ordem Política e Social.

O motivo do conflito foi a cobrança da renda de 50% pelo novo proprietário. Eles pagavam 30% ao antigo dono. Além disso, proibia-se a criação de pequenos animais por parte dos trabalhadores. Essa recusa em cumprir as imposições do novo proprietário desencadeou mais conflitos, uma vez que este tentava a todo custo expulsar os moradores de suas terras. Conforme ressalta Beserra (2015), os trabalhadores conseguem evitar a expropriação iminente porque um dos moradores, depois líder do conflito, Pio Nogueira, participante do movimento sindical desde os

idos de 1962, toma a iniciativa e convence os demais a procurar os direitos. Outro estudioso corrobora estas conformações:

O conflito de Japuara deixou quatro mortos e muitos feridos em 2 de janeiro de 1971. Dias depois desses episódios, [...] a Fetraece encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A solicitação estava fundamentada na eclosão do próprio conflito, na irregularidade da venda da área e no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros (BARROS, 2013, p.24).

Ante a expropriação iminente, os moradores reagem acionando a lei (no caso o Estatuto da Terra) que lhes garante permanecerem na terra (BESERRA, 2015). E assim, de forma até bastante rápida para o período, um mês e dois dias do término dos confrontos explícitos, o Presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias, com lotes variando de 26 a 42 hectares. Essa rapidez na “resolução do caso”, “na essência, traduz o temor de que o problema de Canindé se estendesse a outras propriedades também em vias de conflito”. (BARREIRA, 1992, p. 56).

O episódio de Japuara e seus desdobramentos mostram sinais de que estava sendo gerada uma nova ordem no campo na qual os direitos dos trabalhadores passaram a ser não mais os outorgados pelos proprietários, mas os conquistados e amparados por mecanismos legais. Outro resultado do conflito foi que o sindicato dos trabalhadores passou a ser considerado o grande inimigo dos proprietários de terra e o agente da subversão social e do conflito no campo, por ter orientado os camponeses (BARREIRA, 1992).

Esse conflito demarca na história da luta camponesa uma experiência transformada em referência para as outras vindouras, das quais a CPT-CE participou, apoiando os trabalhadores na resistência à expulsão e na luta por seus direitos.

Outra experiência importante ocorreu no município de Quixadá, na Fazenda Monte Castelo, iniciada em 1978. Se na experiência anterior o sindicato exerceu papel fundamental na condução dos trabalhadores, nesse, a Igreja revela todo seu potencial organizativo, inclusive, por meio das CEBs era a principal mediadora do conflito e apontada como maior responsável por ele.

O movimento das Comunidades Eclesiais de Base realizou reuniões periódicas na Fazenda, nas quais os camponeses tiveram o primeiro contato com o Estatuto da Terra e o confrontaram com a realidade de suas próprias condições trabalhistas e econômicas (BARREIRA, 1992, p.59).

Assim como na experiência anterior, o conflito nessa área se deu entre moradores-parceiros e o proprietário da terra. Em Monte Castelo o problema começou quando os trabalhadores, que pagavam 50% de renda, reivindicaram a diminuição desse percentual para 30%. Dos 100 moradores-parceiros, 27 entram em questão com o proprietário. Esses 27 moradores sofreram todo tipo de adversidade por tomar essa atitude. Desde ameaças e provocações, foram colocados contra seus vizinhos, tiveram suas casas destruídas, cercas derrubadas e roçados inutilizados. “Já durante a seca de 1979, a retaliação era evidente. Mesmo existindo o ‘plano de emergência’ na fazenda, nenhum dos 27 moradores insubmissos foi beneficiado”. (BARREIRA, 1992, p.60).

Em 1979, a CPT já atuava como pastoral no Estado do Ceará, porquanto se institucionalizou em 1976. Ela se fez presente no referido conflito. Mas os agentes da CPT e das CEBs se confundiam, pois muitos daqueles da CPT têm sua origem ligada a essas comunidades, ou, em muitos casos, trabalharam de forma muito próxima a elas.

Segundo sindicalista à época de Quixadá, a atuação da CPT se dava da seguinte forma:

[...] Qual era a orientação da igreja, da CPT? Era que nós, em toda essa luta, para a gente fazer esse movimento, nós não tirássemos o estatuto de debaixo do braço, a nossa bíblia! A nossa bíblia número um era o estatuto da terra. Quando a polícia nos abordava, está aqui! Nós estamos trabalhando por isso aqui, foi criado pelo governo da ditadura militar. [...] Mas, era a nossa orientação de Dom Fragoso, de Dom Aloísio e dos advogados que acompanhavam (Senhor José Mendes, Quixeramobim, agosto de 2014).

Em função do apoio dado pela Igreja, todas as pressões contra os camponeses estendiam-se aos padres e freiras da CEB da fazenda. Os padres do município vizinho, Aratuba³, receberam ameaças de morte e foram proibidos de celebrar atos religiosos, sob o argumento de estarem invadindo a propriedade (BARREIRA, 1992). As perseguições sofridas ainda estão na memória daqueles e daquelas que faziam as reuniões com os trabalhadores de Monte Castelo. É o que denota a fala da agente e ex-secretária da CPT-CE,

[...] foram preso uns quatro trabalhador rural (de Monte Castelo), eu e o padre Eliézio. Chegaram na reunião, a gente conheceu, e eles saíram e eu disse:

³ Em 1978, Aratuba fazia limites com o município de Quixadá por meio das terras hoje pertencentes ao município de Ibareta, que só é elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 11431, de 8/5/1988, desmembrando-se então de Quixadá.

saiam todos que isso aqui é a polícia e eles não acreditaram. Aí ficaram e a polícia pegou. Eles já tinha ido na casa paroquial, quebrado a porta, tirado até meu documento que eu saí até sem lenço e sem documento, mas depois eles mostraram. Isso era uma invasão, né? Levaram o mimeógrafo, aqueles mimeógrafos de álcool, levaram livros, roubaram! (Luiza Vasconcelos, 23 de janeiro de 2016, Ocara, Assentamento Denir).

Segundo evidenciado, a solidariedade da Igreja e o papel exercido nesse conflito foram fundamentais na repercussão deste conflito, ampliada pela morosidade do desfecho e influenciada por características marcantes do caso. O clima de medo, animosidade e revoltas resultou no assassinato do gerente, por um grupo de camponeses, quando derrubava mais uma cerca no dia 17/8/1982 (BARREIRA, 1992).

A memória de uma das entrevistadas, que participou do apoio a esse conflito, revela a forma como os trabalhadores eram perseguidos por causa do conflito. Segundo ela,

[...] Houve um conflito grande, mataram um dos capangas, mas que dos trabalhadores não mataram, não chegou a matar. Mas, eles tiveram que fugir porque a polícia e tudo. Eu me lembro que veio uma turma, nós recebemos sete trabalhadores em Parambu que deram cobertura a esses trabalhadores que foram para a serra. Lá na, justamente, já com o trabalho que tinha com a articulação da CPT. A gente também se articulava com o Maranhão. [...] Eu me lembro que no Monte Castelo quando, com essa morte que aconteceu lá, que era uma perseguição que queriam matar mais trabalhadores, teve esses esquemas estratégicos de apoio. É tanto, que eles passaram um tempo lá na serra, aí se acalmou e eles puderam voltar (Irmã Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015).

Nesse aspecto a Igreja consolidou sua posição mediadora. Os trabalhadores mais engajados nas ações desencadeadas pelos religiosos acostumaram-se a dizer que “Deus não deixou escritura de terra para ninguém”. (BARREIRA, 1992, p.63).

Uma grande repercussão desse conflito foi o fato de o Estatuto da Terra ter-se tornado mais conhecido, e a partir desse a situação passou a ser discutida nas áreas onde predominava o regime de parcerias. Em 1983, finalmente, a fazenda foi desapropriada pelo Estado em favor de todos os moradores parceiros. Esta decisão ocasionou ganhos de um lado e transtorno de outro, como aponta Barreira (1992): “O benefício indiscriminado causou sério mal estar, visto que ao longo dos anos de litígio a desavença havia explodido entre os camponeses, estimulada pelo proprietário”. (p.67).

Tanto um quanto outro conflito apresentam-se como momentos de rupturas no campo cearense. Foram, sem dúvida, ações estratégicas na luta contra a superexploração do trabalho e pela terra. Por entender seu papel em meio à luta camponesa, a CPT desenvolveu ação importante no apoio, divulgação e formação dos grupos que participaram ativamente da luta. Os padres da vertente progressista e comprometidos com a luta dos trabalhadores promoviam celebrações nas quais discorriam sobre estas lutas e sobre o direito à terra como dom de Deus. Por sua vez, os grupos de agentes implementavam reuniões e encontros com os trabalhadores nos quais prestavam solidariedade aos oprimidos e possibilitavam a formação deles mediante discussão sobre o Estatuto da Terra.

Na década de 1980, César Barreira já destacava as ações realizadas na Diocese de Crateús e na paróquia de Aratuba pelo trabalho implementado nas comunidades camponesas. Ambas são áreas emblemáticas para tratar do papel da Igreja no contexto dos conflitos no campo no Ceará: a Igreja de Aratuba a partir de 1967 e a de Crateús, a partir de 1964.

Elas iniciam um trabalho de organização das populações pobres do município por meio das Comunidades Eclesiais de Base. Caracterizadas como importante movimento de formação de lideranças para a sociedade civil, as CEBs no regime militar foram praticamente o único movimento social de contestação a atuar na legalidade (SOARES, 2010).

As ações desenvolvidas pelos padres José Maria e Moacir Cordeiro, da Igreja de Aratuba, acabaram influenciando o segundo a organizar comunidades também na região vizinha do Sertão Central, “de modo que os conflitos desencadeados nessa região, a partir dos fins de 1979, têm também a sua participação, assim como a colaboração de outros religiosos da Diocese de Quixadá”. (BESERRA, 2015, p.65). E continua:

Vendo, ouvindo e discutindo com os trabalhadores os seus problemas, à luz dos ensinamentos bíblicos, esses religiosos passam a incentivar a reunião dos trabalhadores em comunidades, e, fruto desse trabalho, surgem as comunidades eclesiais do Sítio Fernandes e do Sítio Paraíso (BESERRA, 2015, p.62-63).

Como afirma Barreira (1896), paróquias engajadas na problemática do trabalhador rural conviviam com paróquias ou dioceses que se identificavam com os grandes proprietários de terra. Em meio a essa dualidade de postura, e fruto do trabalho e da perspectiva de atuação das CEBs, a CPT engajou-se nos conflitos por

meio de ações de apoio aos atingidos por eles, priorizando os trabalhadores rurais camponeses. A princípio, seu trabalho se restringia às desavenças entre proprietários e pseudoproprietários tanto com posseiros como rendeiros. No entanto, à medida que as condições do campo se modificaram, as categorias camponesas envolvidas nestes casos também aumentaram e, assim, também o número de conflitos acompanhados. De 1975 a 2015, contabilizaram-se 309 conflitos no campo acompanhados pela CPT, como indica o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Conflitos acompanhados pela CPT-CE, 1975-2015

NÚMERO DE CONFLITOS ACOMPANHADOS PELA CPT 1975-2015 (por tema)⁴			
ANOS	TERRA	AGUA	OCUPAÇÃO
1975 – 1984	22		
1985 – 1994	64	1	13
1995 – 2004	39		45
2005 – 2015	75	26	24
SUBTOTAL	200	27	82
TOTAL DE CONFLITOS ACOMPANHADOS			309

Fonte: “Conflitos no campo Brasil” (1984 a 2015); adaptação DINIZ (2009).
Elaboração: Silva, Danielle Rodrigues, (2016).

Este quadro foi sistematizado a partir das décadas de atuação da CPT, no total de quatro décadas. Até a década de 1995 a 2004, os dados sobre os conflitos por água não aparecem sistematizados no “Caderno de conflitos no campo Brasil”. Isso não se dá por causa da inexistência de conflitos de natureza hídrica, mas também em decorrência da metodologia utilizada pela publicação que até então não fazia diferença entre conflitos por terra e por água. No Ceará, as querelas por terra acompanhadas pela CPT são as mais comuns e caracterizam os conflitos fundiários no Estado desde tempos pretéritos. Na terceira década de atuação da CPT, no entanto, os conflitos hídricos passaram a configurar-se como recorrentes no Estado. Isso aconteceu em face de uma política de implantação de grandes obras hídricas, principalmente com a construção de barragens que atingiram inúmeras famílias. Os dados, contudo, só revelam a existência desses conflitos a partir da década de 2005 a 2015, quando estes ainda se mantêm.

⁴ O quadro detalhado dos conflitos acompanhados pela CPT-CE encontra-se disponível no Apêndice C.

Em uma das entrevistas, como retrata um ex-coordenador da CPT-CE na década de 1990, o cenário que permeava o campo cearense ainda se refletia em inúmeras situações de violência contra esse trabalhador rural. Segundo ele:

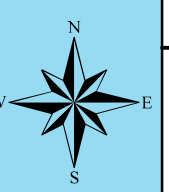
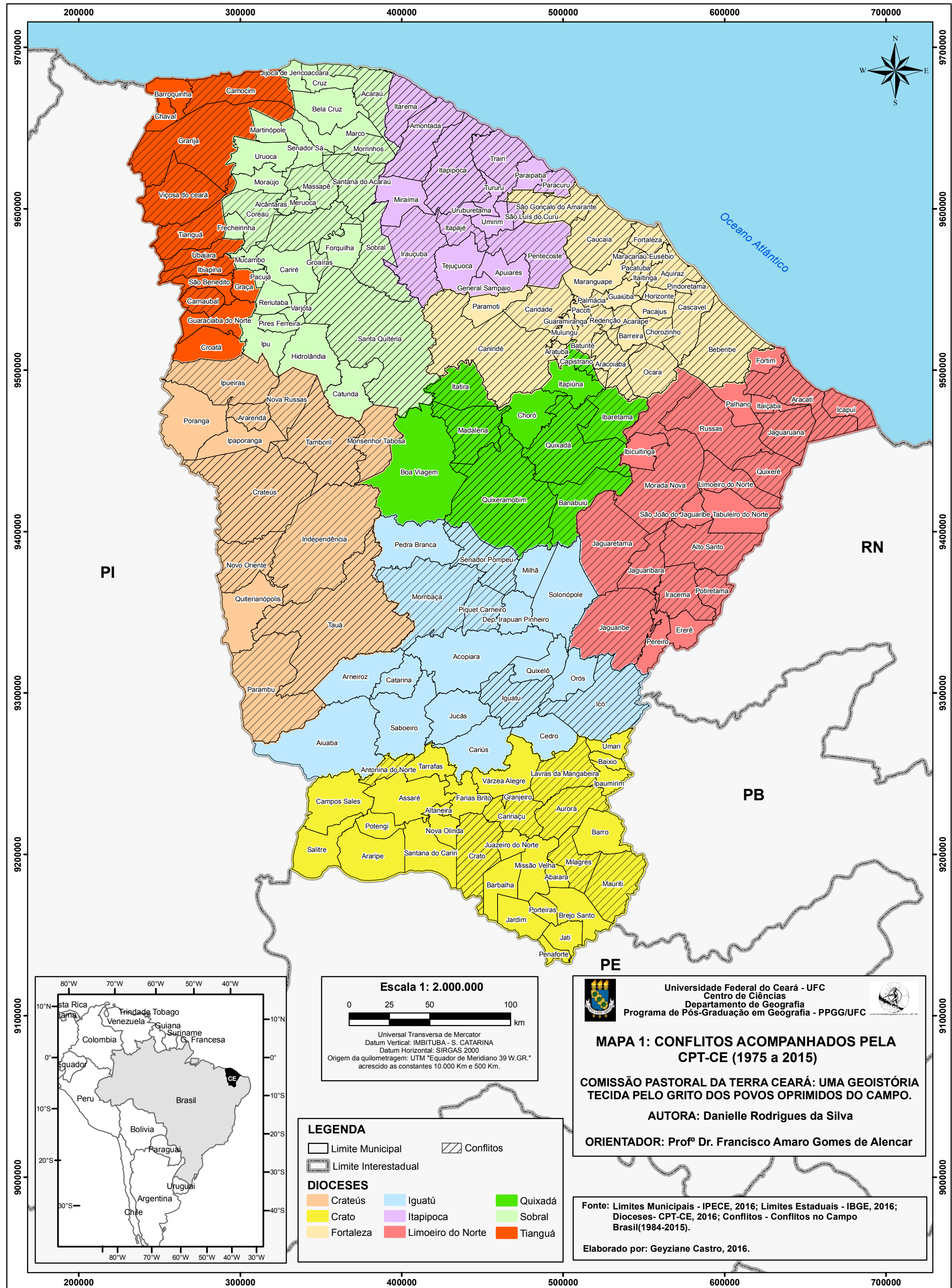
[...] A questão da terra aqui no Ceará[...] era[...] era[...] é [...] muito parecida, como eu diria[...] com outras regiões do Nordeste. Quer dizer, um tipo de violência, sobretudo a posseiros, violência em relação aos povos indígenas, e assalariados rurais era uma área não muito acompanhada, tanto que não havia como fenômeno grande a questão dos assalariados rurais aqui no Ceará (Padre Ermano Allegri, Fortaleza, 17 de julho de 2016).

As categorias de camponeses envolvidas nesses conflitos são muito diversas e extrapolam aquelas até aqui discutidas. Desse modo, à medida que se situar a CPT na história da luta desses camponeses e nas ações desenvolvidas se tentará, quando possível, esclarecer de que camponeses se está falando. Isso pode favorecer a compreensão da maneira como eles se envolvem ou não na luta, como já afirmava Beserra (2015).

Segundo evidenciado, os conflitos acompanhados pela CPT se distribuem em todas as áreas do Estado do Ceará, em suas nove dioceses. Conforme se verifica no mapa 1, todas as dioceses enfrentaram conflitos em seus espaços. Foram conflitos por terra e território, água e direitos que se materializaram no espaço geográfico. Essas regiões apresentam demandas diferentes, mas todas carregam como marca principal a exploração e/ou a usurpação dos direitos dos trabalhadores. De acordo com o Mapa 1, a maior parte dos conflitos concentraram-se na Diocese de Fortaleza, com nove municípios. Na Diocese de Limoeiro do Norte foram treze municípios atingidos seguidos da Diocese de Crateús, com dez municípios. As dioceses de Itapipoca, Sobral, Tianguá, Quixadá e Crato tiveram, respectivamente, nove, nove, sete, sete e sete municípios afetados.

Os conflitos apontados no Mapa 1 estão longe de espacializar todas as situações ocorridas no Estado do Ceará desde 1975. Trata-se, na realidade, de uma parcela que foi acompanhada pela CPT-CE, por suas pequenas e poucas equipes distribuídas pelas dioceses do Estado. No entanto, conflitos dos quais outros mediadores sociais foram partícipes e protagonistas no processo de mediação não estão sendo contabilizados nesse mapeamento.

Portanto, no Mapa 1, consta a espacialização dos conflitos acompanhados pela CPT-CE.



PI

RN

PB

PE

Escala 1: 2.000.000

0 25 50 100 km

Universal Transversa de Mercator
 Datum Vertical: IMBITUBA - S. CATARINA
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Origem da quilometragem: UTM "Equador de Meridiano 39 W.G.R." acrescido as constantes 10.000 Km e 500 Km.

LEGENDA

Limite Municipal
 Conflitos
 Limite Interestadual

DIOCESSES

 Crateús	 Iguatú	 Quixadá
 Crato	 Itaipoca	 Sobral
 Fortaleza	 Limoeiro do Norte	 Tianguá

Universidade Federal do Ceará - UFC
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFC

MAPA 1: CONFLITOS ACOMPANHADOS PELA CPT-CE (1975 a 2015)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ: UMA GEOISTÓRIA TECIDA PELO GRITO DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO.

AUTORA: Danielle Rodrigues da Silva

ORIENTADOR: Profº Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Fonte: Limites Municipais - IPECE, 2016; Limites Estaduais - IBGE, 2016; Dioceses - CPT-CE, 2016; Conflitos - Conflitos no Campo Brasil(1984-2015).

Elaborado por: Geyziane Castro, 2016.

Outro fator relevante a se considerar é a compreensão de que esses conflitos mapeados e acompanhados pela CPT-CE incorporam a multiplicidade de categorias presentes no campo. Serras, litorais e sertões foram áreas afetadas por esses conflitos e cada uma delas possui suas especificidades nas relações de trabalho, hábitos e cultura camponesa. A unidade a interligar todos esses conflitos é a luta pela terra, como pontua a entrevista de Angelita Maciel: [...] A luta da terra ela é diversa! Porque na luta da terra você vai encontrar os índios, os quilombolas, os pescadores, os ribeirinhos, os fundos de pasto (Angelita Maciel, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Como revelam tanto a recorrência de conflitos na atualidade como o aumento daqueles acompanhados pela CPT-CE na última década (2006 – 2015), as lutas travadas no território cearense, se por um lado, não eliminaram a ocorrência destes no campo, ao contrário, até acentuaram, por outro, serviram de estímulo à implementação dos movimentos e organizações sociais na resistência às imposições da concentração de capital que procura reorganizar o espaço em benefício das grandes empresas, do agro-hidronegócio e dos megaempreendimentos. O avanço do agronegócio, os investimentos em grandes empreendimentos hídricos, o uso de agrotóxicos estão no cerne das disputas das últimas décadas. Dessa forma, como se depreende, as causas dos conflitos mudam, mas os atingidos continuam os mesmos.

Nesses enfrentamentos, a CPT se faz presente. Como mediadora social, a CPT empreendeu as seguintes ações: celebrações; acompanhamento pós-conflito; formação continuada dos agentes e atingidos; fortalecimento da autonomia econômica e política; reuniões, visitas e encontros para tratar da problemática, orientando e capacitando coletivamente os atingidos pelos conflitos com vistas a se apoderarem de práticas resolutivas; e, ainda, denúncias, seja por meio das homilias, cartas pastorais, romarias, celebrações, rádio, mídia ou elaboração de subsídios a serem distribuídos em instituições afins e comunidades afetadas.

Na história desses conflitos, a CPT não teve o papel de acampar junto aos trabalhadores rurais. Isto só veio a ocorrer com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-Terra (MST a partir de 1989, mas procurou prestar sua solidariedade nas formações e orientações aos trabalhadores, na celebração de suas vitórias, apesar de derrotas, na visibilidade dada a estas situações por ser parte da Igreja Católica,

servindo de instrumento agregador de apoio. Ademais, fomentou muitos conflitos ao trazer à tona as injustiças perpetradas contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Nesse sentido, seu papel em relação aos trabalhadores corrobora o postulado de Neves (2008), para quem a prática dos mediadores é devedora do postulado de que toda mudança de posição social se objetiva por um trabalho educativo, razão pela qual eles se veem como portadores da função pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo.

Nesse ínterim, a CPT buscou efetivar em meio aos conflitos no campo um papel importante no apoio aos trabalhadores rurais camponeses, seja nos aspectos formativos quando tenta orientar com base nos direitos possibilitados pelo Estatuto da Terra, seja por meio da solidariedade prestada quando da realização de reuniões, encontros e celebrações. Sua história no Ceará nasce bem antes de 1976, tendo em vista o envolvimento dos seus agentes nas Comunidades Eclesiais de Base, nos enfrentamentos surgidos no campo e no próprio desenvolvimento dessas práticas. É este o assunto discutido a seguir.

3.2 HISTÓRIA DA IGREJA POPULAR NO CEARÁ: o caso de Crateús

No processo de constituição da CPT, muitos foram fundamentais na articulação e penetração nas regiões de conflito e, portanto, carentes de atenção dos mediadores sociais da CPT-CE. Qualquer tentativa de elencar alguns desses sujeitos, indicando-os como importantes no processo, incorre no perigo da limitação, porquanto cada sujeito partilhou, de modo pessoal e coletivo, uma forma de atuar que convergiu para a construção da CPT-CE.

Desse modo, optou-se por abordar a influência de uma das figuras centrais em todo esse processo, sobretudo nos encaminhamentos para a articulação e institucionalização da CPT no Estado do Ceará em 1976. Na figura dele, espera-se que todos aqueles e aquelas que fizeram e fazem a CPT se sintam representados. Trata-se de Dom Antônio Batista Fragoso, Dom Fragoso, ou para os mais próximos, o Dom – o Pai da CPT-CE. Nesta escolha levou-se em consideração sua influência

desde a constituição até 2016 na CPT, assim como o fato dele ter sido lembrado em praticamente todas as entrevistas para essa pesquisa.

Dom Fragoso foi o primeiro bispo da Diocese de Crateús. Participou do Concílio do Vaticano II, que durou oito meses e contou com a presença de 2.300 bispos do mundo todo. Foi um dos quarenta bispos integrantes do “Pacto das Catacumbas” em 1965, um documento de treze itens, onde se comprometeram a levar uma vida de pobreza, rejeitar privilégios e colocar os pobres no centro do seu ministério pastoral. Ao retornar deste Concílio, em seus primeiros anos na Igreja de Crateús, apesar do contexto militar, manteve um rosto missionário, uma postura eclesial de “ser pobre para os pobres”. Esses elementos se refletiam na sua prática pedagógica e nas ações desenvolvidas no território da diocese do qual fez parte de 1964 até 1998 (34 anos). Foi considerado um dos grandes expoentes da Teologia da Libertação no Ceará e no Brasil, grande motivador e fortalecedor do trabalho promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base, instigando e fortalecendo ainda mais suas atividades.

São essa prática e postura de Dom Fragoso que se vê refletidas nas ações empreendidas pela Comissão Pastoral da Terra ao longo desses quarenta anos de caminhada. Portanto, a Igreja de Crateús certamente possui as bases históricas mais apropriadas para contar a origem dessa Pastoral no Estado do Ceará.

Dom Fragoso chegou à Diocese de Crateús em 1964 (FIGURA 5), em pleno ano de tomada do poder pelos militares. O cenário então existente era de um quadro de exploração, pobreza, miséria e conflitos entre trabalhadores e proprietários fundiários.



Figura 5 – Missa de posse de Dom Fragoso em Crateús
Fonte: Arquivo Diocese de Crateús, 1964.

Ao chegar a Crateús, Dom Fragoso se deparou com uma Igreja conservadora cujas ações fortaleciam a ideia e compreensão do povo de que a Igreja eram o padre, o bispo e o papa. Segundo Albuquerque (2012), a Diocese de Crateús, datada de 1964, é resultante do desmembramento da Diocese de Sobral, que tinha como pastor Dom Tupinambá da Frota, com uma postura tradicional. Como revela, o rebanho esperava as mesmas posturas de Dom Fragoso, o que não aconteceu. Ainda segundo o autor,

[...] desde o início ele repudia o modelo de Sobral que era também o modelo da diocese do Crato e afirma um modelo consoante com o Concílio Vaticano II, de uma igreja pobre voltada para os pobres uma igreja que é levantar essa bandeira da justiça social da Equidade e da libertação dos homens da opressão a que estavam submetidos pelo capital da desumanização (ALBUQUERQUE, 2012, p.67).

Enquanto Crato falava de promoção humana, sem defini-la no contexto de libertação, a Igreja renovada de Crateús, em consonância com os princípios emanados pelo Concílio do Vaticano II, falava de libertação, de conscientização, de autonomia, direitos, de justiça social, sociedade de iguais (ALBUQUERQUE, 2012). Continua o autor:

[...] seu objetivo era outro, era fazer uma igreja com os pobres, atacando as causas da pobreza, buscando as razões da mesma e denunciando as injustiças; era uma igreja voltada para os direitos dos homens, principalmente os direitos que eram negados aos mais pobres assegurando-os como direitos conquistados pela força da organização (ALBUQUERQUE, 2012, p. 178).

O Bispo tornou-se conhecido pelo seu enfrentamento à ditadura civil, empresarial e militar e pelo desprendimento e amor ao próximo. Ao exercer sua missão religiosa junto aos pobres, incentivou a organização de sindicatos, bateu de frente contra o poder do latifúndio, lutou pelos direitos humanos e se fez voz de muitas classes do segmento desprotegido socialmente (QUEIROZ, 2009).

Dentre os sinais de uma Igreja tradicional, mantida anteriormente à sua chegada, pode-se citar o exemplo das liturgias, com Dom Fragoso. Conforme ele, quando chegou a Crateús” a liturgia era praticamente do padre, que presidia, celebrava de costas para o povo, usava língua latina, fazia a homilia sozinho, decidia tudo sobre as igrejas, as capelas, presidia as associações, administrava o dinheiro do culto”. (FRAGOSO, 2005, p.50).

Em quase todas as publicações que tratam do tema da Igreja Popular, da Religiosidade Popular, das CEBs, entre outros relacionados à Teologia da Libertação,

as atividades desenvolvidas pelo Bispo de Crateús são alvo de referências. Então a Diocese de Crateús torna-se referência para o desenvolvimento do trabalho pastoral de outras dioceses, como relata Montenegro (2004):

[...] o fato desta diocese tornar-se bastante conhecida mesmo não estando localizada em algum centro urbano de maior destaque, pode ser atribuída a um conjunto de fatores: a) a conjuntura do regime militar instituída como de extremo perigo as práticas sociais religiosas ou laicas de apoio e organização das camadas populares do meio rural e, por essa razão, a diocese era constantemente alvo de críticas de representantes do regime; b) os grupos políticos, e mesmo parcela da sociedade civil, descontentes com a linha pastoral que a Igreja de Crateús assume a partir do seu primeiro bispo, divulga amplamente na imprensa suas críticas, denunciando-o como comunista e traidor dos ideais cristãos, entre outras acusações; c) a ampla rede de comunicação e apoio que tem a Igreja Católica dentro e fora do Brasil, e d) o bispo ter tido sempre a preocupação em documentar e publicar todo o trabalho diocesano desenvolvido em cada uma das paróquias da diocese (MONTENEGRO, 2004, p. 312).

Das experiências anteriores, favoreceu o desenvolvimento de uma postura progressista o fato de ter sido assistente eclesiástico da Juventude Operária Católica na Arquidiocese da Paraíba por dez anos, “da qual é considerado uma das figuras de referência e não apenas nacional”. (CALADO, 2005a, p. 265). O ponto de partida da JOC é a experiência do relacionamento fraterno dentro dos meios de trabalho e não o ensino doutrinal. E esse foi o seminário do Bispo que então chegava (FRAGOSO, 2005).

A grande influência no fazer de Dom Fragoso e de quantos o acompanharam em suas missões adveio do trabalho fundamentado na pedagogia jocista, baseada na pedagogia libertária de Paulo Freire. Como mencionado, a metodologia jocista utiliza o ver, o julgar e o agir.

O olhar para a realidade em que vivem as pessoas chama-se *ver*. Juntos vão aprendendo a perceber a Boa Notícia de Deus que ilumina o cotidiano e chama para a conversão. Chama-se *julgar*. Do ver e do julgar articulados nasce a prática transformadora. Chama-se o *agir* (FRAGOSO, 2005, p.51).

Além disso, influenciado pelas doutrinas do Concílio do Vaticano II e, ainda, graças às suas experiências, iniciou um processo de mudança que possibilitou a emergência de um novo jeito de fazer Igreja, pois suas orientações indicavam o desenvolvimento de uma nova forma de ser Igreja, que intentava estar aberta ao mundo e envolvida com seus problemas. “Dom Fragoso discute a possibilidade de se criar uma nova igreja, onde os pobres tivessem mais importância na diocese de Crateús, que contava com 18 padres, dos quais 5 eram donos de terra”. (BESERRA, 2015, p.115-116).

Para compreender a situação da área diocesana, agora sob sua responsabilidade, visitou os párocos de Crateús, onde se colocou a par da situação do conjunto das paróquias. Nessas visitas descobriu a existência de milhares de catequistas, o que o levou a priorizar a pedagogia catequética e a organização do Departamento Diocesano de Catequese. “De 1965 a 1967, acompanhada por Dom Fragoso, uma equipe percorria toda a diocese, nas afamadas semanas catequéticas. [...] Foi a forma encontrada para despertar o novo jeito de ser Igreja que mais tarde vai ser chamado CEBs”. (CALADO, 2005a, p.265). Na Figura 6 mostra-se um dos exemplares de cartilhas utilizadas nas semanas catequéticas.

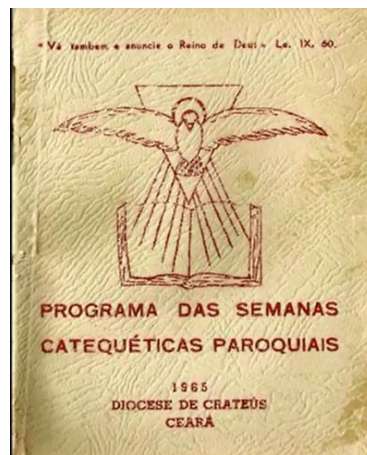


Figura 6 – Cartilha das Semanas Catequéticas, 1965
Fonte: Arquivo Diocese de Crateús.

A catequese estava em toda a ação eclesial: nas celebrações, nos encontros, nas pastorais, nas CEBs, nas paróquias. Para Dom Fragoso, elas eram como o ar que se respira (FRAGOSO, João, 2005a). Assim, foram campo fértil para o desenvolvimento e engajamento de leigos e leigas, religiosos e religiosas no trabalho proposto no novo bispado.

Houve centenas de reuniões, encontros, estudos na diocese, nas paróquias e na comunidade para acolher o Concílio e seu novo jeito de viver a liturgia (FRAGOSO, Dom, 2015, p.52). Naturalmente, muitos padres e pessoas da comunidade não receberam tão bem essa nova forma de ser Igreja; para estes a Igreja Tradicional é que estava certa.

Essa postura conservadora demarca uma forma de ver e analisar a prática pastoral, ainda presente nos dias de hoje; trata-se de uma leitura sobre a Igreja

Católica que tem refletido negativamente no apoio de bispos e clérigos às ações da CPT-CE. Os padres e religiosos e religiosas, que ainda mantêm essa relação afinada com a Teologia de Libertação e com as orientações do Concílio, enfrentam problemas ante a Igreja Católica. Portanto não há uma conversão total da Igreja Católica mas de um pequeno segmento que procura manter viva a prática pastoral de Dom Frágoso.

De volta a Crateús, paulatinamente foram se incorporando práticas mais humanizadas em sua diocese, plantando uma semente que só mais tarde dará frutos para além dos limites desta. Assim, a Igreja de Crateús torna-se referência de Igreja dos pobres no contexto do Ceará. Essa peculiaridade é ressaltada no trecho da entrevista à agente a seguir:

[...] Crateús tem uma particularidade, nesse período, porque o primeiro bispo da diocese é Dom Frágoso. É um bispo que tem uma postura, totalmente, diferente dos demais bispos aqui do Estado do Ceará na época, e está ligado à Teologia da Libertação, aos mais pobres. Tem, de fato, opção preferencial pelos pobres! É um bispo que tem uma pedagogia e a sua prática, a sua vivência, é uma vivência diferente. Então, isso faz diferença, também, nas ações que foram desenvolvidas na diocese (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Desse modo, começam a se espalhar pela diocese práticas bem diferentes das anteriores. Como mostram as imagens a seguir, visitas pastorais às comunidades tornaram-se recorrentes (FIGURA 7). Era uma forma de conhecer a realidade da diocese e se aproximar das pessoas. Para João Frágoso (2005), o sentido das visitas pastorais parece-lhe uma inserção na realidade, ajudando os pobres a enxergar seus direitos e as causas da miséria. Esse trabalho suscitaria organização, planejamento e o desenvolvimento da consciência crítica.



Figura 7 – Visita pastoral de Dom Frágoso e sua equipe, Diocese de Crateús, década de 1964-1974
Fonte: Arquivo Diocese de Crateús.

Como escreve Calado (2005), as experiências pastorais mais fecundas da Diocese de Crateús foram protagonizadas também pelas religiosas inseridas no meio popular, na Educação da Fé (catequese), Educação Popular, nos movimentos populares junto aos camponeses e camponesas (CPT), junto aos negros e descendentes indígenas, junto às mulheres vítimas da prostituição e mediante assessoria aos encontros diocesanos. Elas, as freiras, viviam não somente em meio aos pobres, mas como pobres.

Na Figura 8, expõe-se um momento singular que demarca a mudança no interior da Igreja de Crateús. No caso, a irmã Ailce realiza um batizado na cidade de Parambu. Algo bastante avançado para o período.



Figura 8 – Batizado realizado pela irmã Ailce, Parambu, Diocese de Crateús, década de 1964-1974
Fonte: Arquivo Diocese de Crateús.

Conforme se percebe, a participação de religiosas no desenvolvimento de atividades até então executadas exclusivamente por padres e bispos é outra iniciativa nesse processo.

O financiamento das ações desenvolvidas por essa diocese também passou por mudanças e apertos financeiros. Embora, com seu projeto popular e libertador, não aceitassem a dependência de projetos financiados pelos governos estadual ou federal ou de instituições do país ou de fora, no início da caminhada, em face das dificuldades locais e regionais, verificou-se a partilha fraterna e a ajuda financeira de alguns projetos específicos. No entanto,

[...] depois de muitas reflexões e consenso de muitos, em 1981, o bispo agradeceu e dispensou a ajuda financeira da Arquidiocese de Colônia, na Alemanha (50 mil marcos por ano), oferecendo a oportunidade para outra diocese mais carente (FRAGOSO, João, 2005b, p.378).

Das ações implementadas, além dessas mudanças no tratamento dado ao pobre e ao pequeno no seio da Igreja de Crateús, Dom Fragoso também procurou lidar com os conflitos entre Igreja, PCB e Estado na disputa pela organização e orientação político-ideológica da classe trabalhadora, materializada na busca pelo controle dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Diante da situação, assume o trabalho de fundar sindicatos mais comprometidos com as causas dos trabalhadores em Ipueiras, Crateús, Independência, Novo Oriente e Poranga. Para tal, conta com a operária francesa Paulette Ripert, sindicalista com experiência na área sindical, para colaborar na instalação dos sindicatos dos municípios constantes da região da Diocese de Crateús (ALENCAR; SAMPAIO; FÉLIX et al. 2013), tendo iniciado seu trabalho em novembro de 1964.

Paulette Ripert, integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Cristãos da França, enfrentou inúmeros desafios na fundação dos sindicatos no Ceará. Ao contrário do esperado, por ela vir do Primeiro Mundo, em nenhum momento impôs métodos e ideias aos trabalhadores, os quais ainda não tinham uma consciência crítica, pois se sentiam sufocados pela ditadura. Mesmo assim, começou seu trabalho na Serra de São Gonçalo em Ipueiras (FRAGOSO, João, 2005c).

Para se aproximar do povo, utilizou diversas estratégias. Segundo percebeu, eram muito desconfiados e não acreditavam que alguém pudesse estar ali para ajudá-los, porquanto isso nunca tinha acontecido. Dentre as estratégias empregadas na Serra de São Gonçalo, sobressaem: andava de casa em casa a pé, para conhecer as pessoas; foi a algumas farinhadas, sentou-se com as mulheres, fez farinha só para se aproximar, mas não continuava para não atrapalhar o ganho que já era pouco; recorrentemente comia com os moradores, os quais dividiam seu feijão, mesmo sem saber se seria o correto a se fazer, já que estava dividindo o pouco pão de cada família; à noite costumava sentar nas calçadas, que era ponto de encontro de homens e mulheres, onde a conversa fluía e podia dizer o que estava fazendo ali; hospedava-se em casas diferentes, buscando estabelecer laços com todos, mesmo nas casas mais humildes.

Isso se deu de forma lenta, pois era preciso conquistar a confiança dos trabalhadores. Um trecho da sua fala sobre essa experiência é forte por demarcar o momento em que ela percebe que eles estão prontos para a construção do sindicato. Como exposto:

[...] Quando for criado o sindicato, é claro que eu vou ser a presidente, porque sei mais do que vocês o que se deve fazer[...] Aí o pessoal mudou, olhou pra mim espantado, e de repente um mais audacioso disse: “Mas[...]”. Aí eu me zanguei: “O que é? Vocês não vão querer?”. Ele respondeu: “Mas você não pode nem ser do sindicato, você não trabalha na roça!”. [...] eu caí na gargalhada, pois eles tinham encontrado meio para me dizer “Não”. Quando a gente consegue dizer NÃO a quem a gente quer bem, é capaz de dizer NÃO a qualquer um (SANTOS, 2005, p.30).

Os sindicatos eram vistos de uma maneira sem dúvida acertada pela equipe e pelos camponeses “como a forma mais adequada de organização comunitária naquelas circunstâncias de ausência de serviços educacionais públicos por um lado, e da necessidade de combate coletivo ao poder dos fazendeiros por outro”. (KADT, 2007, p.194). É preciso reconhecer, assim como Manoel Kadt (2007), que o Movimento de Educação de Base foi o organismo que abriu em sua ação educativa espaço para os chamados por ele católicos radicais, dentre os quais as lideranças camponesas, os sindicatos e os agentes pastorais (ALBUQUERQUE, 2012).

O primeiro grande desafio do novo pastor era eminentemente político: o enfrentamento da ditadura civil-militar instalada no Brasil a partir do golpe de 1964. Nesse sentido, os agentes pastorais, clérigos e religiosos e religiosas da Igreja de Crateús tiveram de lidar com toda sorte de perseguições e violência, típico de governos ditatoriais. Qualquer reunião era encarada como um possível levante ou organização revolucionária e, por consequência, tinha de ser abafada.

No caso de Crateús, os protagonistas desse novo jeito de ser Igreja, a começar pela figura de seu pastor, tiveram de enfrentar não apenas as forças externas da ditadura, como também, toda sorte de hostilidade das forças locais, inclusive, internas à própria Igreja católica local, prontamente aliadas aos arautos da “Revolução” contra o que passaria a ser chamado de “subversão”. (CALADO, 2005d, p. 95).

Nesse contexto, os sindicatos da área de atuação da Diocese de Crateús não saíram da mira dos órgãos de repressão. Ameaças expressas ou veladas, prisões arbitrárias e outros recursos repressivos eram constantemente utilizados pela força militar. Mas o Bispo sempre estava à frente na defesa dos perseguidos.

[...] Ah não gente tinha medo não. Quando a gente saía de casa, quando menos espero, as portas estavam todas arrombadas. Mexiam em tudo que era da gente para encontrar a subversão, ave Maria! Achavam que a gente tinha uma rádio em casa, de comunicação. Viajavam, piravam mesmo! Na classe, sempre tinha uma pessoa de observações que fazia relatório para eles. Tinha um dia da semana que a aula era dramatizada, dividia as equipes e tudo. Estavam também em estudos sociais, os movimentos nativistas, na época. Quando nós estávamos nos movimentos nativistas aí, nós vamos dramatizar, quando eu subo para o colégio só vejo os meninos tudo armado. Pelo amor de Deus! Estou lascada! Pedi para eles dramatizarem os emboabas. Aí pronto! estou lascada! Esses meninos estão subindo de fuzil nas costas [...] deixa ver o que vai dá esse 7 de setembro. Quem vai desfilar? Que pátria livre é essa? A gente tudo morrendo aqui de fome, aí conscientização, conscientização! Aí, lá vem a polícia Federal, **passamos o dia presa em casa**, respondendo. E nesse tempo eles tinham todas as informações. Porque que eu andava na zona? Porque aqui eu comecei o trabalho na zona de prostituição aqui em Crateús. [...] Sim, nós começamos visitar, aí eles já sabiam que eu andava na zona de prostituição e achava que era uma prostituta, que o pessoal já tinha dito, né? Por isso que minha família tinha me jogado fora[...] (Irmã Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015). Destaques da autora.

Como se percebe neste relato, os agentes e leigos que se envolviam mais diretamente com as ações da Igreja de Crateús eram constantemente vigiados, tinham sua vida investigada, embora na maioria das vezes as histórias contadas sobre eles não passassem de construções e invenções para puni-los, evitando, assim, um possível levante. É o que pensavam.

A divergência entre setores da Igreja Católica e o Estado chegou ao seu ponto mais alto a partir da década de 1970. Segundo Albuquerque (2012), isso se dá por dois motivos: o primeiro seria pela opção dos agentes pastorais por um modelo de sociedade mais justa; o segundo, pelo fato da Igreja ter se tornado o canal natural das reivindicações da sociedade civil, na ausência de um aparato partidário que comportasse a insatisfação popular.

Sob o comando de Dom Fragoso, foram criadas várias Comunidades Eclesiais de Base na região e era por meio delas que as comunidades mais isoladas tinham, pela primeira vez, um contato direto com pregadores da Igreja Católica (BESERRA, 2015).

Quando assumiu a diocese em 1964, existiam, já há quatro anos, oito CEBs, e em 1998, mais de seiscentas, com mais de 30 mil membros (FRAGOSO, João, 2005d, p. 306). Portanto, a diocese colaborou, com suas práticas, para a ampliação do envolvimento dos leigos, agentes, religiosos na construção das CEBs.

Estas estão, pois, no cerne da CPT no Estado do Ceará. Na realidade, muitos dos agentes de CEBs são também agentes da Comissão Pastoral da Terra e vice-versa.

Para João Fragoso (2005d), as CEBs, por sua natureza, nascem e se desenvolvem no meio pobre, na base da pirâmide social. São igrejas vivas na base. Aí, o povo se afirma como sujeito da sua história, e modela um rosto crístico de Igreja.

Como espaços de vivência comunitária dos pobres, como sujeitos sociais eclesiais, as CEBs são a grande novidade pastoral da Igreja brasileira e conclusão do processo de surgimento da 'Igreja dos pobres'. (QUEIROZ, 2009, p.179). As CEBs, por conseguinte, estimulam a criação de meios populares de comunicação, rompendo o silêncio secular ao qual o povo esteve condenado por um bom tempo (PINHEIRO, 2009).

Com o crescimento das CEBs, eles se planejaram de modo que passaram a realizar suas assembleias e encontros (FIGURA 9). Nesses, conforme já era possível evidenciar, parcela dos partícipes era oriunda das comunidades e localidades rurais, e outra, dos espaços urbanos que se organizavam, assim como de religiosos e religiosas comprometidos com a causa.



Figura 9 – Assembleia Geral das CEBs em 1982, Diocese de Crateús

Fonte: Arquivo Diocese de Crateús, 1982.

Para Albuquerque (2012):

As CEBs são espaços de conscientização, espaços políticos de compreensão da realidade e da urgência da mudança, mas são espaços locais, é necessário ir além e essa compreensão o povo das CEBs passa a descobrir e a estimular. A CEB é o espaço da luta inaugural, dela para outras instâncias,

mas ela não morre, não fica apenas na condição de passo inicial, é permanente sua ação como permanente é a necessidade de mudar (p.201.).

Segundo Dom Fragoso, durante seus 34 anos na cidade de Crateús, tornou-a conhecida de forma respeitosa: lugar onde existe um bispo corajoso, inteligente, subversivo, audacioso, bom, justo, etc. Esses eram alguns dos adjetivos atribuídos a essa pessoa que nos trabalhos com as comunidades mais simples teve a clareza e a humildade de refletir e decidir uma nova ação nos dez anos de diocese (BEZERRA, 2006).

Nas palavras de Dom Fragoso (2005):

Esta caminhada não se improvisa. O povo do campo carrega o opressor dentro de si. E não tem confiança no pobre, porque sempre viu que ninguém acredita no pobre. Daí nasce a necessidade permanente de Formação. Formação não é formação, a de forma (ô). Quando colocamos as pessoas dentro de uma forma (ô) nós a violentamos. Nosso inspirador principal foi Paulo Freire e sua metodologia para superar a opressão, tendo sempre o povo do campo como agente insubstituível de sua própria formação. Esse processo formativo cruzou todos os momentos da caminhada das CEBs (FRAGOSO, Dom, 2005, p. 45).

Dom Fragoso deixa a diocese em 1998, e vai para a Paraíba, onde faleceu, quase como desconhecido localmente. Foi somente no Jubileu de Ouro da Diocese de Crateús (FIGURAS 10 e 11) que acordados com a família do Dom seus restos mortais foram trazidos para as terras cearenses. Mais que uma forma de homenagear, o povo queria garantir que o Dom permanecesse no lugar de onde jamais deveria ter saído.



Figura 10 – Urna com restos mortais de Dom Fragoso – 9/8/2014
Fonte: Silva, Danielle Rodrigues (2014). Pesquisa direta (Observação participante, 9/8/2014).



Figura 11 – Celebração do Jubileu de Ouro da Diocese de Crateús
Fonte: Cáritas Brasileira. Em 8 de agosto de 2014. Disponível em <http://caritas.org.br/jubileu-de-ouro-da-diocese-de-crateus/26827>

Nos anos 1980, evidenciam-se na Igreja do Ceará duas experiências que parecem prenunciar um futuro novo, uma Igreja com fisionomia nova: as Comunidades Eclesiais de Base e as pequenas fraternidades de religiosas, inseridas nos meios populares (QUEIROZ, 2009).

Dos legados deixados por Dom Fragoso para a CPT, mencionam-se alguns: a metodologia participativa - nascida no MEB, utilizada na JOC, trazida para Crateús por Dom Fragoso, largamente reproduzida pelas CEBs e assumida como prática pela CPT – utilizada nas suas diversas ações, reuniões, encontros, cursos e celebrações voltadas a propiciar o protagonismo do homem do campo; a perspectiva de não utilizar financiamentos externos quando implicarem ajuda financeira e não uma ajuda fraterna; a experiência no incentivo e formação de sindicatos combativos, e o desenvolvimento dos cursos de formação para agentes pastorais e trabalhadores e trabalhadoras do campo, dirigentes sindicais de onde surgiram inúmeros agentes. Além dessas, outras ações eram desenvolvidas pela Diocese de Crateús, como afirma Queiroz (2009):

Apesar da pobreza de meios, a diocese investiu muito na formação do pessoal, com semanas catequéticas, cursos, palestras de orientação sindical. Muitos teólogos de peso do Brasil passaram por Crateús, deixando sua parcela de colaboração (p.176-177).

Estabelecido o cenário de conflitos e as bases históricas que sustentam a origem e a perspectiva de atuação da CPT no Ceará, o próximo capítulo busca expor, com base na memória dos entrevistados, como se deu sua institucionalização e história ao longo dos seus quarenta anos de caminhada com os povos do campo.

4 MEMÓRIAS REVELADAS DOS QUARENTA ANOS DE CAMINHADA

Eu quero ver/ eu quero ver/ acontecer
Um sonho bom/ sonho de muitos/ acontecer.
O sonho que se sonha só/ é pura ilusão
o sonho que se sonha juntos/ é sinal de solução
(Música Eu quero ver, Zé Vicente (MACHADO, 1994))

4.1 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA CPT NO CEARÁ

Dom Fragoso (Crateús 1964 -1998) participou diretamente das primeiras iniciativas no intuito de articular e organizar uma pastoral para acompanhar os camponeses no Ceará. A definição de espacializar a CPT por todo o Brasil saiu de uma assembleia da CNBB em 1975 que definiu a existência da Pastoral em todas as áreas e regionais da CNBB. Dom Fragoso, ao retornar dessa reunião, vem com a orientação de coordená-la no Estado do Ceará. Sobre isso relata a entrevistada Angelita Maciel, ex-coordenadora e agente da CPT:

[...] Todos os bispos do Ceará estavam nessa Assembleia. Então, quando sai uma definição dessa da CNBB, a recomendação é de que todos os regionais devem constituir essa pastoral. E no Ceará quem saiu com a indicativa de presidir, já saiu de lá da CNBB, era o Fragoso. Ele é reconhecido como o bispo referência da Pastoral da Terra no Ceará (Angelita Maciel, Fortaleza, 18 de junho de 2016).

Já em terras alencarinhas, ocorreu em 18 de abril de 1976, na Diocese de Limoeiro do Norte, segundo carta escrita por Dom Fragoso, dirigida aos padres e equipes paroquiais da Diocese de Crateús, reunião com os bispos do Ceará na qual tratavam e discutiam sobre a posse e o uso da terra no Ceará. A carta apontava a instalação de uma comissão para tratar desses assuntos, como menciona Lima (2014):

Na ocasião, Dom Fragoso, informa que no âmbito nacional estava sendo organizada a Comissão Pastoral da Terra, uma pastoral que trata especificamente da defesa dos direitos do trabalhador do meio rural. Após as informações, os presentes acharam importante formar uma comissão provisória na Regional Nordeste I, que encaminharia as primeiras iniciativas relacionadas aos problemas de terra no Ceará, como também procuraria formas de articular e organizar uma pastoral, para acompanhar os camponeses (p.172-173).

No mesmo ano, em 16 de setembro, Dom Fragozo envia relatório para as paróquias da Diocese de Crateús. Neste, como afirma, fruto dessa reunião ocorrida em Limoeiro do Norte, foi instituída uma comissão provisória organizada, dando os primeiros passos na realização de um trabalho sobre o uso e a posse da terra no Ceará (LIMA, 2014).

Apesar da constituição da CPT ter acontecido somente no ano de 1976, Dom Fragozo já vinha, há muito, articulando a formação de uma instituição que pudesse dar suporte aos trabalhadores rurais. Já em 1973, defendia a ideia de uma articulação com os agentes engajados em pastoral popular. Em Salvador, em 1974, verifica-se o 1º Encontro de Articulação do qual saiu uma equipe encarregada de mapear os trabalhos e equipes de pastoral popular pelo Brasil. Ainda em 1974, Dom Pedro Casaldáliga, na Assembleia Geral da CNBB, provoca em reunião dos bispos do Amazonas a ideia de um encontro pastoral da Amazônia Legal (Relatório CPT, 1989). Em todos esses encontros, Dom Fragozo se fez presente, sendo um bispo muito atuante junto a outros como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Aloísio Lorscheider.

Quando à CPT Nacional, após fundada, houve uma tentativa de criar a CPT no Ceará. Mas devido a dificuldades internas isso só se concretizou no ano seguinte. No Ceará, além dos agentes de pastoral, começaram a participar desses encontros de articulação lideranças de trabalhadores das dioceses de Crateús e de Iguatu e da região das serras da Diocese de Fortaleza.

A institucionalização da CPT no Ceará em 1976 guarda íntima relação com o contexto conflituoso dominante nas relações de trabalho no campo cearense como se pode verificar no relato do senhor Senhor José Mendes em depoimento colhido em Quixeramobim.

[...] É, na década de 70 a escravidão no campo ainda dominava 100%. Os sindicatos estavam começando e a escravidão de trabalhadores e trabalhadoras nas fazendas era grande. Esse semiárido, no sertão do Ceará, era cruel! [...] A gente foi convidado por Dom Aloísio Lorscheider, Dom Edmilson e padre Moacir, lá de Aratuba, para fazer um estudo sobre essa questão da terra. [...] Todo documento da CPT se vê questão da terra. [...] **A gente se reunia nas matas, debaixo dos cafezais, porque não podia se reunir na cidade, porque a Polícia Federal estava lá, era ditadura militar quente!** Forte! Esmagadora mesmo! Para qualquer movimento contra os patrões. A Polícia Federal, a Polícia Militar, a Justiça, viviam a trabalho, a serviço dos patrões, dos latifúndios e não dos trabalhadores. [...] A gente se reuniu mais de cinquenta vezes, nas matas, por aí afora! Se reunia com Dom Fragozo, lá em Crateús, discutindo a questão da terra. A questão principal era a questão da terra. Já no final da década de 1970, vamos criar um órgão

da igreja, para fazer parceria com o movimento sindical e a gente agir na questão da terra. Aí, criou-se esse órgão que se chama CPT! (Senhor José Mendes, Quixeramobim, agosto de 2014). Destaques da autora.

Por volta de 1977⁵, Dom Fragoso sofre um golpe e perde a coordenação da CPT-CE na CNBB. Quando estava de viagem a Roma, o bispo do Crato, Dom Vicente, assume a coordenação dessa Pastoral pela CNBB, mas, segundo afirma, em sua diocese não existem conflitos de terra. Para os agentes que já estavam compondo a CPT nesse período, tratou-se de um subterfúgio para desqualificar e enfraquecer a luta camponesa. É o que denota o relato a seguir:

[...] O bispo de Crato disse: “não, na minha diocese não tem problema de terra, não tem!” E tem problema demais lá no Cariri! Aí[...] pois os bispos foram, tiraram Dom Fragoso, enquanto Dom Fragoso estava lá (Em Roma), e botaram Dom Vicente para ser o coordenador dessa comissão. O que disse que não tinha. [...] Mas, esse não passou dois meses. Só enquanto ele voltou ele assumiu. Mas, chegou estava o cabra lá só para a coisa não funcionar, o homem que disse que não tinha problema de terra, o Dom Vicente (Irmã Maria Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015).

Após esse episódio, tendo saído da coordenação dessa Pastoral, porquanto ao voltar ao Brasil Dom Fragoso retomou a coordenação (decorridos três meses), Dom Vicente influenciou a Diocese do Crato a passar anos fora da constituição da CPT, retornando apenas na década de 1990.

A organização e a institucionalização da CPT no Ceará, embora tenham a figura de Dom Fragoso como responsável pela condução do processo, contaram com muitos outros agentes, participantes das Comunidades Eclesiais de Base, trabalhadores e trabalhadoras rurais, religiosos e religiosas identificados com a questão.

No entanto, os dados das entrevistas e baseados nas memórias dos sujeitos agentes da CPT falham em rememorar com detalhamento os primeiros partícipes dessa instituição. Alguns sujeitos foram recorrentemente lembrados por sua participação ativa nos primeiros anos da CPT no Ceará.

A Irmã Cleide Fontes (advogada, ex-agente e ex-coordenadora da CPT-CE), em sua obra “Rastros agrários”, dá indicativos de alguns dos partícipes da Diocese de Crateús nesse primeiro momento. Segundo ela: “Logo, Crateús que sempre se propôs ao novo modo de ser Igreja, começou a formar uma pequena equipe

⁵ Os “recordadores” oscilaram entre 1977 e 1978 como ano de referência ao acontecimento.

coordenada pela Irmã Ailce, Irmã Jane e Padre Mourão. Quando cheguei à diocese, me integraram à CPT Diocesana”. (FONTES, 2014, p. 86).

Também estiveram envolvidos na constituição da CPT nesse primeiro momento, a pedido de Dom Fragoso, o “engenheiro agrônomo Pedro Jorge Lima e o Advogado Antônio Pinheiro que depois fundaram Organizações Não Governamentais (ONGs) de apoio aos trabalhadores, respectivamente o ESPLAR e CETRA” (Padre Maurício Cremashi, Crateús, 13 de novembro de 2015). Diniz (2009) ainda menciona mais um outro sujeito desse processo. Segundo a autora: [...] foi criada em 1976 uma comissão provisória da qual fazia parte juntamente com Dom Aloísio (Arcebispo de Fortaleza), Pedro Jorge (engenheiro agrônomo) e professor Plácido (sociólogo)”. (p.116).

Além desses, agentes de pastoral provindos de instituições como movimentos sindicais, Cáritas Diocesana, outras pastorais sociais (Juventude, Idoso, Criança), CEBs, entre outros, também fizeram parte desse processo. Aliás, a maior parte dos sujeitos envolvidos nas primeiras ações da CPT no Ceará eram trabalhadores rurais.

Há muitas discordâncias sobre a primeira coordenação da CPT Regional no Ceará. Alguns atribuem a Dom Fragoso esse papel, no entanto, como bispo, ele não poderia assumir essa função. Era o bispo responsável pela CPT junto à CNBB quando ela surge. Essa dificuldade de situar a coordenação se dá devido ao fato da história inicial da CPT-CE ter se caracterizado pela inexistência de uma coordenação regional nos primeiros anos. O que havia era uma equipe, formada, principalmente, de trabalhadores e trabalhadoras rurais, distribuídos em todas as dioceses, orientados, em sua maioria, pela CPT de Crateús, coordenada por Dom Fragoso, padres Moacir Cordeiro e Zé Maria, Irmã Ailce e Irmã Cleide, que tinha relação direta com o que poderia se chamar de coordenação à época, embora as CPT de Iguatu, Itapipoca e Sobral, segundo relatos, tenham se organizado logo posteriormente nos idos de 1978⁶.

A saber, a organização inicial da CPT não se apresentava como agora, dividida em equipe regional e equipes diocesanas. Segundo documentos mais antigos arquivados na secretaria regional da CPT-CE, datados dos anos de 1982 a 1985, os

⁶ Data aproximada, obtida das entrevistas com os recordadores.

partícipes das reuniões e encontros da CPT eram os conselheiros formados por trabalhadores rurais de todas as dioceses constituindo uma equipe denominada de equipe central.

[...] Naquela época uma coisa que eu me lembro bem é que, naquela época tinha pouca gente, que apesar da Comissão Pastoral da Terra ser, na sua essência deveria ser formada por agentes de pastoral, aqui no Ceará começou muito com os camponeses. Então, tinha as dioceses que se faziam representar nesses movimentos, dificilmente eram agentes de pastoral. Tinham alguns da diocese de Crateús, porque tinham agentes que trabalhavam na Cáritas lá de Iguatu e outra que trabalhavam em outras Cáritas em Aracoiaba. Mas os que faziam parte mesmo, representavam as dioceses eram mais os camponeses. A gente ficou vários anos fazendo essas reuniões, que a gente fazia dois em dois, de três em três meses como é esse grupo de agricultores que representavam as várias dioceses (Senhorinha Soares, Fortaleza, 28 de janeiro de 2005).

Uma especificidade da CPT-CE é o fato de sua formação inicial ter se constituído a partir, principalmente, de trabalhadores e trabalhadoras rurais camponeses. Havia alguns agentes, como os citados pela entrevistada Senhorinha Soares, que atuavam como assessores do grupo, mas até o ano de 1983 não existia uma equipe regional constituída. Diferentemente do período atual, as reuniões e encontros da CPT ocorriam na casa dos agentes e trabalhadores rurais, como afirma a entrevistada a seguir:

[...] quando a gente começou a CPT regional era uma equipe de trabalhadores, que era o conselho, e o Pe. Moacir ajeitava muito a casa do Pacheco para a gente fazer as reuniões, e ele tinha um carrão e ajuda a gente a chegar lá, aí pronto. Era mais nessa casa os encontros do conselho (Luiza Vasconcelos, Assentamento Denir, Ocara, 23 de janeiro de 2016).

O certo é que os partícipes da CPT, nesse período, já realizavam seus trabalhos nas dioceses mais conflituosas na década de 1970 quando a CPT se institucionalizou. Assim, sua história se confunde com a de muitas outras instituições e organizações, com foco nas Comunidades Eclesiais de Base, e de alguns sindicatos, como o de Quixadá, no qual os participantes da CPT também atuavam (e o fazem ainda hoje).

A aproximação espacial de agentes de áreas tão distintas se dava em face da identificação com a luta dos trabalhadores nas diferentes regiões do Estado, pela parceria que estabeleciam entre as dioceses no compartilhamento de experiências e pela identificação com a perspectiva da Teologia da Libertação que fundamentava a ideologia da Igreja dos pobres.

Nas palavras da entrevistada a seguir vislumbram-se indicativos do período inicial:

[...] Mas aí, a gente (de Iguatu) tinha uma articulação com a diocese de Crateús, que foi onde começou a CPT no Ceará através de Dom Fragoso. E por essa articulação de um trabalho que a gente fazia lá em Iguatu, em 74 foi o ano que teve umas enchentes grandes tanto em Crateús como em Iguatu, muita gente ficou desabrigada, e a gente começou o trabalho em Iguatu para a construção das casas para essas famílias que ficaram desabrigadas. E aí, depois teve enchente em Crateús e a gente foi também para passar um pouco da tecnologia, da experiência de como fazer as casas que eram com umas máquinas que a diocese conseguiu lá em Campina Grande, a PATAC (Senhorinha Soares, 28 de janeiro de 2015).

Na Figura 12 ilustra-se a enchente em Crateús em 1974.



Figura 12 – Enchente em Crateús, 1974
Fonte: Arquivo CPT de Crateús.

Como evidenciado, a prática da troca de experiências, ainda hoje comum nas atividades da CPT, é fruto de ações como essa, as quais demarcaram as primeiras iniciativas da CPT. Além das ações ligadas ao sindicalismo rural, apoio aos trabalhadores, apoio às lutas pela lei da renda, práticas de solidariedade também eram características das ações promovidas nos primeiros anos da instituição. A conjuntura que vivenciavam na década de 1970, fruto de um processo de modernização na agricultura, subsidiada em sua grande maioria pelos governos federal e estaduais, promoveu uma reconfiguração dos espaços rurais e de suas relações de trabalho, com conseqüente desmantelo social na vida dos trabalhadores posseiros, moradores, rendeiros e pequenos produtores rurais.

No Ceará, esse processo afetou diretamente as atividades agrícolas com a introdução de maquinários, equipamentos, implementos e agroquímicos que faziam parte da chamada Revolução Verde. Além do pacote tecnológico da Revolução Verde que chegava no campo cearense, concomitantemente, acontecia o cercamento das propriedades rurais, dando sinal de que os latifúndios queriam a delimitação das terras, bem como expandi-las (ALENCAR; SAMPAIO; FÉLIX, et al., 2013).

Nesse processo, vê-se um acirramento dos conflitos rurais. No Ceará, as terras devolutas, que serviam de morada para muitos posseiros do espaço serrano nas áreas de litígio entre Ceará e Piauí, foram alvo de conflitos, pois estavam sendo expropriadas e griladas pelos latifundiários, fazendeiros e empresários do campo. Conta uma das entrevistadas: “[...] Eles recebiam da prefeitura um foro, uma frente, e eles como tinham dinheiro, os grandes, né, tomavam tudo!” (Irmã Maria Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015). É nesse período que ocorre um aumento das lutas travadas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base e também pela CPT.

Ante a realidade, o quadro de conflitos estava distribuído por diversas áreas do Estado do Ceará. Serras, litorais e sertões não ficaram imunes às consequências desse processo. E é esta conjuntura que demarca as primeiras ações da CPT no Estado.

No fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, algumas religiosas, irmãs filhas de Santa Tereza, responsáveis pelo atual colégio Regina Pacis em Crateús (FIGURA 13), a convite de Dom Fragoso, passaram a acompanhar as mulheres da zona de prostituição.



Figura 13 – Colégio Regina Pacis, Crateús, 1974
Fonte: Arquivo CPT de Crateús.

Ao conviver com elas e com a situação de trabalhadores das frentes de emergência, resolveram não mais trabalhar no colégio, entregando-o ao Estado. Ficaram à disposição da Diocese de Crateús e, em 1971, foram para a cidade de Parambu.

[...] Chegamos lá no ano de 71 e quando chegamos lá, a cidade estava toda informada que nós éramos comunistas, subversivas, o povo com medo da gente e vizinho da gente morava o delegado. Espalharam tudo! Diziam que as comunistas estavam chegando! Era as irmãs do sindicato[...] Aí, começamos! Um ano de seca, muito difícil! O pessoal vinha, os caminhões levando os trabalhadores, as famílias para ir trabalhar como escravos nas fazendas de Mato Grosso, por aí. Menina, era de cortar coração! (Irmã Maria Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015).

A concepção de que as freiras do colégio eram religiosas comunistas espalhou-se na cidade de Crateús. Por muitas vezes, em plena ditadura, tiveram suas casas e pertences revirados. E também, para se reunirem com trabalhadores, o faziam às escondidas, contando com a ajuda do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais à época, com quem mantinham um trabalho afinado.

Quando indagada sobre como faziam para promover reuniões no período da ditadura militar, relatou a entrevistada:

[...] Ora!! Escondido! Debaixo das árvores e tudo! Era um estudo da realidade, estudo da bíblia e ajudava a fazer as celebrações mas, era sempre nas conscientizações. E eles vinham, os trabalhadores, pense! Devagarzinho, outro e outro, fazia debaixo das árvores. As vezes faziam na nossa casa também, mas menos porque era muito perseguido. Mas, não deixava de fazer não! O estudo da realidade ajudou muito. E vamos ocupar a terra, ninguém vai pagar renda! Eles não são os donos das terras! E a gente fazia muitos escândalos, a terra é santa, a terra é de Deus, a terra é nossa! [...] Quando a gente saía de casa, quando menos espero as portas estavam todas arrombadas, mexiam em tudo que era da gente para encontrar a subversão, ave Maria! Achavam que a gente tinha uma rádio em casa, de comunicação. Viajavam, piravam mesmo! (Irmã Maria Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015).

As ações dessas religiosas e religiosos, além dos trabalhadores rurais da CNBB, culminaram na luta contra o pagamento da renda da terra. Um dos locais emblemáticos, acompanhados pela CPT do Ceará, foi o planalto da Ibiapaba, nas áreas que hoje correspondem aos municípios de Parambu, Independência e Tauá. Sobre a questão dos posseiros nessa área, relata Padre Maurício Cremashi, citado por Albuquerque (2012):

No momento em que chego em Parambu, nessa época é área de fronteira não somente por que se limita com Piauí, mas que a expansão do agronegócio estava atingindo aquela região com a expansão do plantio de Caju e no final a invasão da produção de óleo da Brasil Oiticica e de coisas

assim, que estavam ocupando a área da Serra com o limite entre o Ceará e o Piauí e retirando os posseiros que há séculos estavam morando lá. Uma área de conflitos de terra numa situação bastante aguda. Era tempo também de reconquista dos sindicatos depois de um tempo, mas assim, ligados aos problemas existenciais ligados do FUNRURAL, a uma militância mais explícita de assumir a luta contra renda, direito as raízes, era o tempo em que o algodão era uma fonte de renda significativa que os moradores estavam sendo expulsos para o patrão reconquistar o domínio sobre a terra que era colocada em risco pelo crescimento dos direitos dos trabalhadores que tinham raízes de algodão.[...] tentativa de ocupação da terra por parte da indústria de caju, da indústria de Oiticica. E a tentativa de expulsar um morador para poder liberar a terra, e ela também ser colocada no banco, poder ser comercializada, ser vendido entrar no mercado de terras, era o tempo em que cheguei a Parambu (ALBUQUERQUE, 2012, p.167).

Este relato refere-se a uma segunda fase da expansão agrícola no Ceará. Conforme Beserra (2015), a “partir dos anos 1970, chega a vez de os grileiros, também sob o patrocínio do Estado, disputarem com os posseiros as terras devolutas”. (BESERRA, 2015, p.33).

De acordo com a Irmã Cleide Fontes, a luta dos posseiros está entre as primeiras enfrentadas pela CPT. Os posseiros da Serra de Parambu já resultavam de uma ocupação fruto de expulsões de outras áreas da serra em décadas pretéritas e também do Sertão dos Inhamuns. Segundo a autora, essa foi a primeira grande luta da CPT-CE.

A primeira foi com os posseiros da Serra Grande, que a empresa de beneficiamento de castanha de um grande empresário e outros invasores começaram a molestar os posseiros, montaram milícia armada para ameaçar os pobres agricultores que viviam do plantio de feijão, mandioca e cajueiro como forma de sobrevivência, muitos deles com mais de 40 anos de trabalho de convivência social numa área de terra. Os invasores diziam que tinham o título de propriedade (FONTES, 2014, p. 87).

Essa primeira luta dos posseiros durou de 1975 até 1983. O conflito envolveu inicialmente terras aforadas pelo município de Tauá, na época. Posteriormente, parte delas foram negociadas com uma imobiliária e depois, em 1975, negociadas com empresas da indústria de óleo de castanha. Essa construiu 5000m de cerca e poços entre as casas dos moradores como tentativa de forçá-los a deixar a terra (BESERRA, 2015).

Ocorreram prisões, espancamentos, destruição de roças e casas (FIGURA 14). O presidente do sindicato de Parambu e seu secretário foram presos acusados de incentivar a derrubada das cercas e entupimento dos poços. Assim, os posseiros resolveram em 1981 denunciar a situação na área da chapada e pedir ajuda, por meio

de documentos, aos órgãos governamentais. Nesse processo, a Igreja foi uma grande articuladora estadual e já vinha acompanhando o conflito há muito tempo (BESERRA, 2015).



Figura 14 – Destruição da vazante do senhor Firmo, Tauá, 1985
Fonte: Arquivos Diocese de Crateús, s/d. Serra de Parambu.

Tomada a decisão de acompanhar os posseiros, legitimando-os na sua luta pela terra, com base no direito adquirido pelo trabalho agrícola de tantos anos e pelo direito advindo da necessidade, a CPT se fez presente no conflito. Entre as ações desenvolvidas na área, a Pastoral, por meio da Irmã Cleide (advogada e agente da CPT), pôde, conforme a legislação e os direitos adquiridos, orientar os trabalhadores (FONTES, 2014).

Segundo relato da Irmã Cleide:

Por alguns momentos, tivemos que passar semanas completas com um grupo de 40 homens. Dona Maria cozinhava e eu, para capacitá-los nos finais de tarde em que o quadro negro era o chão e o giz, o cabo de uma enxada. Foi assim, que eles aprenderam a lutar para garantir seus direitos, enfrentando jagunço, advogado, quem quer que venha da parte dos grileiros (FONTES, 2014, p.88).

Embora a advogada tenha buscado documentação comprobatória da propriedade das terras nos cartórios da região, não encontrou, mas os posseiros sentiam-se mais encorajados a se manterem na luta. Assim, em 1983, depois de muitos conflitos e tentativas de acordos, formalizou-se um acordo entre as autoridades judiciárias dos estados do Ceará e Piauí, onde receberam novas terras (13000

hectares) e poços profundos, ficando livres para trabalhar. Hoje, existem dois povoados, Jatobá e Lagoinhas (FONTES, 2014).

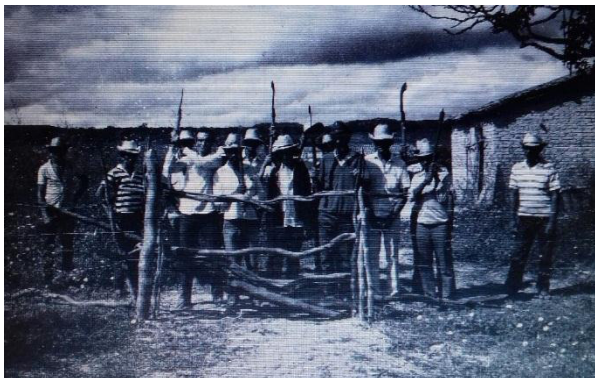


Figura 15 – Posseiros de Lagoinhas – Parambu – CE, 1985

Fonte: Arquivos Diocese de Crateús, Serra de Parambu.



Figura 16 – Comemoração dos 15 anos de conquista da terra

Fonte: Arquivos Diocese de Crateús, Serra de São Gonçalo, Parambu-CE, Pimenteiras-PI.

O segundo conflito ocorreu em Ingá Facundo (Parambu-CE), conhecido popularmente como Ingá e Fagundes. Tratava-se de terras pertencentes a um fazendeiro da região. Internamente havia dezenas de famílias trabalhando com a renda da terra em desacordo ao Estatuto da Terra. "Então, começou a luta dos meeiros, reivindicando seus direitos de pagar a renda, conforme a lei". (FONTES, 2014, p. 90).

O acompanhamento desses e de outros conflitos se dava por meio do apoio aos trabalhadores, seja em momentos em que eram presos, nas denúncias ou na orientação. Seu carro-chefe era a formação. Nesse período, as ações da CPT também estavam relacionadas à formação de lideranças. Era comum a realização de cursos e capacitação, alguns intitulados de Escola Sindical. A Diocese de Crateús, segundo dados dos relatórios da CPT-CE(1983-2016), foi a que mais promoveu escolas sindicais ao longo desses quarenta anos de atuação.

Neste âmbito, a criação de sindicatos era uma vertente forte no trabalho da CPT. Nas cidades onde os sindicatos assumiam de fato a defesa dos direitos dos trabalhadores, havia uma tendência ao fortalecimento do trabalho. "Então, a luta era pelos sindicatos combativos, porque quando o sindicato era combativo, a luta da CPT entrava, também, ficava mais em parceria junto com eles, porque era muito difícil (Irmã Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015).

Em 1979, ocorre no Ceará uma manifestação comemorativa dos 15 anos do Estatuto da Terra, promovida pelo STR de Quixeramobim, com o apoio da Igreja. Na realidade, narram os entrevistados, a comemoração foi uma forma de ludibriar o governo ditador com vistas a reunir os trabalhadores rurais do Estado e, assim, divulgar ainda mais o Estatuto da Terra e suas possibilidades de uso. “Esse movimento contra o pagamento da meia ou da terça foi claramente resultante dos trabalhos de base da Igreja por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base”. (BESERRA, 2015, p.81).

Segundo Barreira (1986),

[...] a participação marcante na concentração de trabalhadores rurais do Estado, foi realizada em Quixeramobim em 1979. A concentração foi realizada para denunciar os 15 anos da não aplicação do Estatuto da Terra, tendo, por consequência, desencadeado diversas lutas dos parceiros pela diminuição do percentual pago como renda de acordo com o Estatuto da terra (BARREIRA, 1986, p.15).

O relato do ex-presidente do sindicato de Quixadá é revelador quando trata desse processo. Veja-se:

[...] na época erámos 80 (sindicatos), nós conseguimos colocar nessas ruas de Quixeramobim mais de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, e era proibido! Não podia fazer manifestação, era altamente proibido! E a gente conseguiu um dos maiores eventos com **a CPT em parceria com o Movimento sindical**. Foi esse no dia 30 de novembro de 1979. Agora para a gente fazer esse grande evento, essa grande manifestação, nós tínhamos um objetivo que era **os trabalhadores deixarem de pagar renda aos patrões**. Para fazer isso, que a gente não podia tocar na questão patronal, não podia tocar na questão da terra que ia direto para a cadeia, a gente criou uma estratégia. O Estatuto da Terra que tinha sido criado pelo Castelo Branco em 1964 e estava “interando” 15 anos em 1979 e nós dissemos para a justiça, para a Polícia Federal, dissemos para o Ceará inteiro e até para o Brasil que nós íamos comemorar os quinze anos de estatuto da terra (Senhor José Mendes, Quixeramobim, agosto de 2014). Destaques da autora.

Esse evento configurou-se como um dos mais importantes na história dos movimentos dos trabalhadores rurais do Estado. Como afirma Beserra (2015), “Na manifestação, os trabalhadores tanto denunciam a existência de um Estatuto que não é cumprido, como afirmam a sua disposição de lutar pelo seu cumprimento a partir daquele momento”. (p.81).

Como prioridade na condição de uma pastoral no Ceará, a Pastoral da Terra surgiu em 1980. Isso se deu a partir da 1ª Assembleia Regional Pastoral do novo Regional Nordeste I, realizada de 1 a 4 de novembro. Quando a CNBB assumiu a Pastoral da Terra como uma pastoral de serviço da Igreja, o primeiro bispo escolhido

foi o de Itapipoca, Dom Paulo Pontes. Com sua saída, assume Dom Benedito, também de Itapipoca.

Nesse período, a Diocese de Crateús já demarcava mais claramente sua opção preferencial pelos pobres. Era uma nova eclesiologia vivenciada na Diocese. “Com isso, naturalmente se processou o perigoso afastamento da diocese em relação as poderosas, atraindo constante hostilidades”. (QUEIROZ, 2009, p.177).

Nessa década, Dom Aluísio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza, profundo incentivador do trabalho com os pequenos, afirmava não haver uma pessoa apolítica e, nesse sentido, a Igreja deveria trabalhar com uma educação conscientizadora pois, como afirma o Cardeal, “o homem é um ser político por natureza”. (QUEIROZ, 2009).

Vê-se então, nas ações desenvolvidas pela CPT, um investimento na formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos agentes da Pastoral e no combate aos sindicatos pelegos.

Segundo Alencar et al. (2013), três aspectos foram característicos das lutas que se travariam no campo na década de 1980. Primeiro, houve um acirramento dos conflitos por terra entre latifundiários e trabalhadores iniciados na década anterior (Lei da Renda) que desencadeou muitas ações judiciais, despejos, algumas desapropriações por interesse social⁷. Segundo, o fim do processo de redemocratização do país com o último governo da Ditadura Militar (1975 a 1985) e início do governo da “Nova República” (1985 a 1990). Terceiro, o revigoramento dos movimentos sindicais e sociais do campo. Quarto, a elaboração e implementação do “I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República” (1985 – 1989) e do “I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) do Ceará” (1986 – 1989). (ALENCAR; SAMPAIO; FÉLIX et al., 2013).

O contexto da década de 1980 ampliou o raio de ação da CPT. Além dos aspectos formativos que continuaram como bandeira de luta, esta década, no Ceará, foi marcada pelo recrudescimento da violência no campo, como exposto no Mapa 2:

⁷ Foram desapropriadas nesse período as Fazendas Jardim, município de Aratuba (1979 a 1981); Monte Castelo, município de Choró Limão (1978 a 1983); Santo Antônio, município de Caridade (1980 a 1984); Mato Grosso, Bandeira Velha e Cachoeira Cercada, município de Itatira e Canindé (1978 a 1987). Para mais detalhamento, ver “O Pulsar da vida no campo: FETRAECE 50 anos” de Francisco Amaro Gomes de Alencar, José Levi Furtado Sampaio, Francisco Kennedy Leite Félix et al. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

300000 400000 500000 600000 700000 800000 900000



Universidade Federal do Ceará - UFC
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFC



**MAPA 2: ASSASSINATOS NO CAMPO,
 CEARÁ 1982 A 2010**

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ: UMA GEOISTÓRIA
 TECIDA PELO GRITO DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO.**

AUTORA: Danielle Rodrigues da Silva

ORIENTADOR: Profº Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

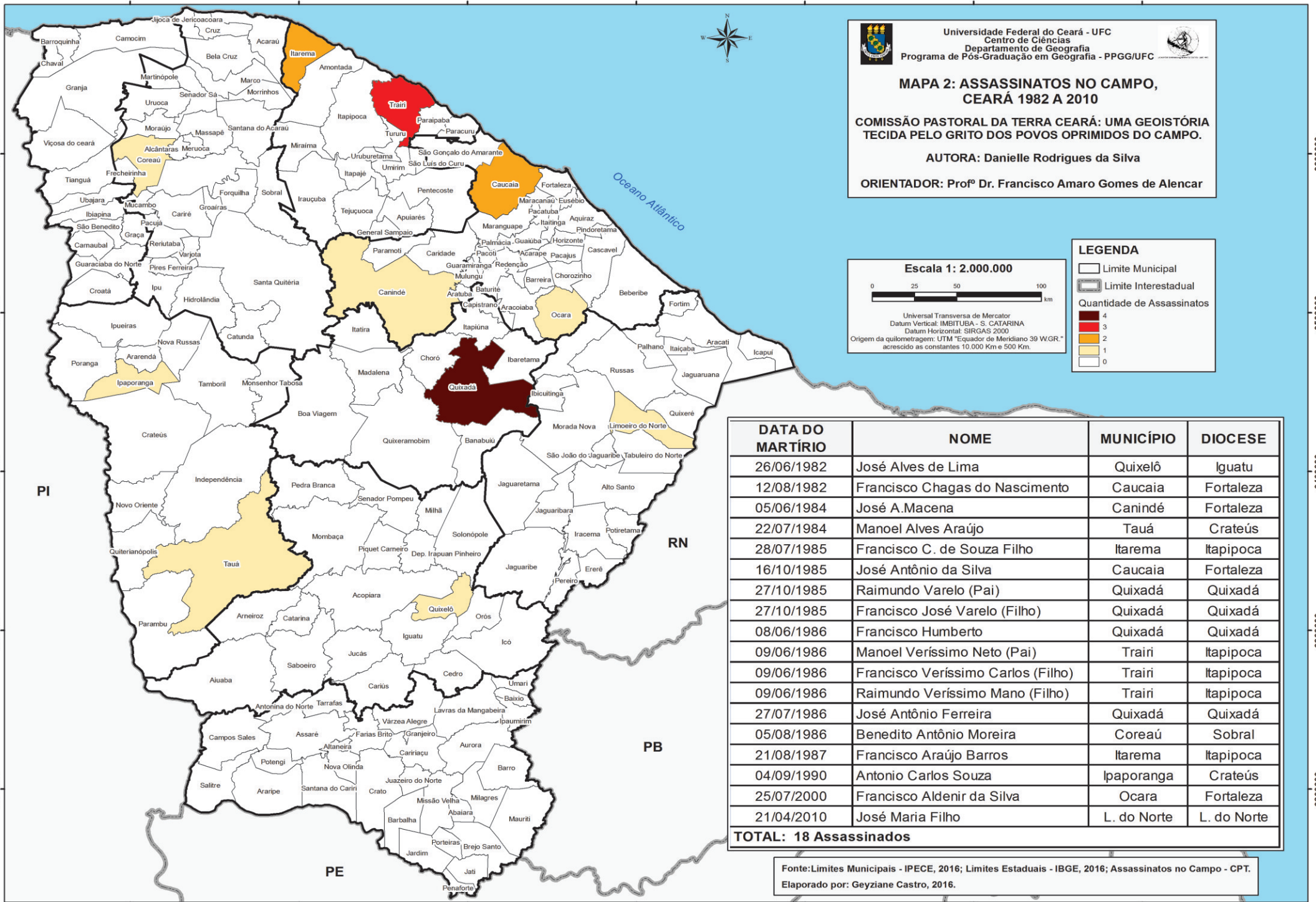
LEGENDA

- Limite Municipal
- Limite Interestadual
- Quantidade de Assassinos
- 4
- 3
- 2
- 1
- 0

Escala 1: 2.000.000



Universal Transversa de Mercator
 Datum Vertical: IMBITUBA - S. CATARINA
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Origem da quilometragem: UTM "Equador de Meridiano 39 W.G.R."
 acrescido as constantes 10.000 Km e 500 Km.



DATA DO MARTÍRIO	NOME	MUNICÍPIO	DIOCESE
26/06/1982	José Alves de Lima	Quixelô	Iguatu
12/08/1982	Francisco Chagas do Nascimento	Caucaia	Fortaleza
05/06/1984	José A. Macena	Canindé	Fortaleza
22/07/1984	Manoel Alves Araújo	Tauá	Crateús
28/07/1985	Francisco C. de Souza Filho	Itarema	Itapipoca
16/10/1985	José Antônio da Silva	Caucaia	Fortaleza
27/10/1985	Raimundo Varelo (Pai)	Quixadá	Quixadá
27/10/1985	Francisco José Varelo (Filho)	Quixadá	Quixadá
08/06/1986	Francisco Humberto	Quixadá	Quixadá
09/06/1986	Manoel Veríssimo Neto (Pai)	Trairi	Itapipoca
09/06/1986	Francisco Veríssimo Carlos (Filho)	Trairi	Itapipoca
09/06/1986	Raimundo Veríssimo Mano (Filho)	Trairi	Itapipoca
27/07/1986	José Antônio Ferreira	Quixadá	Quixadá
05/08/1986	Benedito Antônio Moreira	Coreaú	Sobral
21/08/1987	Francisco Araújo Barros	Itarema	Itapipoca
04/09/1990	Antonio Carlos Souza	Ipaporanga	Crateús
25/07/2000	Francisco Aldenir da Silva	Ocara	Fortaleza
21/04/2010	José Maria Filho	L. do Norte	L. do Norte

TOTAL: 18 Assassinos

Fonte: Limites Municipais - IPECE, 2016; Limites Estaduais - IBGE, 2016; Assassinos no Campo - CPT.
 Elaboração por: Geyziane Castro, 2016.

300000 400000 500000 600000 700000 800000 900000

9600000

9500000

9400000

9300000

9200000

9600000

9500000

9400000

9300000

9200000

Como exposto no Mapa 2, ocorreram dezoito assassinatos no campo de 1982 até o ano de 2010, quando houve o último. Desses, quinze foram somente na década de 1980. Nessa década, os assassinatos tiveram como motivações principais, os conflitos estabelecidos entre trabalhadores, moradores, lavradores e sindicalistas e sindicalistas de uma lado, e pelos proprietários de outro. Conscientes dos direitos estabelecidos no Estatuto da Terra (1964), os camponeses supracitados no Mapa 2, passaram a cobrar pagamentos de renda justos, denunciar destruição de suas plantações, resistir as expulsões e lutar por seus direitos. Tal fato gerou desencadeou uma onda de violência no campo, marcadas por pressões, ameaças, agressões, perseguições e assassinatos (baleados, esfaqueados, apedrejados, espancados).

Dos municípios afetados por esse processo, Quixadá desponta como o de maior número de assassinatos, totalizando quatro. É o caso, por exemplo, dos moradores da Fazenda São Boa Ventura, Raimundo Valério Ribeiro (Pai) e Francisco José Varelo (Filho) que passaram a ser perseguidos e pressionados a saírem da terra após ganhar na justiça o direito de pagar apenas 10% do algodão, quando o patrão queria 50%. Os dois foram assassinados a mando dos proprietários da Fazenda no dia 27 de outubro de 1985. Em Trairi ocorreram três assassinatos, sendo de um pai e dois filhos. A violência atingia toda a família dos trabalhadores. Os municípios de Itarema e Caucaia tiveram dois assassinatos cada um, e Coreaú, Tauá, Limoeiro do Norte, Quixelô, Ocara, Canindé e Ipaporanga com um assassinato cada.

Além desses conflitos, essa década também foi marcada pela grande seca que se prolongou por cinco anos, de 1979 a 1983, deixou rastros de miséria e milhares de morte. Talvez mais de um milhão (CPT, CEPAC, IBASE, 1984). Incontáveis crianças morreram por falta de alimentos e condições dignas de sobrevivência. É o que denota o relato da irmã Cleide Fontes:

[...] foi um longo tempo de sofrimento, dor, sacrifícios, morte e lágrimas por falta de pão. Vi muitas crianças morrerem antes de completar um ano de vida. Batizei dezenas delas às portas da morte, porque o frágil corpinho não suportava a falta de alimentos, já que se alimentavam com água e açúcar ou água e sal. (CPT, CEPAC, IBASE, 1984, p.17)

Essa conjuntura de miséria e fome foi permeada pelo investimento do governo em obras de combate à seca, que favoreceu os proprietários de terra onde os empreendimentos eram construídos. Nas palavras de Alencar (1998):

Com a grande estiagem de 1970 e 1979, tem-se mais um programa de combate à seca, chamado de programa de emergência, sendo estabelecido

que o Estado, nas obras de combate à seca nas propriedades particulares, participa com 80% dos custos das obras (p.66).

Assim, vê-se, então, um processo de apropriação das obras construídas com o dinheiro do governo, as quais, por estarem em propriedade particular, favorecem o enriquecimento, uso indevido dos recursos e propiciam a continuidade da exploração e das ações paternalistas tão recorrentes no território cearense, como verificamos na afirmação abaixo:

A concentração fundiária, por si só, não resulta em riqueza, mas é o meio através do qual o senhor de terra capta para dentro de suas cercas a construção de açudes, aguadas, etc. Enfim, concentração é muito mais que uma categoria espacial: corresponde a um processo político no qual uma classe assalta a outra com as bênçãos do Estado e de seus aparelhos (CPT, CEPAC, IBASE, 1984, 22).

Desse modo, urgem, por parte da Igreja e movimentos sociais, ações destinadas a amenizar a situação de vulnerabilidade vivenciada pelos mais necessitados.

Somam-se a isto as consequências na organização espacial reveladoras de um processo desigual de oportunidade. É o que mostra Beserra (2015), segundo a qual a grande seca de 1979 a 1983

[...] funcionou como um catalisador do processo de expulsão dos trabalhadores rurais, que saíam para o trabalho em frentes de emergência ou outros tipos de trabalho nas cidades e não mais voltavam ao campo. Nesse período, o processo de expulsão, em curso desde o início da década de 1960, praticamente se completou (BESERRA, 2015, p.98).

Diante desse quadro, as ações da CPT-CE ganharam novos contornos. Além de continuar a luta no apoio aos trabalhadores pela renda justa, pela desapropriação por interesse social, combater o sindicalismo pelego e se comprometer de vez com a oposição sindical, promover formação de trabalhadores e agentes e o debate sobre a reforma agrária, passaram também a assessorar os “desvalidos” do campo.

Em 1982, a Igreja e os agentes da CPT participaram junto com outras instituições do seminário “O homem e a seca no Nordeste”, o qual debruçou-se sobre os reflexos dos últimos anos de seca (1979-1983). A seca se tornou o melhor assunto para discursos em campanhas políticas e um bom negócio para os interessados em enriquecer mesmo que fosse explorando o trabalho alheio, como afirmou Barreira (1992).

Na década de 1980 são realizadas quatro Romarias da Terra, respectivamente em 1984, 1985, 1986 e 1988. Essas romarias configuraram-se espaço onde fé e política estavam em consonância, levando romeiros e romeiras a utilizarem esse espaço sagrado como um espaço político, exigindo e denunciando as condições de vida do homem do campo. “A romaria da terra representa exemplo mais evidente de engajamento dessa nova igreja na luta dos trabalhadores, onde se evidencia também a hegemonia de setores mais avançados no interior da igreja local”. (BARREIRA, 1986, p. 17).

Em 1985, a CPT participou da “Campanha Nacional pela Reforma Agrária Já”. Como enfatizado:

Essa campanha resultou em uma das maiores passeatas realizadas em Fortaleza e uniu diversas entidades: FETRAECE, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Estudo do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar), Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra-CE), Fase, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Regional Nordeste I, Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos e Rurais, entre outros (ALENCAR; SAMPAIO; FÉLIX et al., 2013).

O forte apoio recebido dos setores urbanos, com a conseqüente adesão e êxito obtidos pela campanha na cidade, segundo Martins (1991), deveu-se a dois fatores: a história da luta pela terra no Ceará e a população citadina, resultado da migração campo-cidade ser, predominantemente, de origem rural recente.

A migração desse contingente para outras áreas em busca de trabalho, em condições muitas vezes degradantes, centralizou os esforços da CPT no debate da reforma agrária, na luta pela manutenção dos planos de emergência do governo (que também eram utilizados pelos proprietários de terra para garantir sua permanência no poder) e nas frentes de emergência. Esta seria alternativa à sobrevivência, porquanto muitos trabalhadores se deslocaram para empreendimentos construídos como açudes, estradas, onde ganhavam valores irrisórios que não garantiam a sobrevivência familiar.

Por vezes, os trabalhadores saquearam armazéns e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (FIGURA 17). Tais saques ocorriam, principalmente nos períodos de secas severas, quando, por não dispor de recursos ou não ser incluída nas políticas assistencialistas do governo, a população faminta promovia esses saques como alternativa ao acesso à alimentação.



Figura 17 – Saques à CONAB em tempos de seca
 Fonte: Arquivos CPT de Crateús, Crateús, 1982.

Já nesse período, alguns padres que posteriormente vieram a fazer parte da equipe da CPT buscavam ajudar a população, protegendo-a por ocasião dos saques, pois, conforme entendiam, a situação os forçava a realizá-los, como expressa o relato a seguir:

[...] Eu me lembro uma vez, a gente tava voltando de uma comunidade em Quixeramobim, era do dia 18 para o 19 de março, como era muito longe era um município imenso, eu me lembro da gente já ter encontrado uma fileira de gente com as enxada nas costas e a gente sabia que eles iam entrar, quebrar os armazéns da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), fazer o saque. Aí nós combinamos: Vamos dar o apoio logístico. E aí encostamos o carro próximo à praça, assim perto dos armazéns. Era o carro da paróquia [risos]. E isso tudo era de madrugada, amanhecendo o dia, antes do sol raiar, aí levamos os alimentos [...] O importante era passar o rio, passar a parede do açude, que lá já estava distante da cidade e eles se mandavam com as sacas de alimentos para suas comunidades. Numa cidade superconservadora como Quixeramobim isso correu. [...] lembro que saiu uma nota na tribuna do Ceará, dizendo que o prefeito ia mover uma ação contra os padres recém-chegados em Quixeramobim que estavam incentivando os saques, essa coisa toda. Mas nunca fez nada não (Flávio Teles, Fortaleza, 2 de abril de 2016).

Depois da seca de 1979-1983, a CPT, junto com o IBASE e o CEPAC, realizou uma pesquisa em várias comunidades onde ocorreram migração, saques, frentes de emergência, êxodo rural, e lançou em 1984 o livro “Genocídio no Nordeste”. Além dos textos analíticos sobre as sequelas desses processos na vida dos trabalhadores, ao final da obra se dispunha de uma lista com o nome das pessoas que morreram em consequência dos flagelos da seca. Por não garantir as condições necessárias para evitar estas situações, o governo foi considerado um dos culpados por esse genocídio. Conforme se constatou, muitas pessoas morriam, inclusive nas

obras de frentes de emergência do próprio governo. A partir daí, surgiu todo um movimento de discussão sobre a seca, pois já não era possível viver fugindo dela e, sim, era preciso conviver com ela.

Assim, outro debate que passou a permear as discussões e formações promovidas pela CPT em todas as dioceses foi a convivência com a seca. Ainda como era recorrente, os padres da CPT, em suas celebrações, deveriam utilizar o livro para ler ao final o nome dos flagelados e mortos por causa da seca, considerados mártires.

Neste período campanha de doação de alimentos, assessoria aos trabalhadores, apoio à implantação da “Lei da Renda”, denúncia de assassinatos no campo e oposição sindical estão entre as ações mais desenvolvidas pelas equipes da CPT. Sobre esta última, relata uma das entrevistadas.

[...] você sabe como é a burguesia! Os latifundiários cooptavam, começavam a cooptar os presidentes dos sindicatos ou então faziam assim, nas eleições, né? Compravam os trabalhadores, botavam o pessoal para se associar, que não tinha consciência ainda, aí tomavam os sindicatos[...] os latifundiários. Pagando os trabalhadores para se associarem nos sindicatos e eles é quem mandavam, e eles é quem escolhiam. Porque se tinham duas chapas, aí a chapa começou os trabalhadores a perder os seus sindicatos com os partidos. **Aí, de novo na luta para colocar fora esses pelegos.** Aqui em Tauá mesmo, para botar Amorim no sindicato, foi uma peleja porque o que tinha entrado era da luta dos trabalhadores, mas se vendeu e virou um “pelegão”. Aí, era uma luta, né? A luta para manter o sindicato combativo. [...] Em Independência, um cara lá foi horrível para tirar, porque cada vez aí eles faziam as regras para votar quem estava em dias [...] (Irmã Maria Ailce, Crateús, 31 de agosto de 2015). Destaques da autora.

Conforme ressaltam, a CPT não foi a única instituição da Igreja a desenvolver um trabalho de retomada dos sindicatos. O MEB e as CEBs também exerciam esse papel em algumas regiões do Ceará. Essas organizações também influenciaram a formação do novo sindicalismo.

O movimento sindical só tinha conseguido representar com eficiência a categoria dos moradores-parceiros e posseiros. Terá, portanto, a partir de agora, que formular novas estratégias de mobilização, repensando bandeiras e eixos de luta. A preocupação de repensar essas estratégias de ação do movimento não é, porém, uma preocupação do movimento sindical como um todo, mas principalmente dos partidários do “novo sindicalismo” que viram, com a emergência dessas formas organizativas, um considerável esvaziamento das suas bases de representação (BESERRA, 2015, p.120).

Embora o esforço dos agentes pastorais fosse grande para ajudar os trabalhadores, os limites de ação da CPT estavam postos! Como Pastoral, que presta um serviço de apoio, precisavam de outra instituição que pudesse, junto com os trabalhadores, ocupar as áreas de tensão social, forçando a desapropriação destas.

Foi assim que incentivaram e facilitaram a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-Terra no Ceará em 1989.

Porque o Pedro (Casaldágua), disse: a gente só dá conta até aqui! Daqui pra lá tinha que ser outra coisa. Aí a gente tinha o Ademar, os agentes de pastoral. Quem fundou o MST era agente de Pastoral da CPT, o Nassau, o Ademar, tinha muita gente! O MST no Ceará ele não vem com nomes grandes. Ele é formado por mulheres da roça. [...] Dom Aloísio Lorscheider, que tem essa identificação popular, como Dom Fragoso, reconhecia que eles tinham esse limite. E a CPT faz essa discussão nacionalmente, quando ela se encontra em Goiânia para uma assembleia. Nós somos uma pastoral! Se nós formos para isso, ganha outro nome. Então, nós temos que ter o que? Um movimento! Um movimento social de luta pela terra! (Angelita Maciel, Fortaleza, 18 de junho de 2016).

Assim, em 1989, o Movimento dos sem-Terra inaugura sua entrada no Estado do Ceará com a ocupação das Fazendas Reunidas São Joaquim, nos Sertões de Quixeramobim (BESERRA, 2015).

Segundo entrevista, muitos agentes da CPT estiveram com o grupo que foi para Brasília para trazer a CPT para o Estado. Alguns deles estão mencionados no trecho da entrevista a seguir:

[...] Foram pra lá a irmã Cleide nossa coordenadora. A Maria Lima lá do Quixadá [...] a Tereza Cristina [...] A Tereza Cristina disse que tinha medo que a Maria Lima rezava muito. Tinha medo que a Maria Lima fosse aí Tereza também foi. A Maria Lima se “influiu” para ir para a abertura do MST e foi. Ela disse que quando chegou lá, a Maria Lima abriu a boca e disse: É essa mesmo que nós precisamos! (Luiza Vasconcelos, Ocara, 23 de janeiro de 2016)

A chegada do MST ao Estado do Ceará contribuiu na luta pela garantia da conquista da terra, no entanto, isso significava novas demandas para os grupos sociais envolvidos no processo, dentre eles, a CPT, constituindo-se em novos desafios.

[...] o primeiro desafio é o da substituição de mediadores: os camponeses passam a se relacionar mais diretamente com o Estado, por intermédio do Incra e instituições de crédito e assistência técnica, muitas vezes afrouxando os laços com o sindicato e as outras entidades que os apoiaram anteriormente (BESERRA, 2015, p.133).

Essa nova forma de mediação, a do Estado, aponta para a CPT a necessidade de estar atenta às condições que serão propiciadas aos novos donos da terra. Foi preciso, então, levar em conta a inexperiência com a nova realidade e a consequente busca coletiva de alternativas conjuntas para os problemas que foram surgindo. “O resultado mais tangível desse conflito de perspectivas se expressa na

dificuldade de organização e administração da produção” (BESERRA, 2015, p.134), o que veio a se tornar foco de ações nos anos posteriores.

Na década de 1990, somente a Diocese de Tianguá não participava da CPT. No cenário político nacional assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso. Tal como este, no Ceará, os governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes direcionavam os investimentos para as áreas do turismo, transporte e construção de grandes obras, favorecendo os grandes empresários (ALENCAR; SAMPAIO; FÉLIX et al., 2013, p. 56).

Apesar da superação da prática clientelista no Estado, a concentração em investimentos e incentivos na área turística, seja por meio de estímulos ou pela construção de infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento, gerou a disputa por territórios historicamente ocupados por populações camponesas. Portanto, não evitou ocorrência de conflitos, notadamente, na zona litorânea.

Nos anos 1990 um aspecto a merecer atenção da CPT foi a implementação e construção de inúmeras barragens de médio e grande porte. Promoveram-se investimentos que exigiram a implantação de modernas infraestruturas locais e regionais, assumidas pelo poder público, ao erigir novos objetos geográficos ou mudar funções de parte do território. Segundo uma das entrevistadas, esse aspecto revela mudança e incorporação de uma nova dimensão às lutas da CPT.

A década entre os anos 1996 e 2005 é marcada por mudanças fundamentais. É a década em que a eleição de Lula mudou completamente o quadro político do país, mas também a década, em que a CPT tinha que ampliar sua ação. Não eram mais os conflitos pela terra e na Terra que ela acompanhava. Surgiu a luta pela água, e a agroindústria ganhava nova força. A demanda do agronegócio forçou o início da realização das obras de transposição do Rio São Francisco. A luta pela terra se tornou luta pela terra e pela água (Angelita Maciel, Fortaleza, 18 de junho de 2016).

Neste cenário, a construção de megaempreendimentos no Estado do Ceará passou a fazer parte do foco das reflexões da CPT-CE, tendo em vista as consequências, muitas vezes, danosas aos trabalhadores, que são desterritorializados e expropriados, em face do interesse pelo uso de seus territórios. Essa foi uma das maiores lutas da década de 1990 nas dioceses de Iguatu e Crato, que se seguiu na década posterior.

Na década de 1990, a Diocese de Iguatu se tornou foco das ações da CPT Regional. Muitas barragens foram construídas na área revelando novas demandas ao conjunto da CPT. Como relata uma ex-agente da referida diocese.

[...] Porque teve um problema aqui, grave! O governo Tasso Jereissati, teve aqui no Estado, um projeto de construir quarenta e uma barragens. E aí veio as questões sociais, né? Conflito para desapropriação. [...] Isso aqui começou na barragem do Trussu (Iguatu), que é no açude do DNOCS. Aqui foi construído dois, o Trussu e o Serafim Dias, Mombaça. Isso através do Governo Federal. E no governo do Estado, teve uma construção em Cedro, que era o Ubaldinho. Teve uma em Cariús, a do Muquém e a Aiuaba era o Benguê (Maria de Jesus, Iguatu, 19 de janeiro de 2015).

A construção da barragem Trussu, iniciada em 1991, no município de Iguatu, gerou conflitos com as comunidades que seriam remanejadas para outras áreas. As principais problemáticas referiam-se aos valores irrisórios recebidos como indenização e à falta de garantia desse recebimento. Nessa região, com apoio da CPT e de outras instituições como Cáritas, MST, promoveram-se protestos e essas mobilizações chegaram a paralisar as construções por quatorze dias.

Mencionado processo de mobilizações provocou a revogação dos decretos para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), área de terra necessária à construção do açude público Trussu, nos municípios de Acopiara, Iguatu e Jucás, no Ceará, por três vezes, sendo o último o decreto de 27 de setembro de 1994.

Essas obras de modernização, já concluídas ou em construção no Estado, proporcionam mudanças territoriais de grande vulto, e afetam sobretudo as comunidades, as quais, de modo geral, detêm pouca informação sobre os projetos do governo e/ou têm pouca autonomia nas decisões deste. Referidas indefinições quanto ao futuro dessas comunidades, quanto aos objetivos dos empreendimentos e/ou quanto à garantia de acesso aos recursos hídricos têm provocado muitas querelas na questão das águas no Brasil. Tais conflitos passaram a ser sistematizados como conflitos por água nas publicações anuais dos “Conflitos no campo no Brasil” da CPT Nacional.

Na década de 1990, a dimensão hídrica, onde já se discutiam as problemáticas da seca, toma relevância nas ações da CPT, até pelas reflexões que propiciam em relação à sua apropriação, pois, como já apontava Raffestin (1993),

[...] hoje, por causa da utilização e do consumo aumentados pelos crescimentos demográficos e econômicos, todos os países se confrontam com problemas relacionados à água. A água, como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e de conflitos (p. 231).

Outro elemento a demarcar a década de 1990, também apontado por Alencar, Sampaio e Félix et al. (2013), foi a aprovação da reforma previdenciária que dificultava o direito de aposentadoria para os trabalhadores rurais. Com essa reforma, definiu-se o tempo de 30 anos de contribuição para as trabalhadoras rurais e de 35 para os trabalhadores rurais.

A partir dessa conjuntura, viu-se cada vez mais o trabalho dos sindicatos voltados para os aspectos burocráticos, o aumento do desemprego, a implementação de obras faraônicas que em nada contribuíram para a melhora da qualidade de vidas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

[...] na nova realidade inaugurada com o neoliberalismo da era Collor, a preocupação da igreja se volta prioritariamente para os marginalizados e excluídos que se multiplicam nos espaços urbanos. A luta das associações sindicais restringe-se à garantia de emprego, os desempregados não são acompanhados, a estrutura sindical não permite, crescem a miséria e a marginalidade (ALBUQUERQUE, 2012, p.17).

Essa pulverização do trabalho realizada por muitos sindicatos reacende a necessidade de desenvolver ações capazes de se afinar com os sindicatos, para não permitir que se desvencilhem de seus objetivos, qual seja, apoiar os trabalhadores em suas demandas e não serem meros administradores das aposentadorias.

Fruto dessa nova racionalidade espacial no Estado, emergiu na CPT o debate sobre a “convivência com o semiárido”. “Vale acrescentar que o conceito de ‘convivência’ tem uma estreita relação com o conceito de sustentabilidade, pois a convivência não pode ser provisória”. (DUQUE, 2008, p.136). Segundo esta fonte a população estava cansada de uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia com medidas de caráter apenas emergencial ou obras de combate à seca.

No fim da década de 1990 nasce a Articulação do Semiárido (ASA), isto é, uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas (sindicatos, ONGs, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, OCIPA, etc.), que defende, propaga e põe em prática, inclusive por meio de políticas públicas, um projeto político de convivência com o semiárido. Essa articulação, da qual a CPT fazia parte, pôde sugerir ao governo suas práticas, para

que as intervenções pontuais pudessem se tornar política pública, como ocorreu no caso das cisternas de placas em 2002. A orientação, o incentivo e a capacitação na gestão das cisternas começaram a ser implementadas pela CPT nessa década. Em 1993 são lançadas as primeiras cisternas de placas, como alternativa mais sustentável. Nos anos 2001 e 2002, a CPT-CE consegue financiamento específico para construir, além das cisternas, as mandalas.

[...] em 2002 as mandalas, a construção das mandalas aqui no Ceará e a construção das cisternas. São parceiros específicos seja na captação de água, na implantação de tecnologia que vai favorecer a produção alternativa, uma produção mais saudável e também, de certa forma, auto sustentável. Aí, entra a província autônoma de Bolzano, uma província da Itália (no financiamento). [...] e em 2001 a Conferência Episcopal Italiana apoiou a CPT em uma grande construção de cisternas. [...]. Na época foram mais de quinhentas cisternas no Ceará com esse recurso e depois através da Fastenopfer (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Essa aproximação com o debate sobre a convivência com o semiárido paulatinamente introduz na CPT a perspectiva ambiental, a qual, nos últimos anos, constitui prática mais consolidada na Pastoral. No Ceará, além das cisternas de placas, havia outros projetos relacionados à convivência com o semiárido como o “Cabra Nossa de Cada Dia”, desenvolvido na Diocese de Quixadá pelo Padre Ricardo da paróquia de Madalena, que incentivava a produção de leite e carne. Era um projeto idealizado pelas CEBs mas acompanhado e apoiado pela CPT.

Quanto às lutas pela desapropriação de terras, agora fortalecidas com a chegada do MST, novas demandas se apresentaram à CPT, situadas para além da luta pela terra, pela permanência na terra. Nesse sentido, a realização de práticas sustentáveis, produção orgânica, organização e comercialização da produção se colocavam como desafios a serem enfrentados. Além disso, uma vez como mera força de trabalho, os trabalhadores rurais camponeses agora eram desafiados a gerir suas terras. Na gestão mista de uso e posse da terra, modelo adotado no Ceará nos assentamentos rurais, configurou-se num grande desafio a construção de estratégias de manejo, não só da produção, mas das relações entre as famílias assentadas.

Nos anos 2000, a temática da convivência com o semiárido ainda é a tônica da CPT-CE e, nela, aprofundam-se as reflexões sobre as questões ambientais, tendo em vista a necessidade de adequar as práticas agrícolas aos limites e potencialidades ambientais. A esse debate une-se uma perspectiva ambiental voltada a uma produção

orgânica e sustentável. Na linha da convivência com o semiárido, a CPT passou a desenvolver e orientar as famílias em práticas agrícolas mais sustentáveis, por meio de quintais produtivos, mandalas, hortas, casas de sementes, criação de pequenos animais.

Muitos trabalhadores foram envolvidos nesse processo, assim como jovens do meio rural por meio da formação nas Escolas Família Agrícola (EFA) Dom Frágoso, por meio da educação contextualizada.

Em 2000, a Diocese do Crato deu início à Romaria do Caldeirão, incorporando um debate sobre a convivência com o semiárido, a identidade camponesa e a luta pela terra. Sobre isso fala o entrevistado:

[...] De certa forma, a nossa mística de reflexão sobre a terra tem sido realizada a partir do Caldeirão do beato José Lourenço. Por isso que a CPT também tem o trabalho de fazer o resgate da história do Caldeirão na região do Cariri, para que essa história seja uma história referencial para discutir a convivência com o semiárido, a questão da luta pela terra e a questão da identidade camponesa, da sua reconstituição através dessas presenças da luta do campo a partir do assentamento 10 de Abril (Padre Vileci Basílio Vidal, Fortaleza, 5 de março de 2016).

A Romaria do Caldeirão é coordenada pela CPT da Diocese do Crato, tem como coordenador o Padre Vileci Vidal e ocorre anualmente no Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, em Crato. Em 25 de setembro de 2016, verificou-se sua 17ª edição. Seus principais objetivos são resgatar a história do Caldeirão para discutir a convivência com o semiárido, recuperar a espiritualidade da terra, a identidade camponesa e afirmar a luta pela terra, diz o coordenador.

Outro debate surgido nessa década se refere aos danos do agronegócio, ao incentivo à agroecologia e à prática de produção orgânica. Esta última, acirrada pelo uso de agrotóxicos que passou a apresentar sua face mais perversa, o envenenamento direto das comunidades e trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Nesse aspecto, o caso do líder comunitário José Maria Filho, do Sítio Tomé, na divisa entre Limoeiro do Norte e Quixeré, é o mais emblemático. Zé Maria era conhecido por sua luta contra o agronegócio, o uso de agrotóxico, a construção de casas de taipa e a defesa das comunidades da Chapada do Apodi. Lutava também por terras para pequenos agricultores da região. No dia 21 de abril de 2010 foi brutalmente assassinado com 25 tiros em Limoeiro do Norte. Este crime caracterizou-se como pistolagem. A CPT tem divulgado esse conflito nas celebrações, e também

promove campanhas contra o agronegócio e o uso de agrotóxicos. Ademais, participa do Movimento 21, criado após o martírio de José Maria. Fazem parte desse movimento outras instituições como Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, MST, Conlutas, FAFIDAM/UECE, UFC/TRAMAS, STTR do Apodi, além das paróquias da diocese e estudantes. Hoje a área possui um acampamento, o qual tem crescido a cada dia. Em 2014 já viviam ali 800 famílias.

A discussão em torno da questão ambiental toma relevância nesta década, e além de Limoeiro do Norte, afetada pelos interesses nos perímetros irrigados da região, mais uma vez a Diocese de Iguatu desponta com acontecimentos marcantes em sua área. Em 2009, a construção de um aterro sanitário e uma estação de tratamento na cidade de Iguatu gerou conflitos e o conseqüente envolvimento e apoio da CPT. Atenta à forma como as famílias foram desapropriadas, a CPT acompanhou esse caso, apoiou os moradores da área no processo de desapropriação, buscando informações mais precisas sobre sua situação para sempre esclarecê-los sobre seus direitos. Descobriram se tratar de uma área de lagoa para a construção do aterro e que os empreendimentos não possuíam nem os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), nem os Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) necessários à sua construção, no entanto, começou-se o processo de desapropriação. Sobre isso, relata uma ex-agente da CPT de Iguatu:

[...] Ele (o prefeito) desapropriou uma área que era uma área de lagoa, para construir a estação de tratamento. E aí a gente começou a acompanhar, também, como Pastoral da Terra. [...] E aí o pessoal, ainda hoje, estão desapropriando. Porque não fez o projeto e conseguiu intervir na justiça. [...] Do aterro sanitário e da estação de tratamento de esgoto. Então, era um projeto que ia entrar muito dinheiro para a prefeitura. [...] Aí foi quando a gente viu que era dentro de uma lagoa. A gente conseguiu denunciar, organizar. A gente não tinha quase ninguém aqui de Iguatu para apoiar a gente. A gente ligou para Fórum pela Luta no Semiárido, que a gente faz parte como Pastoral da Terra. A gente apresentou, e a gente viu que era interessante ter um envolvimento maior, e a única saída mesmo era denunciar. Não tinha como a gente ficar só falando, só falando (Maria de Jesus, Iguatu, 19 de janeiro de 2015).

As informações levantadas e denunciadas pela CPT foram utilizadas em forma de panfletos, somadas a outras denúncias, distribuídos por cinco jovens da oposição que acabaram sendo sequestrados e torturados por funcionários ligados à prefeitura de Iguatu entre os dias 11 e 12 de fevereiro de 2010. Esse caso foi amplamente divulgado e a CPT elaborou um dossiê e um DVD com as imagens, denunciando-o.

[...] a gente fez um dossiê, a gente mandou para o Eduardo Suplicy, senador de São Paulo. Ele se pronunciou, mandou carta para o governador Cid Gomes, mandou carta para o secretário de Segurança e mandou uma para o desembargador. Pedindo justiça! Aí, Dom João, entrou com a gente. Foi no período que Dom João chegou, ele chegou em 2009, em março de 2009. [...] Ele deu um apoio, a gente conseguiu [...] Aí a gente ampliou e participa da comissão brasileira de justiça e paz, a gente formou aqui, eu também faço parte. A gente formou e [...] teve uma audiência pública em Fortaleza. A gente apresentou o relatório dos jovens, o dossiê. A gente produziu, até, um DVD com as imagens. E está rolando aí, ninguém sabe onde isso vai dar (Maria de Jesus, Iguatu, 19 de janeiro de 2015.)

Esses acontecimentos justificaram a escolha da Diocese de Iguatu para realização da 14ª Romaria da Terra em 11 de outubro de 2009, onde esses fatos foram mais uma vez denunciados.

Nos últimos anos, a CPT tem se envolvido no debate sobre os territórios na perspectiva de sua compreensão do que é território e na luta pela demarcação dos territórios das comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, de pescadores, etc. Nos dias 17 e 18 de outubro de 2013 verificou-se o I Encontro das Comunidades Tradicionais do Ceará, do qual participaram representantes de comunidades indígenas, pescadores, quilombolas, camponeses, cuja temática era a discussão em torno do território.

Do ponto de vista ambiental, nesse último quinquênio a CPT se envolveu diretamente nas ações contra os reflexos da mineração no Estado do Ceará. Trata-se de uma nova demanda que além de afetar sobremaneira o ambiente, afeta a vida da população adjacente à área minerada. Sobre isso, o relato de um dos entrevistados é esclarecedor:

[...] Pequenas minerações sempre ocorreram. Aqui no Ceará, principalmente nos últimos 10 anos. Mas tem se intensificado em toda a América Latina com forte apoio do Estado, com fortalecimento dos órgãos estaduais e federais, com flexibilização das exigências legais para licenciamento ambiental, então é a nova fronteira econômica (Thiago Valentim, Fortaleza, 21 de maio de 2016).

Uma interpretação histórica desses últimos dez anos é que com a entrada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a luta pela terra arrefeceu. Muitos dos agentes mediadores envolvidos na luta passaram a fazer parte do governo e, assim, os parceiros da CPT acabaram favorecendo esse arrefecimento. Essa discussão foi motivo de debate no XXX Encontro dos Assentamentos das Áreas de Assentamentos Rurais dos Sertão dos Inhamuns e Crateús, promovido pela CPT de Crateús, mas também nas formações internas para os agentes e conselheiros das Regionais.

[...] As bases se enfraqueceram mas também a política não deu conta de garantir os direitos e os movimentos já reivindicavam. Também tem a questão dos assentamentos. Esperava-se o fortalecimento dos órgãos responsáveis. Houve sucateamento. Falta de reforma agrária faz com que famílias abandonem a luta. Os assentamentos, política de desapropriação de terras. Depois de sucateadas e destruídas é que se destina a área para reforma agrária. As famílias chegam em áreas sem condições de produzir além de questões de organização. Assim, muitos deles não atingiram seus objetivos (Thiago Valentim, Fortaleza, 21 de maio de 2016).

Já no fim dos anos 1990 e até 2016, a CPT Regional também tem empreendido esforços na capacitação de seus agentes com vistas a elaborar e encaminhar projetos para instituições fomentadoras, em virtude da escassez de recursos para tal. Assim, efetuaram-se formações com os membros do Conselho Regional em Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) desde 2002.

[...] A Fastenopfer, que é muito mais para qualificar os quadros nessa questão da gestão, do acesso a recursos, da formação para a elaboração de projetos. Para os quadros de agentes da CPT, que eu saiba, em 2011, 2012, houve todo esse processo de formação para os quadros da CPT. Ocorreram vários seminários, encontros em que se trabalhou muito a questão do monitoramento, planejamento, avaliação, gestão de recursos, gestão institucional (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Isso tem se dado em ocorrência da preocupação com a sustentabilidade institucional. Garantir os recursos para efetivação das ações e atividades do conjunto da CPT constitui um dos grandes desafios a ser enfrentado atualmente.

4.2 ESPACIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CPT NO CEARÁ

O processo de espacialização da CPT no Ceará não aconteceu de forma homogênea. Apesar do seu surgimento em 1976, foi somente a partir dos anos 1980 que esta Pastoral ampliou sua área de atuação no Estado do Ceará, buscando disseminar seu apoio àqueles que dela precisavam.

Inicialmente, contava com agentes da Diocese de Crateús e muitos outros trabalhadores de outras dioceses e assessores de diversas áreas além de algumas *expertises* integrantes da CPT. Era essa equipe que a coordenava no Ceará, mas não havia, segundo relatos dos entrevistados, uma CPT Regional organizada e estabelecida. Tal realidade só se concretizou em 1983.

Em 1982, a equipe repensou a formação da equipe de assessoria. Para isso passou a promover reuniões onde escutava as necessidades, os impasses, as lutas e vitórias do povo camponês e avaliou os métodos até então utilizados e que foram iniciados em Limoeiro do Norte e Quixadá. À assessoria do agente de pastoral compete prestar um serviço subsidiário de quem se considera aliado e integrado nas lutas camponesas. Em 1982, a equipe de assessoria era constituída de advogados, sociólogos, agrônomos, padres, historiadores, agricultores, economistas (CPT-CE, 1982).

Desta feita até o ano de 1983, a CPT contava com uma equipe formada por trabalhadores rurais, por freiras, clérigos, sindicalistas, bispos e trabalhadores rurais. Conforme relatos das entrevistas, após o ano de 1983 é que a CPT assumiu a organização mantida até hoje, quando passou também a ter sede própria na cidade de Fortaleza, como é apontado por um dos entrevistados, quando por meio de suas memórias afirma: “Antes, não tinha CPT Regional não, era só a CPT local. Aí, quando conseguiram a CPT Regional, que foi em 83. [...] Já foi para a casa para fazer a Regional”. (Luiza Vasconcelos, Ocara, 23 de janeiro de 2016).

Isso explica o fato da documentação utilizada na pesquisa ser datada a partir do ano de 1983. Embora eventualmente se encontre um ou outro arquivo de período anterior a essa data, não há nenhuma ata de reunião, encontro ou assembleia. Segundo um dos párocos ligados à CPT de Crateús, antes desse período, de acordo com opinião geral, era melhor não haver documentação arquivada pois assim se evitaria comprometer seus agentes nos períodos da ditadura militar.

Como mencionado, o Bispo que acompanhava a CPT era Dom Frago, mas foi substituído em 1981 por Dom Paulo, da Diocese de Itapipoca, escolhido para ser responsável pela CPT no Ceará. Também nesse ano foi aprovada a estruturação oficial por parte dos bispos da CPT em nível Regional. Após a saída de Dom Paulo, Dom Benedito, também da Diocese de Itapipoca, assume esse lugar de “Bispo da Terra”.

Considerando sua estruturação em 1984, quando já possuía uma equipe de coordenação e suas equipes diocesanas mais ou menos delineadas, a CPT passa a ter uma estrutura de organização referente à sua hierarquia na gestão das ações por ela compreendidas (FIGURA 18).

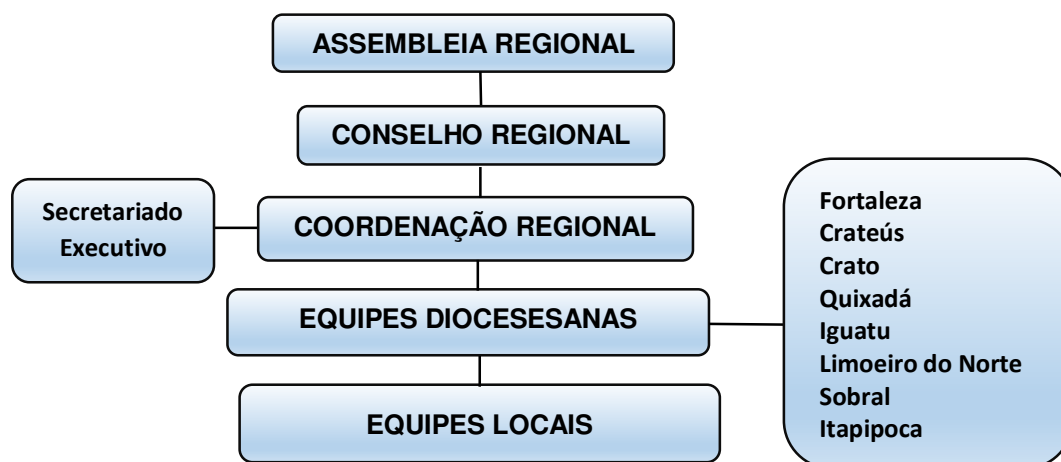


Figura 18 – Estrutura organizativa da CPT-CE, 2016
Elaboração: Silva, Danielle Rodrigues (2016).

Atualmente, a Comissão Pastoral da Terra Ceará organiza-se nas seguintes instâncias: Assembleia Regional, Conselho Regional, Coordenação Regional e Secretaria, Equipas Diocesanas e Equipas locais. Cada uma dessas instâncias tem, de acordo com o Estatuto Social da CPT e o Regimento Interno da CPT-CE, funções específicas, as quais, em conjunto, definem o andamento das decisões e/ou ações realizadas.

Contudo, dessas instâncias apresentadas na Figura 18, e consoante o Regimento Interno da CPT-CE (2006), são considerados órgãos da CPT a Assembleia Regional, o Conselho Regional e a Coordenação Regional. Desses, a Assembleia é o órgão supremo sobre todas as decisões em relação à vida da instituição (CPT, 2006).

A Assembleia Regional caracteriza-se como um fórum de discussão. Até 1985 a organização da CPT tinha duas assembleias importantes: uma de trabalhadores e uma de agentes. No entanto, em Itapipoca, em 1985, decidiu-se ter uma única assembleia anual da qual participaram com direito a voto e voz os bispos das nove dioceses e dez delegados eleitos nas dioceses, sendo sete trabalhadores e três agentes (CPT, 1989). Na assembleia anual é que são aprovadas as linhas de ação de toda a CPT e atualmente a cada três anos tem-se uma assembleia eletiva.

A Assembleia anual (FIGURAS 19 e 20) costuma ser realizada no final do ano, e em sessão extraordinária quando convocada pela Coordenação Regional ou pelo Conselho Regional (CPT, 2006).



Figura 19 – Assembleia anual da CPT-CE, novembro de 2014
Foto: Silva, Danielle Rodrigues, Fortaleza, 19 de novembro de 2014.



Figura 20 – Assembleia anual eletiva da CPT-CE, dezembro de 2015
Foto: Silva, Danielle Rodrigues, Icapuí, dezembro de 2015.

As Assembleias Regionais são constituídas por Delegados(as) das Dioceses e/ou microrregiões; Conselho Regional; Coordenação Regional; Membros do Secretariado Regional, conforme a indicação do Conselho; Representante da CPT Nacional; Representante da Grande Região Nordeste; Bispos e Delegados(as) das Igrejas que têm relação com a CPT-CE; e Convidados do Conselho Regional. Na eleição, podem votar todos os participantes, com exceção dos convidados, que só têm direito a voz.

Por sua vez, o Conselho Regional dedica-se exclusivamente a preparar e encaminhar as decisões da Assembleia Regional. No Ceará, o Conselho Regional, tal como se apresenta, foi criado em 1987 em Assembleia Regional da CPT ocorrida em Choró. Definiu-se que os representantes seriam escolhidos em assembleia com a participação dos trabalhadores e agentes pastorais (CPT, 1988).

Os participantes do Conselho são escolhidos por cada equipe que sugere o nome dos conselheiros de cada diocese. O Conselho Regional também elege os delegados que o representem na Assembleia Nacional, define, acompanha e avalia a execução dos programas de trabalho da Regional; aprova planos, projetos e orçamentos; garante a articulação dos trabalhos com as igrejas; dá parecer sobre a constituição do secretariado regional e da assessoria permanente; examina, aprova ou rejeita a prestação de contas anual e o orçamento da Regional e das CPTs das dioceses ou microrregiões, bem como dá parecer sobre os mesmos; e cria ou suprime CPT nas dioceses ou microrregiões, de acordo com os Estatutos (CPT, 2006).

Historicamente a Diocese de Crateús sempre teve mais conselheiros no conjunto da CPT Regional. Esse fator está relacionado à história da diocese a partir da base estabelecida por Dom Frágoso. Nesse aspecto uma das entrevistadas que conviveu diretamente com ele ajuda a compreender:

[...] Então, essa metodologia, esse jeito de trabalhar, de ter um corpo de colaboradores maior, de ser mais aberta, de ser mais ampla, de cada paróquia ter a sua coordenação, o seu articulador, o seu conselho local, vamos dizer assim, que nunca usa a palavra conselho, mas tem aquela equipe local que sempre articula, enfim. Isso, sempre deu à CPT de Crateús a possibilidade de se manter viva! Ao contrário da maioria das outras dioceses que, além de ter os bispos que não aceitavam a atuação da CPT, às vezes, tinha um padre ou uma religiosa que enfrentava todas as oposições e as contradições, enfim, a ação da CPT nessas dioceses (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Em geral, as reuniões, encontros de avaliação ou planejamento, cursos de formação e/ou outras atividades realizadas pela CPT-CE seguem um ritual. Esse ritual inclui pelo menos três etapas. Na primeira, procede-se à acolhida. Esse momento de acolhida é quando a mística da CPT se apresenta. É permeado pelo uso de trechos bíblicos, cantos e louvores e outras estratégias pedagógicas que propiciem uma aproximação do coletivo (tais como abraços, saudações, etc.). Nessa etapa, fica muito clara a perspectiva ecumênica adotada pela CPT, que se concretiza nas orações proferidas, as quais não priorizam nenhuma crença em detrimento de outra, nas músicas entoadas que buscam em Deus a força necessária para continuar na luta ou para fortalecer a fé e o sonho de um mundo melhor. Veja-se o trecho da música a seguir que corriqueiramente é cantada nos encontros.

“Eu sinto a presença de Deus
É na luta, é na luta, é na luta!
Eu sinto a presença de Deus
É na luta, é na luta, é na luta! (estribilho)”
(Música: Presença de Deus de João Bento)

Na segunda etapa aborda-se a temática do encontro. Essa temática depende do motivo deste encontro. No caso de planejamento ou avaliação, em geral, são definidos pela secretaria do evento a metodologia do encontro e o tempo para cada atividade a ser executada. Quando se trata de alguma formação (Terra e território, Fé e ecumenismo, Estudo da bíblia, Agroecologia, só para citar alguns), essa etapa é permeada de uma apresentação inicial que coloca os participantes a par da discussão. Muitas vezes, esses encontros contam com a colaboração de assessores e *expertises* na área do tema a ser debatido.

Na terceira etapa, após a explanação do tema, costuma-se dividir o grupo em subgrupos para se discutir e elaborar propostas e sínteses a serem apresentadas posteriormente. Essa metodologia de trabalho se coaduna com a perspectiva paulofreiriana, que busca valorizar o saber de cada um e cada uma na construção do conhecimento. Tal perspectiva adotada na CPT do Ceará tem muita influência das práticas pedagógicas adotadas por Dom Fragoso na Igreja de Crateús, como já se afirmou.

Além dessas etapas, outra marca comum nos eventos e encontros promovidos pela CPT-CE, inclusive nas reuniões de Conselho, é a ornamentação do espaço onde ocorre o encontro. O ambiente é organizado de forma que sejam evocadas a memória, a cultura e os hábitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais camponeses. Nele, costuma-se disponibilizar instrumentos de trabalho, adornos e utensílios domésticos como foices, enxadas, facão, carro de mão, potes, cestas, redes, imagens de santos (Padre Cícero), e também elementos da natureza como terra, água e alimentos como frutas e sementes que são comuns na prática agrícola dos trabalhadores. Na realidade, essa ornamentação do ambiente é uma prática nos encontros de formação, encontros de equipes locais, assembleias, reuniões de conselhos, cursos ou celebrações, seja na ornamentação de altares ou na formação de círculos e espaços onde esses objetos são expostos, como se pode verificar nas figuras a seguir:



Figura 21 – Reunião da equipe organizadora 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas, Viçosa do Ceará, 2015
Fonte: Arquivo CPT Regional Nordeste I, 2015.



Figura 22 - Altar montado no XXX Encontro das Áreas de Assentamentos Rurais, Tauá, 2015
Foto: Silva, Danielle Rodrigues (2015).

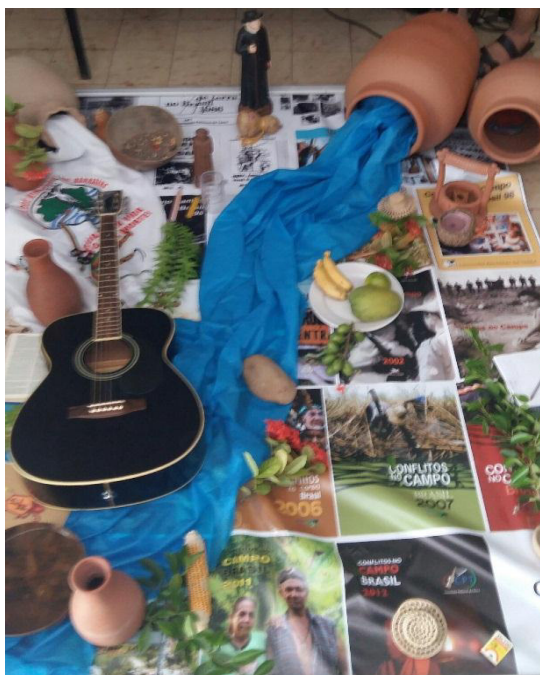


Figura 23 - Utensílios usados pela equipe de animação nos encontros da CPT-CE
 Fonte: Arquivo CPT Regional Nordeste I, 2015.

Como observado, a maior parte das decisões e encaminhamentos são tomados por esse grupo, os Conselheiros. O que é nele decidido torna-se obrigatório, a não ser que a decisão da Assembleia seja contrária. Nesse caso, ela se sobrepõe.

Os Conselheiros são articuladores entre a CPT e as Igrejas. Também cabe a eles criar ou suprimir as equipes de CPT nas dioceses ou microrregiões. Reúnem-se ordinariamente quatro vezes ao ano e também quando convocados pela Coordenação Regional ou por um terço de seus membros (CPT, 2006).

O espaço do Conselho Regional é o mesmo para onde são levadas as demandas das dioceses, das paróquias e das comunidades. Por estar em constante transformação, conflitos e necessidades vão surgindo em áreas localizadas, mas nem sempre são problemáticas inerentes a todos os outros espaços. A diversidade regional e cultural do Estado do Ceará contribui para a existência de demandas distintas que são diagnosticadas pelas equipes locais.

Pautado no planejamento das equipes locais, a CPT Regional define seu plano de ação para o triênio, de acordo com seus eixos de ação e incorporando as temáticas e discussões mais amplas de interesse de todas as equipes, definidas e

discutidas no espaço do Conselho Regional. São esses temas mais amplos que serão considerados no levantamento de ações desse trabalho, tendo em vista a limitação no acompanhamento do trabalho individual de todas as equipes ao longo desses quarenta anos de atuação.

Assim, no plano trienal levam-se em conta tanto as demandas específicas das equipes quanto as demandas gerais da CPT Regional que interessa ao conjunto da CPT. “Então, é a partir desse planejamento, de cada equipe, que se definem as linhas de ação da CPT”. (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014). São essas demandas que ao longo do tempo foram redefinindo as linhas de ação da CPT.

Como evidenciado, os eixos de ação da CPT-CE caminham em consonância com as grandes linhas de ação da CPT Nacional: Terra, Água e Direitos.

Durante esse período, os eixos da CPT foram se modificando em função das necessidades conjunturais e da capacidade da CPT de enfrentar os desafios postos. Em 2012, os eixos foram redefinidos para atender à exigência da instituição que à época dava maior aporte financeiro e, nesse sentido, as ações precisavam adotar estas atitudes. Mencionadas exigências de mudanças estavam relacionadas ao fato da CPT já possuir em seu rol de ações uma grande diversidade de atividades. Desse modo, era preciso centrar em algumas com vistas a se obter resultados mais satisfatórios. Então os eixos de 2012 a 2015 eram: terra e território, soberania alimentar, grandes projetos e meio ambiente e sustentabilidade institucional.

Tais eixos foram modificados em dezembro de 2015, por ocasião da 24ª Assembleia Regional da CPT, ocorrida de 4 a 6 de dezembro em Icapuí, CE, onde se discutiu novamente a pertinência de alguns eixos de trabalho.

Os debates e discussões travadas nas últimas reuniões de Conselho já percebiam a dificuldade enfrentada pela CPT em face da multiplicidade de ações por ela desenvolvidas. Assim, ante o número reduzido de agentes pastorais para realização do trabalho e de limitações orçamentárias para a execução desse trabalho, era fundamental os novos eixos se centrarem em iniciativas que são prioridades da ação da CPT. Portanto, não deveriam favorecer aquelas ações para as quais já existem outras instituições responsáveis, por exemplo, os pescadores, que têm a Comissão Pastoral do Pescador.

Diante da conjuntura, alguns elementos então apontados como prioridades a serem acompanhadas pela CPT nesse momento referem-se às comunidades quilombolas e indígenas, à questão da água (seca), à formação e emancipação dos assentamentos e à formação para juventude, com vistas a uma renovação da participação desses sujeitos no campo.

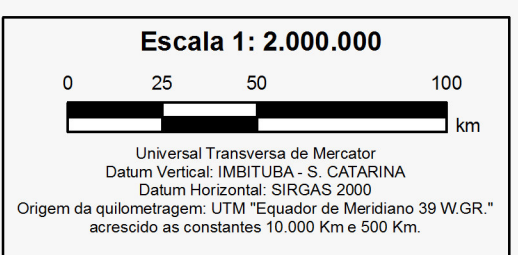
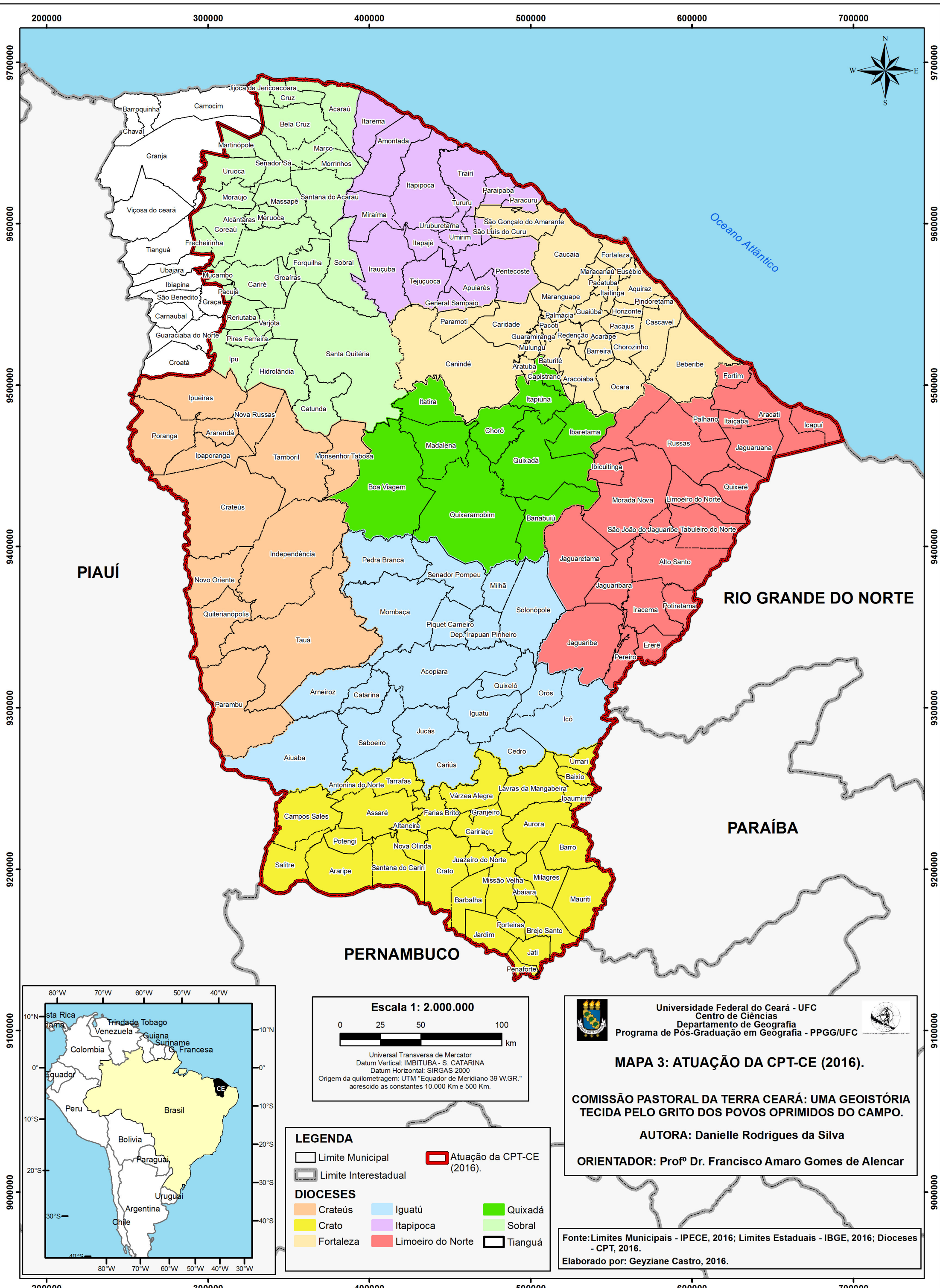
Tendo esses elementos como referência, os eixos de ação foram condensados em três. O primeiro, Terra, Água, Território, Povos e Comunidades Tradicionais; o segundo, Formação e Educação; e o terceiro, Sustentabilidade da CPT.

A outra instância da CPT é a Coordenação Regional. Trata-se de órgão colegiado, composto de três integrantes eleitos pela Assembleia Regional. Apesar das orientações do Regimento Interno no tocante à candidatura à Coordenação, atualmente a CPT-CE tem optado por levantar os nomes indicativos para composição da coordenação mesmo antes do dia da Assembleia Eletiva. A entrevistada Maria Alves Lima (agente pastoral), explica esse processo:

[...] antes havia eleição, se formavam duas, três chapas para concorrer. Aqui no Ceará era a cada dois anos que havia eleição, no nacional é a cada três anos. Hoje o regimento interno da CPT já está adequado ao estatuto da CPT nacional e o período de mandato é o mesmo aqui e o mesmo período de mandato da coordenação nacional. Então, hoje tanto no nacionalmente como nos regionais, há um grande esforço de não haver a necessidade de formar chapas, mas que esses nomes sejam discutidos e que se chegue a um consenso (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Essa forma de conceber a eleição denota uma tentativa de evitar divisões internas no grupo por meio da disputa. Procura, ainda, por meio do diálogo, garantir unidade ao grupo mediante consenso na tomada de decisões.

Por último, tem-se na estrutura organizativa da CPT as dioceses. De acordo com o Mapa 3, até setembro de 2016, a CPT possui equipes representativas em oito dioceses. Sua espacialização segue os critérios das dioceses estabelecidos pela CNBB.



LEGENDA

Limite Municipal
 Limite Interestadual

DIOCESIS

 Crateús	 Iguatú	 Quixadá
 Crato	 Itapipoca	 Sobral
 Fortaleza	 Limoeiro do Norte	 Tianguá

Universidade Federal do Ceará - UFC
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFC

MAPA 3: ATUAÇÃO DA CPT-CE (2016).

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ: UMA GEOISTÓRIA
TECIDA PELO GRITO DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO.**

AUTORA: Danielle Rodrigues da Silva

ORIENTADOR: Profº Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Fonte: Limites Municipais - IPECE, 2016; Limites Estaduais - IBGE, 2016; Dioceses - CPT, 2016.
 Elaborado por: Geyziane Castro, 2016.

Como exposto no Mapa 3, em 2016 oito dioceses fazem parte do quadro regional da CPT-CE. No entanto, nem sempre essa foi sua configuração espacial. Algumas dioceses não participaram ou tiveram pouca participação nas atividades desenvolvidas pela CPT-CE. A expansão da participação das dioceses foi mais caracterizada por um entra e sai do que por uma linearidade no processo. Uma possíveis explicações para esse processo está associado ao que Medeiros (1989) já tratava quando falava da CPT Nacional. Segundo a autora, “essa expansão só se dava, no entanto, nas dioceses em que os bispos apoiavam seus objetivos ou, pelo menos, os aceitavam”. (MEDEIROS, 1989, p.112). Dessa forma, a participação das dioceses no Ceará se deu de forma diferenciada ao longo do tempo. O Quadro 2 apresenta uma síntese da participação de cada diocese, assim como da representação na coordenação da Pastoral.

Quadro 2 – Participação das dioceses na CPT-CE e na Coordenação Regional (1976 a 2016)

DIOCESES	ORIGEM	ANO DE CRIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NA CPT ⁸ (em anos)	COORDENAÇÃO DA CPT (em anos) 1985-2016 ⁹
Crateús	Iguatu e Sobral	1963	40	19
Crato	Fortaleza	1914	29	10
Fortaleza	Olinda e Recife Arquidiocese	1854 1915	34	17
Iguatu	Fortaleza e Crato	1961	35	7
Itapipoca	Fortaleza	1971	21	0
Limoeiro do Norte	Fortaleza	1938	30	4
Quixadá	Fortaleza	1971	36	6
Sobral	Fortaleza	1915	25	2
Tianguá	Sobral	1971	4	0

Elaboração: Silva, Danielle Rodrigues (2016).

⁸ O total de anos da participação de cada diocese na CPT Regional, nessa pesquisa, levou em consideração dois critérios: o primeiro foi o levantamento da participação da mesma nas reuniões de Conselhos, Assembleias, Reuniões de Coordenação levantadas nas atas na secretaria regional da CPT em Fortaleza. Os documentos referem-se ao período de 1984 até 2016. O segundo, foram as entrevistas com os recordadores, onde os entrevistados foram definindo a entrada de cada diocese no conjunto da Regional, a partir de alguma luta ou movimento específico.

⁹ A participação na Coordenação é iniciada em 1984, tendo em vista a organização da CPT em Regional a partir do referido ano. Há, em cada ano da diocese, desde então, a participação de mais de uma diocese por gestão. Além disso, a questão do gênero também é levada em conta na escolha e formação da equipe de coordenação.

Das nove dioceses da Regional Nordeste I, Limoeiro do Norte (1938), Itapipoca e Quixadá (1971) têm sua origem na Arquidiocese de Fortaleza, que também é a origem da Diocese de Iguatu, juntamente com a Diocese de Crato. A Diocese de Crateús foi desmembrada das dioceses de Iguatu e Sobral em 1963, e esta última também deu origem à Diocese de Tianguá em 1971.

Como se observa no Quadro 2, a Diocese de Crateús é a que sobressai em termos de participação na composição da CPT Regional ao longo dos quarenta anos. Para os entrevistados, esse aspecto é explicado pela base obtida pela diocese com os ensinamentos de Dom Fragoso que chegou ali em 1964, e que, ainda em 2016, se repercute nas ações daqueles e daquelas que reproduzem seus ensinamentos na diocese. Sobre isso, relata a entrevistada Senhorinha Soares (agente pastoral).

[...] Eu acho assim, primeiro pelo apoio, que foi o bispo de Crateús, Dom Fragoso, que se articulou com a CPT nacional, levou agentes de pastoral daqui para a CPT nacional e forçou dentro da CNBB aqui essa oficialização da CPT. E, por conta disso, do apoio que ele dava, porque uma das prioridades dele era o acompanhamento aos trabalhadores rurais, ele era de origem camponesa, e ele tinha uma predileção muito grande pelos camponeses. E apoiou muito a luta dos trabalhadores para se organizarem na busca dos direitos deles, de serem os protagonistas das histórias deles e tal. Então, muitos agentes que vinham para a diocese seguiam mais ou menos essa caminhada aí, né? Enquanto que nas outras dioceses, por não ser uma prioridade oficial da pastoral naquele local e muitos bispos não assumirem essa luta, essa causa, aí os agentes, os padres, as jovens, também não assumiam. Às vezes tinha um ou outra religiosa, um ou outro padre que despertava e assumiam essa causa, mas sempre foi muito difícil (Senhorinha Soares, Fortaleza, 28 de janeiro de 2015).

Outras dioceses como Iguatu, Quixadá e Fortaleza, segundo dados coletados, praticamente fizeram parte da CPT ao longo dos quarenta anos, com, respectivamente, 35, 36 e 34 anos de participação. Essas dioceses tiveram na sua trajetória junto à CPT-CE um histórico de presença de bispos, religiosos e religiosas, leigos, trabalhadores rurais, participantes de CEBs envolvidos com a causa dos trabalhadores rurais, e configuram-se em áreas onde se concentraram os conflitos por terra, levando a uma participação maior dessas dioceses.

[...] Quixadá era Dom Rufino, então já tinha uma abertura maior. Quixadá não era nessa linha tão conservadora como Crato e tinha Fortaleza, também, que era dessa linha progressista com Dom Aluísio e, enfim. O bispo Dom Vicente era um dos bispos que não tinha abertura para essa questão da discussão da temática da terra. Era um tempo, também, que estava começando a Pastoral da terra no episcopado dele e era uma época de ditadura militar, então tudo isso era confuso na cabeça dos bispos para aceitar uma pastoral

que, de certa forma, ia contra ou estava sendo profética em uma época de ditadura militar (Padre Vileci Basílio Vidal, Fortaleza, 5 de março de 2015).

Como exposto no relato anterior, a Diocese de Fortaleza contou com a colaboração de Dom Aluizio Lorscheider, que teve uma história de envolvimento com a causa dos trabalhadores. Esse fator favoreceu a permanência e envolvimento da Diocese de Fortaleza na CPT por 34 anos. A Diocese de Quixadá, que contou com a colaboração de Dom Rufino, também teve uma abertura para participar mais ativamente das ações da CPT por 36 anos.

Na Diocese de Iguatu, que carrega uma história de 35 anos de participação nas ações da CPT, houve influência significativa dos agentes integrantes da equipe da Pastoral e de alguns bispos e párocos que possuíam uma abertura às suas ações, garantindo, muitas vezes, o financiamento das atividades.

Dom Mauro sobressai nesse contexto, e sobre suas atitudes em relação à Pastoral da Terra, relata uma das entrevistadas:

[...] Ele tinha uma abertura grande, ele acreditava muito no trabalho, assim, feito pelos leigos, né? Porque a gente não era freira, a gente não era nada! E todos os coordenadores eram agentes de pastoral. Era bem organizado (Maria de Jesus, Iguatu, 19 de janeiro de 2015).

Atualmente, a equipe local tem dificuldades na realização de ações na diocese, devido à falta de recursos, e também porque, segundo a entrevistada, o atual bispo não se interessou pela Pastoral, como evidenciado ao não assinar os projetos financeiros desta.

Por sua vez, outras dioceses como Crato, Itapipoca, Limoeiro do Norte e Sobral apresentaram nuances de participação tendo em vista diversos fatores como econômicos e religiosos.

Na Diocese do Crato, constatou-se presença de algum agente de pastoral em alguns documentos e por meio de entrevistas nos anos de 1981 a 1985, mas não há relatos (nem nas entrevistas, nem nos documentos) de ações desenvolvidas nessa diocese nesse período. Assim, a diocese passou anos ausente da composição da CPT, retornando em 1992. Conforme entrevista com um pároco local, isso se deve principalmente à falta de apoio do Bispo local, que por ser de uma ala conservadora não apoiava o desenvolvimento de atividades da Pastoral. O mesmo ocorria em Sobral. Segundo seu relato,

[...] o bispo anterior Dom Vicente de Araújo Matos era tido como um dos bispos conservadores no regional. Então, essa temática da terra, essa temática voltada para as bases não era muito o forte dele, embora ela tivesse[...] Ele chegou a criar a Fundação Padre Ibiapina que era uma das, vamos dizer assim, é uma organização não governamental, uma instituição, uma fundação, que dava muito apoio à caminhada das CEBs. Só que naquele estilo de uma igreja mais voltada para a linha conservadora quando no Ceará havia um embate, ou seja, a referência da igreja progressista era Crateús e aí as outras dioceses elas tinham, eram moldadas como igrejas conservadoras. Então, isso era o Crato, era Sobral que estavam mais nessa linha do conservadorismo do que as outras (Padre Vileci Basílio Vidal, Fortaleza, 5 de março de 2015).

A participação da CPT se tornou possível com a entrada de um pároco mais envolvido com a discussão da terra, que foi apresentado a Dom Nilton, o qual, embora não fosse totalmente adepto da CPT, também não dificultava o desenvolvimento de suas ações, como se pode observar no seguinte relato:

[...] Ele deixava que as coisas, também, do regional se encaminhassem, também, na diocese de uma forma muito, vamos dizer assim, não chegava junto mas deixava acontecer. Foi um bispo que nunca impediu de acontecer alguma ação que a gente planejasse durante a gestão dele como bispo (Padre Vileci Basílio Vidal, Fortaleza, 5 de março de 2015).

Já Tianguá, cuja participação está contabilizada durante quatro anos, tem essa marcação por conta dos trabalhadores rurais e leigos que nos anos iniciais participavam como conselheiros da CPT. Sua atuação, no entanto, limitou-se a esses primeiros anos, pois os bispos da diocese e o clero que a compõe não apoiavam os debates propostos pela CPT. Uma estratégia da CPT-CE, de incorporar uma equipe local ao conjunto da Regional, se deu em 2015, quando da realização da 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas no município de Viçosa do Ceará.

Itapipoca e Limoeiro do Norte possuem uma participação mais restrita. Em Itapipoca, durante muito tempo a diocese contava apenas com um membro da CPT para toda a área. Até hoje, essa diocese tem poucos agentes para enfrentar as demandas locais. Por sua vez, Limoeiro do Norte viveu momentos de muita atividade quando contava com uma equipe ativa, e por estar encravada em espaço onde os conflitos de terra são intensos, como debate mais atual sobre a problemática do uso de agrotóxicos. Hoje, porém, seu trabalho é limitado devido à restrição no número de agentes ali atuantes.

Alguns fatores favorecem a permanência da Diocese de Limoeiro do Norte na CPT-CE. Entre estes, a presença de bispos que abraçam a causa da Igreja dos pobres. Consoante se observa, aquelas dioceses onde os bispos assumem a Pastoral

da Terra tendem a desenvolver mais os trabalhos da CPT, porquanto eles são o representante legal da diocese e, muitas vezes, podem garantir financiamento de suas atividades e agregar novos agentes na implementação dos trabalhos. Nesse aspecto a Diocese de Crateús é a que melhor representa essa participação na CPT em virtude da influência de Dom Frágoso, o qual, como visto, tinha esse compromisso com o pobre do campo. Desse modo, favorecia o desenvolvimento das atividades da CPT, inclusive, na articulação desta com as demais instituições e movimentos presentes no campo.

Em contrapartida, a ausência de apoio da Igreja local, associada aos problemas financeiros da CPT para garantir a realização das atividades, tem provocado e até mesmo impossibilitado a formação e manutenção de algumas equipes diocesanas.

No tocante às equipes locais, são na realidade a “alma” da CPT. Cumprem papel fundamental no desenvolvimento das atividades e ações da CPT. São, na verdade, os agentes que estão junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e grupos acompanhados nas áreas de assentamentos rurais, acampamentos e comunidades rurais. Atuam, geralmente, com as Comunidades Eclesiais de Base cujo histórico prima por esse caráter de aproximação e construção coletiva com o povo. Também chamados de animadores de comunidades, enfatizam a perspectiva de no “trabalho de base” utilizar um método que propicie a emergência de um “discurso próprio” e do poder criativo das classes populares (NOVAES, 1987, p. 255).

Segundo Regimento interno da CPT-CE (2006):

Pela sua presença constante no campo, a equipe local é a célula básica da organização e do trabalho da CPT. A ela compete, de acordo com os desafios enfrentados localmente, definir e implementar planos de ação, avaliar e monitorar os trabalhos, administrar e prestar conta dos recursos alocados, tendo para isso uma organização interna própria articulada com o Regional de acordo com o estabelecido pelo presente Regimento Interno (p. 5-6).

Apesar de possuírem uma orientação comum, as equipes locais diocesanas ou de microrregiões têm autonomia na sua forma de atuação, e cabe-lhes assegurar a integração do trabalho e o repasse de informações. São essas informações das equipes locais que alimentam os relatórios anuais de avaliação ou de projetos de financiamento (CPT, 2006).

Esses agentes, porém, não têm uma formação prévia, assim como não há critérios para sua entrada, a não ser o desejo de assumir a CPT como missão profética e sua mística. No entanto, na CPT é comum serem formados cotidianamente, seja nos cursos de formação de agentes, nos encontros, estudos da bíblia ou mesmo na partilha de saberes com a comunidade. Importa é estarem abertos a esse processo, como relata o entrevistado:

[...] A CPT é uma Escola. É um espaço de aprendizado para quem dela participa. Seja quem participa como agente como quem participa como camponês e camponesa que são os trabalhadores. Ela nos ensina a como exercer nossa missão cristã. E exerce sua atividade pastoral porque acredita num projeto libertador de Jesus Cristo. A CPT nos ajuda a crescer em todos os aspectos da vida: humanamente, espiritualmente, socialmente nas relações, na convivência com outra realidade, no ecumenismo no diálogo com pessoas de outras denominações cristã[...] eu penso que a CPT de fato é uma escola. Não precisa saber muito para entrar mas precisa estar disposto a aprender (Thiago Valentim, Fortaleza, 21 de maio de 2016).

Cabe ao agente de pastoral – eclesial ou leigo – aprender as “coisas com o povo”, sistematizá-las com o próprio povo e contribuir para que o povo ordene sua experiência histórica e encontre formas de buscar sua libertação (NOVAES, 1987, p.255).

Ao cumprir sua tarefa pedagógica de orientação e informação, os agentes de pastoral exprimem o desejo de se tornarem invisíveis na condição de mediadores. Sem pretensão de trazer consciência de fora, intentam apenas proporcionar meios e situações para que o povo manifeste suas experiências (NOVAES, 1987).

Algumas dioceses possuem mais de uma equipe local. Isso se dá por causa da extensão da diocese, distância do local de moradia dos grupos acompanhados e distribuição dos agentes da CPT nessas dioceses.

Nos seus locais de atuação as equipes podem realizar ações de acordo com suas possibilidades e estratégias mais pertinentes a cada situação, mas, em geral, também seguem os rituais descritos ao se tratar das reuniões de Conselho (FIGURA 24).



Figura 24 - Reunião equipe local CPT Quixadá, 2015
Foto: Silva, Danielle Rodrigues (2015).

Sobre a colaboração dos agentes de equipes locais, cumpre ressaltar: se outrora a CPT já remunerou alguns desses agentes para os trabalhos da Pastoral, isso já não se configura uma realidade atualmente. Como mostra o relato, os agentes pastorais da CPT são voluntários.

[...] A grande maioria nas equipes sempre fez um trabalho voluntário, teve um período que a CPT esteve em uma situação melhor financeiramente, que tinham algumas equipes que tinham algumas pessoas que recebiam alguma colaboração, no caso, Crato, Fortaleza e Limoeiro do Norte. Essas três dioceses, durante um período, as pessoas que articulavam nas dioceses tinham uma remuneração. Mas o grande público da CPT, o grande número de agentes da CPT são voluntários. Desde as assessorias, desde as pessoas que estão nos grandes cargos, são voluntários. Então, esse é o grande gargalo! (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Desde 1976, quando da institucionalização da CPT no Ceará, a prática do voluntariado é corriqueira. São esses voluntários que efetuam o trabalho de base da CPT. Se, por um lado, fica nítida a paixão deles pela causa camponesa, por outro, o voluntariado da CPT, associado aos mais recentes problemas de financiamento das ações, tem provocado alguns problemas na condução das ações, como apontado pelos entrevistados.

Embora as análises das entrevistas sobre a prática do voluntariado tenham uma visão positiva no tocante à missão da CPT, também apontam para inúmeros problemas na manutenção das ações e atividades da instituição. Destacam-se as seguintes:

- a demanda de trabalho é intensa e as equipes pequenas, com pessoas atarefadas em outras instâncias;

- os projetos de apoio financeiro não cobrem grande parte das despesas, gerando custos para os voluntários;
- a distância das localidades que precisam de atendimento exige tempo e gastos além do que se pode assumir;
- parte das pessoas camponesas são muitas vezes seduzidas pelas ofertas tentadoras vindas das grandes empresas, dos grandes projetos, de pessoas do governo, dificultando o objetivo que a CPT quer garantir para a vida no campo;
- parte dos(das) voluntários(as) têm pouca formação para produzir um trabalho bem planejado e sistematizado.

Tanto as atividades da CPT-CE quanto sua manutenção como pastoral têm enfrentado dificuldades no encaminhamento de suas ações e no seu posicionamento como pastoral. De um lado, o fortalecimento da existência de uma Igreja conservadora no Ceará, que tem congregado militantes no Estado para suas práticas. Além disso, poucos foram aqueles e aquelas que no Estado tenham assumido uma postura mais progressista. Os padres, religiosos e religiosas que assumem essa posição sofrem problemas dentro da própria Igreja e também na sociedade, a qual, em muito, está adaptada aos ritos e práticas conservadoras. Por outro, os problemas de natureza financeira vivenciadas pela CPT e que se acentuam nos últimos anos colocam-se como entraves para a realização de algumas atividades. Sobre isso, relata a entrevistada: “[...] A gente não tem apoio, por enquanto, da diocese de Itapipoca, de dizer assim: Tá aqui uma contribuição para a Pastoral da Terra para fazer um seminário, para fazer [...], ninguém tem, ainda não!” (Francisca Martins, 28 de agosto de 2014).

Apesar dos valores humanos da CPT-CE serem majoritariamente constituídos de voluntários, com exceção de dois componentes da coordenação e da secretária da CPT Regional, esses recursos financeiros são necessários para gastos com os cursos de formação, deslocamento dos agentes e passagens sem as quais torna-se difícil manter a atuação dos agentes. Esse aspecto foi recorrente nas entrevistas, como mostra o seguinte trecho:

[...] Se não tiver uma intervenção do regional, do regional mesmo, enquanto bispos, padres que estão mais à frente lá, a CPT vai se fechar! Porque, pelo que a gente sabe, não tem projeto [...] porque eu acho que tem que ter esse apoio da igreja. Eu não vejo bispo que esteja abraçando a luta da CPT aqui, não. Se tiver, é muito difícil! (Maria de Jesus, Iguatu, 19 de janeiro de 2015).

Além das atividades que requerem aporte financeiro para sua efetivação, ainda há uma reflexão interna sobre a urgência de concretizar, também sob esse ponto de vista, a autonomia e independência dos trabalhadores e trabalhadoras que são atendidos em suas necessidades pela CPT. Veja-se:

[...] Desde que começou a ideia não é essa de o pessoal ser o senhor da história dele? E aí, como é que vai ser o “senhor da história” se ficar dependendo, toda vida? E assim[...] como é muito assumido pelos trabalhadores e não tem agentes liberados, então, tem essa dualidade das próprias pessoas estarem gastando seus próprios recursos. Aí complica! (Senhorinha Soares, Fortaleza, 28 de janeiro de 2015).

Essa colocação reflete uma das problemáticas enfrentadas pela CPT atualmente. Assim, somada ao aumento da diversificação dos conflitos no campo, ampliação das áreas que precisam de atenção e apoio à redução das equipes para realizar o trabalho, constitui mais um empecilho à concretização de muitas atividades.

[...] a dificuldade maior é encontrar mais pessoas que venham se juntar a nós. Que a gente vê que é muito trabalho e pouca gente, as equipes são pequenas para poder dar conta de muitas atividades. Os municípios são grandes e há muitas comunidades. Então havia necessidade de mais pessoas compondo a equipe para que a gente pudesse ter mais abrangência no município (Angelita Maciel, 28 de agosto de 2014).

Estes relatos denotam uma dificuldade em desenvolver as atividades porquanto as demandas são muitas e os grupos são pequenos para efetivá-las. A necessidade que os agentes têm de um trabalho para garantir sua reprodução também os impede de se envolver com a Pastoral da Terra. E os poucos que se envolvem, o fazem em seu tempo livre. Essa doação, no entanto, configura-se como resquício das propostas do Concílio do Vaticano II, as quais, no Ceará, tiveram maior repercussão nas décadas de 1970 e 1980, mas vêm perdendo lugar para a onda carismática em curso nas comunidades, que tem tomado proporção na Igreja do Ceará.

[..] De certa forma essa questão do voluntariado ela é bonita em função da sua doação, desse desejo de colaborar, de contribuir, de ver que algo mude no campo, que os trabalhadores tenham acesso à terra, tenham acesso à educação de qualidade, tenham acesso ao crédito, tenham acesso à água de qualidade, enfim. As diversas conquistas que já se construíram e se constituíram nesse período, elas foram acontecendo assim, por causa dessas pessoas que foram e são grandes mobilizadores da CPT (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Em corroboração a essas palavras, o entrevistado Padre Maurício Cremaschi revela quais são, na sua perspectiva de mais de 35 anos atuando na CPT-

CE, as maiores forças com as quais a CPT pôde contar ao longo desses quarenta anos.

[...] A força maior foi a **doação militante e gratuita dos agentes e dos trabalhadores e trabalhadoras e a capacidade de fazer parcerias com outras pastorais, movimentos e com a universidade**. O desafio foi a incapacidade de encontrar os recursos econômicos indispensáveis para manter um mínimo de estrutura sem ceder ao modelo de se transformar numa ONG executora de projetos para garantir a sobrevivência da estrutura (Padre Maurício Cremaschi, Crateús, 13 de novembro de 2015). Destaques da autora.

Mesmo com todos os entraves para o desenvolvimento das atividades da CPT no Ceará, como os problemas relacionados aos aspectos financeiros que foram pontuados por praticamente todos os entrevistados, vários deles não veem com pessimismo o futuro da Comissão Pastoral da Terra, como mostra o relato a seguir:

[...] E a CPT, em particular, eu destaco porque nenhuma instituição no Brasil tem o registro que a CPT tem dos conflitos, não só registro, mas o acompanhamento aos conflitos no campo. Além da CPT ter desde 85 esse registro a CPT continua sendo aquela que clama, que grita e que, de certa forma, tem ressonância, seja aqui no Brasil e internacionalmente, em função da sua coerência, da coerência aos princípios, da coerência do seu projeto. Então, esses povos, sejam da floresta, seja do semiárido, sejam os ribeirinhos, que são ameaçados nos seus direitos, que são perseguidos, mortos, assassinados, não têm acesso à água, que não têm acesso aos seus direitos, a CPT vai continuar sendo uma voz que clama, que grita (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014)

Conforme os entrevistados reconhecem, há uma dificuldade na manutenção das ações da CPT, mas compreendem que esse processo não é definidor para finalizar suas atividades. Observa-se um misto de fé e esperança na continuidade da CPT, como afirma o entrevistado: “[...] Então, mesmo a equipe pequena, vai se perseverando. Nunca deixou morrer totalmente! Já tem raiz”. (José Murilo de Freitas, Fortaleza, 28 de agosto de 2014).

Somadas a outros fatores, as dificuldades apontadas pelos entrevistados têm se revelado um empecilho ao desenvolvimento das ações da CPT nos últimos anos. Entre estes outros fatores constam os seguintes: a diminuição do número de agentes, em consequência de vários motivos, como envelhecimento dos mais antigos que precisam se afastar das atividades; impasses diante da renovação do quadro de agentes por falta de identificação com a missão; falta de participação e apoio da Igreja Católica e de religiosos que comunguem com a perspectiva da Pastoral da Terra; desarticulação e individualização dos movimentos e organizações sociais, entre outros.

Esse quadro, no entanto, acompanhou a história da instituição ao longo dos quarenta anos. Se outrora havia mais agentes disponíveis para o trabalho, havia também o cerceamento da ditadura que tentava limitar suas práticas. Tais dificuldades, contudo, jamais impediram se realizar as devidas ações. São essas ações que serão apresentadas, de modo sistemático, no próximo capítulo.

5 QUARENTA ANOS DE CPT NO CEARÁ, 1976-2016: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

O desenvolvimento da CPT-CE e sua conseqüente produção no contexto das lutas dominantes no território cearense, desde sua concepção em 1976, foram permeados de dificuldades. Mesmo em meio às crises vividas, esta manteve-se junto aos povos do campo, apoiando e incentivando ações protagonistas de acordo com a conjuntura e necessidades evidenciadas no espaço. Nesse sentido, buscou apoiar as ações promovidas por trabalhadores e trabalhadoras, muitas vezes, estimulando-os e incentivando-os a resistirem, sempre na posição de mediadora e não de protagonista das ações.

Nesse movimento de fazer-se e refazer-se, carrega nuances as quais foram sendo paulatinamente forjadas com base na conjuntura e nas decisões deliberadas pelo Conselho Regional. Assim, temas e ações foram desenvolvidos nesse transcurso histórico, com vistas a possibilitar a libertação dos trabalhadores - libertação da sujeição dos proprietários de terra em um primeiro momento e, libertação da sujeição provocada pelo desenvolvimento capitalista, num segundo. Muitas de suas ações e temas discutidos surgiram com caráter religioso e foram assumindo também a perspectiva política e social.

Para dar conta desse debate, e do ponto de vista pedagógico, a abordagem empreendida nessa pesquisa divide as ações implementadas pela CPT-CE ao longo desses quarenta anos em décadas, mas, de antemão, frisa-se que suas descontinuidades, transformações e/ou rompimentos não seguem necessariamente esse recorte temporal.

As ações e temáticas trabalhadas pela CPT-CE no seu percurso geoistórico tiveram consonância com a conjuntura vivida pelos trabalhadores rurais, e que de alguma forma afetavam seu modo de viver, organizar-se, produzir e permanecer na terra. Para efetivar essas ações de maneira concreta, a CPT-CE define internamente, junto ao Conselho Regional, as linhas de ação que determinam seu campo de atuação. Essas linhas estão diretamente relacionadas aos eixos norteadores da CPT Nacional: Terra, Água e Direito.

Como observado, as linhas de ação conferem maior especificidade às ações e atividades desenvolvidas pelas equipes regionais. Propiciam também aproximação temática com as questões dominantes no campo. Desse modo, contribuem para que cada uma das dezoito Regionais da CPT Nacional possam ajustar-se às necessidades de seus territórios. Conforme o quadro 3, essas linhas foram sendo modificadas, ajustadas e/ou reorganizadas ao longo do tempo. Assim, do ano de 1996 até 2016, notabilizaram-se cinco modificações nas linhas de ação, como exposto a seguir:

Quadro 3 – Linhas de ação CPT-CE (1996-2016)¹⁰

PERÍODO	EIXOS NORTEADORES	LINHAS DE AÇÃO DA CPT-CE
1996 – 1998	Terra Água Direitos	1. Luta pela Terra e na Terra 2. Mulher, Gênero e Cidadania 3. Protagonismo da Mulher 4. Formação, Informação e Documentação 5. Fé e Espiritualidade
1998 – 2002	Terra Água Direitos	1. Águas e Barragens 2. Mulher, Gênero e Cidadania 3. Terra e Política Agrícola 4. Formação e Informação 5. Romaria e Movimentos de Massa
2002 – 2012	Terra Água Direitos	1. Águas e Barragens 2. Juventude, Mulher, Gênero e Cidadania 3. Terra e Agricultura Familiar 4. Formação e Informação 5. Movimentos de Massa e Romaria
2012-2015	Terra Água Direitos	1. Terra e Território 2. Soberania Alimentar 3. Grandes Projetos e Meio Ambiente 4. Sustentabilidade Institucional 5. Fortalecimento Institucional
2015-atual	Terra Água Direitos	1. Terra, Água e Território 2. Povos e Comunidades Tradicionais 3. Formação e Educação 4. Sustentabilidade da CPT

Fonte: Arquivo Secretaria CPT-CE.
Organização: Silva, Danielle Rodrigues (2016).

De acordo com o Quadro 3, a partir do ano de 1998, o tema “Águas e Barragens” passou a fazer parte como linha específica das ações da CPT-CE. Esse

¹⁰ Dados extraídos das Atas de Reuniões do Conselho Regional, de planejamento e avaliação anual. Não foram encontradas referências às linhas de ação pertinentes ao período anterior a 1996, o que não significa que não existissem. As referências encontradas nas atas de 1983 a 2005 diziam respeito apenas aos eixos de atuação definidos pela CPT Nacional: Terra, Água e Direitos.

fato está relacionado ao aumento expressivo da construção de grandes barragens no Estado nessa década e seus reflexos na vida das populações camponesas, principalmente. Até 2016, essa preocupação em torno da questão das barragens consta como uma de suas prioridades, no entanto, a partir de 2015, ela passa a fazer parte da linha “Terra, Água e Território”.

Mas não são apenas o contexto social e as demandas do campo que norteiam a reestruturação das linhas de ação da CPT-CE. Isso pode ser verificado em relação à mudança nas linhas de ação de 2012, ocorrida em função de uma exigência da instituição financeira responsável pelo financiamento das atividades previstas no planejamento anual da CPT-CE. Sobre isso explica uma das entrevistadas:

[...] Essa foi uma exigência da Instituição que dá maior aporte financeiro para CPT. Essa reestruturação da Instituição, dos seus eixos foi uma exigência. [...] porque considerava-se que assim a CPT queria dar conta de tudo. As demandas iam chegando e ia se colocando tudo no projeto e, na verdade, não dava conta de responder com eficácia essas demandas. Então, se exigiu que focasse mais em determinados eixos para ver se consegue responder, de forma mais eficiente, essas demandas desses eixos. Que na verdade, também, são bastante amplos (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Esse abarcar tudo, ao qual se refere a entrevistada, coloca-se como fator limitante para as ações da CPT no Ceará. Por serem múltiplas as carências e bandeiras de luta no campo atualmente, houve expressivo aumento na escala de ações da CPT que comprometem a visibilidade e atuação em algumas dioceses. Para aqueles camponeses favorecidos com a ação da CPT, em suas comunidades e necessidades específicas, não se pode dizer que as ações tenham perdido sua importância e papel fundamental como Pastoral mediadora, formadora e incentivadora das lutas. Contudo, essa ampliação de temas e problemáticas nas mais diversas searas do campo, associada ao reduzido número de agentes da CPT, compromete sua visibilidade, inclusive pela própria instituição fomentadora, a qual, nos últimos anos, tem investido recursos em projetos que respondam às suas exigências de definição de público-alvo e resultados alcançados.

Apresentar resultados nesses projetos constitui um desafio aos agentes da CPT-CE, porquanto, em sua maioria, eles são subjetivos e a capacidade de mensurar o protagonismo dos trabalhadores é limitada. Essa dificuldade no manuseio e encaminhamento dos projetos é mencionada pela entrevistada:

[...] A gente perdeu muito enquanto pastoral. Não é só a CPT, não! Isso é os grupos de Igreja, as pastorais sociais. Nós fomos executar projetos governamentais e nos enrolamos! [...] Nós fomos administrar e eu não sou administradora, eu sou agente de pastoral! Então, na medida que eu

confundo isso, eu tanto me torturo quanto eu torturo o grupo. A gente fez isso nesses últimos vinte anos. Porque com a questão financeira, que a gente nunca teve, e a gente sempre ansiou ter, para fazer melhor o trabalho, aí a gente foi administrando os projetos, pegando os projetos e aí, a gente foi se enrolando, inclusive na missão, comprometemos a missão. E hoje a gente está sem saber para onde ir [...] a gente escuta, escuta, todos os clamores, mas a gente nem chora mais junto [...] (Angelita Maciel, Fortaleza, 18 de junho de 2016).

Esse relato refere-se ao fato de que a partir da década de 1990, sob a coordenação do Padre Ermano Allegri, a CPT-CE passou a desenvolver projetos financiados para determinadas atividades que implementava. Em 2002, por exemplo, houve projetos para financiar a construção de cisternas de placas e mandalas. Mais de 500 cisternas foram distribuídas entre famílias do semiárido. No entanto, as exigências dos projetos de financiamento foram se tornando complexas e passaram a definir metas, regras de acesso e ações específicas. Isto demandava dos agentes algumas competências para elaboração desses projetos, assim como na prestação de contas. Nesse sentido, muitos agentes que assumiam a Coordenação da CPT-CE acabavam assumindo também essa demanda, ficando atrelados a esse trabalho administrativo.

Em 2015, por ocasião da 24^a Assembleia Regional, novamente as linhas de ação foram redefinidas. Nesse caso, já não se tratava de uma exigência institucional, mas de uma reflexão há tempos gestada pelos conselheiros da CPT-CE. Naquela oportunidade, segundo apontou Ruben Siqueira (Coordenação Nacional), que assessorava o evento, com base nas reflexões do grupo, a CPT-CE tinha muitas ações, sendo preciso ponderação e redefinição das prioridades. Assim, as linhas de ação passaram a ser: terra, água e território; povos e comunidades tradicionais; formação e educação; e sustentabilidade da CPT. Mesmo estando de acordo sobre a latência da necessidade de ações específicas para a juventude do campo, conforme a compreensão dos conselheiros e conselheiras participantes, essa demanda perpassa todas as linhas definidas na Assembleia de 2015.

As ações e atividades com as quais a CPT-CE se envolve ao longo das quatro décadas de sua atuação estiveram umbilicalmente ligadas ao processo histórico do qual faz parte. Esse conjunto de atividades, bandeiras de luta e temáticas desenvolvidas estão sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 4 – Síntese das ações, temáticas e bandeiras de luta da CPT – CE (1976 – 2016)

PERÍODO	PRINCIPAIS TEMAS	LUTAS	PRINCIPAIS AÇÕES
1ª DÉCADA 1976 - 1985	Conflitos no campo Constituinte Estatuto da Terra (Lei da renda) Estrutura fundiária Inundações Luta pela terra: Desapropriação Política agrária e agrícola Práticas comunitárias Preço da produção Reforma agrária Seca: Bolsões, seca verde, planos de emergência, pobreza, fome Sindicalismo rural	Exigência do pagamento justo pela renda da terra Luta por melhoria nas condições de trabalho nos bolsões Luta pela manutenção dos trabalhadores no alistamento das frentes de serviço Luta na construção de sindicatos comprometidos Luta pela terra Luta contra a fome e a miséria Combate aos sindicatos pelegos	Apoio em conflitos: reuniões, visitas, orientação, aparato jurídico Assembleias, encontros e seminários Celebrações, comemorações de vitórias Denúncias por meio de cartas pastorais Cursos de formação (sindicalismos, Opressor e Oprimido, Formação de lideranças, Fé e Bíblia; Escola sindical, etc.) Elaboração de documentos Romarias da Terra.
2ª DÉCADA 1986 – 1995	Agroecologia Agrotóxicos Barragens: Choró Assaré, Trussu Conflitos e violência no campo Constituinte Convivência com o semiárido: Banco de sementes	Apoiar a luta pela terra Combater sindicatos pelegos Crítica à inoperância do governo Denunciar os assassinatos no campo Engajamento na outra dimensão da luta, a luta na terra	Acompanhamento da situação das barragens Apoio à ocupação do INCRA Apoio a ocupações Articulação em áreas de assentamentos rurais Celebrações Cursos de formação: iniciação pastoral, produção e comercialização; Política agrária e

	<p>Estatuto da Terra – “Lei da Renda”</p> <p>Fé e mística e espiritualidade</p> <p>Financiamento da produção</p> <p>Grandes projetos: Translitorânea, Castanhão Transposição do São Francisco</p> <p>Irrigação</p> <p>Juventude rural</p> <p>Luta pela terra e na terra: Assentamentos rurais, desapropriação</p> <p>Migração de trabalhadores rurais</p> <p>Mulheres rurais</p> <p>PNRA, Política agraria e agrícola</p> <p>Seca: Frentes de serviço, combate à fome, miséria</p> <p>Sindicalismo rural: oposição sindical</p> <p>Trabalho escravo</p>	<p>Engajamento na outra dimensão da luta na terra</p> <p>Exigência do pagamento justo pela renda da terra</p> <p>Exigir condições de trabalho na terra</p> <p>Lutar por melhoria nas condições de trabalho nos bolsões</p> <p>Organização de experiências: hortas comunitárias</p>	<p>agrícola; antropologia, teologia da terra; história do Ceará espiritualidade e religiosidade popular; escolas sindicais</p> <p>Debates e estudos</p> <p>Denúncias de conflitos, violência e impactos dos grandes projetos</p> <p>Elaboração de documentos</p> <p>Encontros das áreas de assentamento rurais em Crateús e Sertão dos Inhamuns; Encontro de mulheres</p> <p>Exigência de resolução de conflitos junto às autoridades</p> <p>Levantamento da situação de terras (Crateús e Iguatu)</p> <p>Participação em manifestações e reivindicações</p> <p>Romarias da Terra</p>
	<p>Acampamentos</p> <p>Agricultura familiar</p> <p>Agricultura orgânica e agroecologia</p> <p>Agronegócio</p> <p>Assentamentos rurais</p> <p>Barragens: Castanhão, Trussu, Barra Velha, Ubaldinho, Figueiredo.</p>	<p>Apoio às experiências alternativas de produção e comercialização</p> <p>Combater o agronegócio</p> <p>Combater sindicatos pelegos</p> <p>Compreender a categoria camponês</p> <p>Compreender as políticas agrarias</p>	<p>Celebrações</p> <p>Cursos de formação: escola sindical, políticas de terra, a mística da CPT</p> <p>Desenvolvimento e apoio de experiências inovadoras no campo</p> <p>Apoio no desenvolvimento de estratégias de convivência com o semiárido e pequena produção: cooperativa agrícola, casas de sementes, manejo de pastos e criatório caprinos,</p>

<p>3ª DÉCADA 1996 – 2005</p>	<p>Biocombustível Campesinato Carcinicultura Convivência com o semiárido: Cisternas de placas, quintais produtivos, barragens subterrâneas, agroecologia, feiras agrícolas, sementes Cooperativa Educação contextualizada Grandes projetos: Complexo portuário do Pecém, transposição do rio São Francisco Juventude rural Luta pela terra e na terra Povos Indígenas Programa de venda de terra Protagonismo da mulher Segurança alimentar: hortas e quintais produtivos Sindicatos rurais Trabalho escravo contemporâneo</p>	<p>Denunciar, discutir e combater impactos dos grandes projetos Desenvolver ações preventivas contra o “trabalho escravo” Desenvolver as práticas de convivência com o semiárido Exigir melhorias nas condições de trabalho na terra Fortalecer Incentivar o protagonismo das mulheres e dos jovens Incentivo à organização dos trabalhadores Incentivo à produção orgânica e respeito ao meio ambiente Investir na formação da juventude rural Luta pela garantia dos direitos dos atingidos por barragens Lutar pelo acesso à água Lutar pelos causas dos povos indígenas Lutar por direitos para garantia de permanência na terra Promover educação contextualizada</p>	<p>manejo de água em pequenos açudes e poços, plantio de algodão biológico, beneficiamento e descaroçamento do algodão, conservação e recuperação do solo, farmácia e horta comunitária, modelo de gestão comunitária e cooperativas, processo de irrigação em assentamentos, roçado comunitário, farmácia comunitária, bodega e gado comunitários Acompanhamento de reassentamentos Apoio ao grupo assalariado da cana; Participação de audiências no INCRA; Levantamento áreas a serem vistoriadas Visitas, mobilizações, discussão sobre soberania alimentar Apoio a grupos de produção (criação de galinhas, criatório de peixes e de ovelhas, beneficiamento da castanha) Articulação do projeto e superação da fome e da miséria Construção de cisternas de barragens subterrânea, criação da EFA (Escola Família Agrícola)</p>
	<p>Agricultura familiar Agroecologia</p>	<p>Apoio a comunidades tradicionais</p>	<p>Celebrações Desenvolvimento de pesquisas</p>

<p>4ª DÉCADA 2006 – 2016</p>	<p>Agroidronegocio Assentamentos rurais Campesinato Comunidades tradicionais (quilombola, indígenas, camponeses) Convivência com semiárido (Cisternas de placas, mandalas, casas de sementes) Educação contextualizada Emancipação dos assentamentos Grandes projetos: Eólicas, siderúrgica no Porto do Pecém, Transposição do rio São Francisco Juventude rural Meio ambiente (Agrotóxicos, EIA, RIMA) Mineração Pesca predatória Práticas análogas a de escravidão Reforma agraria Soberania alimentar Sustentabilidade Território</p>	<p>Apropriar-se do debate sobre território e apoiar as comunidades em seu processo de demarcação de territórios Combater o agronegócio Denunciar impactos ambientais e agrotóxicos Denunciar, discutir e combater impactos dos grandes projetos Desenvolver ações preventivas contra o “trabalho escravo” Desenvolver práticas agroecológicas Difusão de práticas agrícolas adaptadas ao semiárido Fortalecer, apoiar e discutir com as comunidades atingidas pela mineração em Itataia – Santa Quitéria Investir na formação da juventude rural Levantamento dos impactos das atividades mineradoras Lutar pelos causas dos povos indígenas Promover educação contextualizada Refletir sobre a sustentabilidade das ações da CPT</p>	<p>Cursos de formação: Escola Camponesa Agroecologia e Sustentabilidade, Manejo de Conservação do Solo, Criação de Pequenos Animais, Mudanças Climáticas e Biodiversidade, Uso e Gestão de Recursos Naturais Reuniões, encontros, estudos, denúncias, audiências, manifestações, seminários Participação no grupo antinuclear sobre a mineração Campanhas pelas cisternas de placas e calçadão Troca experiência (Bioágua) Elaboração de documentos Fortalecimento da convivência com semiárido: hortas com as mulheres; saúde alternativa; incentivo casas de sementes; quintais produtivos Realização e apoio às feiras agroecológicas Orientação Projeto com jovens Acompanhamento da EFA Acompanhamento no remanejamento e na desapropriação de comunidades</p>
--	--	---	---

Elaboração: Silva, Danielle Rodrigues (2016).

Conforme o Quadro 4, na primeira década (1976 – 1985), o campo, dominado por relações de trabalho baseadas na exploração e na subserviência camponesa, fez emergir inúmeros conflitos entre proprietários de terra e trabalhadores rurais explorados pela cobrança indevida da renda da terra. Sindicatos, Estado e Igreja apoiavam os trabalhadores nesses conflitos. A luta pelo pagamento justo da renda da terra, de acordo com o Estatuto da Terra (1964), tornou-se foco da CPT-CE.

A CPT-CE, nesses quarenta anos, buscou mediar os conflitos “na” e “da” terra, onde os sujeitos sociais, os camponeses, promovem a transformação desses espaços ao lutar pelo mesmo. Buscam assim, formas de resistência para proteger a terra, onde o espaço é apropriado de forma a fazer do mesmo, o espaço de ação. “Esse espaço é formado por seus participantes, líderes e mediadores, todos eles sujeitos da ação política que tem na sua territorialidade a legitimação de sua ação” (PEDON, 2013, p.188).

Para propiciar o empoderamento dos trabalhadores em seus espaços de ação, a CPT elabora junto aos clérigos, religiosos e leigos envolvidos com a causa estratégias quanto aos aspectos formativos desses trabalhadores.

Assim, a CPT-CE investiu em ações de formação, com vistas a compreenderem seus direitos e poderem lutar por eles; buscou discutir e mobilizar sindicatos mais comprometidos capazes de contribuir nessa seara; discutiu a necessidade de realizar uma reforma agrária como forma de resolver o problema da concentração fundiária; e implementou ações de apoio, denúncias e celebrações, dentre outras.

Em sua maioria, os cursos de formação estavam vinculados à questão sindical (escolas sindicais), mas outros cursos de formação foram desenvolvidos com agentes de pastoral e com a juventude, como aponta a entrevistada:

[...] A CPT fazia formação. Naquela época a Igreja fazia formação de agentes de pastoral, era formação para a juventude na linha de direitos, na linha da espiritualidade. Você tinha espiritualidade da terra, espiritualidade indígena, era estudos, formação que levavam você a aprender a pensar. Era aquela linha que hoje não se faz mais! A gente fez muito isso no nascedouro das pastorais, no contexto de 1964 até a década de oitenta, início de noventa. [...] Era formação de lideranças, tinha cartilha que o título era esse. No Ceará, quem muito firmava isso era a igreja de Crateús. Então, nós no Ceará só tínhamos a igreja de

Crateús. E era uma igreja perseguida (Angelita Maciel, Fortaleza, 18 de junho de 2016).

Além dessas questões, a seca (1979-1984) afetou sobremaneira a população do campo no Ceará. Nesse contexto, a fome apresentava sua face mais perversa – a morte. A CPT empenhou-se, então, na luta para garantir o acesso dos trabalhadores aos planos de emergência do governo, combatendo a apropriação desses pelos proprietários de terra que eram favorecidos com as benfeitorias governamentais. Paralelo a isso, lutava para atenuar a fome e a miséria que estavam levando inúmeros trabalhadores a migrarem para outros estados em busca de trabalho; incentivava ações solidárias entre os fiéis e fortalecia a luta e resistência às ações excludentes do governos federal.

Na segunda década (1986 – 1995), a CPT-CE dá continuidade à luta pela Lei da Renda, pela reforma agrária e no combate aos sindicatos pelegos. No entanto, a luta pela terra ganha uma nova dimensão. Trata-se da luta pela terra e na terra.

No fim da década de 1980, com a chegada do MST, amplia-se o número de assentamentos rurais instituídos no território cearense. Esses assentamentos são resultantes da luta pela terra, materializada nas desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária executadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e constituem-se como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1985). Contudo, para as famílias atingidas pelas expulsões e conflitos, a desapropriação não é suficiente para definir a existência de uma reforma agrária no Brasil. Para nortear essa reflexão, Alencar (1998) alerta sobre esse processo. Segundo o autor:

[...] um processo de reforma agrária tem dois momentos distintos, diferenciados, embora dialeticamente imbricados, ligados umbilicalmente: a) é o da luta pela posse e uso da Terra de trabalho. É a luta pela conquista da terra, pela Liberdade, para não ser mais oprimido; b) outro momento é o da luta pela manutenção da Posse e uso da Terra de trabalho. A questão agora é o desenvolvimento da produção. Logo, a organização para a produção é diferente da organização anterior, que é uma organização que tinha como objetivo a luta pela posse e uso da Terra de trabalho. A organização de agora tem como objetivo desenvolver e gerar excedente econômico, conseguir desenvolvimento social, a emancipação política, enfim, ser uma sociedade, comunidade sustentável (ALENCAR, 1998, p.150).

Os assentamentos rurais geraram novas bandeiras de luta para a CPT-CE. Assim, além do apoio ao acesso à terra por meio das desapropriações,

esta passou a incorporar ações voltadas a garantir a permanência na terra, a produção agrícola e a gestão da produção e do território.

A partir da década de 1990, o Estado do Ceará foi alvo da implementação de grandes projetos, aos quais a CPT-CE intitula de megaprojetos por sua capacidade e escala capaz de mobilizar e atingir enormes contingentes populacionais, gerando inúmeras transformações socioespaciais. Dos projetos acompanhados pelas ações da CPT, citam-se: Transposição do rio São Francisco; Barragens (Castanhão, Trussu, Figueiredo, Ubaldinho, Lima Campos); Complexo Portuário do Pecém (siderúrgica); Transnordestina; e Translitorânea;

Com as barragens em construção no Estado, a CPT verificou que a população diretamente afetada pelo empreendimento não seria beneficiada, ao contrário, pagava os preços mais elevados com a desterritorialização a que era submetida. Apesar das inúmeras ações de repúdio e denúncias contra essas construções, esses empreendimentos continuaram a ser implementados pois viabilizam a chegada de água até a grande produção, seja ela industrial, turística ou agroindustrial. As decisões sobre as políticas hídricas, portanto, favoreceram os setores produtivos: fruticultura, turismo, serviços e indústria. (QUINTILIANO, 2008).

Para a Comissão Mundial de Barragens (2000), os problemas advindos com a construção de barragens dizem respeito a como esta afetará o fluxo do rio, os direitos de acesso à água e recursos fluviais, a possibilidade da barragem deslocar povoados existentes, estorvar a cultura, corromper os meios de subsistência de comunidades locais ou exaurir ou degradar os recursos ambientais, e ao fato de uma barragem ser ou não o melhor investimento econômico de verbas e recursos públicos (CMB, 2000).

Nessa compreensão, o Movimento dos Atingidos por Barragens, juntamente com a CPT e outras organizações ligadas ao Fórum pela Vida no Semiárido (FIGURA 25), organizou os trabalhadores e comunidades atingidas mediante romarias das águas, promovendo debates, discussões e ocupações de barragens, com vistas a chamar atenção das autoridades na condução efetiva da resolução dos problemas.



Figura 25 – Fórum pela Vida no Semiárido, outubro de 2004, Limoeiro do Norte
Fonte: Diocese de Limoeiro do Norte.

No Ceará, os grandes empreendimentos hídricos fazem parte de uma política de modernização do Estado intensificada com o “Governo das Mudanças” (1988). Sobre isso, como afirma Monte (2005):

[...] o “governo das mudanças” utilizou a seca para justificar a implantação de ambiciosos programas hídricos, pensados principalmente como instrumentos não só para atrair indústrias, mas fundamentalmente para dar suporte a essas indústrias (p.332).

Perante esse quadro, a CPT-CE articula-se ao Movimento dos Atingidos por Barragens, para fortalecer as lutas dos grupos sociais afetados. Atuam prioritariamente nas dioceses de Iguatu e Limoeiro do Norte, áreas atingidas pelos açudes Castanhão, Figueiredo, Trussu e Ubaldinho. Nesse processo, a CPT espacializa suas ações ao realizar celebrações, romarias (FIGURA 26) participar de reuniões, encontros, apoiar ocupações, efetivar denúncias, pois “a espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território”. (FERNANDES, 2000, p.62).



Figura 26 – Romaria das Águas, 24 de outubro de 2004
Fonte: Diocese de Limoeiro do Norte.

Outra demanda para a segunda década foi a migração de inúmeros trabalhadores que foram para outros estados em busca de trabalho. De acordo com Santos (2004), a migração é uma expressão espacial dos mecanismos de modernização. Isso, segundo o autor, “conduz a tratar um mesmo espaço como se fosse dividido em dois campos de forças”. (SANTOS, 2004, p. 302). Esse fator, associado às intempéries causadas pela seca, levou a CPT a investir no desenvolvimento de práticas e alternativas de convivência com a seca, iniciando o desenvolvimento de ações que se ampliaram na década posterior.

Por fim, essa década também foi marcada por onze assassinatos no campo. A CPT se solidarizou com esses casos, e os denunciou em todas as suas atividades, buscando assim dar visibilidade à sociedade sobre tais acontecimentos no campo.

Na terceira década (1996 – 2005), algumas temáticas continuaram a permear as ações da CPT-CE. Dentre elas, o debate sobre os impactos das barragens, o apoio à resistência aos grandes projetos hídricos e ao agronegócio e o desenvolvimento de estratégias de convivência com o semiárido. Quanto a essas últimas, investiu recursos na construção de cisternas de placas (FIGURA 27), barragens subterrâneas e mandalas. Com esses empreendimentos, as comunidades passam a se envolver no processo de gestão dos recursos; se empoderaram.



Figura 27 – Construção de cisterna de placas com recursos da CPT-CE em Independência - CE, 2006
 Fonte: Silva, Danielle Rodrigues (2008).

Essa terceira década também foi marcada pela saída de Dom Fragoso da Diocese de Crateús em 1998. Em seu lugar assume Dom Jacinto (1998-2012). Nas atividades da CPT-CE ficaram envolvidos os padres, as freiras e os leigos.

Outra característica importante foi a participação da CPT-CE no desenvolvimento de práticas agroecológicas, seja com quintais produtivos, feiras agrícolas, produção de sementes, hortas orgânicas e/ou no debate sobre segurança alimentar. Assim, organizou e realizou cursos de formação sobre agroecologia nas suas mais variadas vertentes.

A educação contextualizada e a preocupação com a juventude rural também estiveram no centro de sua atenção. Embora a luta por uma educação

contextualizada seja anterior à Escola Família Agrícola Dom Frágoso, idealizada pelo bispo de mesmo nome, localizada no município de Independência, só foi reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em 2002. Então, a CPT da Diocese de Crateús buscou fortalecer e contribuir para o desenvolvimento do campo, implementando na escola atividades de convivência com o semiárido, por meio da pedagogia da alternância. Este modelo de educação idealizado pela mencionada diocese tinha como finalidade a formação continuada dos povos do campo, melhorar as condições de vida das comunidades rurais e diminuir o êxodo rural, sobretudo a sujeição e opressão sofridas pelos camponeses (LIMA; OLIVEIRA, 2012).

Na última década (2006 - 2016), a CPT-CE dá continuidade a algumas temáticas, dentre as quais: educação contextualizada com a EFA, convivência com o semiárido (cisternas de placas, mandalas, barragens), agroecologia (hortas e quintais produtivos, casa de sementes) e enfrentamento ao agronegócio.

Nessa década, as iniciativas de cunho ambientalista demarcam grande parte das ações da CPT, seja no debate sobre os impactos ambientais promovidos pelos poderosos empreendimentos, como as barragens, seja nas reflexões e luta contra o uso de agrotóxicos, o qual, na região do baixo Jaguaribe, apresentou cenários de degradação ambiental, afetando, inclusive, a saúde humana. Assim, emerge a discussão sobre a segurança alimentar por meio do incentivo à produção agroecológica.

Os grandes projetos continuam em curso no território cearense. Além das barragens, passam a fazer parte do rol destes grandes empreendimentos a implantação dos parques eólicos, cujos transtornos se verificam principalmente nas comunidades da zona costeira, e a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, cujo conflito se estabeleceu com a comunidade indígena Anacé na luta por terra. Desde 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária já definia que as terras indígenas e suas áreas de posse e imemorial constituem patrimônio histórico, físico e cultural inviolável, conforme dispõe a Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do índio) e o Artigo 198 da Constituição Federal de 1988. Essas terras devem ser protegidas e defendidas por toda sociedade (BRASIL, 1985). No entanto, a luta pela demarcação de territórios

indígenas e quilombolas marcou os conflitos dessa última década de atuação da CPT-CE. Quilombolas e indígenas ainda fora do foco de suas ações passaram a ser alvo de cuidado especial. Algumas comunidades quilombolas (comunidade Pacujá, por exemplo) são acompanhadas por equipes da CPT da Diocese de Sobral, mesmo que como apoio a outras instituições situadas na linha de frente desse processo.

Emergem no Estado casos de práticas de superexploração do trabalho. Diante destes, a CPT assumiu o debate sobre a migração sazonal de trabalhadores, os quais, em sua maioria, migram para São Paulo para atuar no corte da cana-de-açúcar, o que suscita a reflexão sobre as práticas análogas à de escravos. Nessas iniciativas, realizou duas pesquisas (2008 e 2012), produziu panfletos, divulgou o nome das empresas envolvidas com esses casos de superexploração e orientou trabalhadores e seus familiares.

Também a questão da mineração desponta como uma problemática a ser enfrentada pela CPT, tendo em vista o andamento da mina de Itataia, um projeto de mineração de urânio em curso na cidade de Santa Quitéria. Nas reflexões da CPT junto às comunidades, a mineração de urânio e fosfato, se concretizada, impactará negativamente não só o meio ambiente e saúde humana, mas também toda a forma de viver das populações camponesas que moram nesta região há séculos (CPT, 2011).

Conforme se vê, a maior parte das ações desenvolvidas pela CPT-CE estão diretamente relacionadas aos embates político-sociais entre o agronegócio e o campesinato. De um lado, a CPT faz parte de uma rede de resistências ao modelo hegemônico de introdução de capital no campo juntamente com outras instituições como o MST, a Cáritas, as Universidades, Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), etc. E de outro, estão as redes do agronegócio, das quais fazem parte as empresas agroindustriais e o Estado, que o favorece por meio das políticas públicas estabelecidas no território brasileiro. Definem-se desta forma as disputas territoriais dominantes no território cearense na atualidade.

Por fim, a incerteza com a manutenção das ações da CPT a levaram a pensar sua sustentabilidade institucional. Nesse sentido, têm feito parte das reflexões dos agentes da CPT-CE as formas possíveis de garantir a continuidade

das atividades tendo em vista o término do financiamento de alguns de seus projetos.

Como evidenciado, as atividades de caráter religioso, social e político são recorrentes ao longo das quatro décadas. As práticas agrícolas propostas, com a perspectiva agroecológica, por exemplo, carregam significados políticos, mas também religiosos e sociais. Para Mitidiero Junior (2008), não é apenas o maior ou menor comprometimento com o sagrado que distingue as ações da CPT das ações de outros movimentos; a diferença fundamental é

[...] a vinculação institucional que a Pastoral tem com a igreja e todas as limitações decorrentes desse vínculo. Por outro lado, os objetivos finais da ação da CPT, dada a ênfase na busca de autonomia dos Trabalhadores, assemelham-se aos objetivos buscados pelos movimentos sociais de luta pela terra (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p. 360).

Em síntese, a injustiça social e a concentração da propriedade privada no campo não foram extintas e deram o tom às ações da CPT-CE. Novas questões foram surgindo e exigem transformações e incorporação de novos debates, estabelecendo constante avaliação e rearticulação das equipes diocesanas.

Além das ações mencionadas no Quadro 4, outras atividades assumiram caráter permanente no rol de iniciativas da CPT. Dentre elas, citam-se: Encontro das Áreas de Assentamentos em Crateús e Sertão dos Inhamuns, Festa da Colheita e Romaria do Caldeirão.

O Encontro das Áreas de Assentamentos em Crateús e Sertão dos Inhamuns, coordenado pela CPT Crateús, já está na sua 31^a edição (APÊNDICE A). Esses encontros, iniciados em 1986, configuram-se como alternativa ao desenvolvimento de práticas adaptadas ao contexto do semiárido, tendo em vista possibilitarem a troca de saberes e experiências entre seus participantes.

Nesses encontros, um assentamento é escolhido para sediar o evento e recebe os participantes que são distribuídos e hospedados na casa dos assentados. A alimentação é de responsabilidade de todos os assentados, os quais levam de suas áreas parte dos produtos gerados para dividir nos momentos de partilha. Cada encontro tem uma temática definida em

consonância com as demandas dos assentamentos naquele momento. O evento apresenta como etapas: acolhida, celebração e mística, visita às experiências do assentamento (troca de experiências), atividades cultural e debate com um assessor sobre a temática do evento.

Já a Diocese do Crato possui de forma sistemática a atividade da Festa da Colheita. Iniciada na CPT dessa diocese, a festa da colheita (FIGURAS 28 a 32) hoje é adotada por outras instituições. Atualmente sua organização cabe à Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Crato, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altaneira, Nova Olinda, Santana do Cariri e Assaré e à Pastoral da Juventude Rural.



Figura 28 – Festa da Colheita, PJR, 15 de maio de 2016
Fonte: Publicação O Roceiro, 2016.

Iniciada em 2002, essa festa já ocorre há quatorze anos. Independente da colheita do ano, as celebrações são realizadas, festejando e agradecendo os frutos da terra. No ofertório, os trabalhadores apresentam alimentos colhidos na roça ou nos quintais produtivos, fruto das novas tecnologias de convivência com o semiárido, uma das linhas de atuação da Diocese do Crato desde seu retorno à CPT em 1992.



Figura 29 – Caminhada na Festa da Colheita, 2015
Fonte: Diocese do Crato, 2015. Foto de Patrícia Silva.



Figura 30 – Celebração na Festa da Colheita, 2015
Fonte: Diocese do Crato, 2015. Foto de Patrícia Silva.



Figura 31 – Oferta de alimentos na santa missa
Fonte: Diocese do Crato, 2015. Foto de Patrícia Silva.



Figura 32 - Organizadores Festa da Colheita 2015 - Padres Francisco Alberto e Vileci Basílio (CPT) e Maria do Socorro dos Santos (Presidenta do STR de Nova Olinda)

Na CPT do Crato também acontece a Romaria do Caldeirão, que como o próprio nome diz, trata-se de um resgate da história do Caldeirão. Essa história foi retomada com o Assentamento 10 de Abril, o qual é acompanhado e apoiado pela CPT da diocese.

[...] Fruto dessa romaria se retomou e deu mais visibilidade ao Assentamento 10 de Abril, porque de certa forma, em 1991, com o assentamento 10 de Abril é que se retomou o debate sobre o Caldeirão. E a Romaria vem para somar no resgate da história do Caldeirão de fato (Padre Vileci Vidal Basílio, pároco e coordenador CPT Crato, 2015).

Essa romaria, ao contrário da Romaria da Terra, ocorre anualmente. Iniciada em 2000, em 2016 realizou sua 17ª edição. Segundo o Padre Vileci Vidal, coordenador da CPT da Diocese do Crato, não se trata de uma atividade exclusiva da CPT-CE, mas começou com ela. Hoje é promovida em colaboração com a coordenação diocesana de CEBs e entidades e pastorais do movimento do campo.

5.1 ROMARIAS DA TERRA E DAS ÁGUAS

Bendita e louvada seja
 Esta santa romaria
Bendito o povo que marcha,
Bendito o povo que marcha,
 tendo Cristo como guia
 Sou, sou teu, Senhor,
 sou povo novo, retirante e lutador,
 Deus dos peregrinos, dos pequeninos,
 Jesus Cristo redentor.
 (Música Bendito dos Romeiros – Zé Vicente)

No Ceará, o movimento das Romarias da Terra surgiu em 1984, quando ocorreu, pela primeira vez, no município de Canindé, considerado um reduto de romarias religiosas tradicionais ao santuário de São Francisco das Chagas (SILVA, 2003).

No entanto, a realização de romarias é muito mais antiga, logo, não se configura como uma prerrogativa da CPT. Segundo Ramos (2015), a origem das romarias no Ceará

[...] está relacionado ao conhecido milagre de Juazeiro. Padre Cícero ganhou fama após a hóstia ser transformada em sangue quando a Beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo recebe a comunhão de uma missa celebrada por ele. Os sertanejos passaram a alimentar crianças sobre o poder do Padre Cícero criando rituais e narrativas em torno das forças dos sagrados que aliviam os Sofrimentos do viver (RAMOS, 2015, p. 345).

Juazeiro do Norte, no Ceará, é um dos clássicos territórios religiosos, assim como a cidade de Canindé. Ao conquistar essa condição, com base no milagre do Padre Cícero, “Juazeiro passa a ser um lugar sobre o qual o devoto tem forte esperança de eliminar ou diminuir as dores e desventuras de cada dia [...]” (RAMOS, 2015, p.348).

No Ceará, ressaltam-se os problemas relacionados à seca como objeto das orações dos peregrinos. Seus desdobramentos, tais como a falta de trabalho, as doenças associadas à fome e miséria, a falta de chuvas, as questões de terras e pobreza extrema e a exploração do trabalho compunham o arsenal de penúria enfrentado por muitos anos pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo no Estado do Ceará. Desse modo, revelam a origem desses romeiros e romeiras, para quem a fé e as orações configuravam-se como única alternativa

na resolução dos problemas vivenciados no regime patronal dominante no território cearense.

Segundo Thiago Valentim, ex-coordenador CPT-CE e atual coordenador da CPT Nacional,

Romeiros e romeiras da Terra é gente simples, que vive em situação de escravidão pelo fato de estarem presos aos regimes patronais ou mesmo vivendo em favelas nas grandes cidades, sem as mínimas condições de vida digna, pelo fato de não terem a própria Terra para viverem e produzirem de acordo com seus costumes e valores (VALENTIM, 2011).

O historiador Ramos (2015) ainda aponta algumas peculiaridades dos romeiros e romeiras que seguiam para Juazeiro, considerada terra santa.

Quase todos os peregrinos procuravam sarar alguma enfermidade. Acreditavam que naquele lugar santo, Deus estaria de ouvidos abertos para atender aos pedidos. Fazendo penitência de orações, cada devoto tentava mostrar que merece a atenção de Deus. Juazeiro era um lugar onde se construir mais confiança em torno da realização de milagres, alimentando a esperança de dias melhores (p.348).

Visto como espaço de possível manifestação revolucionária, o que afetava diretamente os interesses da Igreja e dos proprietários de terra, exploradores do trabalho camponês, tendo a figura do Padre Cícero como uma ameaça à ordem vigente e, ainda, com o processo de romanização, a Igreja acabou por perseguir Padre Cícero, coibindo suas missões e celebrações. “A investida contra essa experiência foi resultado de articulações feitas entre o governo estadual, os grandes proprietários de terra e a Igreja local”. (BARREIRA, 1986, p.9). Mas a fé dos romeiros e romeiras no milagre do padre santo (da hóstia de sangue) já alcançava proporções tamanhas que a Igreja se viu forçada a rever sua prática repressiva para com o pároco.

Padre Cícero adota, assim, uma política de silêncio acerca do sangue derramado no milagre da beata, e para garantir a manutenção das romarias, assumiu a condição de promotor e atribuiu a estas outra conotação que pudesse ser socialmente aceita pela Igreja e pelo Estado.

Sobre isso relata Ramos (2015):

[...] todos os peregrinos estavam movidos pela fé em Nossa Senhora das Dores. Desse modo, procurava colocar o fluxo de Romeiros que teve início com os milagres do Sangue de Cristo nos quadros da legalidade canônica. No final das contas, o que aconteceu foi um rearranjo de rituais (RAMOS, 2015, p. 353).

Longe de confiar ao termo romaria um viés unicamente religioso, reconhece-se ser esse carregado de significados, detentor de múltiplas dimensões. Segundo Silva (2003), a manifestação das Romarias da Terra é um fenômeno que possui elementos tanto da religiosidade popular como da ação política de uma pastoral social. Além disso, configura-se, tal como as lutas por direitos e a luta pelas desapropriações, um espaço de contestação camponesa (BARREIRA, 1992).

A própria ideia de romaria é uma metáfora construída para dar sentido a uma causa religiosa. Então as Romarias da Terra têm a função metafórica de lembrar a todos o dever e o compromisso cristãos de caminharem no mesmo sentido dos excluídos. Completa o autor:

As romarias cumprem, assim, duas funções, no campo agrário como no religioso. No primeiro, aponta para a visualização dos conflitos agrários, da concentração fundiária e da situação do trabalhador sem-terra. No segundo, sinaliza a conquista da Terra como uma necessidade divina, atribuindo-lhe conteúdos simbólicos, porque são religiosos e sagrados (SILVA, 2003, p.144).

Se outrora as romarias tinham papel exclusivamente religioso, o mesmo não se pode dizer das Romarias da Terra promovidas pela Comissão Pastoral da Terra. Nessas, como se verifica, há um importante significado na organização do espaço agrário.

Com as romarias da terra, tanto a CPT, como as dioceses e suas paróquias procuraram alargar o sentido das romarias, que, muitas vezes, pareciam mais centradas no individualismo, buscando apenas, o conforto espiritual, ao redor do santo de sua devoção (FONTES, 2014, p. 172).

A Romaria da Terra é uma das ações de maior visibilidade e expressividade geográfica realizadas pela CPT-CE. “No início, acontecia todos os anos, depois passou a ser de dois em dois anos”. (FONTES, 2014, p. 173). Como aponta a pesquisa de Silva (2003), a Regional Ceará opta pela realização da manifestação a cada dois com vistas a maior obtenção de apoio e patrocínio, e por identificar a necessidade de mais tempo e espaço para o desenvolvimento de atividades que classifica como de pré-romaria.

Já houve a Romaria da Terra em onze municípios do Estado do Ceará, dentre os quais os territórios clássicos das romarias, como Juazeiro do Norte e Canindé. Juazeiro do Norte serviu de palco para três Romarias da Terra e Canindé para quatro.

Até o ano de 2015, contabilizaram-se dezessete Romarias da Terra (APÊNDICE B), tendo sido sua primeira edição em 1984, no município de Canindé.

Além de ser espaço para celebrar as lutas e conquistas, as romarias fortalecem a coragem para denunciar as injustiças, obter a resistência, a confiança, a firmeza, e animam a todos para continuarem na luta, na esperança de alcançar vitórias em terras conquistadas (FONTES, 2014).

Segundo Thiago Valentim, coordenador da CPT Nacional, por ocasião da 15ª Romaria da Terra, a romaria

[...] expressa a caminhada do povo de Deus para um lugar sagrado, ou seja, um Santuário. Desde os tempos da Bíblia, o povo de Deus é um povo romeiro (cf. Ex 3-18), que segue, guiado por Deus, em direção à Terra Prometida, "... uma terra fértil e espaçosa, terra onde corre leite e mel (VALENTIM, 2011).

De acordo com Barreira (1992), as Romarias da Terra representam uma articulação entre o terreno e o sobrenatural, entre o profano e o sagrado, caracterizado por ser um compromisso com a fé, mas, também, um compromisso com a luta dos camponeses. Celebra a vida, e também protesta contra as condições de vida.

Ratificando as afirmações do autor, Dallagnol (2001) complementa:

As Romarias da Terra não são uma romaria qualquer. São espaços que unificam a Fé (Mística) e a Luta do povo (Política) [...]. Os pobres da terra podem dizer, neste espaço, o que sentem, numa linguagem simples. Não são palavras vazias. São expressões da vida, da caminhada penitencial, do sentimento comum que ocupam todos aqueles que sonham com uma nova sociedade, a começar pela Reforma Agrária, pela convivência igualitária entre homem e mulher, pelo respeito aos direitos humanos (DALLAGNOL, 2001, p. 16).

Na perspectiva ora descrita, a CPT compreende que a terra também é santuário, lugar sagrado, perspectiva tomada de empréstimo da leitura feita pelos territórios dos povos indígenas e afro, comunidades tradicionais, camponeses e camponesas para os quais a terra é sagrada.

No Ceará, desde sua primeira edição, as Romarias da Terra têm incorporado novas dimensões em seu debate, interiorizando diferentes formas de manifestação e novos valores por meio de sua prática formativa. Fomenta discussões acerca da posse e uso da terra, dos conflitos no campo, trazendo para esse momento místico e ritualístico debates concernentes à realidade agrária cearense.

Carregada de todo peso místico, as Romarias da Terra conseguiram destacar a problemática camponesa da esfera do sobrenatural e extraterrena para o espaço terreno, considerando-a uma questão a ser resolvida aqui mesmo na terra, em corroboração ao quinto mandamento do romeiro: “Queremos terra na terra, já temos terra no Céu”. (BARREIRA, 1992).

Como é possível afirmar, trata-se da ação da CPT onde a relação fé e política é mais visível. Isso faz com que as Romarias da Terra transcendam a perspectiva puramente da peregrinação, deslocamento espacial, e produzam uma espacialidade para além do ato do deslocamento.

Ao longo das dezessete Romarias da Terra ocorridas no Estado, pode-se verificar que sua espacialidade foi se modificando, tendo em vista a incorporação de novas reivindicações, denúncias e emergência de novos conflitos no campo. As primeiras, no entanto, aconteceram em locais tradicionais de romaria como Canindé e Juazeiro do Norte. “Outras, em lugares, que a luta e a conquista do povo tornaram sagrados”. (FONTES, 2014, p. 173).

Conforme Balbinot (1998), embora estivesse analisando a realidade de Santa Catarina, a escolha do local, do tema e do lema das romarias está interligada e se refere a lugares significativos na luta dos trabalhadores e a temas emergentes das suas lutas.

Nas palavras de Silva (2003), do ponto de vista temporal,

[...] as Romarias da Terra cearenses, em sua maioria, seguiram o calendário das romarias tradicionais, já consagradas pelas peregrinações aos santuários de devoção: romaria a São Francisco das Chagas, em Canindé (sediando quatro romarias), e a Padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro do Norte (sede de duas romarias). (p.14)

No caso do Ceará, como mostram as entrevistas, outros elementos se associam para definir a escolha dos lugares. O fato é que as primeiras

romarias consideraram os territórios clássicos religiosos existentes no Estado, assim como o calendário das romarias tradicionais de Juazeiro do Norte e Canindé.

Ainda hoje, o calendário utilizado para definição das romarias tem atentado para o calendário das romarias consagradas no território cearense. Esse fator ajuda a atrair romeiros e romeiras e, desse modo, as mensagens, denúncias e celebrações podem ser partilhadas com um maior número de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Conforme evidenciado, os títulos das romarias, por si só, têm um caráter pedagógico, político e religioso. Pedagógico porque se trata de um convite à reflexão sobre os acontecimentos e exploração camponesas, próprios de pedagogia libertária, que caracteriza as ações da CPT-CE. São políticos porque essas reflexões são produtoras de ações, de natureza política, concretizadas nas lutas, denúncias e publicidade dos conflitos no campo. E são também religiosas, pois se caracterizam como místicas da terra, momento celebrativo de fé e esperança na mudança social.

Em 1984, ocorreu a 1ª Romaria da Terra, na cidade de Canindé, com o tema “povo de Deus em busca de terra e pão” (FIGURA 33). Nesse ano o Ceará enfrentava uma grande seca que durou de 1979 a 1985. Assim, a cruz foi o símbolo dessa romaria, representando o número de mortos pela fome nos últimos cinco anos. Mortes que poderiam ser evitadas mediante democratização e acesso à terra e compromisso maior do poder com a população mais pobre do campo, diretamente afetada pelas consequências da seca (BARREIRA, 1992).

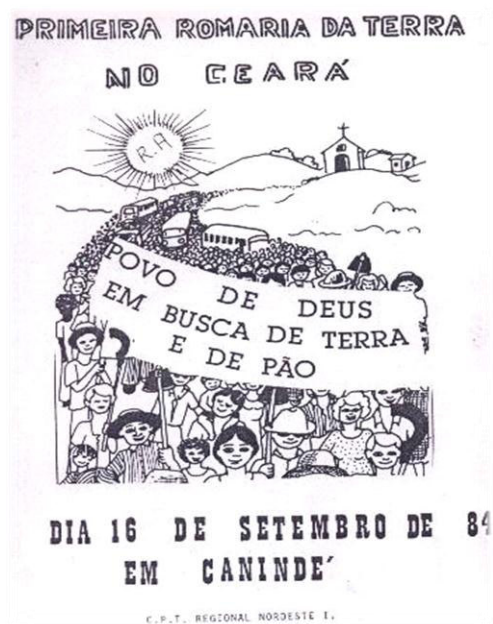


Figura 33 - Cartaz da 1ª Romaria da Terra Ceará
Fonte: Arquivo CPT-CE.

Nesse ano acontecia a preparação da 4ª Assembleia de Trabalhadores Rurais do Ceará, quando a CPT Regional Nordeste I, junto a outros setores rurais organizados, decidiu encerrar a assembleia com um evento: a Romaria da Terra (SILVA, 2003).

Para Barreira (1992) essa romaria teve três grandes momentos: o primeiro, foi a acolhida aos romeiros e romeiras de todo o Estado. Os participantes do seminário distribuíram-se em vários lugares da cidade para acolher o povo, enquanto os romeiros ficaram descalços para pisar na “terra santa”; o segundo, refere-se à partilha dos alimentos trazidos pelas diversas comunidades e paróquias. Nessa partilha dos pães sempre se aludia à repartição da riqueza da terra; no terceiro momento, foi erguida uma cruz na qual os camponeses colocaram os nomes das pessoas que morreram vitimadas pela fome durante a grande seca (1979-1983). Nesse último momento ficam demarcadas a conotação política da romaria e o peso da Igreja na organização e descoberta dos direitos dos trabalhadores.

A 2ª Romaria da Terra aconteceu em Juazeiro do Norte. Nas palavras de Barreira (1992), a escolha de Juazeiro para a segunda romaria, “além de ser tradicional local de ocorrência dessas manifestações, teve como critério o fato de lá ter ocorrido uma das maiores experiências camponesas, em termos de

coletivização da terra e vivência comunitária – o movimento Caldeirão”. (p. 9). Contrapondo-se à existência das desigualdades sociais, o Caldeirão era uma cooperativa de camponeses, orientada pelos princípios da solidariedade cristã (RAMOS, 2015, p.374).

Na preparação e estrutura dessa romaria observaram-se os mesmos moldes da primeira, mas se diversificaram um pouco os temas elencados para a luta, tendo em vista o espaço que ocuparam.

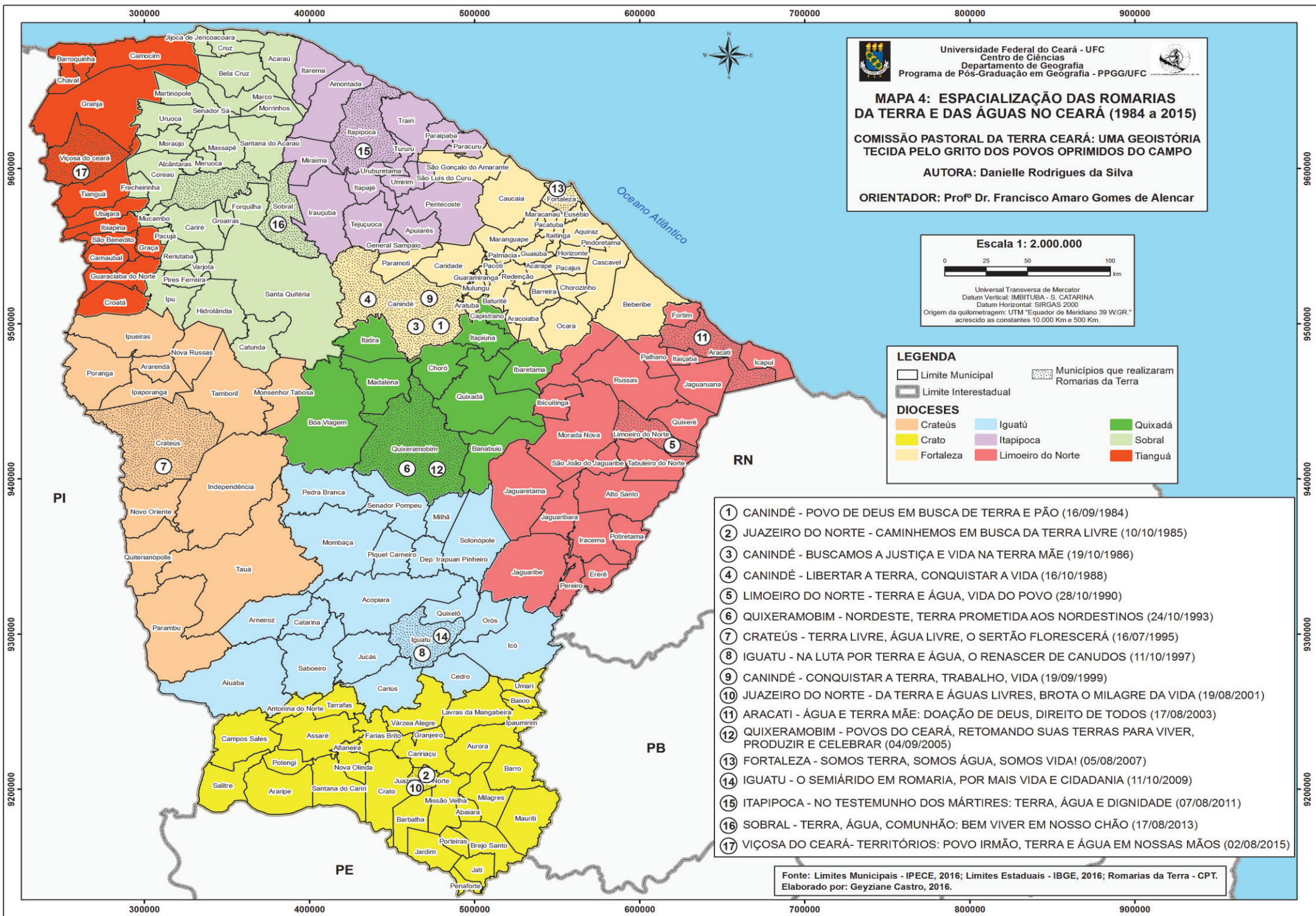
A 3ª Romaria da Terra aconteceu no dia 19 de outubro de 1986 sob o tema “Buscamos Justiça e Vida na Terra-Mãe”. Canindé foi escolhido novamente para sediar a romaria. Segundo Barreira (1986), os critérios para escolha do local-sede, em grande parte, se deram por sugestão dos camponeses que legitimavam um “espaço sagrado”. Escolheu-se, ainda, realizar o evento na época da Romaria a São Francisco, ocupando o espaço sagrado de uma forma política.


De acordo com Silva (2003), essa romaria foi dividida em três fases:

[...] A primeira falava da árvore do juazeiro e sua simbologia, ao representar o verde firme e alegre, gerando esperança em meio ao sertão tórrido e convalescente. Daí fez-se uma leitura bíblica de acordo com o profeta Elias, recebendo força e missão de Deus, ao descansar à sombra de uma árvore. A segunda teve como símbolo a cruz, um sinal de libertação. Ela mostra um compromisso e encontro com a vida que nasce ao ressuscitar. Na terceira e última celebração, fala-se mais profundamente de São Francisco e seu amor aos pobres. Seguiu-se a romaria com leituras, cantos, dramatizações e preces. Houve a partilha do almoço e da palavra nos depoimentos e relatos de experiências, durante toda a festa (p. 103).

Um dos momentos marcantes foi a extensão da luta ao meio urbano e participação das mulheres viúvas dos camponeses assassinados no campo, cuja denúncia revelou ainda mais a violência perpetrada no campo cearense.

Como não é pretensão discorrer sobre cada uma das dezessete romarias, optou-se por tentar compreender sua espacialidade com base no Mapa 4.




 Universidade Federal do Ceará - UFC
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFC

MAPA 4: ESPACIALIZAÇÃO DAS ROMARIAS DA TERRA E DAS ÁGUAS NO CEARÁ (1984 a 2015)
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ: UMA GEOISTÓRIA TECIDA PELO GRITO DOS POVOS OPRIMIDOS DO CAMPO
AUTORA: Danielle Rodrigues da Silva
ORIENTADOR: Profº Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Escala 1: 2.000.000
 0 25 50 100 km
 Universal Transversa de Mercator
 Datum Vertical: IMBITUBA - S. CATARINA
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Origem da quilometragem: UTM "Equador de Meridiano 39 WGR." acrescido as constantes 10.000 Km e 500 Km.

LEGENDA
 □ Limite Municipal □ Municípios que realizaram Romarias da Terra
 □ Limite Interestadual
DIOCESSES
 ■ Crateús ■ Iguatú ■ Quixeradá
 ■ Crato ■ Itapipoca ■ Sobral
 ■ Fortaleza ■ Limoeiro do Norte ■ Tianguá

- ① CANINDÉ - POVO DE DEUS EM BUSCA DE TERRA E PÃO (16/09/1984)
- ② JUAZEIRO DO NORTE - CAMINHEMOS EM BUSCA DA TERRA LIVRE (10/10/1985)
- ③ CANINDÉ - BUSCAMOS A JUSTIÇA E VIDA NA TERRA MÃE (19/10/1986)
- ④ CANINDÉ - LIBERTAR A TERRA, CONQUISTAR A VIDA (16/10/1988)
- ⑤ LIMOEIRO DO NORTE - TERRA E ÁGUA, VIDA DO POVO (28/10/1990)
- ⑥ QUIXERAMOBIM - NORDESTE, TERRA PROMETIDA AOS NORDESTINOS (24/10/1993)
- ⑦ CRATEÚS - TERRA LIVRE, ÁGUA LIVRE, O SERTÃO FLORESCERÁ (16/07/1995)
- ⑧ IGUATU - NA LUTA POR TERRA E ÁGUA, O RENASCER DE CANUDOS (11/10/1997)
- ⑨ CANINDÉ - CONQUISTAR A TERRA, TRABALHO, VIDA (19/09/1999)
- ⑩ JUAZEIRO DO NORTE - DA TERRA E ÁGUAS LIVRES, BROTA O MILAGRE DA VIDA (19/08/2001)
- ⑪ ARACATI - ÁGUA E TERRA MÃE: DOAÇÃO DE DEUS, DIREITO DE TODOS (17/08/2003)
- ⑫ QUIXERAMOBIM - POVOS DO CEARÁ, RETOMANDO SUAS TERRAS PARA VIVER, PRODUIR E CELEBRAR (04/09/2005)
- ⑬ FORTALEZA - SOMOS TERRA, SOMOS ÁGUA, SOMOS VIDA! (05/08/2007)
- ⑭ IGUATU - O SEMIÁRIDO EM ROMARIA, POR MAIS VIDA E CIDADANIA (11/10/2009)
- ⑮ ITAPIPOCA - NO TESTEMUNHO DOS MÁRTIRES: TERRA, ÁGUA E DIGNIDADE (07/08/2011)
- ⑯ SOBRAL - TERRA, ÁGUA, COMUNHÃO: BEM VIVER EM NOSSO CHÃO (17/08/2013)
- ⑰ VIÇOSA DO CEARÁ- TERRITÓRIOS: POVO IRMÃO, TERRA E ÁGUA EM NOSSAS MÃOS (02/08/2015)

Fonte: Limites Municipais - IPECE, 2016; Limites Estaduais - IBGE, 2016; Romarias da Terra - CPT.
 Elaborado por: Geyziane Castro, 2016.

De acordo com o Mapa 4, a espacialização das romarias foi se modificando a partir da 4ª romaria ocorrida em 1989. As quatro primeiras romarias aconteceram em espaços “sagrados” – Juazeiro do Norte e Canindé. Nessa década, a espacialidade das romarias privilegiou como fatores locais as cidades de ocorrência das romarias tradicionais do Estado do Ceará. Seria o que Silva (2003) chama de primeiro ciclo das romarias, as quais, metodologicamente, por esse motivo assumiram uma postura de orientar a formulação de um conteúdo temático diretamente ligado às profecias e linguagens bíblicas, como se percebe na definição dos temas: “Povo de Deus em Busca de Terra e Pão”; “Caminheiros em Busca de Terra Livre”; “Buscamos Justiça e Vida na Terra Mãe”; “Libertar a Terra, Conquistar a Vida”.

A produção espacial das áreas de ocorrência das romarias, invariavelmente ocorre pela ação de forças políticas e pela intencionalidade dos sujeitos, os quais, de forma organizada, podem sim transformar o espaço via ações de movimentos sociais e de instituições civis que apresentam um caráter de identificação e sensibilização para com as causas geradoras de conflitos sociais, sejam elas do campo ou da cidade (Santos, 1996).

Para definição do local das romarias, os critérios se modificaram a partir dos anos 1990. Outros elementos foram tomados como referência revelando uma geografia consoante as demandas de conflitos que se expressam em outras dioceses. É o que explica Silva (2003):

[...] a partir da 5ª Romaria da Terra, esta passou a ter caráter itinerante, ou seja, se antes predominava a opção por seguir o calendário das romarias religiosas tradicionais, como nas primeiras quatro realizadas na década de 1980, a CPT passou a adotar a orientação de espacializar a manifestação das Romarias da Terra em outros lugares do território cearense, com o intuito de trabalhar a perspectiva da Teologia da Libertação para além dos santuários de devoção (p.91).

Limoeiro do Norte (5ª Romaria da Terra) é a primeira cidade a sediar uma Romaria da Terra após esse ciclo dos territórios religiosos. Como evidenciado nessa nova fase, há um avanço da discussão da questão da terra, porquanto a dimensão da água passa a ser incorporada. Se antes preocupações com a concentração de terras, reforma agrária e política fundiária eram o cerne do debate político, agora inquietações sobre a produção e a gestão e uso dos recursos hídricos adentram o espaço de contestação das romarias.

Os conflitos por água, que a começar dessa década tomam relevância no Estado do Ceará, se verificam em consequência das transformações espaciais pelas quais passam os territórios do Estado, frutos das intervenções estatais com a construção de grandes obras hídricas e o fortalecimento do agronegócio. Assim, a mística, o debate político e social e a religiosidade das Romarias da Terra passam a abordar a profunda interrelação desses dois elementos – terra e água.

A terra e a água na Bíblia, nesse sentido, foram bastante exploradas, assim como a realidade local na época: as especulações sobre a construção da barragem do açude Castanhão, juntamente às políticas públicas para o setor da agricultura irrigada, associada à fruticultura e à agroindústria, as quais beneficiariam sobremaneira os interesses de grupos de latifundiários e empresas rurais de capital nacional ou multinacional (SILVA, 2003, p.126).

Ainda no tocante à localização espacial das romarias, de acordo com Silva (2003):

[...] a definição do local-sede leva em consideração alguns aspectos, dentre os quais se destacam comumente: a história da formação sócio-histórica e espacial do município ou região a que pertence; tradição religiosa a santuários de devoção; comemoração ou memória de conquistas na luta pela terra; lugares marcados pelo sangue de mártires da terra (SILVA, 2003, p.92).

Para Barros e Peregrino (1996), as Romarias da Terra podem ocorrer em locais diferenciados, dependendo do objetivo traçado e das circunstâncias do momento histórico. No Ceará, podem-se identificar alguns aspectos a serem considerados para definição do local de romaria e que culminou na espacialização posta no Mapa 4, tais como: locais de conflitos, locais de romarias tradicionais, equipe disponível para sua coordenação local e interesse do Bispo da diocese receptora da romaria.

Esses elementos ficam explicitados nos trechos do relato da entrevistada a seguir:

[...] não tem muitos critérios para definir o local da romaria, tem a ver com o momento, com o grupo que está...[...]leva muito em conta isso, o contexto, a realidade local. Aí já diz o motivo que levou mais ou menos para fazer a reflexão sobre aquela problemática que está acontecendo naquele lugar e também se a própria diocese assume, os agentes daquela diocese assumem de organizarem e articularam... [...] Porque o que é mais levado em conta é isso, o bispo querer, manifestar o desejo, assinar um documento [...] Por exemplo, a última de Sobral¹¹,

¹¹ A última romaria como mostra o Mapa 4 foi a de Viçosa do Ceará, no entanto a entrevistada fez essa referência devido ao fato da entrevista ter ocorrido antes da romaria de 2015.

nunca imaginei que ia organizar romaria lá, eu achava difícil porque é uma diocese que praticamente não tem uma equipe, tem uma equipezinha (poucos agentes). E já faz tempo que se peleja com Sobral e a equipe não cresce por conta dessas questões que eu já falei antes, mas o bispo mandou uma carta, eu sei porque esse pequeno grupo lá, motivou e aí, assim, pressionou um pouco, não sei. Mas, ele mandou uma carta e o pessoal ficou animando, do regional, e pronto! (Senhorinha Soares, Fortaleza, 28 de janeiro de 2015).

Vê-se que nesse processo de espacialização os critérios vão sendo definidos a começar da conjuntura, disponibilidade dos agentes em organizar, interesse do Bispo em assumir a romaria, ultrapassando critérios puramente espaciais.

Sobre a repetição das dioceses, justifica-se por só existirem nove dioceses e já ocorreram dezessete Romarias da Terra, ou seja, não há necessariamente relação direta com o fato de haver ou não conflito naquela área, pois em todas elas, estes acontecem.

Após definir o local de romaria, o que é feito em conjunto com o Conselho Regional da CPT, procede-se aos rituais de organização. Todas elas apresentam um ritual semelhante e o uso de símbolos que retratam a questão da terra como se pode perceber nas imagens expostas nos cartazes e folhetos e nos objetos utilizados na romaria. Para exemplificar o ritual, se tomará como exemplo a 15ª Romaria da Terra, em Itapipoca, no dia 7 de agosto de 2011 (FIGURAS 34 e 35).

Esta Romaria da Terra reverencia os mártires da terra. São considerados mártires da terra trabalhadores e trabalhadoras rurais, que foram assassinados por terem se colocado contra as grandes empresas, latifundiários, por defenderem a causa das comunidades.



Figura 34 - Cruz com o nome dos mártires da terra, 15ª Romaria da Terra. 2011

Desde 1982, contabilizaram-se no Ceará dezoito assassinatos no campo, ainda hoje lembrados nas atividades, encontros, reuniões e ações da CPT Ceará. A solidariedade prestada nesses momentos de auge de conflitos são comuns como ação da CPT, conforme revela o trecho da entrevista a seguir:

[...] olha, eu não sei qual foi o assassinato que ninguém foi. A gente ia na missa do sétimo dia, a gente ia em qualquer canto. Aquele menino do Sobral eu fui junto para a missa, nunca a gente participou em uma morte porque é difícil, mas sempre na missa de sétimo dia a gente ia e levava muita gente, levava ônibus cheio de gente. Quixadá que houve várias mortes também, inclusive que mataram um pai e um filho. Em Camocim mataram um pai e dois filhos, e a gente sempre esteve muito presente (Luiza Vasconcelos, Ocara, 23 de janeiro de 2016).

A romaria se divide em sete momentos distintos: pré-romaria; acolhida aos romeiros e romeiras; caminhada; celebração; partilha; pronunciamento dos grupos; avaliação.

Destes, o primeiro refere-se à fase pré-romaria, isto, a etapa que antecede a romaria em si. São atividades comuns nesse período a elaboração dos cartazes (FIGURA 35), divulgação das romarias, confecção de camisa, preparação litúrgica, convite aos religiosos e religiosas. Tanto as equipes locais quanto a equipe regional se reúnem diversas vezes para afinar o processo, buscando garantir a fluidez da romaria.

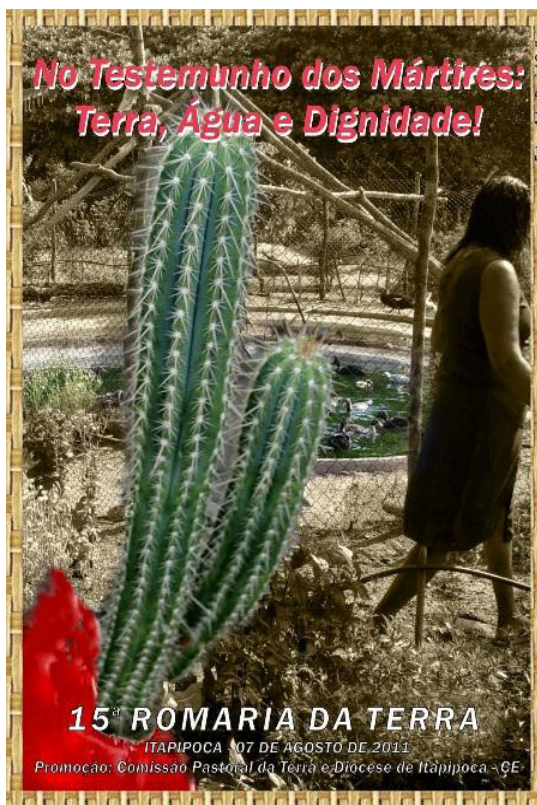


Figura 35 - Cartaz da 15ª Romaria da Terra, 2011
Fonte: Arquivo CPT-CE, 2011.

O cartaz da 15ª Romaria, cujo tema é “No testemunho dos mártires: terra, água e dignidade”, expõe os simbolismos comuns às romarias. Os símbolos então usados fazem menção ao trabalhador da terra e à sua condição de trabalho, destacando-se: pão, água, vinho, terra e demais objetos que relembram o trabalhador do campo ou a sua situação de trabalho. Na Figura 35, constam mandacaru, mandala, trabalhadora rural e a terra.

No segundo momento, procede-se à acolhida dos romeiros e romeiras da terra (FIGURA 36). Além da Coordenação Regional da CPT e da equipe local, responsável pela organização da romaria na diocese, atuam nesse momento muitos agentes de outras pastorais e leigos ligados à Igreja e paróquias da diocese. Distribuem-se em diversos lugares da cidade para receber e acolher os romeiros e romeiras. Na maioria das vezes, o fazem por meio de cânticos.



Figura 36 - Acolhida dos romeiros e romeiras na 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011
Fonte: Arquivo CPT-CE, 2011.

No terceiro momento das romarias, acontece a caminhada pelas ruas da cidade (FIGURA 37 e 38). Essa caminhada é permeada de cânticos, palavras de ordem, denúncias e pronunciamentos. Romeiros e romeiras seguem até a Igreja Matriz da cidade onde será realizada a celebração. Nessa peregrinação, animam moradores que se concentram nas calçadas e praças para ver a romaria passar.



Figura 37 - Caminhada da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 1
Fonte: Arquivo CPT-CE, 2011.



Figura 38- Caminhada da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 2
Fonte: Arquivo CPT-CE, 2011.

No quarto momento dá-se a celebração (FIGURA 39 e 40). Bispos e religiosos da diocese, sejam eles ligados ou não à CPT, participam da celebração, de forma ecumênica, permeando ritos da Igreja Católica tradicional com a mística da CPT. Na ocasião, além das orações, cânticos e celebração da palavra de Deus, são feitas denúncias e os problemas do campo e da diocese são evidenciados aos romeiros e romeiras presentes.



Figura 39 - Celebração da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 1
Fonte: Arquivo CPT-CE, 2011.



Figura 40 - Celebração da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011. Momento 2
Fonte: Arquivo CPT-CE, 2011.

No quinto momento, a partilha, romeiros e romeiras são convidados a dividir os alimentos que trouxeram de suas comunidades. Geralmente, esse momento acontece no horário do almoço quando se distribuem nas escolas e pontos da cidade definidos previamente para esse fim. Isso se modifica quando a romaria ocorre à noite, como foi o caso de Sobral.

No sexto momento, pronunciamento dos grupos (FIGURA 41), é quando os povos camponeses, sejam eles trabalhadores rurais, indígenas,

quilombolas, marisqueiras, pescadores ou qualquer outra categoria, têm a oportunidade de expor a todos suas lutas e reivindicações. Essas reivindicações se verificam ao longo da romaria, desde os cânticos, as interpelações nos carros de som durante a caminhada. Nesse momento as comunidades podem falar sobre suas demandas específicas, além de mostrar sua cultura por meio de danças e apresentações artísticas em geral.



Figura 41- Pronunciamento dos grupos da 15ª Romaria da Terra, Itapipoca, 2011
Fonte: Arquivo CPT-CE, 2011.

No sétimo momento, procede-se à avaliação da romaria, tanto pela equipe local como pela coordenação regional. É preciso elencar os aspectos positivos e negativos desta com vistas a melhorá-los na romaria posterior. O número de encontros e grupos envolvidos na avaliação não é pré-definido. No entanto, o Conselho Regional obrigatoriamente promove essa avaliação.

Cabe salientar: a promoção das Romarias da Terra, assim como as demais atividades de iniciativa da Comissão Pastoral da Terra, se dá em terreno conflituoso junto à Igreja Católica, como revela Silva (2003) em sua avaliação:

[...] percebe-se desde a sua concepção, conflitos que vêm permeando as suas ações. Isso ocorre devido ao fato de que essa festa de caráter religioso, apesar de ser promovida pela Igreja Católica, por ter uma presença maciça da CPT na própria organização, busca fazer do evento uma caminhada ecumênica, contrariando assim muitas alas conservadoras da igreja que veem nisso uma deturpação dos valores religiosos (SILVA, 2003, p.143).

Em avaliação da sua 17ª edição, o Conselho da CPT-CE decidiu realizar a romaria a cada três anos, em face das dificuldades apontadas para

sua concretização, as quais envolvem desde problemas orçamentários, até equipe disponível para o trabalho nesse período. Sendo assim, a próxima Romaria da Terra está programada para o ano de 2018.

A 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas do Ceará (FIGURA 42), ocorreu na Diocese de Tianguá no município de Viçosa do Ceará, em 2015. A ideia de incorporar a dimensão da água na Romaria da Terra já vinha sendo gestada desde 2011, quando era debatida nas reuniões e encontros dos Conselhos Regionais.

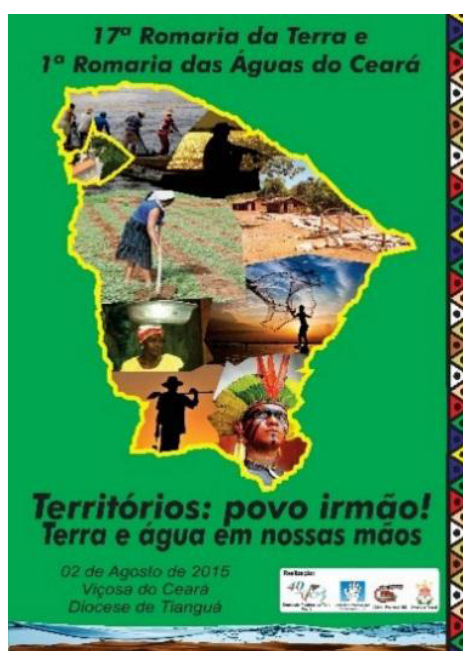


Figura 42 - Cartaz da 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas, CPT-CE, Viçosa do Ceará, 2015

Fonte: Arquivo CPT-CE, 2015.

Sobre a 17ª Romaria da Terra, alguns elementos chamam atenção, tornando-a peculiar em relação às demais. Uma primeira peculiaridade a ser apontada é a incorporação da dimensão da água no título da romaria. Por isso, trata-se da 17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas no Ceará.

Um segundo elemento peculiar refere-se ao fato dessa romaria ter ocorrido em uma diocese que não possui equipe da CPT organizada. De acordo com o histórico de participação das dioceses na CPT-CE, a de Tianguá, onde fica o município de Viçosa do Ceará, nunca fez parte da CPT Regional Nordeste I. Assim, a realização da romaria nessa cidade configurava-se também como

estratégia para convidar, mobilizar e fomentar nos agentes pastorais locais um possível engajamento na Pastoral, porquanto a área é muito conflituosa. Contudo, até o fechamento deste trabalho, a CPT só contava com a participação de agentes de oito dioceses, não incluídas nestas a de Tianguá.

Todas as atividades e ações apontadas revelam um dos dilemas atuais da CPT, qual seja, o excesso e diversidade de bandeiras de luta que foram se somando ao seu rol de atuação. Verifica-se que o excesso de temáticas e demandas do campo abre precedentes para contínuas mudanças nas linhas de ação. Muitas das temáticas trabalhadas, no entanto, são desenvolvidas em conjunto com instituições que as assumem como debate, cuja parceria fortalece as lutas no campo. Além desses fatores, a falta de financiamento para suas ações e o número limitado de recursos humanos têm colocado limites à sua especialização.

Para os agentes e participantes da CPT-CE, apesar da convergência de fatores desfavoráveis, a perspectiva de continuidade do trabalho pastoral é o que anima a fé e a esperança de todos.

[...] Então, a CPT para mim vai continuar sendo essa grande voz que escuta, que sistematiza e que dá ressonância às demandas dos camponeses, às demandas que vêm do campo, que vêm das florestas, que vêm das águas. [...] Então, assim, ela vai continuar existindo. Para mim ela vai continuar existindo. E ela vai continuar sempre sendo essa voz que tem ressonância, que ecoa, que vai dar voz aos que não têm voz (Maria Alves Lima, Fortaleza, 17 de novembro de 2014).

Há, porém, o desgaste de alguns agentes, os quais, ante a conjuntura atual, percebem a necessidade de um retorno às práticas utilizadas nos idos de 1970 e 1980, quando a CPT-CE focava suas ações nas formações sindicais e bíblicas, possibilitando a construção de lideranças e de agentes pastorais comprometidos.

6 LAMPEJOS FINAIS

Analisar o processo de espacialização da Comissão Pastoral da Terra no Ceará propicia compreender alguns elementos inerentes ao seu modo de inserção nas lutas sociais e conflitos no campo ao longo desses quarenta anos de caminhada. Sua ação não se deu num espaço vazio de relações e forças sociais, onde impregnou suas ideologias e práticas. Ao contrário, se deu no movimento contínuo de transformações dessas relações e forças, ao dividir espaços de luta com outras organizações e instituições mediadoras com ela envolvidas, permitindo-lhes lidar com as transformações socioespaciais que ocorreram no Estado.

Sua origem situa-se nas ações desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Base que atuaram no campo, congregando para a luta e para o debate uma parte da população, a qual, até então, não tinha a oportunidade de compreender a realidade a que estavam submetidos. Dessas comunidades, organizadas e distribuídas em vários espaços do Estado, herdou a experiência do trabalho mediante a pedagogia libertadora, paulofreiriana, baseada no método jocista (ver-julgar-agir). Até hoje, essa pedagogia possibilita aos atingidos e atingidas do campo exporem seus pontos de vista, e com base em uma construção coletiva, proporem meios alternativos de lidar com as problemáticas surgidas no campo no decorrer da história.

Outro elemento definidor no caráter e prática da CPT-CE são os ensinamentos de Dom Frágoso, cuja presença viva, mesmo depois de sua morte terrena, na Diocese de Crateús explica por que a referida diocese é a mais envolvida e dinâmica nas atividades da CPT-CE, especializando-se de maneira diferenciada. Apesar da sua origem ser marcada pela presença de trabalhadores e trabalhadoras do campo, organizados em CEBs em todas as dioceses, a atuação destas e a espacialização das suas práticas são diretamente proporcionais à mediação interna efetivada (ou não) pelos bispos diocesanos. Embora se reconheça que a realização das ações cabe aos trabalhadores e trabalhadoras, segundo revelou a dinâmica de participação e atuação das

dioceses na CPT, o maior entrave à sua espacialização se deve ao caráter conservador da Igreja Católica e de parte dos fiéis, que ainda superestimam a presença de bispos e padres nas ações, para que se sintam motivados a participar. Além disso, no contexto do Ceará, poucas áreas tiveram a assessoria da CPT, pois seu número limitado de agentes não possibilita o atendimento das demandas de todos os espaços de conflito no Estado.

Quando se trata da história da CPT-CE, conforme se verifica, os agentes entrevistados tendem a rememorar os acontecimentos mais progressos da Pastoral no Ceará. Veem nesse momento histórico um maior envolvimento dos grupos e equipes pois, segundo percebem, este foi, certamente, o período mais difícil da história da CPT, devido ao alto grau de violência que caracterizou o campo, onde os trabalhadores rurais camponeses, a quem dedica sua ação, eram vítimas da fome, da pobreza, das agressões, expulsões e toda forma de violência perpetrada pelos proprietários fundiários.

Se o conflito com os trabalhadores rurais (rendeiros e posseiros) demarcava seu campo de atuação nas décadas de 1970 e 1980, hoje, distintas bandeiras de luta e, com elas, um número maior de categorias que protagonizam o campo, ampliaram as demandas camponesas revelando seus limites como Pastoral.

Uma mudança nas lutas acompanhadas e apoiadas pela CPT-CE incorporou a dimensão ambiental, a partir do fim dos anos de 1990 e, assim, a CPT tem centrado suas ações no desenvolvimento de práticas ambientalistas, seja orientando trabalhadores para o uso e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao semiárido, seja denunciando o descaso do governo diante dos reflexos espaciais dos grandes empreendimentos que se utilizam de práticas ambientais poluidoras e insustentáveis (caso dos agrotóxicos, mineradoras, etc.).

Se o trabalho desenvolvido pela CPT-CE parece ter arrefecido nos últimos tempos, isso não se dá exclusivamente pelas dificuldades enfrentadas em relação ao financiamento de suas atividades, ao contrário, as maiores motivações são de natureza externa. Pelo menos dois fatores favorecem esse aparente arrefecimento ao longo do tempo: o primeiro, associado à nova lógica

empreendida pela inserção de capital no campo, com a incorporação de aparato tecnológico e desenvolvimento produtivo que desencadeou um aumento do êxodo rural, levando a reversão da população rural-urbana. Se na década de 1970 grande parte da população residia no campo, hoje, a maior parte reside nas cidades. Isto fez emergir novas necessidades nas quais outros mediadores envolvidos com as questões urbanas interferem. E, o segundo, diz respeito à implementação de políticas compensatórias que, se por um lado foram reflexos da luta dos trabalhadores e tiveram papel fundamental no acesso à políticas públicas, financiamento da produção, inserção do pequeno agricultor no mercado, por outro, ainda não garantiram mudanças efetivas na organização e autonomia dos trabalhadores. Em algumas situações, também servem para conter as mobilizações destes na exigência de atendimento de seus direitos e melhorias nas condições de produção e vida, tendo em vista, que alguns se acomodaram a partir dos ganhos que obtiveram com a luta.

Nesses lugares, a CPT continua exercendo seu papel de natureza profética e de serviço, apoiando os trabalhadores nas lutas pela garantia dos seus direitos, luta por seus territórios, no uso e desenvolvimento de estratégias de convivência com o semiárido, no apoio e resistência aos grandes empreendimentos e no combate a práticas insustentáveis.

Atrelada a esses elementos, a CPT hoje sente limites em relação ao número de agentes pastorais na condução e efetivação de suas atividades. Mostra sua necessidade de empenhar-se nos trabalhos de formação com a juventude para que os quadros de agentes se renovem e seja possível dar continuidade às próprias ações.

A espacialização da CPT no Ceará, se por um lado mostra sua força de mobilização e articulação dos agentes pastorais com os camponeses, por outro, mostra seus limites em função de suas ações, a maioria localizadas, em consequência da falta de apoio do clero local e dos bispos, das restrições financeiras e do número reduzido de agentes disponíveis para desenvolvimento das atividades. Contraditoriamente, esses limites também fortalecem o que vem a ser sua maior força, a certeza de continuidade das ações por meio desses agentes pastorais que resistem às intempéries e continuam a desenvolver essa missão que é sua opção preferencial pelos pobres.

Sendo sua marca o processo de penetração e articulação das lutas, outra força que torna o trabalho desenvolvido pela CPT relevante é o apoio e a parceria de determinadas organizações sociais que também se envolvem com as lutas no campo. Esse é um elemento capaz de dar maior visibilidade às ações implementadas e congregar um maior número de agentes. Nesse aspecto, a Diocese de Crateús desponta em número de parceiros na realização das suas atividades.

Apesar das transformações, muitas são as continuidades verificadas no dia-a-dia da CPT-CE. Das permanências observadas nessa caminhada de quarenta anos, as mais latentes são a sua essência de ser serviço profético e de atuar com o caráter de sujeição do trabalhador do campo. Quanto à primeira, refere-se ao seu caráter mobilizador e articulador, que não busca protagonismo das ações, mas empodera os sujeitos para serem protagonistas. Isso se revela no apoio disponibilizado à luta dos trabalhadores rurais camponeses e às comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas, pescadores, ribeirinhos, etc.) por meio de formações, debates, celebrações, romarias, reuniões e encontros, levantamento de demandas, busca de soluções e denúncias especializando dessa forma sua ação. Quanto à segunda, o caráter de sujeição a que muitos trabalhadores ainda estão submetidos, manifesta-se no trabalho realizado, por exemplo, com os trabalhadores encontrados em situações análogas à de escravos, em empresas até bastante modernas, a evidenciar toda a contradição do sistema capitalista, que ainda se utiliza de formas arcaicas nas relações de produção.

Além dessas duas, a grande permanência da CPT é a busca, conjunta, por um modelo de reforma agrária capaz de congrega todas essas necessidades do campo em um modelo que não exproprie, degrade ou inviabilize a permanência do homem no campo. Esse continua sendo um dos grandes desafios dessa Pastoral.

Assim, diante dessas considerações, e com base nas diversas memórias, anseios e desejos partilhados no processo de pesquisa, essa tese finaliza parodiando o poema de Thiago de Melo:

Faz escuro, mas eles cantam!!!

REFERÊNCIAS

- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra Prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. **A Igreja Católica na formação da classe trabalhadora**. 2012. 264fls. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- _____. **Igreja, Sindicato e a Organização dos Trabalhadores**. 185fls. 1991. Dissertação (Mestrado). Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. 224fls. 1998. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1998.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; SAMPAIO, José Levi Furtado; FÉLIX, Kennedy Leite et al. **O pulsar da vida no campo: FETRAECE 50 anos**. Fortaleza. Expressão Gráfica Editora, 2013.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- AQUINO JUNIOR, Francisco de. **Igreja dos Pobres: Do Vaticano II a Medellín e aos dias atuais**. Fortaleza: ADITAL, 2012.
- BALBINOT, Egídio. **Liturgia e política: a dimensão política da liturgia nas Romarias da Terra de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1998.
- BALDUINO, Dom Tomás. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. **Revista Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, v.15, n.43, 2001.
- BANNWART, Elaine Cristina. A Comissão Pastoral da Terra no Brasil Contemporâneo: Da Luta Pela Terra À Ecologia. In: **Anais...XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.
- BARREIRA, César. Contestação e fé: romeiros em busca da terra livre. **Revista do ISER**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 5-19, 1986.
- _____. **Trihas e atalhos do poder: Conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo de Cultura, 1992.
- BARROS, Francisco Cláudio Sousa. **Japuaara: um relato das entranhas do conflito**. Coleção Camponeses e o Regime Militar. v. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

- BARROS, Marcelo; PEREGRINO, Artur. **A festa dos pequenos: romarias da terra no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1996.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.
- BEOZZO, José Oscar (Org.). **O Vaticano e a Igreja Latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos sociais no campo do Ceará 1950-1990**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BOFF, Leonardo. **América Latina: da conquista à nova evangelização**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. **Eclesiogênese: A reinvenção da Igreja**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. **O Tempo Vivo na Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. As Comunidades Eclesiais de Base. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005a. p. 263-293.
- _____. Conflitos com as forças da ditadura. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005c. p.91-115.
- _____. Participação progressiva dos cristãos, das religiosas e dos padres. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005b. p.55-74.
- CÂMARA, Dom Hélder. **O DOM da Paz**. Recife, 22 de julho de 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2006.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

- CMB. COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento**: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. Nov.2000.
- CNBB. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. 52ª ASSEMBLEIA GERAL. **A Igreja e a questão agrária brasileira no início do século XXI**. Aparecida, São Paulo, 30 de abril a 9 de maio de 2014.
- COLLETI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- CORSO, João Carlos. **Herdeiros da Terra Prometida**: Discursos, Práticas e Representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980/1990. Curitiba, 2012. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2012.
- COSTA, Fabrício Roberto; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades eclesiais de base e teologia da libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **Intratextos**, Rio de Janeiro. Vol. 2, n.1, p. 33 – 50, 2010.
- CPT, 1985. **Conquistar a Terra, Reconstruir a vida**: CPT - 10 anos de Caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CPT. CEPAC. IBASE. **Genocídio do Nordeste 1979-1983**. Salvador: Ed. Mandacaru Ltda, 1984.
- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CYRULNIK, Boris. **Autobiografia de um espantelho**: histórias de resiliência. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 216 p.
- DALLAGNOL, Wilson. **As romarias da terra no Rio Grande do Sul**: um povo a caminho da “Terra Prometida”. Porto Alegre: La Salle, 2001.
- DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos**: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.
- DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimentos sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.
- ECO, Humberto. **A memória vegetal**: e outros escritos de bibliofilia. Tradução de Joana Angélica d’Ávila. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ELIAS, Denise. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. In: **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, ano 02, n. 03, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da terra prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 1. p. 137-152, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/08/1-10.pdf>>. Acessado em: 5 de outubro de 2015.

FONTES, Ir. Cleide. **Rastros Agrários: da terra o brotar da cidadania**. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.

FRAGOSO, Dom. De uma Igreja tradicional para uma Igreja que se diz popular e libertadora. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005

FRAGOSO, João. A catequese, sobretudo a comunitária. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005a. p.239-262.

_____. Uma Igreja comprometida com os pobres vivendo a insegurança dos pobres. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005b. p.365-382.

_____. Respeito à vocação dos camponeses para serem sujeitos de seu processo de libertação. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005c. p. 343-363.

_____. Os mais pobres como prioridade na pastoral diocesana. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998)**. Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005d. p. 297-316.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GURIÊVITCH, Aaron. **A Síntese Histórica e a Escola dos Anais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Théologie de la libération – perspectives**. Bruxelas: Lumen Vitae, 1974.

Houaiss A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Objetiva, 2004.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Igreja e Camponeses**: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: FAPESP, 1996.

KADT, Emanuel de. **Catholic radicals in Brazil**. London: Oxford University Press, 1970. Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. 332p.

LIBANIO, João Batista. **O que é pastoral?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Maria Alves. Comissão Pastoral da Terra: 35 anos de luta em defesa dos povos oprimidos do campo. In: SAMPAIO, José Levi Furtado; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de et al. (Orgs.). **Espaço, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LIMA, Maria Patrícia Moura de; OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A Caminho do Campo: um período de vivência na Escola Família Agrícola Dom Fragoso em Independência – CE. In. **Anais**. XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. “Territórios em Disputa”: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Muchausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

_____. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes; CLACSO; LPP, 2000.

_____. Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Tradução de Henrique Carneiro. **Actuel Marx**, n. 18, p.73-80, 1995.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1976-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

_____. **A política do Brasil**: lúpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Expropriação e Violência**: A questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **O poder do atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil: In: Comissão Pastoral da Terra. **A luta pela Terra**: A CPT 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, José de Souza; PERANI, Cláudio. **Sonhos e Desejos dos Lavradores:** Desafios para a CPT. Cadernos de Estudos 4. São Paulo: Loyola, 1992.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária no Ceará.** 1. ed. Osasco: Peres, 1994. v. 1. 112 p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma Agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical:** teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. 1. ed. Curitiba: CRV, 2010

_____. **A ação territorial de uma igreja radical:** teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. 2008. 501f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

MONTE, Francisca Silvania de Sousa. **O Uso e o Controle das águas no processo de Modernização do Estado do Ceará:** o caso da Barragem Castanhão. 2005. 388f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Arquiteto da Memória. Uma Memória de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 309-333.

NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

NEVES, Frederico de Castro. A Seca na História do Ceará. In: SOUZA, Simone de. **Uma História do Ceará.** 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

NOVAES, Regina Reys. **De corpo e alma:** Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no campo. 1987. 373p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

NUNES, Pedro. **Dicionário de Tecnologia Jurídica**. 12. ed. revista, ampliada e atualizada. 2. tiragem. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v.15, n. 43, 2001.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULINO, Eraldo. **Resistência e Esperança marcam acampamento na Chapada do Apodi**. Disponível em:

<<http://www.tvjaguar.com.br/site/noticia.php?Tid=7814>> Acessado em: 7 de abril de 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos a abordagem socioterritorial**. São Paulo: Unesp, 2013.

PEREIRA, Francisco Ruy Gondim. **Os camponeses e a mobilização popular: Igreja Católica, saques e movimentos sociais em Itapiúna/CE (1980-1993)**. 2008. 190fls. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Ceará, 2008.

PERROTA, Cláudia. **Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. **CEB: Comunicação e participação - um novo jeito de ser Igreja**. 2009. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação - BOCC. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinheiro-bocc-participacao2.pdf>>. Acessado em: 15 de março de 2013.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geo-História na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX**. In: I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico 2008. Uberlândia: UFU, v.1, p.01-18. 2008. Disponível em: <<http://br.monografias.com/Geografia/index.shtml>>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

POLETTTO, Ivo (Org.). **CPT: Dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985a.

POLETTTO, Ivo. As Contradições Sociais e a Pastoral da Terra. In. PAIVA, Vanilda et al. (Orgs.). **Igreja e a Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985b.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

QUEIROZ, Márcio Sérgio Oliveira de. **Por uma Pastoral presbiterial a partir dos desafios e anseios da Igreja do Ceará**. Do Concílio Vaticano II à exortação apostólica '*Pastores dabo vobis*'. 2009. 264fls. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio - Universidade Católica Pontifícia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra. **Reestruturação Socioespacial do Ceará:** Estado, Política e Sociedade. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará. Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Juazeiro e Caldeirão: Espaços de Sagrado e Profano. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Um nova História do Ceará.** 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Pe. Eliésio dos. Onde se deu a gestação? Geografia e história da área de Crateús. In: FRAGOSO, Dom Antônio Batista; SANTOS, Pe. Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga et al. (Orgs.). **Igreja de Crateús (1964-1998).** Uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Loyola, 2005. p. 25-35.

SAUER, Sergio. **Inserção e prática pastoral das igrejas nas ocupações, acampamentos e assentamentos.** São Paulo: Loyola; Goiânia: CPT, 1993.

SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Religiosidade e Política:** a construção da espacialidade das Romarias da Terra no Estado do Ceará. 2003. 176fls. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

SILVA, Danielle Rodrigues. **Buscando Água:** As estratégias de convivência com a escassez de água no assentamento rural Serra das Moças e dos Caboclos – Parambu – Ceará. 2008. 158fls. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

SILVA, José Graziano da. **Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Claudete Gomes. **Teologia da Libertação no Brasil:** aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000. 130fls

SOARES, Paulo Célio. Ceb´S: um novo sujeito na vida da igreja.

Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em

- História da UFMG, vol. 2, n. 1, Jan./Jul. 2010. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acessado em: 12 de agosto de 2015.
- SOUZA, Pe. Ney de. Ação Católica, Militância Leiga no Brasil: Méritos e Limites. **Revista de Cultura Teológica**. v. 14, n. 55, p.39-59. abr./jun. 2006.
- TONETTO, Sandra Márcia. **Clamores da luta pela terra: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social**. 2007. 189fls. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2007.
- TONUCCI, Pe. Paulo M. (Org.). **Igreja e problemas de terra**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Tradução de E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Primeiro volume).
- VALENTIM, Thiago. **Artigo de Thiago Valentim, da CPT Ceará, sobre 15ª Romaria da Terra em Itaipoca**. 5 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/content/article?id=745:15o-romaria-da-terra-do-ceara-vamos-a-itaipoca>. Acessado em: 15 de julho de 2013.

Documentos

- BRASIL, 1985. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acessado em: 4 de novembro de 2013.
- CPT-CEARÁ. **Relatório do Conselho Ampliado da CPT Fortaleza**. Casa de Encontro Cristo Rei. Fortaleza: CPT, 5 e 6 de fevereiro de 2013.
- CPT, 2011. **Estatuto Social da Comissão Pastoral da Terra**. Goiânia, 8 de abril de 2011.
- CPT, 2011. **Relatório sobre a mineração de Itaitaia**. Organizadores: Tramas/UFC, CPT Ceará, Cáritas Diocesana de Sobral, MST Ceará e comunidades presentes. Itaitira, 4 a 6 de maio de 2011.
- CPT, Comissão Pastoral da Terra Ceará. **Relatório Ações Preventivas às Práticas de Superexploração do Trabalho e Tráfico de Trabalhadores Rurais**. Fortaleza, 2012. 49 p.
- CPT, Comissão Pastoral da Terra Ceará. **Regimento Interno da Comissão Pastoral da Terra – Ceará**. Fortaleza-CE, 17 de junho de 2006.
- CPT-CE. **Carta**: Conselho Regional. Fortaleza, 6 de junho de 1988.
- CPT. **Carta Final**: Faz escuro, mas cantamos! Porto Velho, RO, 17 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes->

[2/destaque/2723-carta-final-faz-escuro-mas-eu-canto](#)>. Acessado em: 12 de abril de 2016.

CPT-CE. **Encontro da coordenação da CPT com a CEP**. Fortaleza, 20 de junho de 1989.

MEB. **Projeto Pedagógico Assessoria Pedagógica Estado do Ceará**. Fortaleza, 2016.

Músicas, Entrevistas, Poesias

BENTO, João. **Presença de Deus**. Disponível em: <<http://meuvelhochico.blogspot.com.br/2010/06/romaria-da-terra-canticos-religiosos-do.html>>. Acessado em: 5 de setembro de 2013.

IASI, Mauro. **Aula de Voo**. Disponível em: < <http://saber-literario.blogspot.com.br/2012/11/aula-de-voo-mauro-iasi.html>> Acessado em: 3 de junho de 2013.

MACHADO, Pe. **Caminhando e Cantando – Diocese de Crateús**. 2. ed. Crateús: Diocese de Crateús, 1994.

MELO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto**. 1966. Disponível em:< http://www.avozdapoesia.com.br/obras_ler.php?obra_id=12405>. Acessado em: 23 de abril de 2015.

VICENTE, Zé. **Bendito dos Romeiros**. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/ze-vicente/1419616/>>. Acessado em: 26 de março de 2013.

APÊNDICE A – Encontro das áreas de assentamentos em Crateús e sertão dos Inhamuns (1986 – 2016)

	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	DATA
1º	Crateús	Centro de Trein. de Crateús	16 e 17/08/1986
2º	Independência	Centro Past.de Independência	8 e 9/08/1987
3º	Monsenhor Tabosa	Assentamento Santana	27 e 28/8/1988
4º	Tamboril	Assentamento São Manuel	26 e 27/8/1989
5º	Nova Russas	Assentamento Pintada	18 e 19/8/1990
6º	Parambu	Assentamento Lagoinha	24 e 25/8/1991
7º	N. Oriente	Assent. Saco do Juazeiro (Quadrão)	5 e 6/11/1992
8º	Crateús	Assentamento Apui	6 a 8/8/1993
9º	Mons. Tabosa	Assentamento Santana	19 a 21/8/1994
10º	N. Russas	Assent. Lagoa do Norte	25 a 27/8/1995
11º	Parambu	Assent. Serra das Moças	15 a 18/8/1996
12º	Independência	Assent. Floresta	15 a 17/8/1997
13º	Tamboril	Assent. Poços	7 a 9/8/1998
14º	Ararendá	Assentamento Vitória	6 a 8/8/1999
15º	Novo Oriente	Assent. Saco do Juazeiro (Quadrão)	4 a 6/8/2000
16º	Crateús	Assentamento Pocinhos	5 a 7/10/2001
17º	Independência	Assentamento N. Juazeiro	16 a 18/8/2002
18º	Tauá	Assentamento Bonifácio -	1 a 3/8/2003
19º	Crateús	Assentamento São José	27 a 29/8/2004
20º	Monsenhor Tabosa	Assentamento Santana	19 a 21/8/2005
21º	Independência	Assentamento Novo Juazeiro	04 a 06/8/2006
22º	Santa Quitéria	Assentamento Riacho Novo	31/8 a 2/9/2007
23º	Tamboril	Assentamento Floresta	29 a 31/08/2008
24º	Parambu	Assentamento Serra do Meio	4 a 6/9/2009
25º	Mons. Tabosa	Assentamento Santana	30/7a 1/08/2010
26º	Nova Russas	Assentamento Lagoa do Norte	26 a 28/8/2011
27º	Crateús	Assentamento Poçinhos	24 a 26/8/2012
28º	Tamboril	Assentamento Monte Alegre	23 a 25/8/2013
29º	Mons. Tabosa	Assentamento Xique Xique	22 a 24/8/2014
30º	Tauá	Assentamento Angicos	29 e 30/8/2015
31º	Independência	Assentamento Palestina	26 a 28/8/2016

Fonte: CPT Diocese de Crateús. Extraído a partir dos relatórios.

APÊNCICE B – Demonstrativo do Histórico da Espacialidade das Romarias da
Terra Ceará (1984 – 2016)

	DIOCESE	MUNICÍPIO	TEMA	DATA DE REALIZAÇÃO	Nº DE PARTICIPANTES
1ª	Fortaleza	Canindé	Povo de Deus em Busca de Terra e Pão	16.09.1984	15 mil
2ª	Crato	Juazeiro do Norte	Caminheiros em Busca de Terra Livre	10.10.1985	30 mil
3ª	Fortaleza	Canindé	Buscamos Justiça e Vida na Terra Mãe	19.10.1986	*
4ª	Fortaleza	Canindé	Libertar a Terra, Conquistar a Vida	16.10.1988	*
5ª	Limoeiro do Norte	Limoeiro do Norte	Terra e Água, Vida do Povo	28.10.1990	05 mil
6ª	Quixadá	Quixeramobim	Nordeste: terra prometida aos nordestinos	24.10.1993	12 mil
7ª	Crateús	Crateús	Terra Livre, Água Livre, O Sertão Florescerá	16.07.1995	10 mil
8ª	Iguatu	Iguatu	Na Luta por Terra e Água, O Renascer de Canudos	11.10.1997	12 mil
9ª	Fortaleza	Canindé	Conquistar: Terra, Trabalho, Vida	19.09.1999	15 mil
10ª	Crato	Juazeiro do Norte	Da Terra e Água Livres, Brota o Milagre da Vida	19.08.2001	25 mil
11ª	Limoeiro do Norte	Aracati	Água e terra mãe: doação de Deus, Direito de todos.	17.08.2003	*
12ª	Quixadá	Quixeramobim	Povos do Ceará, retomando suas terras para viver, produzir e celebrar	04.09.2005	*
13ª	Fortaleza	Fortaleza	Somos Terra, Somos Água, Somos Vida	05.08.2007	*
14ª	Iguatu	Iguatu	O Semiárido em Romaria, Por mais Vida e Cidadania	11.10.2009	5 mil
15ª	Itapipoca	Itapipoca	No Testemunho dos mártires: terra, água e dignidade	07.08.2011	20mil
16ª	Sobral	Sobral	Terra, Água, Comunhão: Bem viver em nosso chão	17.08.2013	17 mil
17ª	Tianguá	Viçosa do Ceará	Territórios: povo irmão, terra e água em nossas mãos	02.08.2015	*

Fonte: Adaptado SILVA, 2003. Síntese extraída do Banco de dados da CPT-CE sobre as Romarias da Terra, Secretariado Regional/Fortaleza.

* Não encontramos registro quanto ao número de participantes nestes anos.